UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

**A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E O “MILAGRE
ECONÔMICO” (1969/1973)**

CARLOS ALBERTO GIANNASI

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Econômica
do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para
obtenção do grau de Doutor em História

Orientadora: Profa. Dra. SUELY ROBLES REIS DE QUEIROZ

SÃO PAULO
2011

Versão corrigida conforme resolução CoPGr 5890, de 20.12.2010
De acordo com a orientadora Profa. Dra. Suelly Robles Reis Queiroz

“ Ainda que as estatísticas sorrissem, as pessoas estão arruinadas. Em sistemas organizados ao contrário, quando a economia cresce, cresce com ela a injustiça social. No período de êxito do ‘*milagre brasileiro*’, aumentou a taxa de mortalidade infantil nos subúrbio da cidade mais rica do país.”

(Eduardo Galeano, em *As veias abertas da América Latina*)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Prof.a Dra. Suely Robles Reis Queiroz, pela competência intelectual e metodológica, pela paciência e generosidade em me orientar e sobretudo pelo exemplo ético e humano. Devo a ela gratidão eterna pela construção desse trabalho de pesquisa;

À Luciene Cavalcante, Amor da minha vida, que tanto me incentivou, ajudou e estimulou a fazer essa pesquisa;

Aos meus pais, Luzia e Armando;

Aos meus irmãos, Cida, Celso e Cláudio;

À minha filha Leila;

Aos meus mestres Florestan Fernandes, Sergio Buarque de Hollanda, Caio Prado Jr, Darcy Ribeiro e Paulo Freire.

RESUMO

Este trabalho busca aprofundar a análise sobre os aspectos autoritários do sistema político brasileiro durante o período conhecido como Milagre Econômico (1969-1973), cujo suporte ideológico foi fundamentado e sustentado pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, produzida pela Escola Superior de Guerra.

Através de ampla pesquisa bibliográfica de autores que se debruçaram sobre o tema, dos manuais de segurança nacional e, sobretudo dos planos econômicos que correspondem ao período estudado, em especial o Plano de Ação Econômica, Programa Estratégico de Desenvolvimento e o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, percebemos o quanto o autoritarismo político foi necessário para que os governos militares impusessem um novo modelo econômico, que se de um lado propiciou o rápido desenvolvimento da economia e a redução da inflação, por outro, desvalorizou os salários dos trabalhadores, aumentou o processo de endividamento e de concentração de renda, aumentando ainda mais a desigualdade social no Brasil.

Nossa pesquisa analisa também de que forma ocorre a renovação da tradição autoritária brasileira, do ponto de vista do sistema político que historicamente sempre reprimiu com violência movimentos de contestação a ordem vigente. Agora através da forte repressão política as forças de oposição aos militares, sob a égide do combate ao comunismo internacional no contexto da guerra fria.

Por fim, o trabalho de pesquisa mostra que a acumulação capitalista do período estudado (1969-1973), só foi possível pelo emprego da violência institucional colocada em prática pelo Estado Autoritário, sob o comando das forças armadas.

Palavras-chave: autoritarismo; crescimento econômico; doutrina de segurança nacional; milagre econômico; estado autoritário.

ABSTRACT

This study seeks to deepen the analysis of the authoritarian aspects of the Brazilian political system during the period known as the Economic Miracle (1969-1973), whose ideological support was reasoned and supported by the National Security Doctrine and Development, produced by the War College.

Through extensive literature survey of authors who have studied the subject, manuals and national security, especially economic plans that correspond to the period studied, in particular the Economic Action Plan, Strategic Program Development and the First National Development Plan, realize how the political authoritarianism that was necessary for the military government to impose a new economic model, which is a side facilitated the rapid development of economy and reducing inflation, on the other hand, played down the wages of workers, increased the process of borrowing and concentration of income, further increasing social inequality in Brazil.

Our research also analyzes how is the renewal of the Brazilian authoritarian tradition, from the standpoint of the political system that has historically repressed violently protest movements established order. Now through strong political repression of opposition forces to the military, under the aegis of the fight against international communism in the context of the Cold War.

Finally, the research work shows that the capital accumulation of the period studied (1969-1973), was made possible by the use of institutional violence put in place by authoritarian rule, under the command of the armed forces.

Keywords: authoritarianism and economic growth, national security doctrine; economic miracle; authoritarian state

ÍNDICE

Introdução.....	07
Capítulo I – Autoritarismo e violência como fatores do sistema político brasileiro.....	21
Capítulo II – O conteúdo da Doutrina de Segurança Nacional.....	84
Capítulo III – Considerações críticas sobre a Doutrina da Segurança Nacional	144
Capítulo IV – O Milagre Econômico: uma economia politizada pela Doutrina de Segurança Nacional.....	209
Conclusão.....	282
Bibliografia.....	286

Introdução

Nosso objetivo nesta tese é discutir de modo integrado as questões do Estado autoritário brasileiro, instaurado em 1964, seu substrato doutrinário criado pela Escola Superior de Guerra e que ficou conhecido como Doutrina de Segurança Nacional, bem como os planos de desenvolvimento econômico levados à prática a partir dessa situação política e de tais bases doutrinárias. A aplicação desses planos de desenvolvimento econômico, em especial no período que transcorreu entre 1969 e 1973, sob o mais severo e repressivo dos presidentes militares, o general Emílio Garrastazu Médici, e sob a direção do ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, resultou de início no efêmero e eufórico período de desenvolvimento econômico acelerado, que ficou conhecido como *milagre econômico brasileiro*.

Efêmero porque sua duração foi curta em relação a outros períodos de bonança econômica, bastando um choque político internacional para breçar seu avanço, com o súbito aumento dos preços do petróleo bruto, decretado em meados de 1973 pelo cartel petrolífero, a OPEP, Organização dos Países Produtores de Petróleo. Essa medida, tomada como represália ao Ocidente, com relação à Guerra de Suez, entre dois aliados árabes, Egito e Síria, e o Estado de Israel, levou os países-membros da entidade a impor tal decisão, que abalou a economia internacional e deu início a uma drástica redução dos investimentos que até então vinham sendo feitos no Brasil pelos capitais multinacionais.

Eufórico porque enquanto durou, esse momento foi de plena expansão dos investimentos nos mais diversos setores, entre eles, o industrial e agrícola, o de financiamento, captação da poupança e serviços. Igualmente, o de construção civil, relacionada com obras de infra-estrutura, contratadas pelo governo federal,

tais como hidrelétricas, usinas, estradas, pontes e estádios de futebol em várias capitais estaduais.

Tais investimentos resultaram, em seus inícios e no seu auge, em elevado grau de satisfação por parte dos setores mais diretamente beneficiados da burguesia nacional e, mais ainda, dos associados ao capital externo, que passou a afluir com grande abundância. Igualmente contentou os setores das camadas médias que estavam em condições de buscar empregos rendosos ou serviços associados ao estabelecimento, expansão e gerenciamento das atividades econômicas.

Ampliou-se a oferta de empregos, com o surgimento de obras e com a expansão industrial, mas isso não significou um paralelo aumento dos índices salariais, para a grande maioria dos trabalhadores manuais não especializados. Fora os poucos elementos integrantes desse setor que puderam se qualificar no campo de atuação da mão de obra especializada, e que assim tiveram um breve período de satisfação, todo o setor integrado pelos trabalhadores ficou restrito à compressão salarial, ao severo arrocho nos índices de reajuste, diante da inflação.

Os jornais, revistas, estações de radiodifusão e, principalmente, os canais de televisão, eram controlados pela censura, e assim não podiam divulgar nenhuma notícia que pudesse ser considerada prejudicial à política econômica do governo, pois eram vistas como nocivas ao desenvolvimento do país, não só por desestimularem o investimento, mas também porque iriam açular o descontentamento dos trabalhadores.

Nessa política, havia ainda um fator de agravamento: o governo não autorizava as empresas particulares a conceder aumentos salariais, senão sob a condição de que os custos não fossem repassados para os preços finais dos

produtos. Desse modo, mesmo que uma empresa decidisse conceder aumentos coletivos, teria que fazê-lo em prejuízo de sua taxa de acumulação. Posto diante desse dilema, a maior parte do empresariado não foi além do que pagar os salários de acordo com as instruções dos tecnocratas, aprovadas pelo poder público.

Ainda que os sindicatos estivessem juridicamente submetidos à mesma estrutura vigente desde o Estado Novo, e, portanto, fossem todos submetidos ao Ministério do Trabalho, e vistos como órgãos auxiliares do governo, as instruções repressivas cuidaram para que não mobilizassem os trabalhadores, e o fizeram por meio de vários procedimentos. Eram as proibições de greves, de campanhas de esclarecimento e de debates; a vigilância policial e a violência decorrente; a cooptação, que levava os dirigentes sindicais a se sentirem tentados a desejar as benesses que o governo concedia aos sindicalistas de sua confiança, e o conseqüente fortalecimento do peleguismo; o impedimento de candidaturas de membros de chapas sindicais que não merecessem a confiança oficial; a intervenção em sindicatos cujas diretorias viessem a manifestar atitudes passíveis de serem interpretadas como veleidades de independência, e destituição liminar de dirigentes que por qualquer motivo despertassem a desconfiança dos órgãos de controle.

O fenômeno econômico chamado *milagre*, portanto, não foi acompanhado de melhorias sociais, sob a forma de salários mais elevados e de serviços públicos de atendimento ao trabalhador, num nível satisfatório, que permitissem um desafoço para a população trabalhadora. Essa parcimônia salarial não era gratuita. A chave da cúpula da construção de tal projeto era, exatamente, a rígida compressão salarial, principal elemento de acumulação capitalista e fator essencial para a efetiva mobilização do empresariado nacional, e principalmente, para a atração maciça do capital internacional.

Tal situação de arrocho somente poderia ocorrer se essa política salarial estivesse acobertada solidamente, em sua retaguarda, pela severa repressão policial e militar. Por isso, o autoritarismo governamental era um elemento indispensável para que se desse o pleno funcionamento do modelo em questão.

Além disso, ressalta-se que entre os militares instalados no poder existiam duas sólidas motivações para que o autoritarismo fosse a tônica do regime. Um deles era a Guerra Fria, e seu cortejo de conflitos de variada natureza. Por tal motivo, a Escola Superior de Guerra elaborou uma teoria da guerra que contemplava todos os gêneros de conflito que pudessem existir, e seus estrategistas trataram de levar à prática a política que entendiam ser a melhor prevenção.

O outro era a crítica que, há muito, já se fazia no interior da Escola, com relação ao que seus integrantes viam como a incapacidade das elites civis nacionais para o governo, para o planejamento, para o trato da coisa pública.

A bem dizer, a elite militar congregada na Escola Superior de Guerra não confiava nos membros da classe política que derrubara com o golpe. Tanto que se colocava contra ela desde os finais do Estado Novo – antes mesmo que o presidente Eurico Gaspar Dutra assinasse o termo de criação da entidade –, quanto não manifestava apreço incondicional por um bom número de civis que apoiaram o golpe, e conspirara junto a eles. Exemplo típico foi a atitude dos vitoriosos com relação ao governador de São Paulo, Adhemar de Barros: conspirador ativo, um dos financiadores do golpe, em pouco tempo começou a enfrentar a oposição dos vencedores, a receber imposições, até ser retirado do cargo, ter o mandato cassado e perder os direitos políticos, rumando para o

exílio na Europa, onde morreu.¹ Caso ainda mais emblemático foi a cassação dos direitos políticos de Carlos Lacerda, um arauto do golpismo.²

Jânio Quadros, favorável ao golpe, figurou entre os primeiros cassados,³ e pouco tempo depois, Juscelino, que representava Goiás e não apoiou abertamente a derrubada do governo legal, mas também não se manifestou contra, votando no Senado a favor do nome do general Castelo Branco para ocupar a presidência da República, perdeu seu assento como parlamentar.

Na verdade já vinha de longe a desconfiança militar contra as elites civis, podendo-se situá-la já nas últimas décadas do Império.

Com o tempo, a Guerra fria, dividindo o mundo em 2 blocos, levava políticos e militares, sobretudo os da escola Superior de Guerra a alinharem-se aos Estados Unidos vistos como “nosso aliado natural”. O surgimento de Cuba como peão soviético agravava as tensões. .

No plano interno, a ascensão das massas, dinamizada na década de 1950, sob a égide de Getúlio Vargas, dera origem a movimentos de caráter reivindicatório, o que para a mentalidade castrense era sempre algo perigoso, a *baderna*, o perigo do conflito. E pior de tudo, a oportunidade para a ação do “fantasma vermelho”. As elites civis, no entender dos estrategistas, não logravam dar conta dessa questão e, por isso, não lhes inspiravam qualquer confiança. E ainda havia a visão militar generalizante da grande maioria dos políticos civis como demagogos, oportunistas, e mais que tudo, corruptos.

¹ Ver Sampaio, Regina - Adhemar de Barros e o PSP. São Paulo, Global Editora e Distribuidora Ltda, 1982. Coleção “Teses”, série Política, Volume n.º 5.

² Ver Mendonça, Marina Gusmão de - O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1950-1968. São Paulo, Editora Codex, 2002, 2.ª edição.

³ Sobre Jânio Quadros, ver Chaia, Vera Lúcia Michalany – A liderança política de Jânio Quadros. (1947-1990). Ibitinga, Editora Humanidades, 1991.

Subversão, Guerra Fria, incapacidade das elites, demagogia, corrupção, crises políticas, sociais e econômicas, tudo isso, para os militares da Escola Superior de Guerra, era assunto do mais alto interesse estratégico, a requerer sua ação firme, vista como *ação regeneradora*, ou pelo menos, preventiva.

Desse modo, será necessário considerar não somente os fatos que levaram ao regime autoritário, mas também o conteúdo da doutrina em questão, hoje fartamente analisada por cientistas políticos, sociólogos, historiadores e demais estudiosos da vida militar do Brasil, além dos planos econômicos que foram enunciados ao longo daquele momento. Tais planos, surgiram tanto a partir de um equacionamento tecnocrático da questão do desenvolvimento econômico brasileiro, quanto dos interesses expressos pela doutrina militar em tela.

É preciso lembrar que no decorrer das décadas de 1950 e de 1960 a orientação emanada da CEPAL, a comissão de alto nível das Nações Unidas para a promoção do desenvolvimento da América Latina não deixava a descoberto os interesses sociais. A política econômica desenvolvimentista, pregada por ela, já vinha sendo levada à prática desde os tempos de Juscelino Kubitschek. E prosseguira, com as restrições que a recessão econômica impunha desde o início da década de 1960, sob o governo do presidente João Goulart, ante o clima de recessão, que havia sido grandemente aumentado no decorrer dos tumultuados sete meses do governo Jânio Quadros.

Para os militares no poder depois de 64, era necessária a retomada do desenvolvimento econômico do país, ainda que seus objetivos doutrinários

fossem de outra natureza. Mas era preciso também manter a ordem que entendiam haver sido extremamente perturbada pelos atos do governo deposto.

Importava a criação de meios técnicos para tal, tanto quanto a diminuição dos problemas sociais, causadores das reivindicações populares que entendiam ser perturbação, baderna anarquia. Só a diminuição da crise social, por meio do crescimento econômico, entendiam eles, seria a solução para aqueles problemas. Mas esse crescimento teria que ocorrer de tal modo que não fosse perturbado por outras movimentações. A solução seria o controle dos trabalhadores. Repressão, portanto.

O objetivo exposto na primeira fase desta Introdução exige, pois, que tratemos da práxis autoritária, de sua justificação doutrinária expressa na Doutrina de Segurança Nacional e também dos distintos planos econômicos criados pelos governos militares. Entre eles estão os Planos de Ação Econômica do Governo (PAEG), emanado do governo Castelo Branco, o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), do governo Costa e Silva e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), de lavra do governo Médici.

Nossa pesquisa utilizou uma vasta bibliografia de autores que no período estudado, trataram dos temas referidos acima e estão listados no final desta redação.

Como fontes primárias referentes ao desenvolvimento econômico, utilizamos a Reforma Tributária de 1967, o Plano de Ação Econômica Governamental (PAEG), o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) e o Manual da Escola Superior de Guerra, que faz menções a tal objetivo.

Em função dos objetivos e do que foi pesquisado, esta tese foi pensada em quatro capítulos, precedidos da introdução expressa nestas linhas e finalizados com uma conclusão.

No *primeiro capítulo*, cujo título é *Autoritarismo e violência como fatores do sistema político brasileiro*, definimos o conceito de autoritarismo como sistema político.

Privilegiamos então as explicações de Norberto Bobbio expressas no *Dicionário de Política* que foram redigidas por Mario Stoppino, especialista integrante da equipe dirigida por aquele cientista político italiano.

Como é comum a confusão entre os regimes autoritário e totalitário, o que causa não poucos equívocos, procuramos também apontar a diferença conceitual entre os dois regimes, como se verá no capítulo em tela.

É de consenso entre os que estudam a história do Brasil que o país tem uma tradição autoritária, razão pela qual nos referiremos a ela.

Já no *segundo capítulo*, intitulado *O conteúdo da doutrina de segurança nacional*, esta oferece os fundamentos políticos e ideológicos para a implantação do projeto político-econômico dos militares. Tal *corpus*, em nosso entender, não pode ser visto senão como parte de um grande projeto militar que vinha sendo gestado desde muitos anos antes, já nos finais do período em que o general Eurico Gaspar Dutra era o presidente da República, e que seguiu sendo refinado pela Escola Superior de Guerra, no decorrer dos governos posteriores. Esse refinamento conseguiu criar e ampliar laços políticos de lealdade, não só no meio militar, mas também no de civis descontentes com as elites políticas existentes, e políticos –, portanto, membros da elite – que repeliam as tendências opostas às suas, dentro de tal setor social.

Era, em grande parte, o que ocorria com os políticos filiados à UDN, o partido que desde o início sempre manteve ligações com oficiais das três Forças Armadas.

Os grandes mentores de tal grupo, parecem ter sido, o marechal Oswaldo Cordeiro de Farias e o general Golbery do Couto e Silva, os principais pensadores geopolíticos de então. Ambos herdaram e, mais que isso, ampliaram as teses formadoras do pensamento militar brasileiro, vindas ainda dos tempos da Revolução de 1930, cuja principal expressão havia sido o general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, autor de *Política do Exército*, solução vista por ele como a grande reação contra a prática da *política no Exército*.

A expressão do grande projeto militar defendido pela Escola Superior de Guerra foi a Doutrina de Segurança Nacional, que depois de 1964 passou a ser denominada Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Partia da premissa – herdeira do movimento tenentista – segundo a qual quase todas as expressões das elites políticas brasileiras eram desqualificadas para o governo, uma vez que somente pensavam em seus próprios interesses, deixando o país a deriva, permitindo a ação subversiva dos inimigos da democracia e da Pátria, manobrando as populações carentes rurais e urbanas para que seu domínio se mantivesse.

No terceiro capítulo, denominado *A crítica ao pensamento autoritário da escola Superior de Guerra*, faremos uma análise crítica da doutrina, utilizando para isso, autores que se debruçaram sobre o tema.

Por último, no quarto capítulo, designado *O milagre econômico: uma economia politizada pela doutrina de segurança nacional e desenvolvimento*,

veremos o caráter autoritário dos planos econômicos dos militares: Plano de Ação Econômica (PAEG) do governo Castelo Branco, Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) do governo Costa e Silva e I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) do governo Médici, todos pilares do que foi designado como Milagre Econômico, e que vigorou entre 1969 e 1973.

Para isso, será preciso verificar a atuação dos ministros das áreas econômica e financeira dos governos Castelo Branco, Costa e Silva e Médici, a fim de examinar as diferenças que possam apresentar, de acordo com o momento específico em que se dava a sua passagem pelo poder.

Quanto às fontes, entre as primárias, pesquisamos o *Manual da Escola Superior de Guerra*, indispensável para a nossa análise por ter balizado e oferecido o referencial teórico aos militares e seus aliados, dando suporte e legitimando todo o processo político dos generais no comando do aparelho do estado brasileiro.

Vimos também os textos escritos por militares e civis vinculados à Escola Superior de Guerra. Dos militares, constam especialmente os livros dos generais Golbery do Couto e Silva⁴ e Carlos de Meira Mattos⁵

Dos civis ligados à Escola Superior de Guerra, destacam-se dois juristas conservadores, José Alfredo Amaral Gurgel e Mário Pessoa, ambos professores de Direito. O primeiro, ligado à Universidade de Campinas, a Unicamp, e coordenador da disciplina Estudos de Problemas Brasileiros, da Universidade Mackenzie e o segundo, de Direito Internacional Público da

⁴ Couto e Silva, general Golbery do – Conjuntura política nacional. O poder executivo. São Paulo, Livraria José Olympio Editora, 1981.

Idem. Geopolítica do Brasil. São Paulo, Livraria José Olympio Editora, 1981.

⁵ Meira Mattos, general Carlos - A Geopolítica e as projeções do poder. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1977.

Idem. Brasil-geopolítica e destino. Rio de Janeiro, livraria José Olympio Editora , revista e aumentada, 1979.

Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Publicaram respectivamente, em 1975, *Segurança e democracia. Uma reflexão política*, e em 1971, *O Direito da segurança nacional*.

Outro autor de grande interesse para nosso trabalho é Antônio de Arruda, desembargador, e, portanto, um homem do Poder Judiciário, que apesar das medidas tomadas pelo governo militar limitando a competência da instituição de que fazia parte, estava claramente alinhado ao governo de 1964. Seu texto é "A doutrina da ESG", redigido inicialmente para uso interno da entidade à qual era vinculado, e que somente mais tarde veio a ser franqueado. (Arruda, Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, referência T4-78)

Há, igualmente, um pronunciamento de um nome claramente associado à Escola Superior de Guerra, o professor Jorge Boaventura, conferencista da entidade, feito em seminário realizado na Unicamp, em Campinas, cujos resultados foram organizados por Eliézer Rizzo de Oliveira e publicados em 1987. Desta obra coletiva, denominada *Militares: pensamento e ação política*, consta o texto de Boaventura, "A Doutrina de Segurança Nacional", em que aquele autor procura desqualificar a afirmação de que a doutrina em tela seja uma simples ideologia, *corpus* que vê como algo parcial, tendencioso, enquanto que doutrina seria um *corpus* saudável, destinado a orientar a ação prática.

Outros textos importantes contêm depoimentos orais de participantes da Escola Superior de Guerra, e de nomes que participaram dos governos militares. Dentre estes, destacam-se o depoimento do marechal Cordeiro de Farias, prestado a Aspásia Camargo e Walder de Góes,⁶ intitulado *Diálogos com*

⁶ Camargo, Aspásia e GÓES, Walder de - *Diálogos com Cordeiro de Farias: meio século de combate*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1981

Cordeiro de Farias: meio século de combate; os que foram prestados a Celso Castro, Maria Celina D'Araújo e Gláucio Ari Dillon Soares, *Visões do golpe. A memória militar sobre 1967*⁷; mais a bem menos conhecida obra publicada pela Editora Mauad em 1998, de Hélio Contreiras, *Militares. Confissões. Histórias secretas do Brasil*.

Outro trabalho também menos conhecido, e por isso, pouco consultado, é o livro do general Oswaldo Muniz Oliva, *Brasil. O amanhã começa hoje*, cuja primeira edição é de 2002.⁸ É uma apologia do regime de 1964, e destacou aspectos em que, para o autor, o governo militar revelou preocupações sociais.

Nesta pesquisa não poderia deixar de faltar a análise do pensamento do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, um dos criadores do Estado Novo, o primeiro autor militar brasileiro que, ainda na década de 1930, formulou um pensamento doutrinário voltado para os interesses de sua corporação. Trabalho, esse, que se tornou uma das bases da Doutrina de Segurança Nacional, no entender de vários estudiosos. São, pois, de grande importância tanto o livro escrito por ele, *A Revolução de Outubro e a finalidade política do Exército*, (Góes Monteiro, sem data) quanto o teor de seu depoimento feito ao jornalista carioca Lourival Coutinho, constante de *O general Góes depõe*. Obra publicada pela Editora Coelho Branco, RJ, em 1956.

Um trabalho de grande importância sobre o modo pelo qual a Escola Superior de Guerra organizava os seus cursos de formação de quadros é a dissertação de mestrado de Wanda Aderaldo, *A ESG: um estudo de currículos e*

⁷ Castro, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina e SOARES, Gláucio Ari Dillon, orgs. - *Visões do golpe. A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, Edições Relume Dumará, 2.a edição, 1994.

⁸ Oliva, Oswaldo Muniz, general - *Brasil. O amanhã começa hoje*. Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1.a reimpressão, 2003.

programas, defendida no IUPERJ, do Rio de Janeiro. Já com relação à entidade e a ação da imprensa está o mestrado de Celso Ramos Figueiredo Filho, *A Escola Superior de Guerra e o jornal O Estado de São Paulo na passagem do regime democrático para o regime militar: afinidades e discordâncias*, apresentado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 2001.

É de se considerar a importância desse debate, uma vez que o diário em questão esteve entre os mais entusiásticos apoiadores do golpe militar, vindo depois a se distanciar, progressivamente, com o avanço do autoritarismo desenvolvido pelo governo, a ponto de ser um dos mais visados pela censura governamental.

No campo da censura nos foi de grande importância o trabalho de mestrado da Professora Maria Aparecida de Aquino, que analisa as relações estabelecidas entre censura prévia, a imprensa escrita e o Estado autoritário brasileiro pós-64. Da mesma autora também nos foi útil o seu trabalho de doutorado que aprofunda o tema da censura e do estado autoritário no governo militar.

Obra também mais recente sobre a *Escola Superior de Guerra* é a dissertação de Maria Selma de Moraes Rocha, *A evolução dos conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70*, defendida em 1996 no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Seu especial valor é quanto ao balanço que realizou no que toca ao conteúdo das distintas obras sobre o tema, surgidas nos anos anteriores.

Dado o objetivo desta tese, os planos econômicos editados pelos sucessivos governos militares foram absolutamente indispensáveis.

O primeiro deles é o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), emanado do governo Castelo Branco, que correu por conta da equipe montada pelo ministro do Planejamento, o economista e diplomata Roberto de Oliveira Campos.

O segundo foi o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), sob a égide do governo Costa e Silva, que tinha como ministro da Fazenda Delfim Neto.

O terceiro, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), já no governo Médici, correu também por conta do ministro Delfim Neto, que dirigiu toda a equipe econômica.

Para finalizar, vale dizer que, além dos trabalhos citados, inúmeros outros consultados constam da bibliografia transcrita no final do trabalho.

Vale dizer ainda, que toda ela e mais a documentação primária foram vistas para tentar responder questões como: - de que maneira a Doutrina de Segurança Nacional favoreceu a aplicação de modelos econômicos implantados no período escolhido para a pesquisa?

De que forma a Doutrina de Segurança Nacional atualizou a tradição autoritária brasileira?

Como o modelo econômico dos militares favoreceu a acumulação capitalista?

Capítulo I

Autoritarismo e violência como fatores do sistema político brasileiro

De acordo com Mario Stoppino, no Dicionário de Política dirigido por Norberto Bobbio,⁹ assim se pode entender o conceito de autoritarismo:

"[...] são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas."

É comum a confusão entre regimes autoritários e totalitários, o que causa não poucos equívocos.

Totalitarismo pode ser considerado um sistema em que o poder do Estado perpassa toda a sociedade, não dando margem a que exista qualquer setor da vida social fora do controle das autoridades. É, portanto, uma *forma de organização do país*. Difere, assim, de um regime que possa ser visto como simplesmente autoritário, por não se referir apenas ao modo pelo qual seus governantes agem, mas, além disso, pela maneira com que o Estado e a sociedade são organizados, estruturados, e como os dois setores interagem.

Visto em confronto com o totalitarismo, o autoritarismo pode ser conceituado, operacionalmente, como um *estilo de governo*, ou seja, um *modo de se exercer o poder*. Não exige, assim, necessariamente, que todo o país seja

⁹ Stoppino, Mario. "Totalitarismo". In: Bobbio, Norberto .. Dicionário de Política. Brasília:Editora UnB, 1992.p. 94.

reorganizado de modo tal que o Estado ocupe espaço em todos os desvãos sociais. Não perpassa por toda a sociedade civil, portanto. Não havendo contestação, ou com tal atitude sendo controlável dentro dos nichos sociais em que ocorrem, o Estado tende a não sentir necessário estabelecer o controle político de todos os setores da sociedade, mantendo sua vigilância apenas com relação às áreas em que a contestação aparece de modo mais espontâneo e direto, e, portanto, potencialmente mais perigosa para o sistema, a política, a economia, a justiça e os veículos de comunicações de massa.

Exemplos históricos, no caso brasileiro, são dois governos autoritários que não alteraram de modo substancial as instituições, mas não deixaram de exercer o poder de modo arbitrário e até violento: o de Floriano Peixoto, de 1890 a 1892, e o de Artur Bernardes, de 1923 a 1926. Em ambos os momentos citados ocorreram graves desrespeitos aos direitos civis e políticos, com prisões arbitrárias, homicídios cometidos pelos órgãos de repressão, Exército e polícia, censura da imprensa – então, somente representada por jornais e revistas –, exílios e confinamentos e no caso de Bernardes, o estado de sítio quase que ininterrupto, além do freqüente e ostensivo descaso quanto aos dois demais Poderes, o Legislativo e o Judiciário.

Entretanto, nesses períodos não foram instituídos dispositivos que intervissem em toda a sociedade civil. Não ocorreu nada como o sistemático fechamento arbitrário de entidades e instauração de elementos interventores na direção de tais órgãos, a criação de partido único, a formação de órgãos de controle da opinião pública e da vida cultural, responsáveis pela criação, veiculação e imposição de uma ideologia. Nem, ainda, a tentativa de se proceder ao enquadramento da população em um sistema de controle e participação coercitivo e compulsório, procurando mobilizar todas as camadas sociais do país a favor da política governamental e instituindo uma forma pedagógica de formação da cidadania, que conduzisse a população, e em especial, a maioria de

sua juventude, à total obediência. Tal situação foi a que ocorreu nos regimes totalitários europeus e asiáticos do século XX.

Nesse sentido, nem mesmo o Estado Novo getulista pode ser considerado totalitário, uma vez que não procurou mobilizar a população tal como Hitler e Mussolini o fizeram em seus países, não instituiu o partido único, para tomar o espaço político dos demais partidos, que proscreeu, ou instituiu delegados do governo nos órgãos de participação social. Limitou-se a alguns procedimentos usuais em casos de ditadura, como a ação livre da polícia política, a severa censura de imprensa e a promoção da pessoa do ditador, de sua imagem, de suas idéias, tal como o fez o DIP, o Departamento de Imprensa e Propaganda, ao proceder à apologia do regime.¹⁰

Já o totalitarismo vai além de ser apenas o modo pelo qual se exerce o governo. Como já foi dito é um modo específico de organização do Estado, do governo e de toda a sociedade subsumida aos poderes estatais, com especial destaque para a ação do partido único, tal como o expôs Stoppino, ao tratar do sistema totalitário, citado abaixo.

A respeito, Stoppino cita considerações de Hannah Arendt, sobre o tema que aquela autora tanto estudou, em especial no seu livro de *The origins of totalitarianism*, traduzido em Lisboa como *O sistema totalitário*. De acordo com as teses dessa autora, no trecho citado, Stoppino agiu considerando antes as observações operacionais que a definição de totalitarismo, e assim, aponta que esse regime

¹⁰ . O livro de Goulart, Silvana- Sob a verdade oficial. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo/Brasília, Editora Marco Zero/CNPq, 1990, é extremamente elucidador sobre tal entidade, o DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda.

"[...] não se limita a destruir as capacidades políticas do homem, isolando-o em relação à vida pública, como faziam as velhas tiranias e os velhos despotismos, mas tende a destruir os próprios grupos e instituições que formam o tecido das relações privadas do homem, tornando-o estranho assim ao mundo e privando-o até de seu próprio eu. [...] o fim do totalitarismo é a transformação da natureza humana, a conversão dos homens em 'feixes de recíproca reação', e tal fim é perseguido mediante uma combinação, especificamente totalitária, de ideologia e de terror.”¹¹

Os grupos sociais tendem a ser destruídos ou pelo menos, a ter a sua autonomia profundamente diminuída, quando não anulada totalmente, devido à constante ingerência estatal, ostensiva e sigilosa. Ingerência que ocorre por meio da polícia política e do partido único ou partido dominante, caso haja alguma agremiação do gênero que seja tolerada, para uso como efeito externo.

O conjunto das características de um regime totalitário pode comportar muitos outros elementos, mas o que foi dito basta para a conceituação que nos interessa e que leva à definição de que o regime militar brasileiro de 1964 foi autoritário, e não totalitário.

O próprio fato de sua origem ter sido a de um golpe armado, imposto por meio das tropas, já mostra seu caráter autoritário, negando e impedindo eleições reguladas pela Constituição vigente na época.

Além disso, há a sua longa duração, vinte e um anos, com a chefia do Poder Executivo exercida somente por generais de quatro estrelas, os generais-de-exército. Apesar de não ocorrerem reeleições de mandatários – salvo a prorrogação de mandato imposta a Castelo Branco pelo setor do Exército

¹¹ Stoppino, Mário, op.cit., p. 1248.

conhecido como *linha dura* – mas sim a sucessão por outros nomes –, tudo transcorria do modo mais fechado possível. Os candidatos potenciais tinham seus nomes levados a um colégio formado por oficiais-generais das três Forças Armadas, e a escolha era submetida ao *referendum* do Congresso, que, sem maiores poderes, nada mais podia fazer do que aceitar a indicação, após o que se realizava um simulacro de eleição indireta. Ocorria como concessão máxima, a possibilidade de apresentação de candidato pelo partido de oposição, antecipadamente derrotado, e caso não se desse tal *competição*, que os parlamentares opositoristas se abstivessem de participar ou que votassem em branco.

Esse regime teve, pois, por característica funcional o total predomínio do Poder Executivo, subjugando os Poderes Judiciário e Legislativo Federais, assim como a radical diminuição da margem de autonomia dos Executivos, Legislativos e Judiciários dos Estados e ainda os Executivos e Legislativos Municipais.

Quanto ao federalismo, embora não tenha sido abolido de modo formal, prosseguindo no que toca aos aspectos administrativos e mantendo os deveres específicos dos Estados, o regime não deixou de intervir nos aspectos políticos que vigiam, no que se relacionava às específicas esferas de competência estadual, quando ainda valia a Constituição de 1946. Violaram-se, assim, os direitos constitucionais dos Estados da Federação, por meio da legislação excepcional feita por decretos-lei.

Quando surgiu nova Carta, em 1967, os direitos tradicionalmente aceitos com relação aos Estados, foram radicalmente cerceados, agora, com a chancela constitucional.

As decisões mais sérias e importantes dos militares ignoraram normas institucionais existentes, ou a praxe política brasileira. Assim, as cassações de mandatos parlamentares e executivos estaduais e municipais, e a suspensão de direitos políticos dos inimigos do novo regime foram realizadas logo nos primeiros dias do golpe, de modo completamente arbitrário. Muitos perseguidos, foram vítimas de vinganças pessoais. Decorreram simplesmente da vontade dos vencedores, sem o mínimo direito de defesa e sem que o Poder Judiciário tivesse qualquer participação retificadora dos desmandos cometidos.

Cassações de mandatos parlamentares, que competiam ao parlamento,¹² passaram a ser decididos pelos militares que nem sequer tinham ainda cargos definidos, logo nos primeiros dias de seu triunfo. Em muitos casos, nem mesmo se tratavam de oficiais-generais, mas de simples coronéis e tenentes-coronéis, que incluíam nas listas de cassações os nomes das pessoas que julgavam merecedoras de tal exclusão.

Nem mesmo os governadores que haviam sido a favor do golpe escaparam da diminuição de suas atribuições. Foi o caso de Adhemar de Barros que poucos dias após o 31 de março, teve que aceitar a imposição de um coronel do Exército como secretário da Segurança Pública e outro no comando da Força Pública do Estado de São Paulo, futura Polícia Militar. Generais e coronéis da estrita confiança dos novos governantes nacionais foram nomeados para as chefias de tais cargos, em praticamente todos os demais Estados.

Desde os primeiros dias do novo regime o Poder Judiciário – já depurado dos que foram considerados subversivos ou inimigos do golpe – foi

¹² Um dos poucos casos de cassação de mandato de deputado federal no período 1945-1964 ocorreu com o deputado petebista Barreto Pinto, punido por falta de decoro parlamentar.

submetido à norma segundo a qual os atos políticos do governo militar não podiam ser apreciados pelos magistrados. Derrubou-se, assim, o tradicional instituto do *habeas corpus* para acusados de atos considerados subversivos ou crimes políticos, valendo apenas para os casos comuns, de pura alçada criminal, de acordo com as normas do Código Penal. O mesmo com relação a outro tradicional instituto garantidor das liberdades, o mandado de segurança, para a defesa de atos arbitrários, tais como as demissões e aposentadorias compulsórias de funcionários públicos ou funcionários das autarquias e empresas estatais. Para tais pessoas, as normas do Direito Administrativo também deixaram de ter valor e os magistrados nada podiam fazer desvalorizando-lhes a função.

Portanto, pelo que foi mencionado, pode-se com certeza, caracterizar o regime pós-64 como autoritário.

É praticamente consensual entre os estudiosos da política e da sociedade brasileiras a tese de que no Brasil a tradição autoritária sempre se manifestou fortíssima e altamente associada à prática da violência, o mais das vezes impune, quando realizada pelos poderosos ou por seus agentes. Tal autoritarismo se estende por toda a sociedade brasileira, nos âmbitos público e privado, e quanto ao que mais nos interessa, no âmbito do Estado, exatamente o órgão encarregado de exercer o governo e a administração. A violência, pois, aparece como método de governo, e o autoritarismo é o seu estilo.

Octavio Ianni sintetizou bem esse traço característico brasileiro:

"A problemática da revolução burguesa surge com especial ênfase quando a reflexão se concentra nas formas históricas do Estado brasileiro. Toda pesquisa sobre o poder estatal, em si e em suas relações com a sociedade, o cidadão, as raças e etnias, os regionalismos, os grupos sociais e as classes sociais, *coloca e recoloca a persistência do caráter autoritário do poder estatal. Todas as formas históricas do Estado*, desde a Independência até o presente, denotam a *continuidade e reiteração das*

soluções autoritárias, de cima para baixo, pelo alto, organizando o Estado segundo os interesses oligárquicos, burgueses, imperialistas. o que se revela, ao longo da história. É o desenvolvimento de uma espécie de contra-revolução burguesa permanente."¹³

E continua - "A Monarquia esteve organizada sob a égide do 'poder moderador'. Na prática, *o poder moderador* do 'monarca-filósofo, sábio e austero', vestido de 'paternalismo' e 'bom senso', *garantia e reiterava o monopólio do aparelho estatal* por parte dos donos de escravos, senhores de engenho, fazendeiros de café, estancieiros, proprietários de terras, negociantes, interesses estrangeiros. Tanto os escravos como os livres (negros, mulatos, índios, caboclos, brancos, imigrantes) eram considerados de 'outra' categoria, condição, raça ou casta. *Desde o começo, o Brasil tem jeito de território ocupado; e o povo parece como povo conquistado. Desde o princípio os blocos de poder aparecem como arranjos de conquistadores.*"¹⁴

Pode-se assim dizer que esse traço específico nacional, ou seja, o autoritarismo conjugado à prática da violência, já surgiu no Brasil, desde seus primeiros tempos, com o autoritarismo patrimonialista lusitano ¹⁵ para cá transportado, quando do início da colonização. Esse autoritarismo seria agudizado com as condições de vida que o escravismo da nova colônia de exploração portuguesa oferecia aos colonizadores, aos indígenas e depois, aos africanos para cá transportados pelo tráfico negreiro. Igualmente, não deixava de afetar e condicionar o comportamento dos brancos pobres livres.

¹³ Ianni, Octavio – O ciclo da revolução burguesa. Petrópolis, editora Vozes Ltda., 2.a edição, 1985, p.11

¹⁴ Ibidem, p. 11.

¹⁵ Quanto ao patrimonialismo português transferido e adaptado ao Brasil colonial, a melhor explicação ainda é a de Raimundo Faoro, em Os donos do poder. Formação do patronato brasileiro. Volume 1, Porto alegre/São Paulo, Editora Globo/EDUSP-Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

De exemplos marcantes e conhecidos sobre os abusos e violências está repleta a história do Brasil.¹⁶ Basta lembrar os latifundiários baianos Casa da Torre, fundada por Garcia de Ávila, e outras similares.¹⁷

Não menos violentos foram os famosos bandeirantes em sua busca do ouro e para o apresamento de índios.

Na *Escravidão Negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*, Suely Robles Reis de Queiroz enfatiza a violência contra os negros escravos, demonstrando parte significativa das raízes autoritárias na formação da sociedade e do Estado brasileiro, rotinizadas pela prática diária dos feitores:

"Coerção, repressão e violência constituiriam as formas de controle social em uma sociedade escravista."¹⁸

A referida autora cita ainda uma frase do Padre Antônio Vieira, extremamente representativa dessa violência, proferida quando se dirigiu aos escravos coloniais:

"Não há trabalho nem gênero de vida no mundo mais parecido à Cruz e à Paixão de Cristo que o vosso."¹⁹

¹⁶ Moniz Bandeira, Luiz Alberto – O feudo: a Casa da Torre de Garcia D Ávila. Da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2000.

¹⁷ Freyre, Gilberto – Casa Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o regime de economia patriarcal. Volumes I e II. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 7.a edição, 1952. Coleção Documentos Brasileiros, Volume n.º 36 e 36-A.

¹⁸ Queiroz, Suely Robles Reis de – Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1977, p. 46.

¹⁹ Ibidem, p. 40.

Nem poderia ser diferente, se observarmos o fato essencial de que o Brasil foi organizado como colônia de exploração, cuja finalidade era proporcionar lucros para a metrópole, por meio da produção de açúcar, um gênero comercial dos mais valorizados na época, no comércio internacional, com base no escravismo e no latifúndio. Desse modo, recorre-se à constante violência, tanto contra o escravo, como contra o homem livre, quando se tratava de expulsá-lo de terras que ocupassem e que fossem cobiçadas, por ocasião da chegada de uma frente de expansão que dilatava a linha da fronteira colonizada.²⁰

Pode-se ver facilmente que a tradição violenta se mantém mesmo na atualidade como se comprova facilmente pelo noticiário jornalístico. Grilagens, expulsão de posseiros, ação de jagunços e pistoleiros profissionais, trabalho escravo, tudo isso aparece na mídia com frequência monótona.

Junte-se a isso o perfil nitidamente masculino das primeiras décadas da colonização e a existência da família patriarcal tão bem descrita no livro de Eni de Mesquita Samara, *A família brasileira*:

"Localizada, nos primeiros séculos da nossa história, principalmente no ambiente rural, dispersa pelos latifúndios monocultores, condicionou seus membros a uma certa trama de relações aparentemente estáveis, permanentes e tradicionais. Nesse contexto era quase uma contingência para os indivíduos de se incorporarem às famílias ou grupos de parentesco, que funcionavam ao mesmo tempo como organizações defensivas e centros de propulsão econômica. O chefe da família ou do grupo de parentes cuidava dos negócios e tinha, por princípio, preservar a linhagem e a honra familiar, procurando exercer sua autoridade sobre a

²⁰ Caio Prado Jr. desenvolveu nas páginas iniciais de sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*. Colônia. São Paulo, Editora Brasiliense, 1965, o conceito de sentido da colonização brasileira apontando as motivações profundas e as diferenças entre colônias de exploração e de povoamento.

mulher, filhos e demais dependentes sob a sua influência. Isso significa que, na monotonia da vida colonial voltada para o lar e impregnada por esse familismo, o retrato da família traçado por Capistrano de Abreu parece adequado: 'pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados'."²¹

O autoritarismo, no Brasil, associado à violência, não foi, pois, um mero acidente de percurso, mas como já se viu, a consequência pura e direta do modo pelo qual desde o início da formação da colônia se estruturaram a economia, a vida social, a vida familiar, a vida política.

Autoritarismo *estrutural*, para nós, será àquele que deriva do modo pelo qual o Brasil se organizou econômica e socialmente a partir do modelo de colonização levado a efeito, em função do comportamento discricionário que o escravismo, o latifúndio e a monocultura exportadora colonial não podiam deixar de acarretar, e exercido costumeiramente conforme o poder de que dispunha o agente e a condição de dependência a que estava submetido o paciente. Pagamos, nesse ponto, nosso tributo à contribuição de Marx, quanto à conceituação do que seja a base econômica de uma sociedade. É, portanto, segundo tal conceituação, um dado *infraestrutural*, decorrente do modo pelo qual a sociedade brasileira se organizou ao longo do tempo.

A par do autoritarismo estrutural, denominamos autoritarismo *institucional* aquele cuja ação decorria – e decorre até o presente – do regime jurídico adotado, fruto, portanto, da existência de normas legalmente sancionadas no país, num dado momento de sua história. O surgimento de tal gênero de institucionalização legal do autoritarismo é, no caso, um fenômeno de existência praticamente ininterrupta no Brasil.

²¹ Samara, Eni, op.cit., p. 11-12.

Assim foi, na Colônia, no Império, na Primeira República,²² no precário regime indefinido e carente de Constituição que mediou o triunfo da Revolução de 1930 e a reconstitucionalização de 1934, no brevíssimo período constitucional compreendido entre a promulgação da Carta Magna de 1934 e o golpe de Estado que instaurou o assim denominado Estado Novo de 1937. O mesmo quanto à República de corte liberal instituída pela derrubada do Estado Novo e vigente até o golpe militar de 1964, em que a Constituição de 1946, que apresentou tantos aspectos liberais, foi bastante autoritária e restritiva no que toca aos direitos de organização do trabalhador.²³ Quanto à ditadura militar sob o autoritarismo dos generais-presidentes, foi o período de vigência plena da Doutrina de Segurança Nacional criada pela Escola Superior de Guerra, tópico de interesse central em nosso trabalho.

Com relação a tal conceituação de autoritarismo *institucional*, somos ainda tributários de Marx no que toca à justificação do nome que adotamos para tal fenômeno, melhor dito, para este *epifenômeno*. É a expressão mais adequada de uma dada base material, que se, a partir de determinado momento, deixou de ser escravista e passou a se apoiar no trabalho livre, fosse do imigrante, fosse do trabalhador nacional, nem por isso ganhou conotações menos autoritárias.

Pretendemos não incorrer em qualquer reducionismo mecanicista de ligar estritamente a superestrutura institucional à base material, pois é sempre necessário considerar o quanto de autonomia existe nas esferas em questão, em especial no que se relaciona às idéias e doutrinas, nem sempre havendo correspondência de maneira clara e efetiva.

²² Uma rigorosa disposição legislativa, conhecida como Lei Celerada, foi estabelecida na República Oligárquica por iniciativa do senador Adolfo Gordo, membro da elite cafeeira de São Paulo, o Estado que já concentrava a maior parte da indústria brasileira. Permitia ao governo federal decretar a expulsão liminar dos cidadãos estrangeiros cuja ação trabalhista, associativa ou doutrinária fosse considerada pelas autoridades policiais como perigosa para o bom andamento da vida econômica e social do Brasil.

²³ Em pleno regime democrático, sujeito à Constituição liberal de 1946, o Ministério do Trabalho prosseguiu intervindo na vida sindical, impugnando chapas e candidatos que não lhe pareciam confiáveis.

Para isso, não se pode deixar de reconhecer a contribuição de Gramsci, no que toca ao papel dos intelectuais como organizadores da cultura – título, aliás, da tradução em português de uma de suas obras – em que destacou o papel do *intelectual orgânico*. Trata-se daquele pensador, historiador, sociólogo, jurista, escritor ou jornalista que está de tal modo inserido em um determinado grupo social, que se torna o seu real porta-voz ideológico, ou um divulgador de idéias no seio do grupo em questão, – ou ainda a ambos, ideólogo e divulgador.²⁴ Isso, faça ele ou não parte dos estamentos universitários, acadêmicos, pois mesmo um modesto jornalista empregado, como no século XIX foi o conservador Justiniano José da Rocha, se conseguir atuar no sentido de mobilizar a sua intelectualidade, a sua inteligência, o seu trabalho, para poder influenciar uma parcela da população, estará cumprindo esse papel de intelectual orgânico.

As manifestações autoritárias institucionais surgiram tanto nas relações de trabalho quanto no direito de organização legal dos possíveis grupos sociais reformistas ou contestadores, que de início procuraram limitar o autoritarismo das elites. Foi esse, especificamente, tanto o caso da legislação repressora das reivindicações trabalhistas, quanto como do mesmo modo atuou com relação aos diversos cerceamentos dos direitos de organização política do trabalhador e do povo em geral. Essa orientação compressorá constituiu na repressão à existência e atuação dos sindicatos, antes de 1930, assim ainda no controle sindical por parte dos órgãos oficiais vindo por meio do Ministério do Trabalho, a partir do regime de 1934 e agudizado com o Estado Novo. E ao lado disso, a cooptação de líderes sindicalistas e mais a tendência para a formação de oligarquias sindicais, somadas à orientação repressiva governamental.

²⁴ Ver Gramsci, Antonio – Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A, 1968b. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Coleção “Perspectivas do Homem”, volume n.o 48, Série Filosofia.

Tal repressão institucional apenas foi mitigada, e não eliminada com a Carta de 1946, como lembrou João Almino. Nela foram mantidos dispositivos legais criados pelo Estado Novo, ou instituídos outros, dificultando a criação de sindicatos, a não ser com a assistência do Ministério do Trabalho. Tais circunstâncias que facilitaram ao extremo a impugnação de chapas eleitorais concorrentes à direção dos órgãos sindicais quando não merecessem o *placet* do Ministério do Trabalho, e confirmaram o direito estatal de intervenção. Quanto às liberdades de pensamento, reunião e desfile (manifestação), assim como à de organização de partidos – visando impugnar o registro do Partido Comunista do Brasil –, foram vários os expedientes dos legisladores ditos liberais, que assim dificultaram ao máximo essas atividades.²⁵

O autoritarismo foi também um fator das restrições impostas a partidos políticos contestadores que pudessem significar alguma resistência ao domínio das elites. Tal foi o caso do Partido Comunista do Brasil, que caiu na ilegalidade já nos seus primeiros meses de existência, em 1922, voltando a conhecer a luz do sol por pouco tempo, anos depois: recuperou o direito de cidadania em 1945, para ser novamente posto na ilegalidade em 1947, da qual sairia definitivamente só em 1985, e isso, porque perdera totalmente os resquícios que ainda pudesse ter de ação transformadora revolucionária.

Se proibições de organização por parte dos trabalhadores eram severas, para os militares eram muito mais, sobretudo quando as entidades associativas, tidas como quebra da disciplina e ofensa à hierarquia.²⁶ No que toca a marinha, as restrições e conseqüentes punições eram mais graves.

²⁵ O tema em questão é excepcionalmente bem estudado por João Almino de Souza Filho, em sua obra, *Os democratas autoritários. Liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.

²⁶ Os militares em geral reivindicavam oficialmente por meio das altas hierarquias, os oficiais gerais, com todas as limitações que o conservadorismo da maioria da cúpula militar sempre apresentou, além de sua quase que sempre extrema subordinação às normas de disciplina e hierarquia, os pilares básicos da vida militar. Os movimentos de mulheres de militares, pelo menos após a

As Mudanças de Regime e a continuidade da tradição autoritária

A história mostra que as mudanças de regime pouco influíram para modificar a tradição autoritária brasileira. No Império²⁷ que se constituíram as normas jurídicas consagradoras do autoritarismo legalmente organizado impôs-se a regulamentação das eleições fraudulentas e plenas de violência, com o partido no poder, impondo o seu desejo.

Não era a vontade popular que fazia o Legislativo. As maiorias parlamentares eram feitas pelo partido que estivesse no poder, com sua rotatividade garantida pelo uso, por parte do monarca, do Poder Moderador. Os resultados das eleições, portanto, nada mais faziam que referendar as decisões do partido sido colocado no poder pelo ato imperial, retirando do voto popular qualquer laivo de representatividade, ainda que o próprio critério de qualificação do eleitor já fosse suficiente para reduzir drasticamente o número dos participantes de tal escolha.²⁸

A proclamação da República e os governos que se seguiram revelam bem o autoritarismo militar é bom que se recorde, decorreu de um golpe de Estado militar. A saída de Deodoro, pela renúncia, quando estava em vias de assumir sem rebuços a condição de ditador, ocorreu sob a ameaça dos canhões da Armada. O mesmo autoritarismo, cercado de plenos poderes, esteve presente

redemocratização de 1988, são algumas vezes realizados para que os protestos sejam levados a efeito, em especial os que se referem às queixas com relação aos soldos, sempre insatisfatórios.

²⁷ O voto censitário era outro dispositivo constitucional que limitava a participação popular nas eleições, ao exigir uma renda mínima para a qualificação do eleitor.

²⁸ O Código Civil, o *corpus* destinado a regulamentar as relações sociais, não foi sequer esboçado durante o período imperial. Por isso, o máximo a que se chegou foi a organização de uma grande coletânea, denominada Consolidação das Leis Civis, a cargo do jurista Teixeira de Freitas. Foi somente com a República – após a Abolição, portanto – que se começou a tratar do Código Civil, cujo anteprojeto, feito por Clovis Beviláqua, somente aprovado em 1916.

durante o governo de Floriano Peixoto, enfrentando e vencendo a revolta da mesma Armada que pouco antes derrubou Deodoro.

Prudente de Moraes, ao lado das agitações dos partidários do falecido presidente Floriano, conheceu também a mortandade de Canudos, que provocou a profunda indignação de Euclides da Cunha. Durante o quadriênio Rodrigues Alves, no decorrer da Revolta da Vacina, se deu o grande descontentamento popular com a maneira autoritária com que foram realizadas as obras de modernização do centro do Rio de Janeiro. Junto com tal revolta, ocorreu o levante dos cadetes da Escola Militar, severamente reprimido.

O governo de Afonso Pena se iniciou de forma pacífica, mas seu término se deu com as agitadas gestões para o encaminhamento de sua sucessão, com as ambições do senador Pinheiro Machado manobrando para impor o nome do inábil marechal Hermes da Fonseca. E o governo deste foi pleno de agitações, notadamente nos Estados do Nordeste, em que as intervenções federais, removendo presidentes de Estado que não fossem aceitos pelo grupo no poder, receberam o nome de *salvações nacionais*.

E, fato ainda mais grave, a revolta popular messiânica do Contestado, em que camponeses espoliados da região disputada por Paraná e Santa Catarina lutaram de início contra as forças dos jagunços, dos grileiros, dos coronéis e da empresa Lumber, de capital norte-americano, que recebera concessões para construir uma ferrovia, explorar madeira e vender terras, a maior parte delas griladas dos camponeses que as ocupavam. E com o agravamento do conflito, a presença das tropas do Exército na região serviu para massacrar os camponeses, pois a lição de Canudos não fora aprendida, ainda que não houvesse transcorrido sequer vinte anos entre um episódio messiânico, no sertão do Nordeste e outro muito semelhante na região sul do país.

O período de Wenceslau Brás, que se iniciara pacificamente, terminou agitado pelas greves de São Paulo e Rio de Janeiro, iniciadas em 1917, e que receberam forte repressão policial.

O quadriênio Epitácio Pessoa foi encerrado com o levante dos Dezoito do Forte de Copacabana, por jovens militares – os *tenentes* – que se pronunciaram revoltados com o conteúdo das cartas falsas atribuídas ao muito antipático vencedor das eleições para a sucessão presidencial, Artur Bernardes. Tal movimento da mocidade fardada apresentou como elemento diferencial o fato de que tais jovens oficiais, se não tinham um programa político definido, nem por isso deixavam de ter o objetivo sincero de reformar as instituições, e estavam fartos de ver os desmandos das oligarquias estaduais, diante da impotência do Exército. As cartas falsas, portanto, não foram mais que o estopim, uma vez que o clima estava tenso, entre os jovens tenentes e capitães, que apesar de "não saber o que queriam, sabiam o que não queriam", a ainda que com o tempo viessem, em sua grande maioria, a botar de lado tais propósitos reformistas, notadamente quando foram *promovidos a capitães*.

O descontentamento dos militares com o fato de Epitácio haver atribuído as duas pastas da Guerra e da Marinha a civis foi outro motivo de irritação para a jovem oficialidade. E o resultado, além do levante do Forte de Copacabana, foram, sob Artur Bernardes, os levantes de 1924, em São Paulo – e essa cidade recebeu o violento bombardeio dos canhões da artilharia federal –; e logo a seguir, a marcha da Coluna Prestes.²⁹

²⁹ Sobre os *tenentes* de 1922, um dos trabalhos mais recentes é o de Vavy Pacheco Borges, *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1992. Há ainda três obras de Maria Cecília Spina Forjaz, *Tenentismo e política. Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*, Rio de Janeiro, Editora Paz e terra S.A., 1977; *Tenentismo e Aliança Liberal.(1927-1930)*, São Paulo, Editora Polis LTDA., 1978 e *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1988. Um autor clássico estudioso da República, Edgar Carone, é autor de *O tenentismo. Acontecimentos, personagens, programas*. São Paulo, Difel, 1975, e trata do assunto, igualmente, em *Revoluções do Brasil contemporâneo*, São Paulo, Difel, 1965, além das menções no decorrer de suas demais obras voltadas para o período.

O governo Bernardes transcorreu praticamente todo sob o estado de sítio, com as tropas regulares lutando inutilmente contra a Coluna Prestes. Em sua retaguarda, a polícia política agiu com total liberdade, ainda que não tenha obtido a mesma fama que a do Estado Novo.³⁰ E seu sucessor, o presidente Washington Luís, se inicialmente gozara de grande popularidade, com o passar do tempo começou a perdê-la, em especial ao desagradar os que ficaram descontentes com o fato de haver imposto o seu sucessor, Júlio Prestes.

O mesmo pode ser dito da Revolução de 1930, em que algumas tropas rebeladas do Exército nacional e de várias Polícias Militares estaduais, aliadas a combatentes civis revolucionários, enfrentaram outras unidades do mesmo Exército e de outras Polícias Militares estaduais fiéis ao governo federal e aos governos estaduais aliados do presidente Washington Luís, que acabaria por ser deposto por uma junta de dois generais e um almirante que exerciam o comando no Distrito Federal. O levante de 1930 foi contra o autoritarismo de Washington Luís e, dizia-se, também o das oligarquias, e em breve o novo regime instaurado passou a agir com tanto autoritarismo quanto.

Em 1935, unidades do Exército participaram de três levantes comunistas quase que simultâneas, o primeiro iniciado em Natal, ocorrendo a seguir, logo depois, outro no Recife e o terceiro, igualmente logo depois após o segundo, passando-se no Rio de Janeiro, o levante do Terceiro Regimento de Infantaria, que passou para a história pró-governo sob a designação de Intentona Comunista de 1935. Pode-se dizer que se tratou do último movimento tenentista, por parte dos jovens militares que conservaram os ardores revolucionários – em oposição aos que se apaziguaram quando Getúlio fez com que fossem promovidos a capitães – desejosos agora não mais de meras reformas, mas de

³⁰ A polícia de Bernardes, chefiada pelo general Fontoura, cometeu vários desmandos, entre eles o assassinato, no Rio de Janeiro, do empresário Conrado Niemayer, dado como suicídio.

uma autêntica revolução, de cunho marxista, e que foi frustrada não só pela ação enérgica das demais unidades militares, mas também pelo fato de que o apoio popular não ocorreu na proporção esperada pelos que organizaram tal tentativa. Ocorreu alguma adesão popular em Natal e no Recife, mas nenhuma no Rio de Janeiro.³¹

O Estado Novo, cuja responsabilidade geralmente é creditada a Getúlio, foi um movimento que começou nos quartéis, sob o comando dos generais Pedro Aurélio de Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Tanto é que sua decretação ocorreu a partir da propaganda feita em torno da denúncia de um suposto plano comunista para tomar o poder – o Plano Cohen – forjado nas dependências do Estado Maior do Exército, a partir de um estudo hipotético de autoria do capitão integralista Olympio Mourão Filho.³² E o término do Estado Novo, com a deposição de Getúlio, deveu-se a outro movimento militar, desfechado, aliás, por generais entre os quais estavam os mesmos Pedro Aurélio de Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra que participaram da instalação daquele regime autoritário e que deram sustentação à ditadura getulista, sendo Dutra conhecido como o *Condestável do Estado Novo*.³³

Góes Monteiro, naquela ocasião era o chefe do Estado Maior do Exército – foi o militar que exerceu tal cargo por mais longo tempo em toda a História do Exército, assim como Dutra foi o ministro da Guerra com maior tempo de exercício. Já na ocasião ele era há muito o principal pensador militar brasileiro de então, no que toca à grande receptividade de suas obras, por parte do oficialato. O general Góes Monteiro foi o ideólogo do corpo doutrinário que descreveu com o título de *Política do Exército*, em oposição à prática da política

³¹ Silva, Hélio - O Plano Cohen. Porto Alegre, L&PM Editores, 1980..

³² Ver Mourão Filho, general Olympio – Memórias. A verdade de um revolucionário. Porto Alegre, L&PM Editores, 1978.

³³ O termo condestável é um arcaísmo usado em Portugal, na Idade Média, para designar o comandante supremo do exército.

no Exército, o uso da instituição para que se promovessem os interesses partidários, que condenava.

Quanto ao autoritarismo do Estado Novo, não é preciso que se insista muito, tão conhecido é, com as prisões do capitão Filinto Müller lotadas de opositores, e as torturas cometidas contra a maior parte dos prisioneiros ficaram comentadíssimas. O caso da deportação da mulher de Luís Carlos Prestes, Olga Benário, grávida, para ser assassinada numa prisão nazista revoltou a opinião pública internacional. E, ao lado da censura da imprensa, do suborno de elementos cooptáveis, a grande quantidade de exilados.

O governo Dutra foi marcado por vários atos abusivos, como o fechamento do Partido Comunista, que finalmente se submetera às normas legais; a perseguição dos partidários da exploração nacional do petróleo – em especial os militares que seguiam tal posição – e algumas perseguições pessoais a jornalistas opositores.

Se pôde ocorrer uma intervenção em 1955 em favor da lei, com relação à posse de Juscelino Kubitschek, ameaçada, se foi uma ação em defesa da Constituição, nem por isso deixou de ser um ato autoritário, uma vez que transcorreu com a participação somente de militares, comandado pelo marechal Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra do governo que pretendeu impedir a sucessão legal, tal como mandava a Constituição, sem que os civis dessem qualquer contribuição, a não ser o apoio moral dos que estavam com a legalidade. Tal movimento, dos mais singulares na História do Brasil, um ato de força do Exército contra o governo legalmente constituído, com a finalidade de defender a Constituição que o mesmo governo legalmente constituído pretendia

violar – ficou conhecido como o *contragolpe preventivo* de 11 de novembro de 1955, ou Novembrada.³⁴

No que toca a tal episódio, há de se considerar o autoritarismo udenista, na ocasião sob os auspícios de Carlos Lacerda.³⁵

Em continuidade a esse tema, os demais sobressaltos do período Juscelino, Jacareacanga e Aragarças. O governo janista, igualmente, se caracterizou pelo choque de dois autoritarismos, o presidencial e o parlamentar. E nada mais autoritário que a tentativa militar de impedir a posse do vice-presidente João Goulart em 1961. Quanto ao golpe de 1964, ainda que tantos civis estivessem envolvidos, a ação militar é que foi decisiva, e não há qualquer dúvida quanto ao autoritarismo desse movimento, nem quanto à indispensabilidade das tropas para que o golpe obtivesse êxito.

E, corolário de nossa pesquisa, a questão da Doutrina de Segurança Nacional, a mais recente formulação teórica autoritária destinada a inspirar a vida política brasileira e à orientação do comportamento social. Essa doutrina, aliás, foi a inspiradora da introdução do ensino de Educação Moral e Cívica e de Organização Social e Política do Brasil no ensino secundário e de Estudos de Problemas Brasileiros em todos os cursos superiores do país, empreendimentos que em si mesmos nada teriam de condenatório, se não tivessem sido a tentativa de criar doutrinação.

³⁴ Sobre a ação do marechal Lott contra o golpe tentado por Carlos Lacerda, há excelente descrição dos fatos na obra de Wagner William, *O soldado absoluto. Uma biografia do marechal Henrique Lott*, Rio de Janeiro, Editora Record, 2005, a biografia daquele destacado militar. A favor do golpismo engendrado com a cumplicidade de Carlos Luz há o livro *Radiografia de Novembro*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A, 1961.

³⁵ Sobre Carlos Lacerda, destaca-se a minuciosa e recente obra de Marina Mendonça, *O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968*. São Paulo, editora Códex, 2002.

Outro objetivo é o de estabelecer a relação da tradição autoritária brasileira e da Doutrina de Segurança Nacional com alguns aspectos da política econômica dos militares golpistas de 1964, em especial com o momento que ficou conhecido como *milagre econômico brasileiro*. Período compreendido entre 1969 e 1973, em que se o Brasil mais cresceu e se desenvolveu do ponto de vista econômico, há de se recordar das palavras do próprio general-presidente Emílio Garrastazu Médici, "a economia ia bem, mas o povo vivia mal". Era uma situação decorrente das características do modelo econômico seguido, fruto do conluio entre os tecnocratas e os militares no poder e no comando da Escola Superior de Guerra. O motivo pelo qual o general-presidente assim se manifestou não é conhecido, se era ou não um ato falho. Mas a verdade é que ele falou, e depois nada fez para que o povo pudesse viver menos mal.

É exatamente sobre em que consistia o projeto econômico dos militares no poder desde 1.º de abril de 1964 que finalizaremos esta tese. Ela será fundamentada nas posições dos teóricos militares da Escola Superior de Guerra e que foram conduzidas pelo Ministério da Fazenda, por meio de seus tecnocratas, chefiados pelo então ministro Antônio Delfim Neto, dotado de grandes poderes, nesse campo em que imperou, durante os governos Costa e Silva e Garrastazu Médici.

A “presciência das elites” e sua contribuição ao autoritarismo

A exclusão do povo quanto à participação do processo político – é perfeitamente adequada a um traço de comportamento muito típico das elites políticas brasileiras, no que toca à participação popular. Trata-se de um modo de pensar que é especificamente visível no caso da UDN, a União Democrática Nacional – partido que sempre foi extremamente ligado às Forças Armadas e

que participou ativamente do golpe militar que instaurou o regime autoritário brasileiro. Esse partido praticou em muitas oportunidades o comportamento que passou a ser denominado *presciência das elites*, especificamente destacado por Maria Victoria de Mesquita Benevides, em seu clássico trabalho sobre aquele partido político.³⁶

A essência da tese da presciência das elites é a consideração que um determinado grupo sobre de si mesmo, segundo o qual, pelo simples fato de ser uma elite, estará em melhores condições que o povo para saber o que será bom para o país, e nisso, inclui-se o próprio povo. Uma elite, por definição, é um grupo selecionado, um escol, e por isso, representa o que há de melhor em uma dada categoria política. Uma elite política, segundo tal óptica, é intelectualmente superior, e por isso, por essa sua superioridade sobre o conjunto da população, saberá o que fazer para servir melhor ao povo em geral. Daí o não-conformismo das elites com relação às derrotas eleitorais. E se tais derrotas ocorrerem diante de candidatos ditos populistas – ou que assim sejam vistos, de acordo com os seus critérios, o ressentimento será ainda maior.

A autora, com excepcional desempenho, logrou demonstrar a íntima relação que há entre elitismo, o traço tão característico da UDN, a tese da presciência das elites, vinda do século XIX, já nas colocações de Bernardo Pereira de Vasconcelos – exemplo máximo do conservadorismo da primeira metade do século XIX –, e claramente assumido pelo citado partido elitista, e o golpismo. O motivo da presença constante do desejo de tomar o poder à força é fruto do despeito contra as decisões das urnas eleitorais. Golpismo esse que é pregado e levado aos fatos sob a forma da curiosa inversão de considerar o resultado legal d um pleito como golpe contra a democracia e apelar para a ação

³⁶ Benevides, Maria Victoria de Mesquita- A UDN e o udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro. (1945-1965). Rio de janeiro, Editora Paz e Terra S.A., 1981. Coleção “Estudos Brasileiros”, Volume n.º 51, p. 252.

interventora das Forças Armadas para instaurar o governo que entende ser democrático.

Dessa tese surge o argumento de que o povo é incompetente para agir com responsabilidade no campo da política e precisa ser educado e guiado; os educadores e guias, sem dúvida, serão os membros da elite que assim se expressam. Nesse sentido, a autora transcreve a fala do jurista Afonso Arinos, um dos mais destacados, ilustres e ilustrados membros da UDN do antigo Estado da Guanabara. Deixa claro que esse líder partidário não só reconhece esse elitismo, mas o assume, orgulhosamente, quase como que dando o seu reconhecimento ao que seria uma missão didática de seu partido.

É o que se vê em entrevista concedida a um jornal que, significativamente, está desde as suas origens associado à tradição liberal e, quanto à UDN, teve a maioria de seus diretores e principais redatores vinculados à sua organização em 1945. A publicação em pauta é o matutino paulista *O Estado de São Paulo*, edição de 21 de março de 1976, portanto, sob a plena vigência do Ato Institucional n.º 5, ainda que em tempos menos trágicos que os anos Médici.

Assim, o jurista Afonso Arinos afirma que:

"[...] quando Antônio Carlos [Ribeiro de Andrada e Silva, presidente do Estado de Minas Gerais em 1930] lançou seu famoso 'façamos a revolução antes que o povo a faça', muitos críticos mordazes consideraram tais palavras como maquiavelismo, talvez como cinismo político, mas tal não era. Pela boca do Andrada falava a continuidade mineira, a qual tem como elemento importante *a presciência das elites em relação aos grandes movimentos populares*. (Grifo do autor) Antônio Carlos, o homem de elite como os que mais

o fossem, repetia o pensamento dos intelectuais da Inconfidência, de [Bernardo Pereira de] Vasconcelos, de [Marquês do] Paraná, de [Teófilo] Ottoni. A revolução, para ele, era o caminho da ordem contra o autoritarismo, o restabelecimento do direito contra a prepotência. O mesmo papel representaria Virgílio de Mello Franco em 1945 e em 1964, Pedro Aleixo e Milton Campos."³⁷

Benevides considera que um elitismo tão abertamente assumido patenteia dois traços freqüentes na trajetória da UDN: o fato de identificar as reivindicações populares, e em especial, as de cunho trabalhista, com a desordem, o caos, e um grande desprezo pelo povo, pelas massas. Esse traço constitutivo do udenismo estava, em suas palavras,

"[...] refletido na permanente revolta com a derrota nas urnas, considerada 'fruto da ignorância popular'. A soma desses dois elementos constituiria um sólido argumento para a defesa da intervenção militar e da repressão ao movimento operário (a 'anarquia e a subversão') por um lado, e do golpismo e da contestação dos resultados eleitorais, por outro."³⁸

A autora vai além, ao buscar expressões ideológicas do elitismo daquele partido, comentando artigo do jornalista Plínio Barreto, no mesmo jornal *O Estado de São Paulo*, em 1947, investindo contra a vitória de Adhemar de Barros na disputa pelo governo estadual paulista, em que o candidato udenista Almeida Prado obteve o último lugar. Defende a tese segundo a qual "o povo não sabe votar" e aponta, ironicamente, uma série de preceitos que teriam que ser adotados pelos candidatos desejosos de obter votos populares, uma vez que o povo, em geral, possui,

³⁷ Idem, op.cit. p.252-253.

³⁸ Ibidem, , p. 253.

"[...] como aquela personagem de Machado de Assis, uma irresistível tendência para o pulha [...] A eleição seria, assim, uma espécie de jogo do bicho [...] O ideal será a abolição completa da gramática e esterilidade absoluta das idéias. Procure apenas glosar os ditos populares e as frases em voga. Tudo isso no estilo dos cafés, dos bilhares, do futebol [...] O candidato que não consiga disfarçar sua distinção estará perdido. A vulgaridade deve ser completa: nas idéias, na linguagem, no vestuário, nas maneiras e até na cara."³⁹

A autora prossegue considerando que os termos empregados pelo jornalista Plínio Barreto

"[...] combinavam bem com o anti-populismo exacerbado da UDN e a firme convicção de que eram, realmente, 'os melhores', sendo, portanto, um absurdo perderem as eleições."⁴⁰

Uma confissão sincera quanto a tal comportamento aparece em depoimento de Luís Arroba Martins, que em dado momento foi presidente da seção paulista da UDN, quanto à ambigüidade de seu partido, tal como consta em depoimento prestado a Maria Victoria de Mesquita Benevides:

"Os udenistas eram sinceramente liberais, mas seu liberalismo era contraditório, pois desejavam uma democracia cada vez mais aperfeiçoada, mas nunca se conformavam com o resultado das urnas. Tinham a plena consciência de que formavam a elite brasileira, e viam que essa elite nunca conseguia chegar ao poder pelo voto. Então chegavam à conclusão: alguma coisa está errada. O eleitor está votando errado. E, para corrigir, precisamos de uma ação drástica; então vinha a pregação dos golpes, para depor aqueles que tinham sido eleitos e não pertenciam à elite, e pôr a elite no lugar deles. E ver se, colocando a elite no lugar daqueles que haviam sido eleitos, essa elite preparava, de fato, o povo para votar 'certo'. Ou seja, *o golpe para*

³⁹ Ibidem, . p. 253.

⁴⁰ Ibidem, . p. 254.

*corrigir aquilo que o povo havia feito errado. E poder implantar uma democracia que permitisse que o povo acertasse!"*⁴¹

Carlos Lacerda, não poderia deixar de ser citado, e Benevides veicula uma de suas máximas. Assim, aquele líder,

"[...] 'ao defender o golpe para evitar o golpe por via eleitoral' [estaria defendendo a tese de que] os fins justificariam os meios e *a causa maior seria, sempre, a defesa da democracia.*"⁴²

Exatamente o motivo que foi invocado em 1964, finalmente triunfante, ainda que a UDN tivesse "ganhado, mas não levado", como se dizia na linguagem popular, uma vez que o poder ficou com seus aliados militares, até então figurantes secundários pouco antes e logo depois dos atos golpistas defendidos pelo partido, e que nesse momento resolveram colocar em prática um projeto próprio. Um projeto militar, gestado na Escola Superior de Guerra e veiculado pela Doutrina da Segurança Nacional. Por isso, não devolveram o poder aos civis, logo depois de consolidada a vitória.

Benevides discute se o golpismo udenista,

"[...] é um deslize ou uma ruptura. Isto é, o golpismo faz parte da UDN, ou é monstro gerado que a paternidade renega? É degenerescência da UDN ou já é outra coisa? O golpismo udenista não é deslize, não é ruptura. Está, como diria Michel Debrun, 'no coração da própria ideologia', a que serve de suporte para os apelos aos militares, sempre decorrentes da fé inabalável na 'presciência das

⁴¹ Ibidem, p .254.

⁴² Ibidem., p 254.

elites', na 'imaturidade do povo' e na identificação de reivindicações sociais com anarquia." ⁴³

Assim foi, prossegue, porque:

"A ética dos fins últimos termina por prevalecer, na crença de que um regime autoritário será transitório e necessário para a realização da democracia, [porque] 'as ditaduras podem ser uma preparação para a democracia, e aí podemos falar de uma ditadura educativa', afirma Franz Neumann, 'muito diversa, porém, dos casos revolucionários, da ditadura do proletariado para a verdadeira democracia'. E continua: 'no caso conservador, a ditadura se apóia nos tradicionais grupos de mando (indústria, finanças, agrários, forças armadas, burocracia e judiciário) que estavam comprometidos com um mínimo de legalidade formal, de vez que uma rebelião aberta muito prejudicaria suas posições e segurança'." ⁴⁴

A autora, assim, conclui:

"A crença nessa ditadura pedagógica parece ter sido inspiradora do papel dos liberais udenistas em 1964, apoiados exatamente naqueles grupos tradicionais apontados por [Franz] Neumann." ⁴⁵

O golpismo udenista não seria tese defendida abertamente por todos os membros daquele partido. Nesse sentido, há uma voz discordante, a do mineiro Oscar Dias Correa, integrante do grupo udenista denominado *Ala dos Bacharéis*, (que em tese era um setor legalista), e que procurou minimizar essa acusação. Dias Correa – que ocupou o cargo de ministro da Justiça do governo Sarney –, na citação de Benevides,

⁴³ Ibidem, p.255.

⁴⁴ Ibidem, p.255.

⁴⁵ Ibidem,, p.255.

"[...] discorda da fama de golpista atribuída à UDN, creditando-a unicamente a Lacerda, 'ao defender o golpe, diária e abertamente, embora não dispusesse de um canivete sem cabo a que faltasse a lâmina, ou de um soldado sem fuzil [...] havia muitas vozes discordantes, e cito apenas um, dos grandes que se foram, Adauto [Lúcio Cardoso]'.⁴⁶

Que fosse Lacerda o único golpista da UDN, e que estivesse assim tão desprovido de apoio militar, sem sequer o tal canivete sem lâmina e sem cabo, ou sem nem mesmo um soldado sem fuzil, os acontecimentos de 1954, 1955, 1961 e 1964 depõem totalmente em sentido contrário. Fica apenas consignado o depoimento daquele importante udenista, feito, como se costuma dizer, meio *por honra da firma*.

Tanto o golpismo era traço constitucional do udenismo, fruto de seu elitismo, de sua visão antipopular, de sua aceitação total da tese da presciência das elites, que há outra defesa aberta das intervenções militares, feita por um dos primeiros governadores de Estado eleitos pela UDN, Oswaldo Trigueiro, do Estado da Paraíba. Suas palavras textuais, em defesa do golpe como um "expediente legítimo e aceitável", proferidas em entrevista concedida à autora, são do mais exacerbado pragmatismo. Em suas palavras:

"O objetivo de todo partido político é a conquista e o exercício do poder. Quem não deseja governar, vai para as academias, ou para as ordens religiosas. Na pequena minoria das nações realmente democráticas, todos os partidos rejeitam a hipótese do golpe de Estado, porque podem chegar ao poder normalmente, periodicamente, e até mais facilmente através das eleições. Mas nos chamados países em desenvolvimento – como os da América Latina em geral – as conspirações fazem parte da rotina política e as revoluções e os golpes são tidos como processos legítimos, ou pelo menos, aceitáveis, da ação política [...] A UDN não detém o

⁴⁶ Ibidem, p 254.

monopólio das conspirações de que participou, em alguns casos, inocuamente."⁴⁷

Pragmatismo indisfarçado, claro, inequívoco, uma vez que deixou claro que o que importa, de fato, é o poder, vindo do modo que vier. Como se dissesse que como todos querem dar golpes, a UDN também poderia fazê-lo, apesar de toda a sua pregação legalista.

E os exemplos citados pela autora se seguem, enumerando outras personagens e outros momentos da vida brasileira, alguns mesmo de tempos anteriores ao surgimento daquele partido político, e assim, podemos dizer que enumerá-los ainda mais seria realmente de uma repetitividade monótona. Muitos outros mais encontraríamos, se fôssemos buscá-los em outras fontes e depoimentos, a começar por autores que viveram nos tempos do Império, da República Oligárquica e em épocas seguintes, que antecederam o udenismo, como a década de 1930.

Outros autores, antes mesmo de Benevides, trataram do tema da presciência das elites, como traço geral do comportamento de tal estrato político brasileiro, os liberais autoritários. Oliveiros da Silva Ferreira o fez ao analisar a Doutrina de Segurança Nacional nos quadros da historiografia das idéias políticas brasileiras, e José Honório Rodrigues, de modo panorâmico, sobre como se deu esse comportamento na história do Brasil, a partir do Primeiro Reinado, até o golpe de 1964.

Quanto a Rodrigues, os exemplos são muitos, acompanhados de comentários, em especial em duas de suas obras, *Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-cultural* e *Aspirações nacionais. Interpretação histórico-política*, além do que consta de modo subjacente em *A Assembléia*

⁴⁷ Ibidem, . p. 255.

Constituinte de 1823. (Rodrigues, 1982, 1970, 1974) Com relação à obra *Aspirações nacionais. Interpretação histórico-política*, trata-se dos textos de palestras que o autor pronunciou na própria Escola Superior de Guerra, antes da tomada do poder pelos militares. Assim, ele demonstra que esse comportamento é uma decorrência de um estilo muito típico de tal elite, que justifica sua negação do direito do povo quanto a escolher os governantes. Trata-se da concepção conspiratória da história e fica muito patente em seu arrazoado:

"[...] o espírito anti-reforma dominou nossa história, e a conciliação formal, partidária, visava a romper o círculo de ferro do poder, para que as facções divergentes, os dissidentes, pudessem dele fazer parte. Quando o acordo, feito sempre sem nenhum benefício nacional e popular, demorava muito, os dissidentes indignavam-se e conspiravam. Foi esse o papel dos liberais na história brasileira. Derrotados nas urnas e afastados do poder, eles foram se tornando, além de indignados, intolerantes, e construíram uma concepção conspiratória da História, que considerava indispensável a intervenção do ódio, da intriga, da impiedade, do ressentimento, da intolerância, da intransigência, da indignação para o sucesso inesperado e imprevisto, tal como sucedeu em várias partes, de suas forças minoritárias."⁴⁸

Com tal comportamento, o liberalismo degenera em intolerância, e seu fator básico é o autoritarismo consistente em se partir da tese de que as elites, por sua própria condição, são os únicos setores aptos a se pronunciar sobre as melhores soluções para a vida institucional do país. É a própria negação prática dos postulados liberais.

"A concepção conspiratória da História tem, no Brasil, origens liberais. Foi uma deformação ideológica, só ultimamente caracterizada e agravada, pois não temos, infelizmente, tradição liberal na forma euro-

⁴⁸ Rodrigues, José Honório – Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-cultural. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2.a edição, 1982, p. 17.

americana, e as próprias campanhas liberais só defendiam aspirações reduzidas da classe média e das elites dissidentes. Essa concepção se contrapunha ao mesmo tempo à idéia de que a história era uma aliada da vitória inevitável das forças de esquerda."⁴⁹

É pertinente que repitamos uma citação que Rodrigues faz de outro autor, o sociólogo americano David Riesman:

"Escreveu David Riesman que somente os bolchevistas e os jesuítas *acreditam inexoravelmente na História*. Talvez outros acreditem também que a História esteja aliada ao avanço mais ou menos radical, *mas as forças da direita, essas realmente descrêem e conspiram para que seja sua a vitória*."⁵⁰

Tal modo de pensar leva sempre a considerações altamente elitistas, sempre colocando no povo a *culpa* de suas derrotas. Daí as elites conspirarem, numa resposta ao que vê como a conjugação dos erros populares com a crença de que uma grande conspiração, feita pelos mais variados inimigos, tenta sempre impedi-las de redimir o país, e assim, beneficiaria o próprio povo, que não entendendo as suas boas intenções, recusa o voto a seus candidato, exatamente os que por terem sido apresentados por ela, vê como os melhores para servir ao próprio povo. Assim, as conspirações das elites seriam sempre motivadas por seu ressentimento com a recusa popular às suas candidaturas, e seu objetivo nunca deixava de ser a salvação da Pátria. Desse modo,

"[...] as conspirações [das elites] visam a interromper o processo normal da vitória majoritária, especialmente depois de derrotas nas urnas,

⁴⁹ Ibidem, p. 18.

⁵⁰ Ibidem, p. 18.

cujo veredito jamais aceitam, culpando o povo de imaturidade pela escolha."⁵¹

Fica muito clara a ligação dessa atitude com o autoritarismo, como nota o autor em questão. Ou seja, quando o povo vota em candidatos que o sensibilizam mais, pelo motivo que for, como em Getúlio, Adhemar e outros. Assim,

"[...] a concepção conspiratória é intervencionista, ativista, intromete-se no processo para deturpá-lo ou desviá-lo do curso que lhe parece adverso. E assim o processo histórico brasileiro tem sido anormalizado pela intervenção de forças minoritárias, especialmente depois do agravamento do desequilíbrio entre as aspirações populares e as instituições arcaicas." ⁵²

Rodrigues considera, ainda, a concepção conspiratória da história segundo a óptica de outro autor, o historiador norte-americano Richard Hofstadter, em sua obra *The Paranoid Style in American Politics and Other Essays*, por ele citada em *Aspirações nacionais. Interpretação histórico-política*, e considerando *paranóico* o comportamento político das elites brasileiras. Assim aqueles autores entendem, porque

"[...] a liderança [política brasileira] em seu conjunto, descontadas as exceções normais, revelou em muitas fases, para usar a expressão do historiador norte-americano Richard Hofstadter, um *estilo paranóico*, especialmente na época contemporânea. *O estilo de política é paranóico*, porque revela *inflamado exagero, suspeição contínua, fantasia conspiratória*."⁵³

⁵¹ Ibidem, p. 18.

⁵² Ibidem, p. 18.

⁵³ Rodrigues, José Honório – *Aspirações nacionais. Interpretação histórico-política*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A, revista, 1970, p 56.

O *estilo de política paranóico* a que Rodrigues se refere não é traço de patologia psicológica, mas de patologia social, pois não se localiza na mente das pessoas, como se fosse doença mental, mas nos seus modos de comportamento e estilos de ação, no seu modo de ver a vida, nos seus valores sociais. Necessariamente, seu praticante não precisa ser pessoa mal intencionada. E não o será, em muitos casos, porque tal comportamento é uma característica do ressentimento de classe, típico das camadas médias que se julgam merecedoras de fazer parte do poder, e que na maioria das vezes, não o conseguem pelo voto direto. Julgam-se, assim, incompreendidas e injustiçadas, e afirmam que só poderão salvar o país, salvar o povo de si mesmo, se chegarem ao poder por qualquer maneira, mesmo que seja pelo golpe, inconstitucional, mas justificável, por ser medida extrema, redenção do país. Desse modo, pode-se dizer, sobre tais elementos, que:

"Não se trata de pessoas com a mente perturbada, mas do uso de modos e estilos paranóicos, nas quais o sentimento de perseguição é central, e caracterizam-se por grandiosas teorias conspiratórias. A diferença vital entre o político paranóico e o paranóico clínico, acrescenta Hofstadter, consiste em que o segundo vê o mundo hostil e conspiratório dirigido contra ele e o segundo pensa que tudo se dirige contra a nação, afetando a vida não só dele, mas a de milhões de patriotas."⁵⁴

Surge, então, mais uma característica da paranóia que faz com que Hofstadter e Rodrigues possam diagnosticar tal comportamento político com o adjetivo usado, paranóico: a crença, obviamente ilusória, da sua superioridade sobre todos os que pensam de maneira diferente. Esse é um elemento básico para que se dê não somente a gênese da teoria conspiratória da história, mas,

⁵⁴ Ibidem, p. 56-57.

igualmente, para a tese da presciência das elites. Esses elementos, como são os melhores, enxergam além do que o povo o faz. Desse modo, prossegue Rodrigues:

"Ele não é uma vítima única e individual da conspiração estrangeira; ele é mais racional, mais desinteressado, mais patriótico. Por isso mesmo, intensifica sua indignação moral e luta pela recuperação moral do país."⁵⁵

Afirma que não vê tais pessoas como necessariamente indignas; ao contrário, não exclui que possam agir com sinceridade:

"Naturalmente, o termo pode ser entendido no sentido pejorativo, pois ele tende a se filiar mais às más que às boas causas. Mas nada impede que as últimas [as boas causas] sejam muitas vezes defendidas em estilo paranóico, e é impossível estabelecer os méritos de um argumento porque seja apresentado com acentos caracteristicamente paranóicos."⁵⁶

Rodrigues deixou claro que na segunda metade do século XX esse estilo foi o que caracterizou a ação da UDN – o partido que, desde seu surgimento, em 1945, sempre esteve relacionado com os militares. E que, a qualquer pretexto, rumava para os quartéis, açulando golpes de Estado, que seriam a *salvação do país*. Dá um claro exemplo, que aponta, sem citar nomes, para a personalidade de Carlos Lacerda, líder udenista dos mais assíduos nas portas dos quartéis:

"Foi assim, para citar um exemplo contemporâneo, a campanha da UDN e de um de seus chefes mais notórios pela sua expressão,

⁵⁵ Ibidem, p. 57.

⁵⁶ Ibidem, p. 58.

supersuspeitosa, superagressiva, grandiosa e apocalíptica. E não foi só ele, e seus companheiros de partido, mas outros, alguns sem partido, influentes nas hostes conservadoras que lutaram na imprensa de forma neurótica."⁵⁷

Por isso, essas minorias, quando repudiadas pelas urnas, sempre reagem acusando os adversários, como autores de fraudes, e desqualificando o eleitorado em geral, que *por estar constantemente equivocado*, vota contra os candidatos por elas apresentados e assim, beneficia os setores que excluem do poder essa parcela da camada média. O erro é do povo. Essas elites estão sempre, assim, *vendo o povo não como ele é, realmente, mas de acordo com o que gostariam que fosse*. E com esse desejo não correspondendo à realidade, as tais elites reagem negativamente, agindo contra o povo. É o momento do apelo aos sabres, evidente resultado desse estilo paranóico de fazer política, caracterizado pelo *sentimento de perseguição constante*, e por uma muito evidente *teoria conspiratória da História*. Por isso, o seu exagero é sempre inflamado, no discurso e na ação, gerando assim uma exacerbada agressividade, no que toca ao seu comportamento político mais típico e caracteristicamente representativo.

Não foi gratuitamente, portanto, que os inimigos da UDN apodaram os seus elementos mais belicosos, os golpistas mais desçaímados, de *vivandeiras*, as prostitutas que rondam os quartéis ou que acompanham as tropas em campanha.

Do mesmo modo, no período imperial caracterizava-se assim uma grande parte dos liberais, quase sempre muito menos realistas que os conservadores. Por isso, essas lideranças liberais estiveram sempre muito divorciadas do povo brasileiro realmente existente, do povo real do Brasil.⁵⁸

⁵⁷ Ibidem, p.59.

⁵⁸ Ibidem, p.60.

Tal estilo paranóico de fazer política, por parte dos liberais brasileiros, já estava esboçado no primeiro dos movimentos de intervenção realizado contra um governo legal, formalmente constituído, ainda que exercido de maneira arbitrária pelo Executivo, a abdicação de Dom Pedro I. A indignação liberal, logo a seguir da queda do primeiro imperador, foi devida ao fato de que havia se mobilizado com tanto empenho e acabou por ver o poder passar para as mãos dos moderados, em breve tornados conservadores, que triunfaram em virtude de seu realismo político. Sua caracterização foi feita do modo mais perfeito por Joaquim Nabuco, ao historiar o comportamento dos liberais da época, citando as palavras de um dos mais destacados chefes liberais do século XIX, Theophilo Ottoni:

"O 7 de abril [de 1831] foi uma verdadeira *journée des dupes*. [dia dos logrados] Projetado por homens de idéias liberais muito avançadas, jurado sobre o sangue dos Canecas e dos Ratcliffs, o movimento tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais alta da palavra".⁵⁹

Ottoni, político liberal do Segundo Reinado, é um dos personagens-símbolo que a UDN sempre apontou como um de seus nomes inspiradores. Daí o uso do lenço branco, na campanha de lançamento da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, em 1945, ao se encerrar o Estado Novo. Esse gesto, agitar o lenço branco, foi um dos atos simbólicos realizados por Ottoni, em sua campanha de 1860.

Maria Victoria de Mesquita Benevides, em trecho transcrito acima, ao dizer que "o golpismo udenista não é deslize, não é ruptura", citou o pensador

⁵⁹ Nabuco, Joaquim – Um estadista do Império. Nabuco de Araujo. Sua vida, suas opiniões, sua época. (1813-1866). Tomo I. São Paulo/Rio de Janeiro, Cia Editora nacional/Civilização Brasileira, S.A. Editora, 1936, p. 21.

Michel Debrun, para quem o golpismo udenista está "no coração da própria ideologia". Com o desenvolvimento da tese desse autor fica inequívoco o seu pensamento, ao comparar o golpismo à brasileira, tão ligado ao udenismo, com igual expediente nos países da Europa em que já ocorreu:

"A diferença do que ocorre na Europa, onde o golpismo entra, envergonhado, pela porta dos fundos, ele está aqui, instalado no coração da própria ideologia."⁶⁰

Atitude que deriva da tese da presciência das elites, seria posta em prática agora, também, na tomada de decisões políticas, econômicas, educacionais e de outras naturezas, por parte da Escola Superior de Guerra, depois do triunfo do golpe. Decisões tomadas sem qualquer tipo de consulta popular, ou que se ouvissem os pareceres de quaisquer intelectuais, cientistas e técnicos que não sejam membros de suas equipes, que não tivessem sido previamente cooptados. Portanto, que não gozassem de total confiança dos comandos da entidade. É o que Debrun afirma, em *Militares: pensamento e ação política*, obra coletiva dirigida por Eliézer Rizzo de Oliveira:

"Deve-se, portanto, promover este Brasil de cima para baixo, fazer o bem dos seus habitantes malgrado eles, até pelo menos que a massa 'amorfa' tenha sido substituída [...] por uma totalidade articulada de cidadãos instruídos e responsáveis."⁶¹

Nada mais de acordo com a tese da presciência das elites.

⁶⁰ Benevides, Maria, op.cit., p 255.

⁶¹ Debrun, Michel - Os dois níveis da ideologia militar, in *Militares: pensamento e ação política*, organizado por Elizer Rizzo de oliveira. Campinas Papyrus livraria Editora, 1987. Coleção "Forças Armadas e Sociedade", Volume n.o 1, p. 192.

O Transoceanismo Como Origem do Elitismo Autoritário

Ao dizer que o estilo paranóico de fazer política das elites brasileiras tem como fator inegável um traço característico essencial da formação intelectual das elites brasileiras, o de sempre utilizar padrões estrangeiros, nunca o nacional, José Honório Rodrigues enfatiza o fato de tal segmento da sociedade não ver o povo tal como é, mas sim como gostaria que fosse. Significa que o queria europeizado, estrangeirado, alheio às suas próprias características étnicas, nacionais. Renegando a si mesmo, portanto.⁶²

Conceito altamente relacionado com a presciência das elites foi enunciado em denso livro escrito em 1956, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, pelo filósofo paulista João Cruz Costa, que denominou *transoceanismo* esse comportamento específico, em que se idealiza o país, vendo-o idealmente, como ele não é. Age-se assim por se enxergar não o que ocorre na realidade, na vida nacional, mas sim segundo o modo pelo qual se gostaria que o país fosse. Ou aspirando que se comporte de modo distinto ao que lhe é possível, por ter os olhos postos na Europa, *do outro lado do oceano*, portanto. Com isso, nós, brasileiros temos, quase sempre, elites e intelectuais bastante desvinculados da realidade nacional, pois pretendem aplicar ao Brasil e aos brasileiros os modelos que valem para outros países, mas que dificilmente serão totalmente adequados à nossa realidade, como expressão de um processo histórico endógeno e não importado.⁶³

⁶² Rodrigues, José Honório - *Aspirações Nacionais*. Interpretação histórico-política. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A, 1970, p. 90.

⁶³ Cruz Costa, João – *Contribuição à História da idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, livraria José Olympio Editora, 1956. Coleção “Documentos Brasileiros, Volume n.o 86, p. 15.

Conceito semelhante consta de *Raízes do Brasil*, quando o então jovem Sérgio Buarque de Holanda, com a mestria que sempre o caracterizou, disse que somos uns desterrados em nossa própria terra. O comentário de Cruz Costa é lapidar:

"[...] se é certo que, como disse Holanda, que 'todo estudo compreensivo da sociedade brasileira há de destacar o fato verdadeiramente fundamental de constituirmos o único esforço bem sucedido, e em larga escala, de transplantação da cultura européia para a zona tropical e subtropical', de que se é certo que 'vivemos uma experiência sem símile' e que, 'trazendo de países distantes as nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão de mundo', timbramos ainda em manter tudo isso em um ambiente muitas vezes desfavorável e hostil".⁶⁴

O brasileiro, dessa maneira, está numa situação desconfortável, quanto às idéias, uma vez

"[...] que '*somos uns desterrados em nossa terra*' e que participamos de um 'estilo e de um sistema de evolução naturais [próprios de] um outro clima e [de] outra paisagem', não menos certo é que esse complexo sofre bastante com o contato e a influência do meio novo da América, recebendo dele uma ação transformadora ou modificadora dos aspectos mais salientes da civilização adventícia e que, por isso mesmo, vivemos uma experiência sem símile".⁶⁵

Cruz Costa relativizou, portanto, a afirmação de Holanda, ao considerar que os traços alienígenas adotados pode ser adaptado ao nosso modo de vida, pode ser abasileirado, ainda que não tivesse deixado de reconhecer o constante fascínio apresentado por nossos intelectuais pelas idéias de além-mar,

⁶⁴ Ibidem, p. 15.

⁶⁵ Idem, op.cit. p. 15.

que pode levar a muitas inadequações, se não ocorrer um esforço nacionalizador, que adapte a novidade aos nosso ambiente, à nossa cultura, às nossas tradições.

Queremos lembrar que, desde os meados do presente século, o citado transoceanismo deslocou-se, em grande parte, da Europa, notadamente a França, para a América do Norte, tomando os Estados Unidos como modelo. Dos seguidores do novo comportamento, um bom e dos mais eloqüentes exemplos é o do antigo tenente e golpista de 1964, general Juraci Magalhães, político udenista que governou a Bahia, e que chegou a declarar, após a chegada dos militares ao poder, em 1964, que "tudo o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil", e isso, na condição de ministro das Relações Exteriores, o que depunha de maneira muito evidente contra sua pessoa, no que se refere à sua condição de defensor de qualquer veleidade de soberania nacional.⁶⁶

Boa parte da culpa de tal paranóia conspirativista deve-se ao modo pelo qual se dá a formação intelectual das elites, sua educação alienada com relação à realidade brasileira, contraposta à falta de condições de estudo por parte do povo. José Honório Rodrigues faz a crítica da formação de tal elite:

"A minoria educada – educada por uma visão histórica falseada – e a maioria deseducada insuficiente e deprimida, ainda não se uniram em nossa história, e só nesse dia será possível a aceleração do progresso nacional."⁶⁷

Assim, as elites não entendem o povo e este não confia nas elites. Tal divórcio entre elites e povo fez com que Rodrigues apresentasse dois de seus

⁶⁶ Dreifuss, André – 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Editora Vozes, 1987, p 441.

⁶⁷ Rodrigues, José, op.cit., p 57.

resultados, por parte de ambos os elementos citados, povo e elites, que em nossa História aparecem divididos, de acordo com uma profunda e evidente dicotomia:

"Nos tempos normais, o povo – no seu conjunto, maioria e minoria – segue seus interesses; nos tempos anormais, os seus preconceitos." ⁶⁸

Por isso, a vida política brasileira quase sempre oscila em direção à anormalidade, e isso é bastante claro nos tempos republicanos:

"A República foi quase sempre anormal; foi a ordem ou até a desordem oficial contra o progresso, foi o preconceito contra o interesse. Todos conhecemos os efeitos catastróficos da repressão contínua, sem uma saída para os vencidos, os derrotados, os marginalizados. Um Estado sadio e normal encontra remédio para sua crise devolvendo-os à vida nacional, procurando uma oportunidade para incorporá-los ao país." ⁶⁹

As elites, como têm bem melhores condições de expressar os seus pontos de vista, sempre puderam expô-los com mais facilidade, quer pela ação de seus partidos – em especial, a UDN, após a redemocratização de 1945 – e ainda, pela posse dos mais eficientes meios de comunicação de massa. E, além disso, há o prestígio que seus pontos de vista recebem, pelo simples fato de serem vistos pelo setor mais sugestível da população como algo melhor, por serem emanados das elites.

Daí a facilidade que o ressentimento de classe, típico daqueles segmentos médios que não conseguem chegar ao governo, devido à recusa popular, acaba sempre encontrando para poder ser manifestado, sob a forma de indignação moral, e sua reação por meio da tese da conspiração contra os seus

⁶⁸ Ibidem, p. 57.

⁶⁹ Ibidem, p. 57.

interesses. Assim é, porque apresenta esses objetivos a toda sociedade como se fossem os mais legítimos interesses gerais e não como apenas os seus interesses imediatos de classe, dos mais delimitados e muitas vezes, mesquinhos.

É, pois, o que Marx e Engels apresentam em *The German Ideology*, a ação da ideologia de uma determinada classe social dominante – ou pelo menos, privilegiada – como um véu que obscurece a visão dos demais membros da sociedade. Se tal objetivo for conseguido, as demais classes acabam aceitando os interesses alheios aos seus como verdade objetiva, como pura expressão do interesse geral. Somente quando essa ideologia for desmascarada será possível vê-la como expressão de outra classe social.

Assim, nas palavras de Marx e Engels,

"[...] os homens e as circunstâncias aparecem de cabeça para baixo, tal como numa câmara escura".⁷⁰

Todas essas considerações de Rodrigues, percebe-se, fazem com que a visão política das elites se entronque com os planos elitistas das doutrinas militares, seja a Góes Monteiro, da década de 1930, seja a da Escola Superior de Guerra.

Outra análise do conspiracionismo, no que trata do que pode ser visto como paranóia anticomunista foi feita por Oliveiros da Silva Ferreira, referente ao período da ditadura militar. Esse autor observou um dos aspectos que também foi visto sob a óptica de Maria Helena Moreira Alves, em especial quanto às questões imputadas à presença do movimento comunista no Brasil e das diversas alegações dos adeptos da teoria conspiratória de que todas as

⁷⁰ Marx, Karl e Engels, Friedrich – A Ideologia Alemã, São Paulo, Editora Martin Claret, 2004, p 14.

contestações do regime eram inspiradas pela União Soviética e pelos demais países socialistas, então em confronto com os Estados Unidos, no decorrer da Guerra Fria.

O mesmo valia para toda a movimentação reivindicatória e de lutas pelas reformas que foram pretexto para o golpe. Nada teria sido fruto de reflexão endógena.

Nesse ponto, curiosamente, Ferreira, pensador mais conservador, se aproximou, de modo inegável, de um aspecto tratado por Honório Rodrigues, ainda que se tratasse de um pensador de tendência socialista. O ponto de contato entre Ferreira e Rodrigues se dá, exatamente, no destaque por ambos conferidos à visão dicotômica da sociedade, por parte dos militares, na ênfase de Ferreira, e por parte dos civis golpistas, nas palavras de Rodrigues. Os enfoques citados são distintos, mas a mentalidade é a mesma, que fez com que as camadas médias brasileiras, civil e militar, desenvolvessem cada vez mais uma teoria conspiratória da História.

Essa visão conspiratória, obviamente, só pode empobrecer qualquer análise, quanto a seus aspectos cognitivos, a partir de suas posições ontológicas e a seus valores e, pior ainda, a levar à tomada de posições políticas bastante perigosas para o funcionamento das instituições democráticas, como tanto enfatizou o historiador carioca, em especial ao examinar o papel das elites liberais brasileiras. Isso, sejam as elites liberais do Império, inseridas no Partido Liberal, sejam as da República, de início nas oligarquias que dominaram o período que vai até 1930, atitude que chegou a seu extremo entre 1945 e 1964, com a ação da UDN.

E a imputação de ser elemento inspirado pelos interesses comunistas, lançada contra todos os opositores do regime militar, ocorria como se não

houvesse, no Brasil de então, motivos de sobra para que ocorressem reclamações contra o governo militar, sem que o povo brasileiro, e em especial, suas lideranças populares e reformistas pudessem agir por si, tendo que pedir aos soviéticos, cubanos ou chineses maiores informações sobre como estava a vida política e social brasileira de até o golpe e depois deste, instaurada a ditadura militar, termos que perguntar a eles a respeito da nossa vida e da nossa política, que passou a transcorrer sob o comando dos sabres.

O “Poder Moderado” militar. Limitante do Autoritarismo.

É bastante usual, na historiografia e na ciência política brasileiras, tratar o papel político do Exército como um sucedâneo do Poder Moderador, constante da Constituição imperial e que teria passado a ser exercido extra-oficialmente, de acordo com as interpretações dos comandos, pelos militares brasileiros, quando das crises políticas pelas quais o país esteve ameaçado. Desse modo, José Honório Rodrigues considera, comparativamente com o papel institucional do Poder Moderador imperial, a ação dos comandos nos momentos críticos da política nacional, e estabelece claramente os seus limites, que foram ultrapassados quando do golpe de 1964.

Defendeu, pois, a tese de que o Poder Moderador imperial foi um instrumento de força, o que diz em sua obra *Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-cultural*, ainda que reconhecendo a necessidade de sua existência, naquela época, uma espécie de mal necessário, dada a maneira pela qual ocorria o equilíbrio de forças partidárias e o modo pelo qual eram realizadas as eleições para promover a rotatividade do poder e impedir assim

que fosse monopolizado por uma agremiação, somente. Daí o seu desvirtuamento, ao passar para as mãos do Exército, de modo prático, totalmente pragmático, mas sem base constitucional.

Nesse sentido, Rodrigues comenta que

"[...] o Poder Moderador fora criado, segundo o autor da Constituição de 1824, Carneiro de Campos, depois Marquês de Caravelas, para ser uma espécie de ditadura, uma ditadura plácida, restringida a certos e bem determinados atos. Esse Poder moderava os dois partidos, o Liberal e o Conservador, que se alternavam no governo. A verdade é que o Poder Moderador repousou no equilíbrio das forças militares, a conservadora representada por Caxias, e a liberal por Osório. Acabado o regime imperial, a República teve nas Forças Armadas o Poder Moderador conciliando as divergências políticas, federais e estaduais. *Em 1964, esse Poder deixou de ser moderador, imoderou-se, tutelou tudo e com isso desequilibrou as forças sociais e econômicas da nação. O generalismo, a sucessão presidencial por generais de quatro estrelas, acabou com a República e a Federação, que eram consideradas pela própria Escola Superior de Guerra como objetivos nacionais permanentes.*"⁷¹

Chegou, portanto, ao ponto de criar um neologismo, para designar o novo tipo de governo brasileiro instaurado em 1964. Era o *generalismo*, o sistema imposto segundo o qual o presidente somente poderia ser um oficial general de quatro estrelas – o general-de-exército – e que a sua impessoalidade decorria da forma adotada de estar submetida a uma temporariedade, sem reeleição para o período imediatamente seguinte. Com isso, evitava-se a semelhança com as demais ditaduras militares da América Latina. Tais foram os casos dos generais Alfredo Stroessner, no Paraguai, no poder desde 1954, que foi sucessiva e ininterruptamente reeleito por eleições fraudadas, e Rafael Leonidas Trujillo Molina, da República Dominicana, ditadura iniciada em 1930

⁷¹ Rodrigues, José, op.cit., p. 14-15.

e somente foi terminada com o assassinato daquele ditador em 1961, em que pese a sua periódica substituição por mandatários títeres.

A chave para a compreensão desse suceder de generais-presidentes no Brasil era a presciência das elites. Cabe voltar a recordar a grande ligação desses militares com a UDN, a entidade política que, metodicamente, defendeu essa tese. Todos os generais que foram mandatários no período em questão, sem exceção, eram, abertamente ou não, eleitores udenistas. E o mesmo com relação aos oficiais de diversas patentes e das três Forças Armadas que pertenciam à Escola Superior de Guerra, quase todos signatários do Manifesto dos Coronéis, em 1954, a começar de Golbery do Couto e Silva.

Cabe recordar, inicialmente, que os próprios membros da direção da Escola Superior de Guerra consideravam-se a elite intelectual das Forças Armadas, e sendo essas as detentoras do poder supremo, eles eram, por definição, o ponto mais alto da elite nacional.

A ação das elites sempre foi uma preocupação de Oliveiros da Silva Ferreira, que deixou claro isso em uma de suas obras mais importantes a respeito do pensamento de Antonio Gramsci, *Os 45 cavaleiros húngaros. Uma leitura dos Cadernos de Gramsci*. Nesse sentido, o autor é claro, citando em sua análise da ação da Escola Superior de Guerra dois dos mais clássicos especialistas no tema. Um deles, Vilfredo Pareto, era elemento conservador e direitista, dos primeiros tempos da formação do pensamento sociológico europeu; o outro, Charles Wright Mills, norte-americano, mais recente, era de formação socialista, sempre foi adepto de reformas sociais e prestou inequívoca solidariedade à democracia na América Latina.

Assim, Ferreira considera que:

"A teoria das elites – de Pareto a Wright Mills –, não é condenável em si, muito pelo contrário, [pois] tolos têm sido aqueles que [...] menosprezam o papel delas na História".⁷²

Mas o autor sempre enfatizou que entende por elite um grupo realmente capaz de exercer por si mesmo a hegemonia política, e não um grupo tutelado, que seria meramente uma elite operacional, não dirigente. Por isso, criticou não só os estagiários da Escola Superior de Guerra, que não seriam por si mesmos capazes de adquirir toda a qualificação necessária para que se constituíssem como um grupo dirigente digno do nome, mas também os próprios instrutores fardados, que viu como incapazes de tal desempenho, na tarefa criadora de tal elite.

Há várias considerações desse analista sobre o papel das elites, de acordo com a conceituação da Escola Superior de Guerra. É possível notar, pelas críticas que fez o fato de tais elites, segundo os processos pelos quais se deram as suas formações, naquela entidade, não estarem qualificadas.

O autor, nessa análise, parte do claro pressuposto da importância das elites, conforme seus pontos de vista, mas enfatiza, também, os limites que tal grupo apresenta, a partir de seus interesses específicos, expressos de maneira subjetiva:

"São as elites, pois, a mola propulsora do processo de mudança, embora a visão que elas têm da vida social, [como] toda avaliação de fenômenos sociais, [seja] influenciada pelo subjetivismo. (Intercalações nossas. *Manual*, 1977-1978:133, cf. Ferreira, 1979:271) [Assim é, pela] necessidade de o Estado disciplinar, na medida

⁷² Ferreira, Oliveiros da Silva – “A Escola Superior de Guerra no quadro do pensamento político brasileiro” in *As idéias políticas no Brasil – volume 2*, organizado por Adolpho Crippa. São Paulo, Editora Convívio, 1979, p. 270.

adequada, o funcionamento das empresas [...] [pois] o Estado não pode permitir que a hipertrofia de interesses particulares prejudique o esforço governamental para eliminar conflitos sociais." ⁷³

Essas elites devem desempenhar uma função determinada, no que toca à vida nacional – que Ferreira não nega em si mesma –, pois

"[...] na verdade, o papel dinâmico no processo de captar e interpretar tais interesses e aspirações latentes do povo, do qual ela [...] também é [...] parte, compete às elites. São elas, por sua participação na vida nacional, que têm a responsabilidade no processo". ⁷⁴

As elites citadas, como em qualquer outro caso, em se tratando desse tipo de segmento social, devem ser as antenas destinadas a realizar a captação das aspirações populares, reelaborá-las e assim, dar-lhes forma e conteúdo mais preciso. Quando a isso, o texto do *Manual* é taxativo:

"Cabe-lhes, assim, [às elites] interpretar os anseios e aspirações, difusos no meio ambiente, harmonizando-os com os verdadeiros anseios da Nação e com o Bem Comum, apresentando-os, de volta, ao povo, que, desse modo sensibilizado, poderá entender e adotar os novos padrões que lhes são propostos". ⁷⁵

O grande problema está na qualidade dessas elites, na discutível qualidade dessas antenas, não só pelas deficiências de sua formação, que as tornava facilmente presas dos interesses grupais, quando não puramente cúmplices, mas também, na crítica de Ferreira, pelo processo por meio do qual estavam sendo formadas, com os textos simplistas do *Manual* e sua visão

⁷³ Ibidem, p. 274.

⁷⁴ Ibidem, p. 271.

⁷⁵ Ibidem, p. 272.

simplista e distorcida da História. Desses erros e simplificações conceituais dos textos do *Manual* decorriam a má formação histórica e política que a entidade oferecia aos estagiários, que pretendia transformar em membros da elite dirigente do país.

O autor, assim, foi taxativo em criticar o processo de falseamento da História, traçando a comparação entre o mau uso dos dados históricos pela Escola Superior de Guerra com seu uso bem mais correto pela pedagogia jesuítica, cuja superioridade reconheceu, na formação de suas elites. E além disso, tratou de mostrar um ponto em comum com relação à estratégia formadora dos quadros esguianos e as escolas de quadros dos partidos comunistas de caráter ortodoxo:

"Não se reescreve – e mal – a História pátria para educar as elites. Os jesuítas tiveram o cuidado de educar os príncipes, pelo menos, corretamente. Quem reescreveu e reescreve a História é o Partido Comunista da União Soviética."⁷⁶

Considere-se que *reescrever*, nesse caso, não é reinterpretar a história, à luz de novos documentos, de novos fatos, de novos métodos, de novos enfoques, ou ainda ver a história à luz de problemas novos, que não despertaram o interesse dos historiadores de outros tempos, mas que por qualquer motivo, interessam os de outra época posterior. Não é considerar a história segundo a contemporaneidade levada em conta por Benedetto Croce, e assim, reescrevê-la sob novos ângulos que tenham para isso qualquer tipo de pertinência. Trata-se, muito pelo contrário, de falsear a história, por interesses escusos, tais como os de Stalin, que chegou a minimizar o papel de Trotski na Revolução Russa, malgrado tenha sido ele o comandante do Exército Vermelho triunfante.

⁷⁶ Ibidem, p. 271.

Há outros exemplos de mau uso da História, contidos no *Manual*, e que se referem à justificação teórica da Escola Superior de Guerra dos tópicos que a doutrina da instituição classificou como Objetivos Nacionais Permanentes Brasileiros, entre os quais citou a integração e a democracia. Esses objetivos, formulados pela doutrina em questão, eram, basicamente, nas palavras de outro especialista no pensamento militar, Leonardo Trevisan,

"[...] salvaguarda intransigente de nossa independência política, [seguida da] [...] consolidação da unidade do grupo nacional, através de crescente integração social, com fundamentação nos princípios de justiça social e de moral cristã, [no plano da ação política e social; a] incorporação de todo o território nacional, humanizando-se e valorizando-se os largos espaços ainda vazios, [sob o aspecto geográfico interno; o] [...] fortalecimento do prestígio nacional no âmbito externo, com base no princípio da igualdade jurídica dos Estados e a crescente projeção do país no Exterior, com vistas à salvaguarda eficaz de seus próprios interesses e em benefício também da própria paz internacional."⁷⁷

Quanto ao primeiro tema, Ferreira considerou o texto do *Manual* no ponto em que afirma que,

"[...] a integração racial esboçou-se já no início do século XVII, em Pernambuco, na luta contra os holandeses, [e, no início do século XIX,] [...] foi motivo de grande cuidado por parte de José Bonifácio quando da instalação do nosso primeiro governo independente."⁷⁸

Assim, de acordo com a crítica muito pertinente de Ferreira,

⁷⁷ Trevisan, Leonardo – O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro. São Paulo, Global Editora e Distribuidora LTDA, 1985. Coleção “Cadernos de educação Política, série O pensamento político, Volume n.º 6, p. 54.

⁷⁸ Ferreira, Oliveiros, op.cit., p. 270.

"[...] o aluno [o estagiário] menos informado imaginará, além do que é correto, que José Bonifácio teve êxito, em seus esforços abolicionistas, em tempo politicamente hábil." ⁷⁹

Cumpre ainda notar que se houve participação, nas guerras holandesas, de brancos, negros e índios, isso pouco representa em matéria de integração, uma vez que não se tratavam de quaisquer índios e negros, que continuavam escravizados, uma vez que esse regime de trabalho foi a base da vida econômica brasileira, de modo absoluto, até os meados do século XIX e persistiu, com grande importância, até a Abolição. Há que se considerar, ainda, os papéis de Henrique Dias e Felipe Camarão, que não se tratavam de um negro e um índio comuns, assim como os homens que chefiavam, em seus regimentos milicianos. Dias era um oficial de milícias, um homem livre, tal como o índio Camarão, e, portanto, pessoas bem mais privilegiadas, com relação às grandes massas negras e índias daquela época. Para essas outras pessoas, nada mudou: continuaram sendo escravizadas e no caso dos índios, o genocídio e o etnocídio mais brutais prosseguiram como passaram a ser desde a chegada dos portugueses e como veio a prosseguir, até os dias em que a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento regia a vida brasileira.

O genocídio e o etnocídio indígenas, recordemos, foram fortemente impulsionados pela própria Doutrina, indiretamente, tanto em seus esforços canhestros de promover a integração de índios isolados, quanto em facilitar a penetração do agronegócio e das frentes de expansão na Amazônia. O desastre foi incalculável, com essas atividades, feitas sem levar em conta o modo de vida indígena, nem quanto à destruição ecológica, a grilagem de terras indígenas, e com o contato indiscriminado, que facilitava a propagação de doenças

⁷⁹ Ibidem, p.. 270.

contagiosas para as quais os índios não tinham imunidades, além da indução ao consumo da pinga.

Quanto aos esforços abolicionistas de José Bonifácio, é bastante lembrar a ferrenha oposição campanha desencadeada contra esse estadista, quando ministro do Império e ainda, na qualidade de deputado à Assembléia Nacional Constituinte de 1823.

O tópico democracia é ainda mais distorcido que os conceitos de integração racial acima expostos. Assim, Ferreira assinala que o *Manual* destaca, acriticamente, que

"[...] é significativo ter, desde antes de setembro [de 1822], funcionado no Rio de Janeiro uma Assembléia Constituinte, convocada em abril de 1822, através dos sábios conselhos do Patriarca [José Bonifácio], destinada a elaborar a Constituição para o futuro País. Assim, o conceito de garantia dos direitos do homem *antecederam* (*sic*, observação de Ferreira) à própria emancipação política. A Monarquia sempre foi constitucional e o Ato Adicional de 1834 teve características de maior abertura democrática."⁸⁰

O comentário de Oliveiros Ferreira, no que toca ao respeito à liberdade do Poder Legislativo naquele momento é que

"[...] o aluno menos informado continuará sem saber que o imperador Dom Pedro I dissolveu *manu militari* a Assembléia Constituinte, outorgou a Carta de 1824 e que depois do Ato Adicional houve o Golpe da Maioridade e reforçou-se o centralismo."⁸¹

⁸⁰ Ibidem, p. 270.

⁸¹ Ibidem, p. 270.

Cumpra ainda recordar que, com o fechamento da Assembléia Constituinte, o Patriarca José Bonifácio, tão elogiado pelos mentores do pensamento esguianos como um exemplo de democrata, foi metido com seus irmãos Martim Francisco e Antônio Carlos numa enxovia e depois, deportado para a Europa. Viajaram num navio em precárias condições, que poderia naufragar a qualquer momento; que navegava desarmado e sem escolta e que assim, estava sujeito a ser capturado por belonaves portuguesas, uma vez que ainda não havia cessado o estado de guerra entre Brasil e Portugal. Caso acontecesse esse apresamento, não se pode imaginar qual teria sido o destino de José Bonifácio, seus irmãos e suas famílias.

No que toca ao Golpe da Maioridade, foi uma burla à Constituição, uma vez que o texto da lei era claro: o príncipe herdeiro Dom Pedro somente poderia assumir o trono aos dezoito anos, e não aos catorze.

E, mais que tudo, é curiosíssimo vermos um elogio à ação de José Bonifácio ao haver cuidado de que existisse uma Assembléia Constituinte, convocada antes da proclamação da Independência, por parte de ideólogos militares do mesmo governo que reduzira ao extremo o Poder Legislativo, tornando-o mera sombra do que havia sido entre 1946 e 1964, e que quando da decretação do Ato Institucional n.º 5, em dezembro de 1969, fechara o Congresso por meio de tropas, que dispunham da artilharia dos tanques de guerra.

A crítica de Ferreira prossegue, agora em tom irônico:

"Ainda sobre a democracia, pode-se ler esta *pérola*: 'A República sucedeu-se à solução monárquica tão logo cumprido o objetivo prioritário de consolidar a unidade nacional'."⁸²

Está tudo exposto de maneira simplista, sem qualquer análise das correlações de forças, dos descontentamentos existentes por parte das oligarquias em ascensão, como se a República tivesse nascido de um grande consenso. E Ferreira prossegue a sua consideração sobre como falsear a História com o comentário sobre o sentido da vida política brasileira, do início do Primeiro Reinado até o momento da edição do Ato Institucional n.º 5:

"[...] de 1822 a 1889 passaram-se 67 anos, houve Caxias pacificando os que se rebelaram contra o poder central, a Abolição, a Questão Religiosa e a Questão Militar; e não foi na República que os privatismos de novo se assanharam, levando ao centralismo de 1930, consagrado em 1937 e reafirmado em 1969?"⁸³

Note-se que Ferreira, analista político de tendência conservadora, criticou os centralismos exagerados de 1930, do Estado Novo de 1937 e do que decorreu do AI-5, levando ao extremo o controle do poder central e a mais absoluta hipertrofia do Executivo.

Tratava-se, portanto, de reescrever a História de acordo com interesses específicos de um grupo, e isso, feito do modo mais distorcedor da realidade. A elite que estava sendo formada com tais ensinamentos, evidentemente, pecava por sua origem. Ou era composta por pessoas totalmente ignorantes dos processos da História do Brasil – e a ignorância é um qualificativo bem pouco recomendável para uma elite dirigente ou executora –, ou eram cúmplices da

⁸² Ibidem, p. 271.

⁸³ Ibidem, p. 271.

farsa montada com a visão distorcida da História nacional, o que depõe de modo muito sugestivo sobre as suas qualidades morais.

Outro ponto essencial da condenação de Ferreira quanto ao conteúdo do pensamento da Escola Superior de Guerra está no fato de que o *Manual* enfatiza que foram poucas as críticas feitas na História do Brasil a respeito da "inércia, a acomodação e a abulia que passaram do Império à República." São críticas que, no seu entender, ficaram restritas a elementos pertencentes aos meios militares e intelectuais,

"[...] além de observar e acompanhar mais de perto a evolução nos métodos de pensamento e ação que estavam cavando um abismo entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, [porque] [...] se os militares integram as elites, também eles podem interpretar [a realidade nacional com a mesma] visão distorcida, que resulta de seus interesses e aspirações."⁸⁴

Mas os pensadores da Escola Superior de Guerra não desejavam ser confundidos com as elites tradicionais brasileiras civis e, por isso, trataram de procurar uma inserção para si na sociedade nacional, que os tornassem diferenciados das elites por eles criticadas. Eles deveriam, de acordo com essa autoconceituação, aparecer como elementos distanciados das elites de origem tradicional ou das elites civis emergentes. Se pudessem não ser enquadrados nessa categoria, teriam os meios para aparecer à opinião pública como um grupo social muito distinto dos demais, capaz de escapar dos interesses particulares, como membros plenos do aparelho de Estado e, portanto, mais tendentes ao impessoalismo, e não como integrantes de grupos ou facções.

⁸⁴ Ibidem, p. 274.

Deixando claro que por não tinham compromissos dessa ordem, moralmente assumidos, poderiam disputar os cargos do poder como se fossem despojos, beneficiando-se desse tipo de neutralidade. Assim,

"Se não as integram, [as elites tradicionais] por pertencer ao aparelho de Estado, são então o único grupo social isento, sem interesses específicos, sem ambições e sem vieses interpretativos, que realmente pode voltar-se para a transformação do Brasil de Estado liberal em Estado social, [o que faria por estar realmente] [...] preocupado com a eficiência da ação e capaz de sofrer e enfrentar a pressão das massas e o perigo de sua 'manipulação pela demagogia e pela ideologia que se tornaram cunho deste século'. A permanência das Forças Armadas impõe assim a ligação com o passado, voltando-se para o futuro, 'mas sempre a refletir a alma e o caráter nacionais'." ⁸⁵

O texto acima selecionado por Oliveiros revela a pretensão do grupo esguiano de encarar os militares em geral – e a elite fardada, em particular –, como um grupo isento de interesses específicos, como os das elites econômicas e políticas. Destaca, ainda, a crítica militar ao Estado de formação liberal e seu desejo de criar um Estado social, um enunciado muitas vezes presente no discurso dos tenentes de 1922, mas que não teve, jamais, qualquer definição concreta, clara e formalmente expressa.

Aponta, ainda, o temor corporativo da "manipulação pela demagogia", considerando que uma entidade formada à base da hierarquia e disciplina somente poderia ver qualquer movimento social que escape dos regulamentos escritos e limitadores – como eram as disposições conservadoras da Constituição de 1946 – como nada mais que uma profunda anarquia ideológica, destinada apenas a dar proveito a alguns demagogos.

⁸⁵ Ibidem, p. 274.

Ou, pior ainda, aos subversivos, muitas vezes identificado com os elementos que promoviam a luta armada, mas também com a oposição que queria agir dentro das normas institucionais, e ainda com alguns elementos não identificados, cuja ação é apontada sem grande clareza, uma vaga ameaça, tal como os agentes da KGB e outros elementos ameaçadores.

A crítica feita por eles da presença da ideologia na vida política e no comportamento das pessoas e dos grupos liga-se, diretamente, com a idéia de um pensamento que fosse isento de valores estranhos ao que vagamente conceituavam como "interesse nacional". Assim vagamente enunciado, tudo ficava como se fosse possível a ausência de valores e de posições ideológicas em qualquer sociedade, como se fosse possível a existência de um pensamento elevado a um grau de pureza asséptica e de neutralidade absolutamente comprovada. Os "interesses nacionais" seriam assim algo que flutuaria num vácuo de interesses e de visão de mundo, e que são, exatamente, os elementos que constituem a essência de qualquer *corpus* de caráter ideológico.

Finalmente, nesse trecho, deve ser destacada a ligação com o passado, a que o *Manual* remete, vendo-o dum modo idealizado e sem qualquer relação concreta com uma concepção de História que pudesse apresentar alguma parcela de verdade. Isso fica evidente, pela clara idealização que Ferreira já apontou em seus conteúdos, ao traçar considerações sobre como a Escola Superior de Guerra viu dois temas históricos da maior importância para qualquer projeto nacional que seja viável para as condições do Brasil. Eram tanto a integração racial – a questão de Henrique Dias e Felipe Camarão – quanto o que pudesse ser a democracia, no caso da Constituinte de 1823 e a atuação de José Bonifácio.

Desperta interesse, igualmente, o fato de que apesar das críticas ao Estado liberal, reconhecendo suas deficiências – e nisso, partilhavam de muitos pontos de vista com as esquerdas, ainda que com valores e orientações distintos

–, e de a sua orientação política ser evidentemente autoritária, os militares não chegaram a apresentar um *corpus* teórico autoritário mais consistente. Algo que tivesse maior possibilidade de aceitação por uma parcela mais ampla da sociedade, como os de elaboração de Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Francisco Campos, pensadores que tiveram a seu favor o clima da época em que se deu a sua ação. De fato, a década de 1930, em que foram formulados os *corpi* de autoria dos citados pensadores, o autoritarismo conheceu bem mais adeptos que nas décadas de 1960 e de 1970.

Um dos conceitos mais recorrentes em seu discurso era a democracia, da necessidade de que se promovesse o estabelecimento da *verdadeira democracia* no país, ainda que quase nunca fossem claros em fazer a conceituação de como seria esse regime e o máximo que conseguiram foi matizá-los com adjetivos. Algo como *democracia autoritária* – o que não lhes pareceu contraditório –, *democracia social*, um enunciado bastante análogo ao de *Estado Social*, que deveria substituir o *Estado liberal* e, nas suas explicações ainda mais vagas, *democracia brasileira*.

A tese da presciência das elites, de que os altos escalões da Escola Superior de Guerra julgavam-se os melhores representantes e que viam os integrantes de seu corpo de estagiários como os frutos mais promissores de sua ação pedagógica, estão muito presentes em vários trechos do *Manual*, e da maneira mais clara e inequívoca. Tal foi, por exemplo, o texto acima transcrito, sobre a necessidade das elites atuarem no sentido de auscultarem as aspirações populares e levá-las à prática. Exemplos como esse abundam nos textos das publicações oficiais.

Mas é necessário que se leve em conta que as próprias elites civis políticas e sociais brasileiras, tais como existiam na época, também eram vistas pelos instrutores esguianos como passíveis de cometer erros graves. Daí haver

Ferreira destacou o trecho seguinte, quanto ao reconhecimento dos limites das elites civis, por parte do texto do *Manual*:

"Nem sempre os grupos nacionais que estão vivendo a dinâmica das relações sociais têm a necessária visão para discernir seus próprios interesses e aspirações. [...] As elites, [políticas e sociais] [...] presas a certos símbolos e valores, tradicionais ou não, podem deixar de compreender os interesses gerais, podem interpretá-los segundo uma visão distorcida que resulta dos seus próprios interesses e aspirações." ⁸⁶

De acordo com as próprias afirmações do *Manual*, acima expostas, a mais evidente característica dessa elite é o seu prender-se a seus próprios interesses, tão somente, e, assim, não estarem muitas vezes em condições fazer a interpretação dos *anseios do povo*, não tendo como se apresentar como elite política, portanto.

"Se assim é, se as elites também têm seus interesses particulares e pelo seu prisma vêem os problemas nacionais, quem pode, nessa visão do mundo confusa e até certo ponto aterradora, pela referência constante a entes só definíveis numa visão totalitária do universo, como Bem Comum e Valores Morais e Espirituais, assumir as responsabilidades pela racionalidade da administração governamental, que o liberalismo descuro?"⁸⁷

Tais conceitos – Bem Comum e Valores Morais e Espirituais –, se por um lado são bem pouco definíveis, claramente, em qualquer análise objetiva, por outro são bastante eficientes para sua utilização ideológica, em se tratando de manipulação das massas, se forem veiculados de modo eficiente, pela

⁸⁶ Ibidem, p. 273.

⁸⁷ Ibidem,, p. 274.

propaganda, e isso pode vir a ser a raiz de um regime totalitário, ou, pelo menos, fortemente autoritário.

Fica , nesse ponto, a sua antevisão de um regime autoritário capaz de descambar para o totalitarismo, como deixou claro, pela referência que a doutrina esguiana fez de certo número de elementos absolutamente abstratos, os tais Bem Comum, Valores Morais, Valores Espirituais, bem pouco definidos, nunca enunciados claramente, em sua consistência, mas apesar disso – ou talvez até por isso mesmo – muito reafirmados nos textos, passando por subentendidos. Cabe, entendemos, recordar que todos os regimes totalitários sempre fizeram referências desse tipo, de caráter utópico, projetando para o passado mítico, como nos casos fascista e nazista, ou para o futuro mais ou menos distante, como no totalitarismo stalinista.

Desse modo, não se pode duvidar que o autoritarismo seja "uma manifestação degenerativa da autoridade", nas palavras de Stoppino, por ser "uma imposição da obediência e prescinde em grande parte do consenso dos súditos", razão pela qual age "oprimindo sua liberdade".⁸⁸

O Caráter Desmobilizador Do Autoritarismo Brasileiro

Como nosso objetivo não é o estudo da personalidade autoritária, em si mesma, não precisamos ir muito além das considerações que acima traçamos sobre o seu papel. É, para nosso estudo, um dado complementar, a ser citado conforme possa ter pertinência, uma vez que seu objetivo principal é o regime autoritário brasileiro, concretamente visto. Regime autoritário considerado em

⁸⁸ Stoppino, Mário, op.cit., p.94.

especial quanto a seus aspectos políticos, altamente relacionados com política econômica gerada pelos militares no poder e seus tecnocratas civis, e sob a inspiração da Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra, por meio de seus doutrinadores militares e paisanos.

A questão da centralidade do conceito de autoritarismo, posto ao lado de totalitarismo – e dele diferenciado – se contrapõe ao de democracia, de modo que serão ressaltados os aspectos notoriamente antidemocráticos da Doutrina de Segurança Nacional, com relação à ação política do Estado brasileiro e à direção da economia do país, de acordo com os planos econômicos desenvolvimentistas do governo.

Stoppino considera, especificamente, o papel altamente conservador dos regimes autoritários, tomando por base, por um lado, um sentido altamente generalizante, o fato de não ser democrático, e por outro, o fato de possuir

"[...] um baixo grau de mobilização e penetração da sociedade. Este último significado coincide em parte com a noção de ideologia autoritária. [Abre, entretanto, uma exceção conceitual, porque] [...] existem tanto os regimes autoritários da ordem como os *regimes autoritários voltados para uma transformação*, embora *limitada*, as sociedade."⁸⁹

Reconhece, assim, que um regime autoritário, mesmo sendo desmobilizador, pode possuir uma orientação transformadora da sociedade, ainda que limitada e, basicamente, conservadora. Transformadora porque atua no sentido de promover a modernização material do país, notadamente no campo da economia e das distintas tecnologias, como as comunicações, transportes e outros setores. Conservadora porque não se preocupa em criar

⁸⁹ Stoppino, Mario, op.cit., p. 94.

melhorias sociais, a começar das restrições que impõe à melhor redistribuição de renda.

Havia, em toda a política do regime castrense, uma preocupação constante em fazer com que ocorresse a compressão salarial, fator de acumulação capitalista, de um lado, e a repressão dos movimentos reivindicadores das camadas assalariadas, no terreno social, e do mesmo modo, dos descontentamentos políticos, por parte dos mais variados setores da sociedade brasileira, desejosos do retorno à normalidade democrática institucional. Essa era uma característica autoritária inegável, que está presente no texto do verbete citado.

É, pois, um elemento de especial interesse para o nosso trabalho, não só no que trata da práxis autoritária, mas também em sua justificação doutrinária, constante dos termos da Doutrina de Segurança Nacional e subjacente aos planos econômicos dos diversos governos militares. Desses, constam o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), do tempo da Presidência Castelo Branco, do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), do governo Costa e Silva e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), do governo Médici, dois planejamentos drásticos do que se desejou realizar, por parte do governo e de seus ministros da área econômica – Fazenda, Planejamento, Agricultura e Indústria e Comércio. Todos foram unânimes em recomendar a compressão salarial, sob a alegação de que "primeiro era preciso fazer crescer o bolo para depois dividi-lo", o que jamais foi realizado, com o que se alegou ser a frustração do assim chamado "milagre econômico brasileiro". Comportamento que era a contrapartida da prática de se fazer com que se "socializassem as perdas e privatizassem os lucros", como foi dito, por seus críticos.

Capítulo II

O Conteúdo da Doutrina de Segurança Nacional

Este capítulo faz um resumo sucinto dos valores e conteúdos da Doutrina de Segurança Nacional, apoiado em textos de autores como Marcelo José Ferraz Suano⁹⁰, o padre Joseph Comblin⁹¹, Ana María Bidegain de Urán⁹², entre outros.

Quanto ao autor que se apresentou como franco apologista da Doutrina, José Alfredo Amaral Gurgel, professor da Unicamp e da Universidade Mackenzie, expôs sua versão desse *corpus* em *Segurança e democracia. Uma reflexão política*.⁹³ Sua citação não foi feita por nós de maneira direta, mas pelo aproveitamento dos comentários de Comblin e de Bidegain de Urán, que se valeram de sua exposição metódica e esquemática, altamente compreensível, dada a pretensão do autor quanto a estender seu ensinamento a alunos de cursos superiores, em especial os da Universidade Mackenzie. Nessa instituição, o professor Amaral Gurgel era o coordenador do curso comum aos currículos de todas as graduações, Estudos de Problemas Brasileiros, de acordo com as normas do Conselho Federal de Educação dos tempos do governo autoritário.

⁹⁰ Suano, Marcelo José Ferraz - A Doutrina Góes Monteiro e o pensamento político brasileiro nos anos 30. (O intelectual do partido fardado e a dinâmica das intervenções militares). São Paulo, Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 2002. Tese de doutorado, xerocopiada.

⁹¹ Comblin, Joseph, padre - A ideologia da segurança nacional. O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2.a edição, 1978. Tradução de A. Veiga Fialho.

⁹² Urán, Ana María Bidegain de - Nacionalismo, militarismo e dominação na América Latina. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1987. Tradução de José Saramago.

⁹³ Gurgel, José Alfredo Amaral - Segurança e democracia. Uma reflexão política. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1975. Coleção "Brasil em Questão".

Há outros defensores dessa Doutrina, entre os civis, além das óbvias citações dos generais Golbery do Couto e Silva, e Carlos de Meira Mattos. São eles, principalmente, o professor e jornalista Jorge Boaventura e o jurista e professor Mário Pessoa. Deles, pouco nos ocuparemos, por ser suficiente o que Comblin, Suano e Bidegain de Urán transcreveram nesse sentido.

Dos apologistas, portanto, não iremos muito além do professor Amaral Gurgel, por haver feito exposições bastante claras quanto a seus propósitos, em especial devido ao caráter didático que deu à obra que citamos, ainda que os conceitos emitidos, em si mesmos, possam ter inexatidões e afirmações gratuitas quanto ao mérito.

A motivação para a Doutrina da Segurança Nacional e sua gestação

A Doutrina de Segurança Nacional, começou a ser redigida no momento em que se instaurava no mundo a bipolaridade da Guerra Fria, logo após o término da Segunda Guerra Mundial. O rompimento da aliança entre a União Soviética e os aliados ocidentais se dera logo após o triunfo das forças antinazifascistas, e não foram poucos os analistas, em ambos os setores, que temeram pela pronta eclosão de uma Terceira Guerra Mundial, que deveria ser mais catastrófica que a anterior. Assim seria, pensavam todos, porque as duas superpotências acabariam por se defrontar, uma vez que ambas desejavam a hegemonia mundial.

A Doutrina teve duas vertentes originárias principais, a francesa e a norte-americana. Foi, portanto, uma reação de começo praticamente simultânea nos Estados Unidos e na França, e se estendeu para vários países, notadamente da América Latina. Essa propagação ocorreu em função de alianças militares e de tratados internacionais político-militares, altamente estimuladores desse gênero de pensamento – notadamente no caso norte-americano –, e de emulações surgidas nos meios militares, no que toca à formulação do pensamento estratégico francês, em virtude da premência do momento pelo qual passava o império colonial daquele país.

O rompimento da aliança URSS-Occidente, – que fora, no decorrer da Segunda Guerra Mundial da mais comprovada eficiência, de fato gerou conflito, ainda que não do modo pelo qual se temeu, num primeiro momento, um confronto direto e apocalíptico, mas sim por meio de interpostos países, os caudatários que cada uma das superpotências tratou de conseguir e manter, na medida do possível. Formou-se, assim, a bipolaridade da Guerra Fria, em que os dois grandes contendores mantinham relações diplomáticas de caráter tenso – o que não inibia o comércio entre ambos os blocos – e os enfrentamentos se davam por meio de países interpostos, os aliados que cada uma das superpotências mantinham, e, mais ainda, por meio da ação de grupos insurgentes, alguns se atendo a atos políticos, e outros, em especial, à insurreição armada.

Cada grupo insurgente se apresentava, aos olhos da comunidade internacional, com uma roupagem distinta, e essa era ou não, em maior ou menor grau, correspondente ou não à verdade dos fatos. *Revoluções democráticas, movimentos populares de libertação nacional, movimentos anticoloniais, movimentos antiimperialistas, guerras de libertação, movimentos populares*, tais eram algumas das manifestações típicas dos aliados dos soviéticos, e mais tarde, dos chineses e dos cubanos. *Movimentos democráticos,*

revoluções democráticas, os aspectos que os aliados dos norte-americanos assumiam.

O mundo se apresentava claramente com dois blocos formados, portanto, sendo que um deles estava sob a mais clara e evidente hegemonia da União Soviética – tanto que os países que o integravam foram todos denominados *satélites*. O outro era o bloco que, apesar de não estar submetido ao comando militar e político dos Estados Unidos, era igualmente sujeito a um tipo mais suave de hegemonia.

O National War College, a doutrina Norte-Americana e sua propagação

À vista da situação pós-guerra, com a formação dos dois blocos referidos, os estrategistas do Pentágono trataram de elaborar uma doutrina que pudesse não só justificar a ação norte-americana em todo o planeta, em se tratando de barrar o avanço da União Soviética, mas também que desse a seus militares a orientação sobre como agir. E, mais importante ainda, sobre como deveria ocorrer a cooptação de governos e forças armadas de todas as Américas, por sua política externa, a cargo do Departamento de Estado, para que tal objetivo fosse conseguido.

No âmbito militar, criaram então o National War College, uma entidade de alto nível, voltada especificamente para o estudo dos temas militares relacionados com o interesse da segurança nacional e para a elaboração de estratégias adequadas.

A ação de uma doutrina militar voltada para a segurança nacional dos Estados Unidos deveria ser apresentada a todos como de interesse geral, de todos os países não-comunistas, e em especial, os da América Latina e seria indissociável da ação política do Departamento de Estado. Essa ação deveria ocorrer conjugada aos procedimentos da recém-criada CIA, a Central Intelligence Agency, instituída logo no início da Guerra Fria, e buscava ganhar o apoio dos governos da América Latina. Caso fossem pouco dados à cooperação, ou, hostis aos interesses dos Estados Unidos, deveriam ser derrubados. Ato que no jargão da CIA era conhecido como *desestabilização*. Os que substituíssem, seriam os “governos amigos”.

Quanto à natureza de tais governos, não deveria haver muita preocupação sobre se eram ou não democráticos, se eram ou não autoritários, se eram ou não corruptos. Uma política realista, portanto, a pura *Realpolitik*, que não vacilava diante da promoção do golpe de Estado e da guerra civil, se assim fosse julgado necessário, e que sabia fechar os olhos para os aspectos pouco louváveis dos *governos amigos*. Totalmente de acordo com a frase muito realista do secretário de Estado norte-americano John Foster Dulles, segundo o qual, um país não tem amigos ou inimigos, tem interesses. Essa a essência da *Realpolitik*.

Como já deve ter sido entendido, as idéias e práticas exportadas para o Brasil e outros países da América Latina, se integraram num conteúdo que pode

ser chamado de doutrina matriz, formulada que foi pelos estrategistas norte-americanos.

O padre Joseph Comblin que estudou o tema, mostrou que tal conceito se tornou consensual, nos Estados Unidos, um verdadeiro postulado, a ser aceito sem maiores comentários, não carecendo de demonstração, porque se passaria por uma verdade evidente em seus próprios termos. E tal foi sua importância, que acabou por tomar um aspecto místico, com o que, comportava uma visão apaixonada.

Segurança nacional é, portanto, naquele país,

"[...] uma linguagem própria a tudo o que diz respeito ao Império. A segurança nacional é o valor do qual se fala o tempo todo e que não precisa ser explicado nem justificado: é anterior a toda reflexão ou discussão, é o pressuposto do qual se imagina que todos estejam muito conscientes."⁹⁴

Vista de modo apaixonado, porque contém a totalidade dos valores norte-americanos, em que pese o fato de jamais ter sido bem definida por seus formuladores, aplicadores e apologistas. Acabou por gerar uma verdadeira cultura da segurança nacional, a qual passou então a assumir a forma simbólica do Império norte-americano. Tornou-se, mesmo, o objeto de estudo de uma determinada disciplina em escolas superiores civis, a partir dos meados da década de 1950. Assim,

"[...] é um símbolo, e está carregada de todos os valores místicos do próprio Império. Pois existe uma mística da segurança nacional. Apaixonada, violenta, intolerante, como toda mística. [...]"

⁹⁴ Comblin, Jjoseph, op.cit, p. 106.

pode chegar a um encantamento. Aliás, a força desse encantamento foi transmitida à América Latina. A expressão 'segurança nacional' é o encantamento que interrompe qualquer discussão, que dá a palavra final, que serve para calar qualquer objeção e questionamento. Uma vez invocada a segurança nacional, todos se calam." ⁹⁵

Quanto a tal situação, Comblin transcreve as expressões sobre o tema formuladas por um dos intelectuais mais racionais analistas da vida norte-americana, Arthur M. Schlesinger, sobre a amplitude que tal conceito adquiriu, em seu momento de maior expressão, quando o país esteve sob a presidência de Richard M. Nixon:

"[...] na época de Nixon, 'o próprio termo 'segurança nacional' havia se tornado encantado na Casa Branca'. [...] Egil Krogh Jr. [...] declarou: 'A chave da história é o efeito que as palavras 'segurança nacional' faziam sobre o meu julgamento. Por si próprias, essas palavras bloqueavam qualquer análise crítica. Parecia, pelo menos presunçoso, senão antipatriótico, perguntar o que queria dizer exatamente 'segurança nacional'.'" ⁹⁶

Presente nas universidades ganhou *status* de verdadeira matriz cultural. Assumiu, assim, toda a carga simbólica correspondente:

"Existe um mundo acadêmico que nasceu devido a ela. [...] formou-se uma 'cultura de segurança nacional', que é, no fundo, a cultura imperial, a cultura dos americanos, que assumiram o destino do Império. É por isso que o termo 'segurança nacional' contém, ou simboliza, de certo modo, a estrutura do Império: seu sentido é teoricamente impreciso, mas muito concreto na prática." ⁹⁷

⁹⁵ Ibidem., p. 106.

⁹⁶ Krogh, Egil apud Comblain, Joseph, ob.cit., p. 106.

⁹⁷ Comblin, Joseph, op.cit., p. 106-107.

Submetida assim a tal *status*, a doutrina americana surgiu como resposta a um impasse, a nova posição dos Estados Unidos após o término da Segunda Guerra Mundial, que punha fim, de modo decisivo, ao relativo isolamento da política internacional que o país seguia, a bem dizer, desde a sua independência. Política de isolamento resultante da expressa recomendação dos estadistas que deram origem à nação. A começar de George Washington, que mantinha por orientação política a abstenção de envolver o país nas questões européias.

.

A necessidade de justificar a entrada do país no conflito foi um precedente para o posterior surgimento da doutrina americana: justificaria a guerra não como a defesa contra um ataque direto, mas como *defesa contra uma ameaça distante*. Era a prevenção contra uma possível vitória do Eixo, capaz de fortalecê-lo a ponto de permitir um ataque do gênero. Era a segurança dos Estados Unidos numa perspectiva de longo prazo.

Mas ocorrera a intervenção e com ela, o triunfo dos Aliados, e como consequência, a divisão do mundo em duas esferas, a soviética e a norte-americana. Os Estados Unidos tiveram, a partir desse momento, que assumir as responsabilidades decorrentes da nova ordem mundial, pois agora o seu isolamento internacional não mais era possível. Tratava-se de uma imposição prática do novo *statu quo*, e quanto a isso, não havia mais possibilidade de retorno ao *statu quo ante*. Por isso, ocorria a oposição à União Soviética, que mais que simples adversário na divisão do poder internacional, era inimigo ideológico, e, mais ainda, sua ideologia pregava o internacionalismo e a expansão do regime que seguia, até mesmo para garantir sua própria segurança, diante da concepção de mundo rival, o capitalismo.

Muito mais que a ideologia, no caso do capitalismo, o que vogava era o interesse expansionista comercial. Mas ante um inimigo que, além da expansão política territorial defensiva, formando em torno de si uma blindagem de novas nações aliadas – os satélites – o fator ideológico não mais poderia ser posto em segundo plano. Assim devia ser, pois a ideologia marxista entusiasmava, envolvia e movia significativas parcelas das forças políticas de vários países, situadas, quase sempre, em suas camadas sociais desprivilegiadas ou marginalizadas.

Na verdade o texto do padre Comblin a que nos referimos expressa sua opinião: a de que a doutrina de segurança nacional norte-americana era uma ideologia, razão pela qual colocou a palavra no título do seu livro.

O autor deixa claro que foi a momentânea crise internacional de hegemonia que forçou os Estados Unidos não só a ocuparem o vácuo criado, mas também, a procederem à formulação da sua doutrina.

"O desmoronamento dos impérios europeus deixou um vazio que os Estados Unidos resolveram ocupar (pelo menos no conjunto, deixando de lado algumas regiões da África, que ficaram sob o controle da França. [Por isso,] foi necessário racionalizar a nova política imperial. Essa transformação se deu no momento em que a União Soviética surgiu aos olhos dos observadores e dos analistas, como uma rival irreconciliável. O papel imperial foi assumido num contexto de guerra fria."⁹⁸

Para facilitar a aceitação do estabelecimento de uma política de nível global – não mais meramente internacional – havia um elemento dos mais favoráveis, para a estratégia política e militar dos Estados Unidos:

⁹⁸ Ibidem., p. 107.

"Deveria ter bastado pensar, ao término da guerra, que a Rússia de Stalin era uma repetição da Alemanha nazista, para que os mesmos conceitos defensivos se mantivessem válidos, mesmo após o término da guerra. Ainda que a União Soviética não ameaçasse o território nacional, ameaçava a segurança nacional tanto quanto a Alemanha e o Japão [o fizeram antes]."⁹⁹

Não ameaçava o território dos Estados Unidos *naquele preciso momento*, mas poderia vir a fazê-lo mais tarde, uma vez que era muito mais fácil que se conseguisse a expansão do marxismo pelos diversos países do continente, e assim, constituindo um bloco de aliados. Não foi gratuitamente que, quando surgiu o regime de Fidel Castro em Cuba, situado a escassos quilômetros do litoral da Florida, ocorresse o exacerbamento da doutrina. Os fatos pareciam, naquele momento, estar confirmando as idéias doutrinárias.

Mas mesmo antes do surgimento do inimigo na “vizinhança”, já havia quem se manifestasse de modo aberto defendendo a mais apurada política de enfrentamento, e um de seus marcos mais distinguidos foi o artigo publicado por um dos analistas políticos mais identificados com a nova orientação, o diplomata e comentarista político George Kennan, em 1947. Para o padre Comblin,

"[...] o famoso artigo de G. Kennan e os analistas políticos afirmavam que era preciso interpretar a política externa da União Soviética a partir do messianismo universal da doutrina marxista: essa política visava à revolução universal, isso é, à sujeição do mundo inteiro à Rússia de Stalin. Se a Rússia não entrava numa guerra aberta,

⁹⁹ Ibidem., p. 107.

era porque decidira levar a guerra para outro terreno: a guerra fria. A guerra fria criava um perigo permanente para a segurança dos estados Unidos e talvez, até mesmo para sua integridade territorial.”¹⁰⁰

O primeiro passo para a doutrina norte-americana ocorreu pouco depois da vitória da Segunda Guerra, dado pelo presidente Truman, ao se esforçar para fazer com que os Estados Unidos não retornassem à política de isolacionismo até aquele momento vigente, ainda um desejo de grande parte da opinião pública do país.

Em 12 de março de 1947, Harry Truman, presidente dos Estados Unidos, discursou, fazendo-o, segundo suas palavras, em nome do *mundo livre*:

"Não alcançaremos nossos objetivos se não nos decidirmos a ajudar os povos livres a conservar suas instituições livres e a sua integridade nacional contra atos de agressão dos regimes totalitários. [...] Estou convencido de que a política dos Estados Unidos deve consistir em ajudar militarmente os povos que resistem às tentativas de dominação feitas por minorias armadas ou pressões exteriores."¹⁰¹

Estava assim estabelecendo a Doutrina Truman, o enunciado dos princípios que deveriam, daquele momento em diante, reger a política externa norte-americana. Associava, assim, à segurança de seu país, a igual segurança de todos os países que não estivessem submetidos à influência soviética. Tais países, a partir desse enunciado, passariam a ser peões no tabuleiro de xadrez da política internacional bipolarizada.

Desse modo, diz Bidegain de Urán,

"[...] no ano de 1947, durante a presidência de Truman, em função do antagonismo total com os países comunistas, elaborou-se a

¹⁰⁰ Ibidem., p. 107.

¹⁰¹ Bidegain de Urán, op.cit., p. 146.

estratégia da 'contenção' ou 'barreira', a fim de impedir a propagação do poderio soviético: primeiro, na Europa, e depois, no resto do mundo. Essa concepção determinou para a América Latina uma estratégia preventiva de possíveis invasões em suas costas e por isso foi criado o TIAR na América Latina e a OTAN na Europa. Nessa época os Estados Unidos criaram 500 bases militares de primeira linha e 3000 de segunda."¹⁰²

Um dos primeiros países da América a aderir à aliança proposta foi o Brasil, que não teve dúvidas em sediar, no Rio de Janeiro, uma reunião internacional de representantes dos demais países do continente, com a finalidade de que fosse assinado um tratado internacional de defesa mútua. Tratava-se do TIAR, citado no texto transcrito acima, a sigla que designava o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

Sendo, aparentemente, o que seu próprio nome dizia, na verdade o acordo significou, em boa parte, a abdicação, por parte dos exércitos dos países signatários, da responsabilidade máxima de tomar a iniciativa da defesa de seus territórios, em caso de conflito com a União Soviética. É o que afirma Ana María Bidegain de Urán, comentando os atos pelos quais tais forças armadas deram sua anuência quanto à perda de poder de decisão dos governos de seus países, e se submeteram aos interesses norte-americanos, reconhecendo nos ditames do governo de Washington a total prevalência, a ser acatada:

"O tratado contém compromissos de tipo político-militar que se traduzem, de fato, numa submissão dos demais países americanos aos Estados Unidos. Dadas as características do tratado, suas propostas levaram, pouco a pouco, os exércitos nacionais a assumirem funções policiais em seus respectivos Estados, deixando a defesa da soberania nacional nas mãos das forças interamericanas dirigidas de acordo com o estipulado no TIAR."¹⁰³

¹⁰² Ibidem, , p. 171.

¹⁰³ Ibidem, p.147.

Assim começaria a doutrinação dos militares brasileiros, o primeiro passo para que em pouco tempo fosse formulada uma doutrina de segurança brasileira, de acordo com as normas aprendidas no Pentágono. Outros países também passaram a formular os *corpi* doutrinários que dariam orientação à ação política das suas forças armadas.

Mas os fatos não se resumiram a protocolos de intenções. Em breve, aumentaria a participação dos Estados Unidos na vida interna de cada uma das forças armadas da América Latina que passaram a receber formação militar e ideológica do exército norte-americano com profundas conseqüências nas Forças Armadas do continente.¹⁰⁴

Essa situação foi aceita pacificamente pelo presidente Dutra, mas Vargas, de seu retiro na estância de Itu, em São Borja, não deixou de se manifestar contra, conseguindo influenciar boa parte da opinião pública, em especial nos setores populares, que confiavam no seu líder. Tanto o PTB, partido que o gaúcho controlava diretamente, quanto o semiclandestino Partido Comunista, na ilegalidade – mas nem por isso menos atuante –, apoiaram à reprovação do velho estadista, provisoriamente afastado da cena política nacional, mas já pensando em retornar à Presidência da República, pela via eleitoral, na sucessão de Dutra.

Como se sabe isso realmente aconteceu: Vargas foi eleito em 1950, e deu início a uma política nacionalista e populista, o que desagradava tanto a UDN quanto os militares que concordavam plenamente com as teses da Escola Superior de Guerra, defensora do TIAR. A oposição terminaria com o seu suicídio.

¹⁰⁴ Ibidem., p.147.

Talvez se possa dizer que o período iniciado com a sua morte até o golpe de Estado de 1964, foi uma reação dos militares e dos políticos inimigos de Vargas, contra sua política de massas populista, e seu programa industrialista voltado para a promoção de uma economia brasileira nacional e independente.

A Contribuição do Pensamento Político-Militar Francês à Doutrina de Segurança

Além da presença de pensadores políticos e militares dos Estados Unidos na origem da Doutrina de Segurança Nacional, elementos franceses também compareceram nesse processo. O início da inserção de outro pensamento político-militar coincide com os dois grandes conflitos que a França enfrentou depois do término da Segunda Guerra Mundial, a Guerra da Indochina e a Guerra de Libertação da Argélia, ambos na década de 1950.

Autores há, para quem não obstante as revoluções e conflitos da América Latina serem acontecimentos distintos das guerras de libertação enfrentadas pela França, a produção militar francesa foi bastante significativa para o desenvolvimento de um conceito do *corpus* conhecido como doutrina de segurança nacional. Dos pensadores militares franceses que a autora listou – Gabriel Bonnet, Lacheroy, Howard, Nemo e Roger Triquier – o mais importante é, exatamente, o último deles, o coronel Roger Triquier.

Para ele,

"[...] desde que terminou a Segunda Guerra Mundial foi criada uma nova forma de guerra [...] a guerra de hoje é o choque de uma série de sistemas políticos, econômicos, psicológico e militares,

com o fim de derrubar o governo existente num país, para substituí-lo por outro."¹⁰⁵

O novo padrão de guerra alterou seu objetivo final, que não mais era o de derrotar o inimigo, e levá-lo à rendição, mas sim a sua destruição e eliminação total. Para conseguir esses objetivos, todos os caminhos eram aceitáveis:

"[...] A tortura será o meio indicado para isso, [derrotar e aniquilar totalmente o inimigo] a fim de identificar um inimigo que está infiltrado por toda parte. As forças da ordem não têm outro remédio senão pressionar essas pessoas, até que provem a sua inocência. Será um mundo dividido em dois campos sem matizes: amigos e inimigos. O campo inimigo será muito brutal, pois não só estarão aí os que integram os movimentos subversivos nos seus diversos graus, mas também [...] quando [as forças armadas] conhecem a existência de um indivíduo que, de qualquer forma, ajude o objetivo do inimigo, deverá considerá-lo traidor e tratá-lo como tal."¹⁰⁶

A própria sociedade acabará por ter sua organização alterada, em virtude da mudança de natureza da guerra, de modo tal que possa realizar

"[...] 'o controle das massas, através de severa organização, a fim de identificar o intruso e convencer os renitentes a cooperar'."¹⁰⁷

Triquer estava, pois, recomendando a instauração de um regime de força, de uma ditadura. Severa organização, no caso, é a existência de dossiês, em arquivos policiais, e a vigilância constante, a violação da liberdade de ir e

¹⁰⁵ Triquier, R. apud Bidegain, de Urán, Ana, op.cit., p. 177.

¹⁰⁶ Bidegain de Urán, op.cit., p. 177.

¹⁰⁷ Ibidem, , p. 177.

vir, a censura de telefones e correspondência, o encorajamento da delação. Não se pode esquecer que o uso da tortura sob métodos de cunho científico, teve na guerra da Argélia o seu principal laboratório de ação e de pesquisa.

As peças fundamentais, nesse caso, são tanto os serviços de inteligência – a espionagem – quanto os serviços de ação, os executores que colocam em prática os atos destinados a *neutralizar* o inimigo, termo dos mais elásticos, que pode até mesmo incluir o homicídio.

São três os modos pelos quais ocorre a condução política da guerra em questão, na exposição do coronel Triquier:

"[...] a primeira 'é uma ampla atividade policial; a segunda, a explicitação do que se está fazendo, através da propaganda, e a terceira é um programa social para aliviar as limitações materiais e morais do povo'."¹⁰⁸

Todo esse procedimento não é indolor, uma vez que a grande profundidade das mudanças necessárias sempre têm um custo, como quer o coronel, que se recomenda prudência, também não recua diante de medidas de ação de caráter violento:

"[...] embora devamos evitar essas medidas extremas, que são incompatíveis com as idéias de liberdade que nós e a civilização estamos defendendo, não devemos, tampouco, ignorá-las, porque do contrário jamais derrotaríamos o inimigo que não está claramente identificado. [...] Uma vez que a batalha foi ganha e o perigo passou, nossa organização não mais tem razão de ser e deve ser desfeita."¹⁰⁹

¹⁰⁸ Ibidem, , p.177.

¹⁰⁹ Ibidem., p.178.

Tais palavras ressoariam em breve no Brasil, no texto do general Golbery do Couto e Silva:

"E a guerra moderna [...] guerra total que a todos envolve e a todos oprime, guerra política, guerra econômica, psicossocial e não só militar [...] vem acrescer ao velho dilema entre liberdade e segurança [...]. Essa é a guerra – total e permanente, global, apocalíptica –, que se desenha, desde já, no horizonte sombrio de nossa era conturbada... E só nos resta, nações de qualquer quadrante do mundo, prepararmo-nos para ela [...]"¹¹⁰

Notamos, pois, que o autor francês acima citado não mediu suas palavras, ao falar claramente sobre os métodos antidemocráticos e violadores da liberdade humana que deveriam ser empregados, no contexto da guerra revolucionária, pela eficiência que possuem. O texto do general Golbery nunca é tão explícito, mas não deixa de manter a porta aberta para tais atitudes, ao qualificar a guerra revolucionária como "guerra política, guerra econômica, psicossocial e não só militar" e era "total e permanente, global, apocalíptica", para a qual "só nos resta prepararmo-nos para ela". Abre as portas para a violação dos direitos humanos, porque ao qualificar a guerra em questão do modo como o fez, deixa claro que o inimigo é tão terrível, que não se lhe pode conceder trégua.

Outras Influências Na Criação Da Doutrina

¹¹⁰ Ibidem, p.178.

A autora cita, sem maiores demonstrações, a presença de outras influências ideológicas na criação da Doutrina de Segurança Nacional, que teriam vindo de contribuições de outros elementos não pertencentes aos meios militares, mas a grupos nacionalistas de direita, autoritários, e mais, ao integrismo católico, que, talvez, formassem todos eles um amplo caldo de cultura favorável. Pelo que se conclui, a pregação de tais grupos teriam facilitado a aceitação da Doutrina, esta, sim, um corpo de fato coerente.

Ao descrever, genericamente, em que consistem tais grupos, disse serem portadores de uma visão autoritária da sociedade, associada a uma posição conservadora com relação aos temas sociais e econômicos, se opondo a quaisquer tipo de transformações.

Tais grupos faziam um cultivo quase que religioso das tradições nacionais, sendo que quanto ao passado, apresentam uma visão idílica, que apontam, no sentido de reforçar o sistema econômico baseado na propriedade privada e o sistema social hierarquizado.

A autora atribui tal comportamento a Carlos Lacerda e seu grupo, a UDN golpista, e à maioria dos que compuseram a Arena, o partido de sustentação política do governo militar.

Este é um ponto que nos parece falho, numa obra meritória, que, em tantos outros aspectos, é precisa e crítica. Grupos radicais da extrema direita, como o modelo exposto, de fato existiram, mas foram relativamente marginais, sem grande influência, e descartados pela Escola Superior de Guerra, que não confiava nesses setores e desprezava o primarismo de seu raciocínio. Por tal motivo, prescindia de suas contribuições diretas.

Entre eles, um que vem citado em tópico mais abaixo, o movimento TFP, Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade, que deu solidariedade ao golpe, por causa de sua oposição à reforma agrária, e a qualquer ato ou opinião que, a seu ver, cheirava a comunismo. Entretanto, essa entidade não teve importância no governo militar, em virtude do irrealismo de sua concepção de vida, seus valores monásticos, seu radicalismo católico ultramontano, e que chegou a criticar o *esquerdismo* dos papas João XXIII e Paulo VI.

Igualmente, considerar a visão de Carlos Lacerda como dotado da visão idílica do passado citada acima não corresponde à verdade. Lacerda jamais idealizou como idílico um passado que permitira o surgimento de um líder carismático como Vargas, e de um comportamento político como o populismo. Desejava, e com ele a maior parte da UDN, a realização da reforma do país, o que, diziam, só poderia ser levado a efeito se o partido alcançasse a Presidência, pelo voto ou pelo golpe de Estado. O comportamento citado pode, quando muito, ter caracterizado – e, talvez, não plenamente – os elementos remanescentes do integralismo. Todavia, mesmo esses não foram percebidos pelos analistas e observadores da cena política brasileira de após o golpe, atuando de modo destacado, em nome próprio, uma vez que ao agirem na vida política nacional de após o golpe, o fizeram integrando a Arena.

E, mais ainda, não se pode dizer que a maioria das pessoas que compuseram a Arena eram dotadas de tais características. Ao contrário, o que os caracterizava era um grande pragmatismo.

A autora foi mais feliz, ao caracterizar outro grupo que teve esse sim, grande destaque no momento em questão. São os elementos que se tornaram componentes dos setores tecnocráticos, ligados às burocracias econômica, financeira e administrativa do governo, e muitos deles foram recrutados nos

quadros de grandes empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil, em que eram executivos de alto bordo. Outros eram professores universitários, em geral, de economia e administração, quase todos tendo feito especialização ou doutorado nos Estados Unidos.

Aqueles dotados de formação em economia eram, em sua maioria, discípulos de Milton Friedman, mentor da Escola de Chicago, essencialmente liberal e visceralmente monetarista ortodoxa.

O que lhes dava identidade grupal era:

"[...] uma confiança ilimitada na capacidade da ciência e da tecnologia para resolver os problemas sociais, entendendo que só aos técnicos compete trazer as soluções, pois [afirmam que] a participação popular é mais uma perturbação que uma contribuição."¹¹¹

Pelo exposto, não se pode duvidar do caráter autoritário de tais elementos, razão pela qual tiveram todas as condições de participar das equipes econômicas e de planejamento dos diversos governos militares.

É importante lembrar que as contribuições de tal grupo serviram para justificar as medidas econômicas tomadas pelos governos militares. Medidas, aliás, implementadas por sua recomendação. Todas elas foram levadas a efeito de modo a referendar, com os argumentos aprendidos em Chicago, as fórmulas salariais e decisões econômicas tomadas pelos governos militares.

¹¹¹ Ibidem, p. 179.

A Escola Superior de Guerra e sua importância para a Doutrina de Segurança nacional

Os militares brasileiros congregados no corpo da Escola Superior de Guerra, fundada em 1949, por ato do presidente Eurico Gaspar Dutra, empreenderam em 1951 e 1952 o estudo dos temas que integrariam como Conceito Estratégico Nacional, os quais serviram de base para o posterior desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional, tarefa cujo início se deu em 1953. Tais conteúdos, ainda que pudessem comportar modificações e acréscimos, iriam perdurar até os meados da década de 1980, sendo que desde sua apresentação ao corpo de oficiais das Forças Armadas brasileiras até o golpe de 1964, não foi grandemente divulgada fora do meio militar, a não ser quanto a alguns civis selecionados, em geral membros das classes política e empresarial.

Por isso, Maria Helena Moreira Alves destaca o importante papel que foi exercido na criação da Doutrina de Segurança Nacional por dois grupos civis conservadores, quanto ao fornecimento de subsídios. Eram o IPES, Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, e o IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática, dos quais participou o general Golbery do Couto e Silva. O primeiro se dedicou à coleta de dados e informações, além da coordenação de campanhas e ações políticas nos meios civis, enquanto o segundo financiou eleições e campanhas políticas dos candidatos que eram favoráveis às suas posições.¹¹²

Sua divulgação se ampliou após o golpe, ainda que seu conteúdo não fosse levado ao grande público, passando então a ser paulatinamente apresentado também a maior número de elementos dos meios civis. Em geral,

¹¹² Moreira Alves, Maria Helena – Estado e oposição no Brasil. (1964-1984). Petrópolis, Editora Vozes Ltda, 1984, p. 35.

tais civis eram empresários, juristas, magistrados, diplomatas, burocratas governamentais de elevada posição e executivos de grandes empresas e ainda, a um número selecionado de professores universitários, escolhidos de acordo com sua posição favorável ao governo militar, em sua maioria das carreiras jurídica, econômica, financeira e administrativa.

Militares das três corporações armadas congregados na Escola Superior de Guerra empreenderam em 1951 e 1952 o estudo dos temas que integrariam como Conceito Estratégico Nacional, os quais serviram de base para o posterior desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional, tarefa cujo início se deu a partir de 1953. O momento em que passaram a ser formulados tais conteúdos era bastante delicado, de acordo com o modo de pensar dos militares em questão, uma vez que desde 1951 estava no poder o presidente Getúlio Vargas, retornado ao cargo por maciça e das mais consagradoras das votações.

Vargas já não era mais, há muito tempo, o elemento apoiado pelos militares de modo incondicional, como o fora durante o Estado Novo – golpe, aliás, muito mais militar que civil –, mas sim, visto com muito descontentamento pelas altas hierarquias, uma vez que nos últimos meses de seu governo anterior aceitara – ou conquistara, não se sabe ao certo – o apoio do PCB, o Partido Comunista do Brasil, então força política não negligenciável. Tão inegável foi esse apoio dos comunistas a seu antigo perseguidor de 1937, que em 1945, quando o Estado Novo agonizava, eles entraram em ação por meio dum *slogan* de grande apelo popular, *Constituinte com Getúlio*. E nessa campanha, seguindo tal palavra de ordem, formaram junto dos membros do PTB e da burocracia de *pelegos* do Ministério do Trabalho que, mobilizados pelo

político trabalhista Hugo Borghi, de São Paulo, ¹¹³ defendiam a permanência de Vargas, por meio do movimento denominado *queremismo*.

Daí uma grande prevenção dos militares contra o estadista que sustentaram de 1937 a 1945. Já profundamente influenciados pela pregação liberal, elitista, antipopular e golpista da UDN, os integrantes da equipe da instituição se predispuseram contra a política populista que Vargas iniciou em 1951, ¹¹⁴ por meio do apelo às massas populares. Tal política avançava fazendo concessões de benefícios trabalhistas que se entroncaram com os demais direitos do trabalhador que criara durante o Estado Novo, e defendendo uma ação interventora do Estado no campo da economia, como promotor do desenvolvimento econômico autônomo, por meio de empreendimentos produtivos estatais. Buscava, em primeiro lugar, o desenvolvimento sem qualquer dependência de sujeição ao capital estrangeiro, ainda que não se negasse a aceitá-lo, se fosse sob o controle governamental, e sua chegada não resultasse em diminuição da soberania.

Pode parecer curioso que militares que pregavam uma política de desenvolvimento econômico pudessem se opor a uma política de Estado que desejava exatamente a mesma coisa, o desenvolvimento econômico. Mas a surpresa não aparecerá se levarmos em conta que o desenvolvimento varguista comportava duas diferenças com relação à que os militares da Escola Superior de Guerra defendiam. Vargas não só queria uma economia capitalista desenvolvida, mas que fosse, igualmente, nacional, sem que houvesse qualquer

¹¹³ - Hugo Borghi escreveu suas memórias, *A força de um destino* em que narra sua participação na campanha queremista. (Borghi, 1995) Pouco tempo depois, Borghi rompeu com o PTB e fundou uma dissidência, o PTN, Partido Trabalhista Nacional, que teve bastante expressão em São Paulo, e foi um dos responsáveis pela carreira de Jânio Quadros. Quanto ao movimento denominado *queremista*, seu nome decorre de um efêmero neologismo, em virtude das palavras de ordem de seus participantes, que bradavam "Queremos Getúlio!".

¹¹⁴ O populismo, como política de Estado, mais que como simples manipulação das massas por um líder político de tendência carismática, será visto com minúcias no Capítulo IV, em especial pela ótica de Octavio Ianni.

subordinação, e esse era um sério ponto de conflito: os militares em questão, ativos aliados dos Estados Unidos com relação à Guerra Fria, desejavam a participação desenvolta e sem travas do capital norte-americano, política econômica que não somente garantiria o que entendiam ser o desenvolvimento nacional mais rápido, mas também iria ser mais eficiente para consolidar a aliança política desejada.

Além disso, a estratégia de Vargas passava pelo apoio popular, pela ação do povo mobilizado, e isso sempre fora, no Brasil, um grande temor dos militares, sempre predispostos a temer que tal mobilização pudesse resultar em um movimento comunista, numa revolução popular. Era evidente que Vargas jamais pretenderia chegar a tanto, indo além de promover melhorias sociais e trabalhistas (inclusive salariais) que favorecessem os trabalhadores. Mas tais militares apresentavam esse temor por si mesmo, pensando na hipótese de Vargas perder o controle das massas. Mas também não deixavam de se preocupar com uma possível extensão de tais manifestações para dentro dos quartéis. Afinal, entre eles, ainda era viva a lembrança da Intentona, e mais: estarem cientes da grande susceptibilidade de boa parte dos escalões mais baixos do Exército quanto à pregação marxista.¹¹⁵

Daí as reações tão vivas, por parte de quase toda a elite militar que estava em ação na década de 1960 contra a política reformista de João Goulart. Tais reações se potencializaram, quando começaram a surgir manifestações reivindicatórias entre os suboficiais – os sargentos –, as praças graduadas – os cabos – e praças sem graduação, soldados rasos, marinheiros e fuzileiros navais. Reação ainda mais exacerbada quando entre os próprios oficiais de alta patente surgiram aqueles que favoreceram – ou, pelo menos, compreenderam – os

¹¹⁵ Mais de uma vez Luis Carlos Prestes afirmou que na década de 1930 era mais fácil a realização de propaganda e de organização comunista entre militares de baixa patente que entre os operários, quase todos ainda no estágio pré-político.

motivos de tais reivindicações. Eram os oficiais que, em certos casos, mesmo a contragosto, passaram a ser conhecidos como *generais do povo*.¹¹⁶

Dentre os oficiais que ficaram conhecidos por tal qualificativo, estavam entre outros, o marechal Henrique Teixeira Lott, o general Jair Dantas Ribeiro e o almirante Cândido Aragão.

A presença de Góes Monteiro nas teses da Doutrina de Segurança Nacional

Pode parecer um paradoxo o fato de que a Escola Superior de Guerra, criada a partir da inspiração do National War College norte-americano, tivesse implementado um modelo de atividades de pesquisa de distinta amplitude, com relação à entidade inspiradora, que se dedica, de modo específico, ao estudo de temas militares. O currículo da entidade brasileira, ao contrário, abrangia um horizonte bem mais amplo, por considerar que a questão da segurança nacional brasileira dependia de outros fatores que não apenas os de caráter bélico, ponto em que foram explícitos em enunciar.

¹¹⁶ - O fenômeno do *general do povo* foi altamente condenado entre as mais importantes expressões das hierarquias militares. Para Campos Coelho, "[...] [são] subproduto do anticomunismo no Exército, [as] prevenções criadas contra os oficiais caracterizados, às vezes, como 'generais do povo'. O termo se refere aos que, por ações ou opiniões, identificaram-se com as correntes de opinião conduzidas por lideranças civis populistas ou que, circunstancialmente, são por estas 'adotados' sob qualquer pretexto, e ainda que seja nenhuma a identidade ideológica entre ambos". E continua: "Esse tipo de oficial 'populista' é encarado como ameaça potencial à disciplina e hierarquia militares, sobretudo no nível dos suboficiais [sargentos] e praças [cabos e soldados], onde supostamente o apelo das suas teses encontra maior ressonância". Coelho, Edmundo Campos – Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1976, p. 116-117 e 125.

Há, ainda, explicação de Nelson Werneck Sodré: "[...] o que o militar aprecia não é o chefe que faz pronunciamentos políticos, como [se fosse] um candidato a vereador, mas aquele que se impõe pela autoridade de seu respeito à lei, de seus conhecimentos profissionais, de sua devoção ao mister e de seu patriotismo objetivo e não palavroso". Sodré, Nelson Werneck – Memórias de um soldado. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1967, p 567-568. O autor não deixa de esclarecer que "[...] não cabe discutir se isso é certo ou errado – pessoalmente, eu considero certo –, cabe constatar que é um dado que a realidade apresenta". Sodré, Nelson, op.cit., p. 567-568.

Contemplaria igualmente outros conteúdos, entre eles os temas sociais, políticos, econômicos, educacionais, uma vez que desde os primeiros anos essa escola de pensamento militar entendeu que a segurança brasileira não podia ser vista separadamente do desenvolvimento econômico e da situação social do Brasil.

Já o National War College, por pertencer a um país de elevado grau de desenvolvimento econômico, podia deixar de lado os assuntos que escapassem do repertório militar. Não se preocupou, portanto, com os demais temas que tanto freqüentaram os cursos da instituição brasileira.

Assim, percebeu-se logo, entre as mais altas hierarquias militares brasileiras das três Forças Armadas, que

"[...] o problema da segurança não poderia estar desvinculado dos problemas relativos ao desenvolvimento, uma vez que somente assim seria possível adquirir o poder necessário à consecução de objetivos fixados. Quanto ao conceito de segurança, Jorge Boaventura, esguiano que segue os parâmetros da escola, afirma que esta [a segurança nacional] *'depende mais do potencial da nação do que de seu poder militar'*."¹¹⁷

Tal concepção, obviamente, tem sua razão de ser, em se tratando da expressão de uma doutrina que, ao visar a segurança nacional, tem sempre em mente o fenômeno da guerra, ocorrência somente possível de ser realizada de modo satisfatório se existirem as suficientes condições materiais, econômicas, e não-materiais, sociais. Desse modo, o professor Boaventura, ao se referir ao potencial geral da nação – que engloba, sem esgotar, o potencial bélico – estava

¹¹⁷ Boaventura, Jorge apud Suano, Marcelo, op.cit., 159.

empregando o conceito de *Poder Nacional*, tema freqüente nas análises da entidade, e que corresponde ao somatório de todas as potencialidades e realidades do país.

Esse conceito já estava presente, em 1949, na definição do coronel Idílio Sardemberg, e se constituiu no primeiro princípio da Doutrina de Segurança Nacional:

"[...] 'os órgãos responsáveis pela segurança nacional têm o *dever* de zelar pelo desenvolvimento geral da nação', decorrendo daí 'o *direito* das Forças Armadas intervirem por meio dos órgãos apropriados (o Estado-Maior das Forças Armadas), no processo de desenvolvimento geral da nação'." ¹¹⁸

Marcelo Suano, que estudou atentamente a obra do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, destacou :

“uma certa semelhança entre a reivindicação de Góes Monteiro para que o Exército fosse o sujeito do processo histórico e o papel que os militares estão se atribuindo nesse momento, [da elaboração da Doutrina de Segurança Nacional] ao tratar das questões de segurança e desenvolvimento na doutrina que estava sendo elaborada, quando dão conteúdo em um ponto sobre o qual o general Góes não discorreu: ele falou que as questões nacionais deveriam ser orientadas pelas necessidades do Exército, significando isso que se deveria fazer a *política do Exército*, mas não disse como, nem com quais instrumentos se deveria observar a realidade, para que a política do Exército fosse executada.” ¹¹⁹

Nesse ponto, os doutrinários da Escola Superior de Guerra iriam se destacar, incorporando aos conceitos estratégicos gerais, ao lado dos especificamente estratégicos militares, os conteúdos de caráter econômico e

¹¹⁸ Sardemberg, apud Suano, Marcelo, op.cit., 47.

¹¹⁹ Suano, Marcelo, op.cit., p.159.

social, ainda que o fizessem a partir da ótica militar, vendo tanto o desenvolvimento da economia do país quanto os aspectos relativos ao equilíbrio social como subsidiários da estratégia geral militar.

Bidegain de Urán traça um esboço da origem da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil atribuindo a primazia de sua concepção ao tenente-coronel Golbery do Couto e Silva, reconhecendo que na década de 1950 ele já trabalhava com os temas que iriam compor aquele *corpus*. A Doutrina foi pensada por membros de uma equipe, na qual Golbery agiu como coordenador, como teórico principal que era:

"[...] Essas teses, porém, haviam sido expostas em diversas publicações muito antes do golpe, tendo adquirido o contorno definitivo durante o período da Guerra Fria. É verdade, porém, que nessa época apenas alguns círculos especializados prestaram atenção a esses importantes trabalhos. [...] A obra de Golbery, redigida em linguagem rebuscada, inscreve-se na grande tradição de Mahan, Kjellen, Haushofer, Spykman e Liddel Hart [teóricos essenciais da guerra e da geopolítica]." ¹²⁰

Os pensadores da guerra e geopolíticos em questão – Mahan, Karl Haushofer e B. H. Lyddel Hart eram militares, e Rudolf Kjellen e Nicholas Spykman, civis – são autores que exerceram grande influência na formulação do pensamento do futuro general Golbery. E como a geopolítica é um *corpus* de origem vária, há em sua história homens das mais distintas posições políticas: o general alemão Haushofer era nazista e o major inglês Lyddel Hart, democrata. Assim, junto das influências desses expoentes, a autora recorda que na geopolítica de Golbery e na Doutrina de Segurança Nacional há fontes não só norte-americanas, mas também francesas, e ainda contribuições do fascismo e

¹²⁰ Bidegain de Urán, op.cit., p. 169.

do nazismo – em seu pensamento *geopolítico* – mas não as inspirações *políticas* daquelas ideologias, como o racismo nazista.

A autora, em que temos nos apoiado, considera duas dimensões da origem da Doutrina, os termos da formulação do *corpus* doutrinário análogo norte-americano, assim como as alterações na estrutura política e na estratégia militar daquele país, por um lado, e a política norte-americana que foi posta em uso na América Latina, e as distintas influências resultantes, como fruto de tal pensamento.

Quanto ao inimigo interno, presentes nos países da América Latina, uma zona de influência dos Estados Unidos, e que eram criadores de instabilidade política, o qualificativo não cabia somente aos agentes subversivos. Os marxistas, com toda certeza, faziam parte desse perigo, agora maximizado com a presença de Cuba, quando se tornou ligada à União Soviética, e tão próxima, geográfica e geopoliticamente, do território norte-americano, mas também havia outro grande inimigo, esse de caráter impessoal. Era o somatório de problemas que os países latino-americanos enfrentavam problemas de ordem política, social e econômica, sempre focos de tensão, prontos para darem origem a movimentos armados e tumultos, contestadores do regime vigente e dos sistemas econômicos vigentes.

Tal situação era o caldo de cultura de que se alimentavam os líderes carismáticos dos setores populares desses países, vistos sempre como demagogos perigosos, pelo governo americano – e pelos próprios governantes da América Latina, em especial quando se tratavam de equipes formadas por elementos das oligarquias tradicionais. Quanto a esses, sempre se sentiam profundamente ameaçados pelas ações desenvolvidas por tais lideranças, com relação a seus privilégios de origem colonial. Mas se fossem mais que meros

líderes demagógicos, se fossem lideranças revolucionárias, como os cubanos, o perigo seria ainda maior.

A solução para o problema seria a promoção preventiva e repressiva da segurança contra os agentes subversivos, e o desenvolvimento econômico, com relação aos problemas sociais, que sempre eram bombas de efeito retardado, sobre os quais nunca se sabia em que momento explodiriam.

Os aspectos políticos cobravam uma grande importância, no que se relacionava com as decisões e os procedimentos estratégicos, ao definir qual seria o comportamento que deveria ser considerado pelo poder como pura e clara subversão, e assim combatido, e qual poderia receber algum grau de tolerância como mera oposição, de acordo com as normas políticas institucionalizadas de cada país. Desse modo, o programa de segurança que deveria ser implementado sempre teria uma grande dimensão militar, mas não somente essa, ou sequer preponderantemente essa, pelo menos, em tese.¹²¹ O desenvolvimento econômico era imprescindível, para que ocorresse a segurança nacional, e para tal resultado, se faziam necessárias as reformas econômicas e sociais.

Reformas de base, portanto. As mesmas reformas que eram recomendadas pela doutrina de segurança norte-americana, desde o início da Guerra Fria, e que resultaram em vivíssimas oposições, no Brasil, quando começaram a ser empreendidas pelo governo Goulart.

¹²¹ Apesar das recomendações de desenvolvimento econômico como garantia da segurança, constantes dos formuladores norte-americanos da doutrina original, serem válidas para todos os países latino-americanos, não se registrou, na mesma ocasião do *milagre econômico brasileiro*, nenhum milagre argentino ou chileno, só para que citemos as duas economias mais desenvolvidas da região, afora a brasileira.

Tais reformas faziam parte do receituário militar, como fator capaz de eliminar as tensões sociais, ou pelo menos, minimizar o seu efeito. Quanto a isso, há um pronunciamento de um elemento dos mais autorizados quando a tal assunto, Robert McNamara, em *A essência da segurança. Reflexões de um secretário da Defesa dos Estados Unidos*.¹²² Ele afirmou que a ordem e a estabilidade são condições mínimas para que ocorra a segurança. Sem que se promova um mínimo de desenvolvimento, torna-se impossível querer que a ordem e a estabilidade se mantenham, porque "a natureza humana não pode ser indefinidamente frustrada",¹²³

Quanto ao aspecto da realização de reformas, o que ocorreu no Brasil foi exatamente o oposto do que foi recomendado. As reformas que o governo Goulart estava tentando empreender foram frustradas pelo golpe, e em seu lugar não veio nenhum tipo de substitutivo, nenhuma iniciativa que, minorando os problemas sociais, diminuísse o descontentamento e, com isso, as crises sociais e políticas.

A Doutrina de Segurança Nacional, um *Corpus* Multidisciplinar Sintético

A visão que Ana María Bidegain de Urán apresenta da Doutrina de Segurança Nacional é a de uma síntese total das ciências humanas, com a finalidade de orientar um programa de ação, como é inerente a qualquer doutrina, política, social, religiosa, econômica ou militar querer fazê-lo. Assim é, porque uma doutrina é sempre um corpo programático, destinado a orientar a

¹²² McNamara, Robert S. - *A essência da segurança. Reflexões de um secretário da defesa dos estados Unidos*. São Paulo, Ibrasa- Instituição Brasileira de Difusão Cultural S.A, 1968.

¹²³ Comblin, Joseph, op.cit., p. 65.

ação de seus partidários, e, no caso, de todos os demais brasileiros, estivessem ou não de acordo, dado o seu caráter impositivo.

Doutrina que foi concebida, evidentemente, de acordo com recortes e justaposições dos mais específicos, totalmente de acordo com os interesses e a visão do grupo que a inspirou e idealizou. No caso, por ser um grupo militar basicamente conservador em seus valores, entendemos nós, ainda que com todos seus componentes adeptos de uma modernização conservadora da sociedade, foi exatamente esse o sentido de sua atuação: modernizar o país. E isso, mesmo a despeito de outros setores que também eram conservadores, ainda que não se manifestassem, sempre, a favor da modernização atualizadora, as elites políticas brasileiras situadas na maior parte dos partidos políticos surgidos no decorrer da redemocratização de 1945, como os setores latifundiários estabelecidos nos dois maiores partidos daquele período, o PSD e a UDN.

Doutrina, portanto, um pensamento orientado para a prática, militar, por sua origem na Escola Superior de Guerra, esse *corpus* não poderia deixar de ter uma profunda vinculação com o pensamento e com a prática estratégicos, ancorados na geopolítica. Defensora da modernização do país, não poderia deixar de se vincular à política, a esfera da atuação normatizadora. Isso, ainda que a grande maioria de seus formuladores e apologistas, em grande parte, fosse herdeira da velha tradição militar brasileira surgida já nos meados do século XIX, de se opor – e, mais que isso, desprezar – a elite política civil, os *legistas*, os *casacas*, como foram designados, ainda nos tempos do Exército imperial. Favorável ao *desenvolvimento* – fossem quais fossem as suas definições desse processo,¹²⁴ a Doutrina teria que se relacionar com a ciência econômica, e assim, praticamente não havia campo do conhecimento humano que não fosse tomado como fornecedor de subsídios intelectuais para a criação daquele *corpus*.

¹²⁴ Quanto às diferenças entre *modernização* e *desenvolvimento*, vide a conceituação desenvolvida por Octavio Ianni em *O colapso do populismo*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1971.

Daí, consideramos, a proveniência do caráter interdisciplinar da equipe da Escola Superior de Guerra que se dedicou à formulação de tal *corpus* doutrinário. Interdisciplinariedade que somente podia ser comparável, na época, à de outra entidade, igualmente oficial, e que agia em sentido inverso, o ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, sobre a qual falaremos adiante.

Dado o conteúdo sintetizador da Doutrina,

" só o marxismo tem uma pretensão igual de ciência total e de condução integral da sociedade."¹²⁵

O enfoque pelo qual tal doutrina enxergava o Brasil, o contexto internacional, e, principalmente, o Brasil com relação a tal contexto, era o da geopolítica, como fornecedor da visão da sociedade. Nem poderia ser de outro modo: a Doutrina organizou seus conceitos básicos de acordo com a geopolítica e geoestratégia porque seus objetivos se referiam à dominação e à localização do Brasil dentro do mundo bipolarizado da Guerra Fria. Dominação no sentido weberiano do termo, como um poder de mando que encontra aceitação, ou pelo menos, resignação, por parte dos dominados, ou seja, a sociedade.¹²⁶ Localização do Brasil num mundo bipolarizado pela Guerra Fria na condição de participante de um dos lados, o Ocidente, sem qualquer veleidade de fazer parte de alguma política que, sem se vincular diretamente, de modo automático, a nenhum dos blocos, se relacionasse com ambos, de modo independente, tomando as resoluções que fossem as mais indicadas para o interesse do país.

¹²⁵ Bidegain de Urán, op.cit., p. 180.

¹²⁶ A dominação, para Weber, é a "probabilidade de encontrar obediência dentro de um grupo determinado, para ordens específicas (ou para todos os tipos de ordens)". No caso concreto, "essa dominação ("autoridade"), pode apoiar-se nos mais diversos motivos de submissão", porque vão "desde o hábito inconsciente, até as considerações puramente racionais com relação aos fins". Entretanto, a dominação pressupõe um certo grau de bilateralidade, porque "um determinado [grau] mínimo de *vontade* de obediência, ou de *interesse* (externo ou interno) em obedecer, é essencial em toda relação autêntica de autoridade". (Intercalação nossa. Weber, 1974, volume I:170).

Ou seja, a recusa em se integrar no grupo político que viria a se configurar, por um breve período, na década de 1960, como o Bloco dos Não-Alinhados.¹²⁷

O objetivo da Doutrina era reorganizar o Estado brasileiro em outros moldes. Tal organização seria necessária em um mundo dividido, partindo-se do princípio de que já tínhamos o inimigo entre nós, os agentes de Moscou. E, agravando o problema da sobrevivência do Brasil na esfera ocidental, dada a incapacidade das elites políticas civis em exercer o governo com a segurança necessária, urgia que a estrutura de poder fosse modificada. Modificação a ser feita em nome da eficiência, em função da segurança diante do perigo vermelho.

Quais seriam as características organizatórias mais importantes do Estado que a Escola Superior de Guerra desejava organizar, ao destruir a estrutura de cunho liberal subjacente à Constituição de 1946, em especial quanto aos direitos de participação política da cidadania em geral.

Mais que todos os vários setores populares, a participação dos trabalhadores urbanos. Quanto à atuação dos órgãos da sociedade civil, as mesmas restrições, a começar pelos sindicatos, apesar de não serem totalmente autônomos, de acordo com as normas vigentes entre 1945 e 1964. O mesmo quanto aos partidos políticos que pudessem apresentar quaisquer desejos de mudança social realmente significativa, além da anulação das entidades associativas capazes de levar à prática as reivindicações de reforma social, como as entidades estudantis:

¹²⁷ Os países que logo após a Segunda Guerra Mundial não desejaram fazer qualquer opção, guardando sua independência para negociar com ambos, conforme seus interesses, formaram o bloco que ficou conhecido como *os não-alinhados*.

"Segundo ela, [a Doutrina] delineia-se um novo tipo de Estado, em que os poderes tradicionais (legislativo e judicial) (sic) são neutralizados, porque nas situações realmente graves são os organismos de segurança que julgam e sancionam. Novos poderes situam-se como órgãos supremos do Estado, enquanto o poder executivo tradicional se reduz apenas à gestão de uma política definida pelo poder supremo, que pertence ao Conselho Nacional de Segurança. É esse Conselho que designa o presidente da República e define a política da qual o Conselho é o guardião de sua segurança. Ao lado do Conselho, há um Serviço de Informações [...] que tem poder ilimitado de controle e de intervenção em todos os órgãos públicos e/ou privados. O serviço de informação só é controlado pelo Conselho Nacional de Segurança." ¹²⁸

Ainda que o quadro exposto possa não ter sido rigorosamente esse, a verdade é que as Casas Legislativas foram postas em posição de rigorosa subalternidade, e o Judiciário perdeu parte de sua independência, e são exatamente a independência de ambas as instituições que fazem delas Poderes da República, autônomos, e não meras extensões do Executivo. Quanto à atuação do presidente da República, no contexto ditado, sabemos que Médici e Geisel tiveram de fato voz ativa, não se limitando, assim, a serem meros gestores de uma política de Estado decidida pelo Conselho citado, sem que tivessem participação plena nas decisões que, em último caso, ficariam sob suas responsabilidades.

Mas mesmo assim, não poderiam tomar, a seu alvitre, decisões que se chocassem demasiadamente com o que os Altos Comandos das Forças Armadas pensava, ainda que pelo menos uma vez, o presidente Geisel teve que aceitar a eventualidade de um confronto armado, com o ministro do Exército, general Sílvio Frota. Mas o presidente Castelo Branco, em contrapartida, teve que engolir a presença de Costa e Silva no Ministério do Exército, imposto pelo

¹²⁸ Bidegain de Urán, op.cit., p. 180.

grupo designado como *linha dura*, e quando seu preferido seria o marechal Cordeiro de Farias. E igualmente, teve de aceitar Costa e Silva como seu sucessor, quando seu desejo pessoal era ser sucedido pelo civil mineiro Bilac Pinto.

E, não nos esqueçamos, a sucessão presidencial era decidida por meio de uma votação em que tinham voz apenas os altos comandos das três corporações militares, mas com grande predomínio por parte do Exército.

O espaço da Geopolítica no *Corpus* da Doutrina de Segurança Nacional

Em seu livro *Bidegain de Urán* define o que é geopolítica paralela:

"É a ciência que o novo Estado invoca como fundamento científico sobre o qual se organiza o Estado, (sic), pois a geopolítica é a ciência que estuda a influência dos fatores geográficos na vida e na evolução dos Estados, com a finalidade de tirar conclusões de caráter político. [...] A geopolítica pretende ser universal e totalizante do homem, e quer ter o papel de uma filosofia. [Daí seu caráter de síntese totalizadora.] O objetivo da geopolítica são as lutas dos centros de poder pela dominação do espaço geográfico, e os centros de poder são os Estados. Por isso o Estado é concebido, exclusivamente, como *centro de poder* (grifo da autora) com vontade própria, e *constitui um organismo*.¹²⁹

Quanto a tal aspecto, em especial, a organicidade do Estado, cita o general Golbery que como já foi dito, teve fundamental importância na definição da Doutrina brasileira:

¹²⁹ Bidegain de Urán, op.cit., p. 180.

"A concepção sobre o Estado subjacente em toda geopolítica, diz Golbery, é uma síntese do organicismo de Herder, do idealismo de Hegel, dos estatismo de Fichte e do nacionalismo econômico de List."¹³⁰

Assim, o conceito de Estado é fundamental, e nem poderia ser de modo distinto, uma vez que se trata da entidade que atua, com relação ao espaço geográfico, no desenvolvimento da política que considera a mais adequada para seus interesses. A autora compara dois objetivos distintos da geopolítica, segundo dois momentos igualmente distintos da história, que deram forma a duas concepções geopolíticas opostas quanto aos valores axiológicos, mas ambas dotadas do mais amplo grau de universalidade, uma vez que visavam, igualmente, ao domínio de todo o planeta. São a geopolítica do nazismo, exercida de acordo com o interesse da Alemanha hitlerista, e a da Guerra Fria, que se distribuía simetricamente, com ambos os contendores tendo o mesmo interesse, ainda que cada um estivesse dotado de uma concepção peculiar de mundo, opostas pelo vértice:

"O Estado é território, população, soberania e poder; mas o *poder* é a palavra mágica da geopolítica, porque ela não é outra coisa senão a ciência da luta de poderes pela dominação do espaço. Antes da Segunda Guerra Mundial a perspectiva do *espaço vital* era o fundamento da geopolítica, mas depois procura fundamentalmente explicar a Guerra Fria e a divisão do mundo em dois blocos Leste-Oeste, Ocidente contra comunismo. Então a geopolítica passa a se ocupar primordialmente com o problema da *segurança*, e não tanto com a expansão; ela pretende ser uma visão científica das existências e da razão de ser da divisão do mundo em Oriente-Occidente,

¹³⁰ Golbery, apud Bidegain de Urán, ob.cit., p. 181.

comunismo e 'mundo livre', e esse antagonismo entre os dois blocos dá à segurança nacional todo o seu conteúdo."¹³¹

Outro tópico merece reflexão: os valores que o corpus doutrinário encerra quanto à política, à sociedade, ao homem, seja como indivíduo, seja coletivamente, como integrante do povo, e quais são as aplicações de tais conceitos e valores ao campo da sociedade.

Para a Doutrina, o enfoque essencial, que toca à segurança nacional, é a tríplice relação Estado-poder-segurança, colocando tanto o homem quanto o povo numa posição secundária. O homem, como conceito genérico, como ser humano, como indivíduo, mais ainda, o grupo humano, o povo, a nação – tomada esta no sentido antropológico, de povo com identidade própria –, ficam, pois, num plano totalmente secundário, totalmente posposto ao Estado. A primazia total é para o Estado, como órgão que exerce o poder, como sede da força:

"1) O indivíduo não existe, e os povos são mitos; o que existe são as nações, mas a nação se confunde com o Estado. Sem o Estado, a nação não pode nada, porque o Estado é poder. Dá-se então a relação indivíduo-nação-Estado-poder; 2) o mundo é, pura e simplesmente, o lugar de uma luta de poderes. A essência do poder é a luta e a competição. As nações são, por definição, rivais e devem entrar em luta para sua sobrevivência; 3) o Estado é um organismo, um ser que deve defender-se, crescer e combater; cada indivíduo é uma ameaça, um adversário; o mundo e a vida humana se definem em função da categoria fundamental 'amigo-inimigo'. Todo indivíduo é um amigo ou um inimigo; 4) Esse antagonismo fundamental, porém, tem sua raiz num antagonismo principal e determinante: Ocidente contra comunismo, Leste contra Oeste."¹³²

¹³¹ Bidegain de Urán, op.cit., p. 181.

¹³² Ibidem, p. 182.

O corolário dessa concepção configura um quadro hobbesiano de estado de natureza, de guerra de todos contra todos, em que o homem é o lobo do homem, posto, agora, no âmbito das relações entre os Estados. Um aforismo de valor universal:

"Entre os dois blocos a guerra é contínua, e este conflito determina o conjunto da existência dos indivíduos, quer eles queiram ou não, quer saibam ou não."¹³³

Aplicando ao caso latino-americano o raciocínio que está contido no corolário citado, leva a dedução de que,

"[...] nosso continente está em estado de guerra contra o comunismo mundial. Seu lugar situa-se ao lado do mundo ocidental e naturalmente deve considerar como aliados seus os países do mundo ocidental."¹³⁴

Assim, "[...] todo o resto, direito, moral, princípios, etc., é relativo. Não se pode aceitar nenhuma limitação ao poder absoluto do Estado."¹³⁵

Essa generalização é excessiva. Se de fato o quadro de valores fosse o que está exposto, o regime castrense brasileiro teria sido *totalitário*, sem qualquer dúvida, e não simplesmente *autoritário*. É certo que, em vários momentos, os governos militares violaram abertamente normas jurídicas consagradas no direito brasileiro, tais como os direitos à vida, à integridade física, à locomoção, à expressão, ao sigilo telefônico e à correspondência dos

¹³³ Ibidem, p. 182.

¹³⁴ Ibidem, p. 182.

¹³⁵ Ibidem,, p. 182.

cidadãos. Mas isso não foi consagrado em lei – como a instituição legal do direito do Estado de matar ou torturar, ainda que os homicídios e as torturas tivessem ocorrido com frequência. Nem o direito de livre crença, em se tratando de ideologia política: não se perseguiu ninguém, especificamente, pelo puro e simples fato de alguma pessoa ser marxista, mas sim se, a partir da crença marxista, praticasse *qualquer ato* que o regime proibia.

O estado de natureza hobbesiana existiu no país, sob a ditadura, porém colocado à sombra, quando não foi possível fazer com que ficasse ao abrigo de uma legislação restritiva e repressora.

O Conteúdo Doutrinário e os Valores da Doutrina de Segurança Nacional

Como o conflito de que falam os geopolíticos da Escola Superior de Guerra é a guerra total, a estratégia que se relaciona com tal situação é também total. Trata-se de uma geoestratégia, uma estratégia de amplitude universal, que, de início, se estendia por todo o planeta, e com o passar do tempo e os progressos da pesquisa espacial e da astronáutica, se extravasou também para o espaço sideral.

Com isso, a política passava a ser submetida à uma estratégia, de longo alcance, cujo comando supremo caberia aos Estados Unidos. A parte mais importante da política seria exatamente, a política de segurança nacional concordante com a geoestratégia.

A estratégia geral brasileira concebida de acordo com tais princípios era submetida a três conceitos essenciais: os objetivos nacionais, a estratégia ou segurança nacional e o poder nacional. Junto com a análise de Bidegain de Urán, exporemos agora trechos do estudo de Suano, autor que estudou a obra do general Góes Monteiro como um *corpus* específico do pensamento militar da década de 1930, e que teve idéias aproveitadas na criação da Doutrina de Segurança Nacional. Suano e Bidegain de Urán fazem exposições semelhantes sobre os conceitos essenciais da Doutrina, ainda que Suano o faça com mais riqueza de minúcias significativas.

Quanto aos conteúdos da Doutrina, expostos por Suano, de acordo com seu interesse de demonstrar o pioneirismo do general Góes Monteiro, em tal campo, – que o fez no que toca a seu estabelecimento dos objetivos componentes do *corpus* doutrinário que qualificou, ainda na década de 1930, como *política do Exército* –, destacam-se quatro conceitos básicos, essenciais: os *Objetivos Nacionais*, o *Poder Nacional*, a *Política Nacional* e a *Estratégia Nacional*. Ressaltamos que o general Góes Monteiro não destacou os temas de que se ocupou por meio dos termos em questão, mas muitos dos conteúdos de seus enunciados se aproximam claramente de tais conceitos.

Um exemplo de idéia que o General antecipou, com relação à Doutrina de Segurança Nacional, é a que expressou, no item *política do Exército*. Esta estenderia seu interesse por todos os ramos da atividade social. É uma antevisão do conceito que a Doutrina apontaria como o Poder Nacional. Mesmo não tendo se pronunciado sobre os itens que seriam, futuramente, enunciados pela Doutrina, o general Góes Monteiro apontou para a direção que um dia o pensamento militar iria seguir. Ao dissertar sobre qual deveria ser tal *política do Exército*, ele afirmou ser a corporação militar

"[...] um órgão essencialmente político e a ele interessa, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial de guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos de atividades, de produção e de existência coletiva, inclusive a instrução e educação do povo, o regime político-social, tudo, enfim, afeta a política militar do país".¹³⁶

Era a visão integrada de todos os meios de que a sociedade dispunha, a serviço do Exército, entidade por sua vez, a serviço do Estado. Esses meios deveriam subordinar-se aos interesses gerais das Forças Armadas, vistas em sua condição de principais instituições capazes de conduzir o Brasil, dando-lhe organização e disciplina. Era o mesmo conteúdo que a Doutrina ressaltou como Poder Nacional.

Em seu trabalho Suano destaca os quatro conceitos básicos da doutrina de Segurança nacional. Vale a pena lembrá-los para análise: Os objetivos Nacionais, o Poder Nacional, a Política Nacional e a estratégia Nacional.

Os Objetivos Nacionais expressam um conceito destinado a conferir racionalidade à ação do governante e do militar. Sendo objetivos pré-fixados, tornam-se menos susceptíveis de manipulação por parte de elementos inescrupulosos, demagogos; igualmente, inibem as ilusões e afastam o planejamento político da anarquia.

¹³⁶ Góes Monteiro, A Revolução de Outubro e a finalidade política do Exército. Rio de Janeiro, Adersen Editores, s/d., apud Coelho, Edmundo, ob.cit., p. 103.

Há duas categorias de Objetivos Nacionais: aqueles que nos textos aparecem sob a abreviatura da sigla ONP, os *Objetivos Nacionais Permanentes*, e os ONA, *Objetivos Nacionais Atuais*.

Dividindo-os nessas duas categorias, pode-se hierarquizar o planejamento político, considerando o fato de que há objetivos nacionais decorrentes da história, formativos da nação, e por isso, considerados *axiológicos*, a serem mantidos a qualquer custo e que por isso, são permanentes. São seis ao todo: a Integridade do Patrimônio Nacional, tal como sua extensão territorial, a ser defendida e mantida como elemento constituinte da União; a Paz Social; a Integração Nacional, o que deve ocorrer em suas dimensões geográfica, territorial, política e social; o Progresso; a Soberania e a Democracia.

Nesse ponto já surge um problema sério: é possível militares autoritários, que tomaram o poder por meio da violência, falar em defesa da democracia?

Na definição dos Objetivos Nacionais Permanentes, a parte referente à democracia não foi além duma explicação tautológica, em parte, bastante vaga:

"Adotar como regime político aquele que é baseado nos princípios democráticos, [o componente tautológico] em concordância com a realidade brasileira [o enunciado vago]."¹³⁷

Entendemos ser pertinente estabelecer uma via de mão dupla, quanto a esse tema: ser necessário que se tivesse "uma democracia em concordância com a realidade brasileira". Por uma determinada visão, a que vê, pelo senso comum,

¹³⁷ Comblin, Joseph, op.cit., p. 51.

a democracia como um valor altamente desejado por toda a sociedade – visão muito adotada pelos elitistas da UDN, mesmo não sendo o que eles praticavam – teríamos a democracia liberal, e essa foi derrubada com o golpe. Ou, no sentido contrário, os pensadores esguianos pretendiam que no Brasil um gênero específico de regime, que viam como *democracia à brasileira*, capaz de admitir atos de exceção. Seria uma *democracia à moda da casa*, a única possível, em nossas condições?

Cabe adiantar que a concepção de democracia que tais militares apresentavam era a democracia das elites. Daí sua ligação tão forte com a UDN.

Concordando com Suano a autora Bidegain de Urán também se refere aos Objetivos Nacionais que:

" podem ser permanentes ou atuais. No Brasil, os objetivos nacionais permanentes são as aspirações do grupo nacional que procura sua própria sobrevivência como grupo, quer dizer, o reforço da unidade nacional, a incorporação efetiva de todo o território nacional, o reforço da estrutura econômica, a manutenção do *statu quo* territorial na América do Sul, o reforço da solidariedade e da consolidação do prestígio nacional no exterior. Os objetivos nacionais atuais são de natureza claramente estratégica e cristalizam os interesses nacionais em um momento dado."¹³⁸

Grupos que procuram sua sobrevivência, no caso, se refere à elite no poder, notadamente os militares da Escola, e seus aliados civis, que para tal objetivo grupal, apresentavam um projeto nacional.

Para o padre Comblin os Objetivos Nacionais, estão totalmente imbricados com o conceito de guerra total. Um gênero seria a guerra que estaria sendo realizada, dentro da Guerra Fria, pela ação diuturna e dissimulada dos

¹³⁸ Bidegain de urán, op.cit., 183-184.

comunistas, instigando a subversão, minando as instituições de cada Estado contra o qual se colocavam. Outro, a guerra declarada, revolucionária ou convencional, em surtos intermitentes, quando esses inimigos açulavam seus aliados nos mais diversos países, tanto contra a ordem estabelecida, quanto contra a aliança com os Estados Unidos. Diz ele:

"Ora, já vimos que a guerra atual é uma guerra total, que põe em jogo a sobrevivência da própria essência da nação. Tem em vista manter a nação tal como a nação deseja ser: suas metas são os Objetivos Nacionais. [...] Os Objetivos Nacionais são, ao mesmo tempo, a meta da guerra e a meta da política. Como a Doutrina de Segurança Nacional assimila permanente a política à guerra, isso não é de surpreender. A meta da guerra é a meta da política, e vice-versa, já que toda a nação está engajada numa guerra para sua sobrevivência. A nação não tem outra política senão a guerra total, a que o comunismo a obriga. É claro que o resultado de tal assimilação é que a política enquadra-se inteira num sistema de meios e fins. O problema político consiste em definir os fins e adaptar os meios aos fins."¹³⁹

Estabelecer meios e fins, de acordo com a Doutrina, seria tarefa das mais fáceis, em se tratando da ação dos governantes, uma vez que, como lembra Comblin,

"[...] concebe-se a nação como uma só pessoa, um único ser dotado de uma única vontade, que define seus fins e adapta os meios aos fins. Não há motivo para que a nação se comporte diferentemente do Exército. Tendo a política definido os Objetivos, o resto é uma questão de técnica. Os estrategistas definirão as estratégias a serem adotadas, em função das circunstâncias."¹⁴⁰

¹³⁹ Comblin, Joseph, op.cit., p. 50.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 51.

É a visão de uma sociedade disciplinada, a mesma que o general Góes Monteiro expressou, na década de 1930, ao falar em *política do Exército*. A concepção autoritária está presente: a ordem emana do Alto Comando e toda a nação, com a presteza de uma tropa disciplinada e cultora da hierarquia, seguirá sem discutir o que for mandado.

Já os Objetivos Nacionais Atuais são de ordem conjuntural, e se apresentam como tópicos dotados de *caráter instrumental*. São os problemas da atualidade, que devem ser solucionados pela ação da elite, de acordo com a orientação da Escola Superior de Guerra, que para isso agiu no sentido de formar os quadros que substituiriam às elites políticas tradicionais.

Quanto aos critérios de identificação dos Objetivos Nacionais, no que toca, a saber, quem assim os identifica, quem assim os considera, e quais são os meios pelos quais ocorre a sua identificação, são totalmente autoritários. A Escola entende que a elite de quadros por ela formados serão os identificadores autorizados, por sua própria competência no assunto. Quanto aos critérios usados para o diagnóstico, decorrem da comprovação de que há elementos condicionantes estruturais da realidade, com os quais os problemas nacionais terão suas características definidas, e com isso, serão identificados.

A identificação dos Objetivos Nacionais Permanentes, os ONPs, ocorre por meio de quatro condicionantes. O primeiro é de *ordem física*, geográfico: se relaciona com a natureza física do país, com sua posição no Hemisfério Sul, na América do Sul, com o formato do território nacional, quanto à sua extensão, de grandes dimensões e sua natureza contínua, mais seu extenso litoral e suas fronteiras tão dilatadas e se articulando com quase todos os países sul-americanos, e ainda os recursos naturais de que dispõe. O segundo condicionante é *humano*, a começar pelo conceito dos mais vagos de *caráter nacional*, e destacando o papel das elites. O terceiro, de natureza *institucional*:

como se deu a origem das instituições do país, e como ocorre sua presença na vida nacional, com bom ou mau funcionamento. O quarto, de *natureza externa*: qual é a posição ocupada pela nação no conjunto de todas as demais nações, e qual é a estatura político-estratégica do país.¹⁴¹

Essas últimas considerações são feitas, igualmente, com relação ao restante dos países do mundo, tanto os vizinhos, quanto aqueles que podem causar problemas – era o caso, então, da União Soviética e de Cuba, além dos demais países comunistas, e igualmente, dos aliados, a começar pelos Estados Unidos.

Quanto ao conceito sempre vago de *caráter nacional*, ao qual nunca faltam os argumentos do senso comum, o padre Comblin ressalta:

"[...] sabe-se como é difícil definir o pretenso caráter nacional. Nossos estrategistas, no entanto, não desistem da tarefa. Quanto ao resultado, é mais ou menos bom. (sic) Julguemos por um exemplo. O caráter nacional brasileiro, a ser cuidadosamente preservado por meio da estratégia nacional, seria o seguinte: 'Individualismo, adaptabilidade, improvisação, vocação pacífica, cordialidade, emotividade'."¹⁴²

Para que se veja o quanto esse conceito é vago e dos mais manipuláveis, o autor recorda enunciado semelhante, feita noutro país em que se adotou, em 1973, uma Doutrina da Segurança Nacional, o Chile do general Pinochet, ele mesmo um dos formuladores doutrinários, em seu país, na condição de professor de geopolítica: "No Chile, descobriu-se recentemente que o povo era eminentemente guerreiro."¹⁴³

¹⁴¹ Suano, Marcelo, op.cit., p. 160-161.

¹⁴² Comblin, Joseph, op.cit., p. 53.

¹⁴³ Ibidem, p. 53.

Tratava-se, pois, de mistificar a opinião pública, militarizando toda a sociedade, por força de uma *vocação*, que adviria do *caráter nacional chileno*, e com isso, pretendendo que o povo assumisse – depois de subitamente ser assim militarizado em sua totalidade –, que passasse a se comportar como soldado, coletivamente, quanto ao dever militar da obediência sem discussão.

Alguns desses elementos são suficientemente objetivos para que venham a causar dúvidas. Mas consideramos, junto com Suano, que os de ordem humana são extremamente complexos, uma vez que, além de considerar a ação das elites – afinal, quem as integra, quais são os pré-requisitos para fazer parte; como se dá o ingresso nesse escol; se seria possível que a integrassem também elementos discordantes do pensamento do governo, além dos concordantes? – há, ainda, o conceito de *caráter nacional*, que em si mesmo é muito pouco definido, arbitrário no que toca às características que o integram.

Trata-se, na realidade, dum somatório de afirmações gratuitas, provenientes do senso comum. Sua definição sempre é feita por meio de critérios dos mais subjetivos, e freqüentemente preconceituosos – e que por tais motivos, não permite qualquer critério de objetividade analítica e de operacionalidade eficaz, por parte de quem o emprega. Procedimento, aliás, já bastante criticado, no âmbito das ciências sociais, tanto por especialistas estrangeiros quanto brasileiros.¹⁴⁴

O Poder Nacional, a situação Real

¹⁴⁴ - O conceito de *caráter nacional* foi vivamente criticado pelo psicólogo social Dante Moreira Leite, em sua obra *O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia*. São Paulo, Editora Pioneira, 1969.

e Potencial da Ação Efetiva do país

Quanto à questão do segundo ONP, o Poder Nacional, Suano foi bastante feliz em sua explicação: decorre de um dado de realidade, que explica, citando texto de autor, título e procedência não identificados, que optamos por marcar com aspa simples:

"[...] 'a fixação dos objetivos, por mais claros que possam parecer, não é condição suficiente para que sejam conquistados e mantidos'. Para tanto, se usa o Poder Nacional, que constitui 'o conjunto dos meios de toda ordem de que a nação dispõe, acionados pela *Vontade Nacional*, para conquistar e manter, interna e externamente, os objetivos nacionais'; ou seja, *o poder é o instrumento para a consecução dos objetivos, não podendo ser ele um fim em si mesmo*.'" ¹⁴⁵

Outro elemento complicador que vemos nesse discurso é a conceituação do que possa ser Vontade Nacional: que a constitui, vontade de que, quem a expressa, vontade de quem, ou seja, quem deseja o que, e com que grau de legitimidade? Por que será que essa Vontade Nacional deve ser acatada? É a mesma crítica que veremos no Capítulo III, no texto de Eliézer Rizzo de Oliveira, que indaga: "Enfim, quem diz o que a Nação deseja?" ¹⁴⁶

Portanto, em termos objetivos, não se poderá responder, a não ser que se aceite a explicação pragmática de que se trata da vontade dos mais poderosos, em especial a vontade do governo.

¹⁴⁵ Suano, Marcelo, op.cit., p. 161.

¹⁴⁶ Manual apud Oliveira, Eliézer Rizzo de – A Doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico, in Militares: pensamento e ação política, organizado por Eliézer Rizzo de Oliveira. Campinas, Papirus Livraria Editora, 1987, p. 71-72.

A constituição do Poder Nacional se faz por meio de três elementos, três grupos que recebem o qualificativo de *fundamentos*: o *homem* e todas as ações de que é capaz, a *terra* e seus recursos e as *instituições*, que disciplinam e orientam a ação social. Suano explica as formas pelas quais são enfocados analiticamente tais três elementos, no corpo da Doutrina, elementos que ocorrem

"[...] de diferentes formas, a partir de expressões do poder: a econômica, a política, a psicossocial e a militar. Na década de 90 do século XX acrescentou-se uma nova expressão, que é a científico-tecnológica."¹⁴⁷

O texto de Bidegain de Urán, quanto à definição de tal elemento, é que constitui

"[...] a expressão integrada dos meios de todo tipo (políticos, psicossociais, econômicos e militares) dos quais dispõe efetivamente a nação, num momento dado, para promover internamente e no plano internacional a obtenção e a salvaguarda dos objetivos nacionais, apesar dos antagonismos internos e externos, existentes e presumidos. Golbery acentua, dizendo que é o 'instrumento unificado da estratégia',¹⁴⁸

Quanto aos fatores intrínsecos apontados como constituintes do Poder Nacional, seriam:

"I) Fator político: referem-se a ele a cultura política das elites e das massas, a organização constitucional e administrativa, as instituições políticas e a capacidade de ação política nacional e

¹⁴⁷ Suano, Marcelo, op.cit., p. 161.

¹⁴⁸ Couto e Silva, Golbery apud Bidegain de Urán, op.cit., 185.

internacional; II) Fator psicossocial: inclui os fatores demográficos (volume e composição da população), a estrutura e a dinâmica sociais (tradições, padrões culturais, atitudes, mobilidade, etc.; III) Poder econômico: é integrado por todos os recursos de base, equipamentos de produção e de circulação de bens, pela estrutura econômica, pelo desenvolvimento econômico e suas modalidades; IV) Poder militar, obviamente integrado pelas forças armadas, com sua estrutura e integração, pelo valor de direção, pelo desdobramento territorial das forças, logística, capacidade e ação militar." ¹⁴⁹

Afirmção um tanto surpreendente da autora em se tratando de uma doutrina militar e a de que o poder nacional é essencialmente civil, pois:

"[...] cada fator não é senão um aspecto de um todo integrado. Por isso mesmo, o poder militar não é autônomo, por si." ¹⁵⁰

Trata-se, cremos nós, de um trecho mal redigido ou mal publicado, uma vez que não dá grandes explicações sobre tal conceituação. Seria civil por ser o somatório de todas as forças vivas da nação, incluindo-se nela as forças militares.

Padre Comblin também traçou considerações sobre que constitui o Poder Nacional: nação e Poder Nacional se identificam. Assim é, porque "a nação é uma vontade que emprega meios em vista de um fim". É o Poder Nacional. Desse modo, de acordo com citação de Amaral Gurgel, Comblin explica que

¹⁴⁹ Bidegain de Urán, op.cit., p. 185.

¹⁵⁰ Bidegain de Urán, op.cit., p. 185.

"O Poder Nacional é o instrumento da política nacional em vista dos Objetivos Nacionais. [...] é constituído por fatores de toda espécie; abrange todas as capacidades e disponibilidades do Estado, ou seja, seus recursos humanos, naturais, políticos, econômicos, sociais, psicológicos, militares. É um conjunto de fatores que envolve todos os setores de ação do Estado. [...] o conjunto de meios de ação dos quais o Estado pode dispor para impor sua vontade; faz intervir os fins, nunca os meios. Nessas condições, [...] apaga todas as distinções clássicas. É, a um tempo, capacidade de ação sobre a natureza e sobre os homens, capacidade de manipular os recursos naturais graças ao capital, à técnica, à capacidade de trabalho, e capacidade de impor aos homens a vontade do Estado, seja através do prestígio, da pressão social, dos costumes ou da sujeição. [...] reúne recursos naturais, trabalho, ciência, técnica, capital, exército, polícia, sujeição, controle, censura, lei, costumes, autoridade, tudo isso justaposto para formar uma só capacidade de ação."¹⁵¹

Pode-se dizer, assim, que toda a sociedade fica subsumida ao Estado, quanto a esse aspecto. Todos os seus recursos são passíveis de, a qualquer momento, serem mobilizados pelo Estado. Zelar pela segurança nacional, por ser um dever de todos, coloca todos os recursos à disposição do poder, para a tarefa repressiva. Moralmente, institucionaliza a delação e a espionagem. Institucionalmente, determina a realização de dossiês e arquivos secretos, por iniciativa estatal, e com a colaboração de elementos que nem sempre pertencem, necessariamente, aos órgãos repressivos.

Mas, do mesmo modo, nem mesmo os colaboradores do Estado de Segurança podem se considerar imunes. Havendo a idéia de segurança extravasado para todos os setores sociais, estando o medo do comunismo por todas as partes, desaparecem os limites. A suspeita se generaliza em âmbito nacional. Quanto à possibilidade de serem considerados traidores, colaboradores do inimigo vermelho, agentes duplos, quase todos podem ser suspeitos, até prova em contrário.

¹⁵¹ Gurgel, Amaral apud Comblin, Joseph, op.cit., p 58.

Entende-se que todos os meios são válidos, para que se conduza a contento a campanha anticomunista, enfrentando os subversivos, onde quer que eles estejam, seja qual for a sua identificação. Luta que – deseja-se – possa unificar toda a sociedade, para o combate que ocorrerá por todas as partes, nos terrenos militar, político, econômico, psicológico.

Luta que, decorrendo de um plano estratégico de conjunto, articulando a totalidade de sua ação agressiva em todos os setores da vida social, em todos os países em que tal ação seja viável, de acordo com os interesses estratégicos de seus planejadores, plano hábil – segundo a Doutrina, urdido em Moscou – obriga o Ocidente a também realizar seu plano estratégico de conjunto. Tal plano anticomunista ocidental, de caráter defensivo, faz com que o poder do Estado se expanda por toda parte. A potencialidade que o Estado assim mobiliza é o fator que permite a integração de todos os setores sociais num plano estratégico único. E, Comblin destaca tal plano jamais faz considerações éticas, e isso, sequer minimamente, quanto à natureza dos meios utilizados:

"Na guerra, só contam os golpes aplicados ao inimigo: que ele seja vencido pela lei ou pela sujeição, pelo exército ou pela polícia, pela técnica ou pelo capital, pela superioridade econômica ou pela ação psicológica, pouco importa. Tudo é uma questão de adaptação à conjuntura. [...] as mais diversas forças, dependendo das necessidades [...] tudo o que é mobilizável é poder. As circunstâncias é que dizem se é preciso empregar meios de sujeição ou não, meios militares ou psicológicos. Esses meios não contêm, em si mesmos, nenhuma indicação de restrição ou de limite [...] eles são poderes. Seu valor ou sua oportunidade são uma questão de estratégia. *A necessidade de vitória torna-os todos iguais.* [...] A doutrina clássica fazia uma distinção entre o uso da violência, reservado às forças armadas, em certos casos extremos, e a ação não-violenta do Estado, utilizando todos os meios de pressão, salvo a sujeição pelas armas empregadas sem controle (o que é uma violência). Aqui o problema da violência desaparece: o emprego da violência deixa de ser atribuição das forças

armadas. Violência ou não-violência são empregadas indiferentemente, em todos os setores [...] Existe apenas uma categoria de poder, que suprime todas as distinções."¹⁵²

O que importa é o triunfo sobre o inimigo, a qualquer preço, não importando os métodos pelos quais serão obtidos.

Política Nacional, a arte de Identificar os Objetivos

O terceiro conceito é a Política Nacional, vista no trabalho de Suano como:

"[...] 'a arte de identificar os Objetivos Nacionais Permanentes, mediante a interpretação dos interesses e das aspirações nacionais, e de orientar e conduzir o processo global que visa à conquista e à manutenção daqueles objetivos'."¹⁵³

A Política Nacional se bifurca em dois ramos, a Política Nacional de Desenvolvimento e a Política Nacional de Segurança. A primeira delas é

"[...]a arte de estabelecer objetivos que reflitam os anseios nacionais de evolução, bem como a necessidade de fortalecer e aperfeiçoar o Poder Nacional e de orientar e conduzir o processo global que visa à consecução do Bem [Maiúscula de Suano]comum."¹⁵⁴

¹⁵² Comblin, Joseph, op.cit., p. 59-60.

¹⁵³ Suano, Marcelo, op.cit., p. 162.

¹⁵⁴ Ibidem, p 162.

Já a Política Nacional de Segurança seria

"[...] 'a arte de estabelecer um conjunto de opções, princípios, normas e diretrizes com vistas a assegurar a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes'." ¹⁵⁵

Nenhum aprofundamento quanto aos métodos que seriam postos em prática para a realização de tais objetivos, tais como as delações sigilosas ou anônimas, as prisões arbitrárias, as torturas e as mortes e desaparecimentos.

Estratégia Nacional, a arte de aplicar o Poder Nacional

Retornando ao texto de Suano a Estratégia Nacional seria:

"[...] 'a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional para, superando os óbices, conquistar e manter os ONPs de acordo com a orientação estabelecida pela Política Nacional'." ¹⁵⁶

Os quatro conceitos citados, Objetivos Nacionais (Permanentes e Atuais) Poder Nacional, Política Nacional e Estratégia Atual são partes de um conjunto que Suano designou como "uma fórmula" de interpretação da realidade e que por meio deles, o poder público pode agir no sentido de superar os óbices identificados. Contudo, o autor reconhece que tais conceitos não são neutros, e sim, valorativos:

¹⁵⁵ Ibidem, p. 162.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 163.

"[...] eles carregam os valores que configuram uma doutrina política que articula as relações entre as Forças Armadas e a sociedade." ¹⁵⁷

Enfim, voltamos à mesma crítica que levantamos antes, quanto à identificação – e legitimação – de quem definirá que tal ou qual situação é um óbice. É evidente que em muitos casos, essa tarefa não constitui dificuldade: diante de um ato de agressão ao país, por exemplo, não há dúvidas quanto ao caráter do óbice, e de sua identificação imediata e inequívoca como tal. Já em circunstâncias, como decisões soberanas de outros Estados, nem sempre tomá-las como agressão pode ser um procedimento exato e justificável, à luz dos conteúdos doutrinários do Direito Internacional Público.

Por isso, o problema se recoloca: quem definirá que ato é óbice, qual a sua gravidade e que medidas devem ser tomadas?

Os valores são tão significativos no que interessa à Doutrina, que a indagação sobre em que consistem, consta de um elenco de questões de suma importância para o estabelecimento do seu conteúdo. Assim, essas questões, básicas para a formulação da Doutrina, quanto a seus dois grandes objetivos, segurança e desenvolvimento, são:

"I) Quais os valores [de que] somos portadores?; II) qual o cenário externo?; III) qual a capacitação do país para responder ao desafio de uma guerra total?; IV) quais os elementos disponíveis para a consecução do poder?; V) quais os obstáculos ao aumento do poder, sejam eles [obstáculos] humanos ou materiais?"¹⁵⁸

¹⁵⁷ Ibidem, p. 163.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 163.

Quanto aos valores considerados acima, há um curioso – e agudo – desenvolvimento analítico que estabelece diferenças entre os *valores explícitos* e os *valores realmente significativos*. Isto porque nem sempre haverá coincidência entre assumir um valor publicamente, e levá-lo à prática, quando do desenvolvimento de algum ato, duma tomada de decisão, ou até dar a ele o destaque merecido, se realmente é um *ethos* geral. Assim dia Suano a respeito:

"O problema dos valores apresenta uma configuração interessante. Até o momento, falou-se no texto que os militares brasileiros consideram-se tributários dos valores ditos ocidentais, e dos princípios do cristianismo. Porém, independentemente do que isso signifique, deve-se antes de tudo levar em conta o *ethos* militar, mais que a igreja na qual comungam.¹⁵⁹ Quando eles se referem a termos como Cristianismo, Democracia, Liberdade, Conhecimento, etc., esses se mostram como secundários diante dos valores que os militares adquirem durante a sua formação, e se não são distintos dos valores da 'sociedade civil', pode-se, com toda certeza, verificar que lá, na caserna, tornam-se mais intensos."¹⁶⁰

E continua:

"Quando se perguntam quais são os valores que portam, excetuando-se os valores da caserna, qualquer outro é apenas instrumental. Por exemplo, é mais relevante a um militar lutar por um Brasil potência do que lutar por um regime qualquer, por uma economia de mercado ou por uma questão de princípios ocidentais."¹⁶¹

¹⁵⁹ A respeito da mentalidade militar e de seus valores específicos, Suano dedicou ao tema todo o primeiro capítulo de sua tese, "Entendendo a personalidade do militar". Para tanto baseou-se em dois textos altamente significativos para o tema: o livro resultante do doutorado em Antropologia Social de Celso Castro, *O espírito militar. Um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*, (Castro, 1990) e outro sobre o fenômeno da liderança militar, de autoria do coronel Jarbas Passarinho. Nesse livro, com o mesmo nome, ou seja *Liderança Militar*, em grande parte, memorialístico, são prestadas muitas informações sobre os tempos em que aquele oficial estava ainda no serviço ativo da arma de Artilharia, e publicada pela Editora Biblioteca do Exército, 1987.

¹⁶⁰ Suano, Marcelo, op.cit. p. 163.

¹⁶¹ Ibidem, p 164..

Na questão dos valores que orientam a escolha dos meios estratégicos para a tomada de decisão, para Bidegain de Urán os óbices oferecem diversas facetas pelas quais o antagonismo dominante – o que é oferecido pelo poder da União Soviética – pode ser encarado, o político, o econômico, o militar e o psicossocial. Assim,

"Trata-se de enfrentar o bloco comunista definindo quatro estratégias particulares, correspondentes a esses quatro setores operacionais. Até 1967, [no Brasil,] a Doutrina de Segurança Nacional atribuía ao Estado, como única finalidade, a *segurança*, mas, depois, os estudos da Escola Superior de Guerra lhe atribuíram também como objetivo o *desenvolvimento*. A nova Doutrina ligou, assim, segurança e desenvolvimento, e por isso, se afirmou que 'o desenvolvimento é um aspecto da guerra total', como o fez Amaral Gurgel."¹⁶²

Trata-se do ponto em que, segundo as palavras de Ianni, a entidade passou a promover a modernização, e não o verdadeiro desenvolvimento, uma vez que seu principal objetivo eram apenas – ou principalmente – os aspectos materiais, desvinculados da busca de superação real dos problemas sociais, decorrentes do atraso econômico.¹⁶³

O ano de 1967 a que a autora se refere foi demarcado pelo fato de ser o momento em que Robert McNamara, na qualidade de secretário da Defesa dos Estados Unidos, enfatizou a grande importância de que se promovesse o desenvolvimento econômico. Recomendação que fazia para que, desaparecendo as condições de miséria, a defesa do Ocidente ficasse facilitada, pela eliminação de focos de tensão e com isso, pela neutralização da tendência à rebeldia e aos atos de ressentimento, que sempre são facilmente manejáveis pelos comunistas.

¹⁶² Gurgel, Amaral apud Bidegain de urán, op.cit., p. 184.

¹⁶³ Ianni, Octávio, op.cit., p. 7-8.

Ou, pelo menos, mais facilmente manejáveis por eles, que pelas direitas e governos conservadores.

A autora prossegue estabelecendo a ligação entre os conceitos de Segurança Nacional e de Desenvolvimento, de acordo com os postulados da Doutrina:

"As exigências da Segurança Nacional até certo ponto são praticamente compulsivas para o desenvolvimento, mas a conjuntura mundial atual faz com que prevaleçam as tarefas de segurança sobre o desenvolvimento, a fim de que estas encontrem as condições favoráveis, sem as quais o desenvolvimento não pode ser levado adiante. A segurança nacional é, então, o objetivo indispensável e a base de todo projeto nacional, o valor absoluto e incondicional, sem restrição nem limitação, a norma última de todas as atividades públicas ou privadas."¹⁶⁴

É preciso que se tenha em mente o que significava *manter as condições de segurança*, na linguagem cifrada da época. Quanto ao aspecto preventivo, não só a ação ostensiva da polícia, mas, principalmente, a ação dos órgãos de espionagem e muitas vezes, de pura bisbilhotagem da vida de cada um, com a realização de dossiês – tantas vezes falso, com base em delações pessoais por motivo de vinganças – e a formação de grandes arquivos contendo informações, aos quais a pessoa retratada na maior parte das vezes não tinha acesso, para possíveis correções. Quanto ao aspecto repressivo, a ação diuturna dos órgãos policiais de investigação, cerco e captura, e posterior interrogatório, na maior parte das vezes realizada por meio da violência.¹⁶⁵

¹⁶⁴ Bidegain de Urán, op.cit. p. 184.

¹⁶⁵ A imensa quantidade de dados contraditórios, falsos, inexatos e muitas vezes caluniosos, constantes de dossiês oficiais, fez com que ocorresse uma inovação jurídica brasileira, uma instituição consagrada pela Constituição de 1988, o *habeas data*, por meio da qual qualquer cidadão pode requerer vistas de dados constantes sobre sua pessoa, mantidos em arquivos restritos, e assim exigir sua retificação.

Tais eram os procedimentos utilizados para que as *condições de realização do desenvolvimento* pudessem ocorrer de maneira satisfatória para o capital.

Capítulo III

Considerações críticas sobre a Doutrina de Segurança Nacional

Como já foi visto páginas atrás, no Brasil há uma longa tradição de autoritarismo, presente desde os tempos coloniais e que, perpassando os diversos regimes de governo, culminou com o golpe de 1964.

O nóculo consistente do autoritarismo do regime militar, em grande parte, foi o resultado na aplicação na política brasileira dos conteúdos e dos métodos da Doutrina de Segurança Nacional. Como também visto no capítulo anterior foi elaborada pela Escola Superior de Guerra desde os meados da década de 1950, em boa parte sob inspiração do National War College dos Estados Unidos. Doutrina essa que expressava os temores dos governos direitistas, conservadores ou liberais democráticos do Ocidente, que estivessem alinhados à política norte-americana da Guerra Fria.

A Doutrina de Segurança Nacional foi de grande importância no que se relacionava à expressão dos valores vigentes entre os militares brasileiros e seus aliados civis; inspirou e justificou o comportamento autoritário dos sucessivos governos castrenses, justificou como motivação de força maior, o processo de desenvolvimento econômico que privilegiava a acumulação capitalista à base da compressão salarial, em detrimento das contraprestações de benefícios sociais aos trabalhadores, e mais que tudo, favoreceu o capital estrangeiro estabelecido no país, promovendo a desnacionalização de boa parte da economia brasileira.

A Doutrina de Segurança Nacional e sua afinidade com os outros países

Anda aqui vale a pena recorrer ao Padre Comblin para muitas das observações referentes ao tema. Já foi visto que esse estudioso pesquisou a Doutrina e seus valores em vários países da América Latina, notadamente Argentina e Chile. Neste o general Augusto Pinochet Ugarte, quando professor da Academia de Guerra chilena, cujas idéias são sobejamente conhecidas. Destaque-se o fato de que, nas palavras do padre Comblin, foi no Brasil que esse gênero específico de doutrina do pensamento militar alcançou a maior amplitude, mas ela alcançou também, além dos dois outros já citados, o Uruguai e a Bolívia.

Desses países, no qual o Brasil ocupou lugar preeminente, devido à citada amplitude ideológica de sua Doutrina, estão ainda a Argentina, o Uruguai, o Chile e a Bolívia, entre os que desde o início assumiram claramente as características dos regimes autoritários da direita.

Entre os temas encontrados em todos os países em que a Doutrina de Segurança Nacional se manifestou, estão alguns que monotonamente, repetidos. Um deles é o *papel da Geopolítica*, baseada na visão simplista da *bipolaridade* entre o *ocidente cristão e democrático* e o *oriente comunista e ateu*. Essa Geopolítica era essencial como instrumento de uma *estratégia nacional*, destinada a fazer com que o elemento denominado *Poder Nacional* conduzisse à obtenção do que era definido como *Objetivos Nacionais*.

Poder Nacional, na linguagem da Geopolítica em questão, é como se viu, a soma dos fatores que entram na definição dos meios de poder de que um Estado dispõe: poder econômico, poder político, potencial humano e, mais que todos, poder militar.

O fortalecimento dessas idéias foi estimulado pelo ambiente histórico da *Guerra Fria*, quando surgiu o conceito de *guerra total*, segundo o qual não havia mais a guerra clássica, entre dois contendores, com um país contra outro, ou por alianças de países. O que constituía a mais séria realidade da guerra era agora o seu caráter universal e que, potencialmente, se expandia por todos os países, indo muito além da amplitude alcançada pelas duas guerras mundiais.

Agora se surgisse um conflito, abrangeria todo o ecúmeno, e até mesmo o ultrapassaria, tendo como âmbito, portanto, o universo, em virtude do equipamento nuclear susceptível de ser disposto em mísseis intercontinentais e estações orbitais. Como elemento decisório responsável pelas ações, o real deflagrador de todos os conflitos, o grande mal, era o *comunismo internacional*. Este, desde os finais da década de 1940, já vivia manobrando governos favoráveis – quase sempre, os assim denominados *inocentes úteis*, que, se fossem realmente *inocentes*, praticavam mesmo sem o saber a política favorável ao comunismo internacional – ou os grupos revolucionários de um dado país, que tomariam o poder e estabeleceriam governos favoráveis ao bolchevismo, como o então muito recente exemplo de Cuba.

Outro elemento constante da doutrina é a *visão elitista da sociedade*; o estamento militar seria a nata da elite, havendo ainda a necessidade de se proceder à cooptação de elementos civis entre os possíveis colaboradores que comungassem com as teses militares. Tal concepção era inseparável da *descrença na elite política civil tradicional*, vista coletivamente, como classe política, e também dos *políticos tradicionais*, individualmente considerados,

com o que se chegava à visão de que *a democracia clássica é inaplicável*. Esta permitia a *manipulação da massa* por *demagogos* e com isso, possibilitar a *desordem*, elemento favorável à *guerra revolucionária* e à *chegada dos comunistas ao poder*.

A democracia clássica não foi objeto de total repúdio, mas isso porque o país inspirador da Doutrina era, justamente, os Estados Unidos, sempre apontado como grande exemplo democrata. A tese foi a de que a democracia poderia servir para os países, cuja organização social se lhe seja semelhante, mas nunca as nações subdesenvolvidas e dependentes da América Latina, que careciam de um governo forte, de pulso firme.

O conceito de *elite* era inseparável do de *massa*, elemento que lhe é diametralmente oposto. Nesse caso, todo o *povo* – a entidade participativa do processo democrático – seria *massa*, elemento amorfo e susceptível de ser manipulado.

Outro tema recorrente foi o do desenvolvimento econômico como fator social de segurança, introduzido na discussão geopolítica por Robert McNamara, em seu livro *A essência da segurança. Reflexões de um secretário da Defesa dos Estados Unidos*.¹⁶⁶ Como foi visto no capítulo anterior o autor norte-americano¹⁶⁷ afirmou que a ordem e a estabilidade são condições mínimas para que ocorra a segurança. Assim, sem um mínimo de desenvolvimento, torna-se impossível querer mantê-las, porque "a natureza humana não pode ser indefinidamente frustrada"¹⁶⁸.

¹⁶⁶ McNamara, Robert S. - *A essência da segurança. Reflexões de um secretário da Defesa dos Estados Unidos*. São Paulo, Ibrasa-Instituição Brasileira de Difusão Cultural S. A., 1968. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho, apud Comblin, Joseph, ob.cit., p. 65.

¹⁶⁷ Robert McNamara foi secretário da Defesa dos Estados Unidos no período do auge da guerra do Vietnã, durante o governo de Lindon B. Johnson.

¹⁶⁸ Comblin, Joseph, op.cit. p.65.

Estado e Nação como sinônimos

Segundo a Doutrina de Segurança Nacional,

"A Nação é uma única vontade, um único projeto: ela é o desejo de ocupação e de domínio do espaço. Esse projeto supõe um poderio: é o desejo de poder. Esse projeto encontra a oposição de outros projetos semelhantes e incompatíveis com ele [os *óbices*, na linguagem geopolítica]. A Nação será, portanto, o poder, para impor aos outros seus projetos. A Nação age pelo Estado: como vontade, poder e poderio, ela se exprime pelo Estado. É impossível encontrar ou fazer uma distinção real entre a Nação e o Estado: a Nação acrescenta ao Estado os materiais, uma população, um território, recursos, apenas o passivo. O que faz formalmente a Nação não difere do que constitui formalmente o Estado."¹⁶⁹

A partir de tal simbiose para impor o consenso, identificando *nação*, conceito antropológico referente a um povo, dotado de uma cultura específica, com *Estado*, instituição que exerce o governo, fica descartada a sociedade civil. Esta, apesar de existir, se reduz à condição de espectadora muda. A nação seria um elemento homogêneo, excluindo todas e quaisquer diferenças, uma vez que obedeceria a uma só vontade, condutora do interesse nacional. E essa vontade nacional voltada sempre, para a promoção do Bem Comum.

O que possa ser o interesse nacional, idéia vaga, ao sempre que exposta, surge no texto doutrinário como algo facilmente identificável, uma vez que seus expositores entendem ser esse elemento o resultado de uma verdadeira personificação da nação, havendo um só interesse, uma só vontade, um só

¹⁶⁹ Ibidem., p. 28

projeto, um só poder. O mesmo se aplica ao enunciado do Bem Comum, que aparece como um postulado, evidente por si mesmo, e, portanto, não necessitando de comprovação: afirma-se que existe, mas não se explicita que o seja, nem quais os custos sociais resultantes de sua implementação, segundo o que se pressupõe que seja, e dos objetivos concretos que são enunciados em seu nome. Nega o conflito social, como consequência óbvia da divisão da sociedade em classes e igualmente, os conflitos resultantes da vida política interna. A nação, por ser una, não pode comportar divisões.

As divisões existentes no interior de qualquer nação, portanto, ficam minimizadas ao extremo, ou então, são vistas como perigosos fatores de dissolução social. Ao invés de ser encarado como um elemento perfeitamente compreensível, resultado do confronto de visões de mundo e de interesses distintos, interesses que em si mesmos podem ser totalmente legítimos, o conflito de interesses, passa a ser algo intrinsecamente nocivo.

Os conflitos de qualquer natureza são sempre prejudiciais ao Bem Comum, e só podem ser causados por traidores ou agentes do inimigo, o comunismo internacional. Daí a necessidade de uma visão única, que por não ter concorrente, será unificadora da sociedade. A meta é o Bem Comum, mesmo que tal conceito esteja expresso sem clareza necessária a uma identificação precisa.

Democracia e o Comunismo

A visão da Doutrina não pode ser dissociada da divisão do mundo nos dois blocos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial e à ascensão da União Soviética. Já era inquietante o fato da mesma ser uma superpotência, passível de confrontar os Estados Unidos. Este ainda era o monopolizador das armas atômicas até meados da década de 1950, mas via o contendor se aproximando cada vez mais de obtê-las, também o que realmente aconteceu. Não se tratava de mais uma outra superpotência, mas de uma cuja visão de mundo era totalmente oposta à americana e se expandira em boa parte da Europa Oriental e Central.

O elemento agravante é que essa expansão não a satisfazia, e queria ainda alcançar o restante do mundo. Mais ainda: o surgimento de uma terceira potência comunista, a China. Mas o capitalismo internacional também se expandia, de que grande parte correspondia a empresas norte-americanas.

O mundo restante viu-se então obrigado a tomar partido, engajando-se de um lado ou de outro, e o critério geográfico pesou muito: na maior parte das vezes, os países situados a oeste do bloco soviético aderiram aos Estados Unidos, até mesmo por estarem no centro da área de influência norte-americana. Foi o caso do Brasil, bem destacado pelo Padre Comblin:

"O mundo permanece dividido em dois campos: o Ocidente e o comunismo, e o Brasil está engajado no campo do Ocidente. Isso por motivos morais, devido à superioridade moral do Ocidente: ele escolhe o melhor lado. Mas, sobretudo, por motivos de necessidade. O Brasil faz parte, geograficamente, do Ocidente. Aliás, os geopolíticos brasileiros fizeram a síntese entre o fato de pertencer ao Ocidente e o destino manifesto da Nação brasileira. Não há antagonismo entre a luta contra o comunismo e a busca do Brasil-potência. Muito pelo contrário."¹⁷⁰

¹⁷⁰ Ibidem, p. 30

E continua:

"Essas Nações estão reagrupadas em duas alianças opostas. Uma representa o bem e a outra, o mal. A primeira se chama Ocidente e a outra, Comunismo. As Nações do mundo não têm salvação, senão se aliarem a uma das duas potências mundiais. É através dessa aliança que podem realizar seu projeto fundamental. Quanto ao que se relaciona à América Latina, ela faz parte do Ocidente, e não há que hesitar: é preciso seguir a grande potência que dirige o Ocidente quanto ao anticomunismo, os Estados Unidos." ¹⁷¹

A visão geopolítica voltava-se para a concepção de guerra total e de tal forma disseminada entre os militares latino-americanos dos países mais afinados com o anticomunismo que se pode dizer, todos tratam dos mesmos tópicos, com formulações quase sempre parecidíssimas. Dois exemplos dados pelo padre Comblin são as teses do então coronel chileno (posteriormente, general) E. Bacigalupo S., professor da Academia Superior de Segurança Nacional, entidade vinculada ao exército de seu país, e outra as do general Pinochet.

Para coronel Bacigalupo "muitas pessoas dificilmente admitem que o mundo vive numa situação de guerra permanente," ¹⁷² o que remete às posições análogas do general Golbery do Couto e Silva:

"[...] o general Golbery não concebe de outra maneira a guerra contra o comunismo: é uma guerra pela sobrevivência do Ocidente; é, portanto, uma guerra absoluta." ¹⁷³

¹⁷¹ Ibidem, p. 31

¹⁷² Ibidem, p. 32-38

¹⁷³ Ibidem,, p. 32-38

Disse também o general Pinochet, no dia 11 de setembro de 1976, durante as comemorações do golpe de Estado que derrubou o governo constitucional de Salvador Allende:

"O Chile, assim como outros países do mundo, sofreu o ataque do marxismo-leninismo e decidiu enfrentá-lo e combatê-lo até a vitória total. [Suas palavras prosseguem, de acordo com o padre Comblin:] Com o marxismo-leninismo só é concebível uma guerra de eliminação total. [Pois esse inimigo é] intrinsecamente perverso, [o que não significa] que seja apenas uma doutrina radicalmente errada, mas de uma agressão permanente, que põe em perigo a própria vida da nação. [Desse modo,] Não há meio de imaginar um diálogo nem uma possível transação, [pois tudo que é marxista-leninista,] mesmo sendo aparentemente sadio, está na verdade envenenado."¹⁷⁴

Semelhantes a tais falas foram os pronunciamentos do general Carlos Meira Mattos, oficial brasileiro que sempre se interessou pelos estudos de Geopolítica, e do general Golbery do Couto e Silva, ao exortar o Brasil a permanecer fiel ao aliado norte-americano.

Guerra Fria e ódio ao Adversário

Se concepções sobre o que possa ser a política nacional e as relações internacionais, todas elas vazadas em termos da guerra total, não provoca espanto os métodos usados para combater o adversário político tornando inimigo como afirma José Honório Rodrigues.¹⁷⁵

¹⁷⁴ Ibidem, p. 38

¹⁷⁵ Rodrigues, José Honório - Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-cultural. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2.a edição, 1982. Coleção "Logos".p.14-15

Para ele,

"[...] em 1964 houve a inconciliação e a imoderação da cúpula militar que dominou o Poder e tutelou a Nação, [porque] pela primeira vez na História brasileira a força dominante não conciliou com ninguém, nem com os seus iguais, bastando fossem adversários do poder."¹⁷⁶

Como outros estudiosos da vida política brasileira no período republicano, José Honório compartilha a tese de que, desde a queda do Império, as Forças Armadas, em especial o Exército, vêm exercendo, oficiosamente, uma espécie de Poder Moderador, análogo ao que coube à autoridade do imperador, por disposição da Carta de 1824. A tese de tais analistas é que se trata de um poder moderador, exatamente porque se os militares intervieram nos momentos de grave problema político visto como insolúvel, nunca se perpetuaram no poder. Cuidaram, desde o início, de devolvê-lo aos civis, não considerando os derrotados como inimigos. Mas com o triunfo do golpe de 1964, o que predominou foi a visão extremada, vinda da tese de que o adversário, por ser contra, era inimigo, traidor, expressão dos interesses antinacionais. Daí sua exclusão da vida pública.

Reafirmando o que já foi dito acima, diz José Honório:

"Em 1964, esse Poder deixou de ser moderador, imoderou-se, tutelou tudo e com isso desequilibrou as forças sociais e econômicas da nação. O generalismo, a sucessão presidencial por generais de quatro estrelas, acabou com a República e a Federação, que eram consideradas pela própria Escola Superior de Guerra como objetivos nacionais permanentes."¹⁷⁷

¹⁷⁶ Rodrigues, José, op.cit. p .14.

¹⁷⁷ Ibidem, p 14-15

As diferenças entre o regime militar de 1964 e a relativa brandura da repressão a inimigos derrotados por anteriores golpes de força ou quanto a outros rebeldes esmagados, devem ser vistas a partir das principais características dos movimentos reformistas derrotados, em confronto com as da Doutrina de Segurança Nacional. Bom número das revoltas analisadas, eram suficientemente localizadas, ou envolviam principalmente elementos da elite e não chegaram a ter um programa reformista dos mais ambiciosos. Não geravam grande divisão, portanto.

Há, ainda, outro elemento típico do mundo militar, que deve ser posto em tela, e que era claramente expressado pelos conteúdos da Doutrina. Trata-se da visão binária, tão característica da mentalidade da caserna, e até mesmo nos altos comandos, a qual somente poderia ver como demagogia ou subversão a discordância de seus critérios. Assim é, uma vez que suas ações, de acordo com as dicotomias rígidas que seu binarismo mental exige, estão pautadas pelos critérios horizontais de disciplina e verticais de hierarquia, para os quais a contestação, mesmo respeitosa, é ato punível. Transposta a voz da caserna para a direção suprema da vida política do país, os generais somente poderiam administrar a coisa pública como se a população fosse um regimento, a nação um vasto quartel e os dissidentes, fossem do matiz que fosse, soldados insubordinados.

Por isso, os opositores ao regime militar de 1964 não eram vistos como adversários, e sim como inimigos, suas bandeiras acusadas de demagogia e seus atos, de irracionalidade ou má-fé. Juntamente com a ação interventora do Estado na economia, amplamente praticada durante o período militar – uma tese nacionalista, vinda de momentos bem anteriores, dos tempos do arquiinimigo populista Getúlio Vargas, quando ainda do Estado Novo –, os militares no poder combateram os elementos nacionalistas que os criticavam pela associação com o

capital estrangeiro, feito da maneira por eles realizada. E isso, em que pese o nacionalismo que os oficiais alegavam seguir.

Assim, esses críticos da política dos militares eram, de acordo com o modo de pensar da Escola Superior de Guerra, irracionalistas, demagogos, pseudonacionalistas e pseudodesenvolvimentistas, uma vez que de acordo com a visão sistêmica e organizacional da vida social que os militares adotaram, por ser um modelo funcional, era altamente burocratizado e não comportava divergências. O binarismo característico da visão militar assim os levava a pensar a vida nacional, não admitindo dissidências, que eram vistas com grande reprovação, tal como é o caso da insubordinação, nas casernas.

Criticas historiográficas a Doutrina de Segurança Nacional

Na dissertação de mestrado que intitulou *A evolução dos conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70*¹⁷⁸, Selma Rocha, deixa claro que há duas tendências interpretativas básicas no estudo das atuações dos militares brasileiros, e em consequência, o mesmo com relação à entidade em questão, a *instrumental* e a *organizacional*. Ambas as posições são estreita e altamente relacionadas com as concepções quanto ao papel específico das motivações que moveram as intervenções das Forças Armadas na vida nacional, notadamente em se tratando do Exército.

¹⁷⁸ Rocha, Maria Selma de Moraes - A evolução dos conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70. São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Dissertação de mestrado, xerocopiada, 1996.

Entre autores brasileiros e estrangeiros que se dedicaram ao tema, ela destaca, especialmente, os nomes de René A. Dreifuss, Edmundo Campos Coelho, Alfred Stepan, Oliveiros da Silva Ferreira, Michel Debrun, Eliézer Rizzo de Oliveira, Wanda Aderaldo e Guita Debert. Alguns dos quais também serão referidos nestas páginas, assim como outros que ela deixou de mencionar.

Para ela, a primeira tendência, concepção instrumental, também foi analisada pelo estudioso uruguaio René Armand Dreifuss, que, sob a rubrica *concepção instrumental*, enfoca as manifestações políticas das Forças Armadas brasileiras ocorridas ao longo da História, de um modo geral, como sendo o resultado final de conflitos iniciados fora do meio militar. Tais conflitos, teriam acabado por permear as corporações armadas, notadamente o Exército. Nesse sentido, quase todas as manifestações políticas dos militares, ao longo da história do país, teriam decorrido quase sempre dos enfrentamentos surgidos na arena política. Isto, mesmo que se passaram no interior de uma determinada classe social – a elite governante –, ou que revelassem conflitos entre classes distintas, em especial se extravasassem o âmbito das ações político-partidárias.

.

A concepção instrumental do papel das Forças Armadas, quanto às suas intervenções na vida política brasileira, é vista pela autora com algumas reservas. Tal abordagem

"[...] trata as manifestações políticas das Forças Armadas como resultado dos conflitos ocorridos fora dos marcos da instituição. Nesse caso, as ações militares associam-se aos enfrentamentos intra ou interclasses sociais."¹⁷⁹

Nesse tema cabe também a questão do relacionamento entre militares e civis, no âmbito do Estado e no do setor empresarial. Essa visão considera,

¹⁷⁹ Rocha, Selma, op.cit. p. 9

ainda, o papel dos contatos entre os militares brasileiros e os norte-americanos, desde a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, e intensificados logo a seguir, em consequência da Guerra Fria, resultando no fato de a Escola Superior de Guerra manifestar:

"[...] congruência de valores entre os militares e civis, tanto no aparelho estatal quanto nas empresas privadas (cf. Dreifuss, 1987:80) e ter assumido a defesa das atitudes e concepções dos Estados Unidos no quadro da Guerra Fria, criando as condições para a formulação da Doutrina de Segurança Nacional."¹⁸⁰

Cabe notar que o primeiro nome a ocupar o cargo de comandante da Escola Superior de Guerra foi o marechal Oswaldo Cordeiro de Faria, o oficial de Artilharia que integrara a divisão da Força Expedicionária Brasileira, na Itália. Esse militar, foi um dos que em 1961 tentou impedir a posse de João Goulart, quando da renúncia de Jânio Quadros e, mais ainda, foi dos mais ativos conspiradores de 1964. Outro nome de destaque no estabelecimento, funcionamento e comando da Escola Superior de Guerra, além de autor de textos usados na entidade, foi o marechal Humberto Castelo Branco, também febiano. Igualmente destacável com relação à entidade o general Carlos de Meira Mattos, profundamente ligado aos estudos de Geopolítica e que também esteve na campanha da Itália, quando ocupava o posto de capitão.

O general Golbery do Couto e Silva, da Infantaria, era como os outros citados, um febiano, e teve amplos contatos com os militares norte-americanos, não só no teatro de operações, como em especial, após a guerra.

Portanto, pode-se dizer que de acordo com a concepção instrumental, havia, pelo menos, uma tendência das altas esferas das Forças Armadas, a se

¹⁸⁰ Ibidem, p. 9 - 10

alinhar à posição norte-americana, a partir do início da Guerra Fria. Tal tendência fazia par com a que já havia antes da guerra, a de acompanhar as classes dominantes quando de grandes conflitos de interesses.

A autora considera que o texto de Dreifuss – assim como ocorre com Campos Coelho – têm uma característica específica, a apresentação de suas explicações sobre matrizes exteriores à doutrina, quer quanto à sua origem, em seu processo de formulação, quer no momento em que discorre sobre a natureza do *corpus* em questão. No que toca às restrições que faz a Dreifuss, a autora considera que:

"[...] a Doutrina apresenta-se como o *locus* de confluência de formulações ideológicas distintas, elaboradas por agentes sociais outros que não os militares brasileiros. Ora, não resta dúvida de que há uma inequívoca influência da concepção norte-americana de segurança nos postulados da ESG, bem como das concepções sobre o desenvolvimento advindas de setores da burguesia brasileira. Contudo, o que não nos parece evidente são as formas através das quais os militares se apropriaram dessas concepções, articulando-as num discurso doutrinário."¹⁸¹

Contudo o que Dreifuss não deixa de destacar é o papel quase messiânico assumido pela Escola, que seria a criadora da elite encarregada de agir e de formular uma expressão clara e coerente do que entendia serem os desejos do povo. Essa característica apareceria em todos os textos da entidade, reforçando seu papel de criadora da elite em condições de agir como canal de comunicação entre o povo e o governo. Assim, ele aponta o método utilizado, que era bastante claro e objetivo:

"Auscultando o povo – explica paternalmente a ESG – as elites nacionais identificam seus anseios e aspirações. Possuindo um maior

¹⁸¹ Ibidem, p. 9-10

conhecimento da realidade histórico-cultural e dos dados conjunturais, elas teriam, *segundo a ESG*, uma visão mais elaborada dos *autênticos interesses nacionais*. Caberia às elites, assim, *interpretar os anseios e aspirações nacionais, difusos no meio ambiente, harmonizando-os com os verdadeiros interesses da Nação e com o Bem Comum, apresentando-os de volta, ao povo que, desse modo sensibilizado, poderia entender e adotar os novos padrões que lhe são propostos.*"¹⁸²

Dreifuss é claro ao elaborar o papel da Escola Superior de Guerra, de acordo com a convicção defendida por seus próprios pensadores e instrutores, em se tratando de formar uma elite nacional apta para a direção do país. É freqüente nos textos da instituição ser repisado esse objetivo.

Nesse ponto, Michel Debrun concorda com a tese de Dreifuss, de acordo com suas palavras, em texto em que mostra uma substancial contribuição pessoal. É o que se nota em trecho muito percuciente, no que toca à sua conceituação de *ideologia primária* e *ideologia secundária*:

"[...] às relações que [o pensamento da Escola Superior de Guerra] mantém com outro pensamento, subjacente. Pensamento esse bastante corriqueiro, embora informe, principalmente o inconsciente político dos grupos dominantes. O pensamento da ESG se 'nutre' dessa ideologia 'primária', de que herda a força e a obstinação das suas atitudes face à sociedade civil. Em contrapartida, enquanto ideologia 'secundária', a temática da ESG proporciona uma orientação à ideologia 'primária', ao desenvolver essas atitudes e preconceitos em projetos propriamente políticos de estruturação da coletividade brasileira e das suas relações com o mundo circundante. E essa transfusão ideológica de duas mãos me parece, precisamente, responsável pela fácil aceitação, mesmo fora da área militar, das grandes linhas daquela temática, se bem que a maioria dos

¹⁸² Dreifuss, René Armand - "A noção de soberania na Escola Superior de Guerra", in Militares: pensamento e ação política, organizado por Eliézer Rizzo de Oliveira. Campinas, Papirus Livraria Editora, 1987b. Coleção "Forças Armadas e Sociedade", Volume n.º 1. p. 169

ouvintes dê pouca ou nenhuma atenção à letra do seu dogma e à sutileza das distinções e classificações de que lança mão."¹⁸³

De nossa parte, discordamos da tese de Dreifuss, em que pese a grande contribuição que prestou à historiografia brasileira, em seu magistral *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*, um livro riquíssimo quanto à pesquisa documental – incluindo documentos inéditos até o momento – sobre todos os fatos e situações que antecederam ao golpe de 1964. Não é admissível, parece-nos, que um Exército que derrubou um regime, o monárquico, sem ter grandes ligações estruturais com o então bem pouco articulado Partido Republicano, em termos nacionais, fosse uma entidade que ao agir, o fizesse apenas em nome de interesses outros que não os seus.

Nem com o que se relaciona com outros momentos da história brasileira, quando o Exército se manifestou ainda na década de 1920, seja com relação a uma pequena, porém significativa parcela, os jovens oficiais, formadores do tenentismo, seja a parcela que aderiu à Revolução de 1930; seja ainda os que seguiram a alta oficialidade, instauradora do Estado Novo; seja os que o derrubaram em 1945, aliás, os mesmos que o criaram em 1937.

O fato de que em outros momentos ocorreu apoio de uma parcela da instituição a interesses partidários, como em 1954, na tentativa de deposição de Vargas, que culminou em seu suicídio, a tentativa de impedir a posse de Juscelino, em 1955, e à de Goulart, em 1961, nos mostra uma séria divisão do corpo militar formador das tropas de terra. E, igualmente, a participação de militares dessa corporação nas lutas pela defesa do monopólio estatal do petróleo, sob o governo Dutra. Indica a divisão do Exército, que jamais foi, no

¹⁸³ Debrun, Michel - "Os dois níveis da ideologia militar", in *Militares: pensamento e ação política*, organizado por Eliézer Rizzo de Oliveira. Campinas, Papirus Livraria Editora, 1987. Coleção "Forças Armadas e Sociedade", Volume n.º 1. p. 191

Brasil, um corpo monolítico, mas sim, fragmentado em setores, um deles ligado a um determinado partido político, a UDN, outro, com simpatias ou ligações táticas com posições das esquerdas, e um terceiro, tendendo à neutralidade, posição extremamente visível nos graves momentos que antecederam ao golpe de 1964.

Golpistas, atrelados ao udenismo, e que formavam o grupo que em grande parte se vinculava à Escola Superior de Guerra; seu “opponente”, pertenciam ao grupo militar legalista, com várias ligações políticas, entre elas um órgão oficial, o ISEB,- Instituto Superior de Estudos Brasileiros, e aos setores esquerdistas. Também uma grande maioria de neutros, que em 1964 acabaram por aderir ao golpismo, exatamente por sua neutralidade, sendo infensos à politização partidária das Forças Armadas, viram como pura anarquia, quebra da disciplina e subversão da hierarquia, as várias manifestações do governo Goulart a favor das reformas, quando refletidas nos meios militares. Também foram contra as autoridades civis – a começar pelo presidente Goulart – que apoiaram abertamente a confraternização de oficiais reformistas com marinheiros, fuzileiros navais, soldados rasos e sargentos das forças marítimas e terrestres, comprometendo segundo eles, a hierarquia.

Estes últimos eram oficiais politizados e próximos de atitudes de apoio às reivindicações populares, e ficaram conhecidos como "*generais e almirantes do povo*". Em que pese a honestidade de tais quadros militares e do seu desejo de apoiar as reformas anunciadas pelo presidente Goulart, muitas vezes agiram com inabilidade. Suas atitudes de solidariedade as reivindicações das tropas e praças acabou por empurrar os militares que se mantinham neutros para o lado dos golpistas. Nem podia ser diferente: essas manifestações foram interpretadas por todos os demais, que não eram adeptos incondicionais do governo Goulart, como incentivo à indisciplina, à quebra da hierarquia, ao que

era visto como parte da anarquia que entendiam estar se estendendo por todo o país.¹⁸⁴

Dentre eles, destacam-se os nomes dos generais Jair Dantas Ribeiro, Osvino Ferreira Alves, Argemiro Assis Brasil e do almirante Cândido Aragão, que entre outros, passaram a ser execrados pelas hierarquias das três Forças Armadas.

Forças Armadas que se movem nas condições citadas não concordam em ser fantoche, dos políticos civis, de caudilhos ou de setores oligárquicos, ainda que em dados momentos possa haver coincidência de interesses. E tanto isso é verdade que em 1964, após a derrubada de Goulart, não entregaram o poder aos adutores da UDN, mas criaram um novo sistema de governo, que duraria vinte e um anos e faria discípulos em vários países da América Latina. Nesse caso, mais que em qualquer outro, fica claro que os militares seguiam uma política própria, uma política da instituição, e não a de um partido, por mais simpatia que uma entidade do gênero pudesse despertar no ambiente militar.

Como já foi dito, a segunda tendência interpretativa quanto a atuação política, é a organizacional ou concepção *institucional-organizacional*, analisada por Edmundo Campos Coelho que vê, principalmente, a ação política dos atores políticos em questão – os militares de alta patente –, como o resultado final de tendências internas surgidas no interior das corporações armadas.

Seriam, portanto, endógenos, um produto intrínseco de tais entidades, como resultado de idéias e concepções quanto ao papel das Forças Armadas na

¹⁸⁴ A visão da maioria dos militares que participaram do golpe de 1964 foi, especialmente, de que o grande problema do momento era a indisciplina das casernas. Nesse ponto, são inequívocos seus depoimentos a Celso Castro, Maria Celina D'Araújo e Glauco Ari Dillon Soares. Ver Castro, Celso; D'Araújo, Maria Celina e SOARES, Gláucio Ari Dillon, orgs. - Visões do golpe. A memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro, Edições Relume Dumará, 2.a edição, 1994 ..

vida nacional. Resultaram da ação anterior de pensadores e estrategistas militares e, portanto, surgiram e se desenvolveram como concepções estratégicas de caráter puramente militar. Desse modo, são sempre, em sua gênese, idéias de longo prazo, como ocorre em geral com as concepções relativas a tal espécie de problema.¹⁸⁵

Portanto, os estímulos externos à instituição devem ser vistos como algo que foi aceito pelo fato de terem encontrado ressonância dentro do meio militar, esse por estar espontaneamente predisposto, teria agido em harmonia com outros setores sociais.

Para Selma Rocha

"A segunda [abordagem relativa ao papel do Exército], por sua vez, enfatiza a autonomia da instituição em relação ao Estado e à sociedade, identificando as características e as necessidades organizacionais como elementos relevantes para o exercício do papel extramilitar das Forças Armadas."¹⁸⁶

Do mesmo modo que criticou Dreifuss, no que se relaciona com suas explicações quanto às matrizes intelectuais e ideológicas exteriores à doutrina assim como no que toca à sua origem, como *corpus* doutrinário, bem como para explicar a sua natureza específica, igualmente estende suas restrições ao principal nome defensor da abordagem institucional, Campos Coelho. Esse autor, no seu entender, resvala na mesma dificuldade:

¹⁸⁵ Rocha, Selma, op. cit. p. 9

¹⁸⁶ Ibidem., p. 9

"O mesmo problema é sugerido pela obra de Campos Coelho, pois não obstante sua análise privilegie os aspectos particulares à instituição que lhes confere autonomia de ação política, a Doutrina não é entendida como ideário específico, resultante das demandas militares no final dos anos 40. Ela é apresentada, 'descontadas as diferenças de circunstâncias', como idêntica ao pensamento de Góes Monteiro."¹⁸⁷

Em sua argumentação, a autora se refere aos critérios de escolha por parte dos militares que, a partir da década de 1950, começaram a elaborar os conteúdos da Doutrina vencedora em 1964. Nesse sentido,

"[...] se 'descontarmos' as diferenças de circunstâncias – as particularidades históricas –, não podemos lograr compreender porque o oficialato brasileiro escolheu elaborar uma doutrina, em uma escola determinada, agregando, para isso, além de elites militares, também elites civis. Reconhecemos, sem dúvida, que as concepções de Góes Monteiro foram apropriadas pelos militares da ESG, mesmo porque as condições de formação dos oficiais, bem como suas publicações, garantiam que as idéias do general estivessem bem vivas no imaginário militar. Todavia, nossa questão, também nesse caso, permanece: como os oficiais da ESG articularam, objetivamente, tais pressupostos nos conceitos doutrinários nas décadas posteriores à fundação da instituição?"¹⁸⁸

Assim,

"Em linhas gerais, seria pueril desconsiderar a importância de oficiais como Golbery do Couto e Silva, Juarez Távora ou Cordeiro de Farias na definição do ideário esguiano. No entanto, esses oficiais são alguns dos atores do processo, oferecendo-nos, através de seus relatos memorialísticos e das próprias conferências ministradas na Escola, uma idéia parcial da Doutrina da ESG."¹⁸⁹

¹⁸⁷ Coelho, Edmundo, Apud Rocha, Selma, op .cit. p 13

¹⁸⁸ Coelho, Edmundo, Apud Rocha, Selma, op . cit. p 13

¹⁸⁹ Rocha, Selma, op. cit. p. 14

Convém, no entanto relativizar a crítica de Selma Rocha, ao eminente papel que Campos Coelho atribuiu ao general Góes Monteiro, como formulador de uma doutrina militar, da qual seriam aproveitados muitos elementos na elaboração da Doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra. Ambas as doutrinas possuem um elevado grau de preocupação anticomunista, a primeira como fruto dos levantes militares de 1935 – que enfrentavam o inimigo vermelho e a segunda, que juntava a tal fobia os temores advindos de sua relação com o pensamento militar norte-americano, referente à Guerra Fria. Além disso, não se pode esquecer o componente doutrinário francês, decorrente das campanhas derrotadas da Indochina e da Argélia.

O anticomunismo estava presente nos dois *corpi*, a Doutrina Góes Monteiro e a Doutrina de Segurança Nacional, ainda que bem mais evidente e desenvolvido no segundo, por vê-lo como parte de um contexto internacional em que o comunismo era um dos elementos mais destacados, o inimigo a enfrentar. Daí o desconto das diferenças de circunstância, quanto aos elementos ideológicos novos agregados ao pensamento militar brasileiro. Góes Monteiro, de fato, trabalhava a partir do conceito tradicional de *guerra clássica*, a *guerra convencional*, a que é *localizada*, e com o novo conceito de *guerra total*, cujos fundamentos se encontram já nos textos do general alemão Erich Ludendorff, participante da Primeira Guerra Mundial.

Aos observadores e atentos do processo evolutivo da estratégia, como era o caso do general Góes Monteiro, oficial culto e dotado de espírito analítico, que a próxima guerra, se aproximava – ele elaborou sua doutrina nos meados da década de 1930 – iria ocorrer totalmente sob o novo modelo, a guerra total. Aquela em que não só os jovens da população civil são mobilizados, como combatentes, mas igualmente, toda a população nacional, que agirá na retaguarda. Homens não convocados, jovens, de meia idade e até velhos,

mulheres e até adolescentes são exortados a colaborar com o esforço de guerra, no que toca ao potencial humano produtivo. E o mesmo se dá quanto ao potencial produtivo material dos países envolvidos: ciência e tecnologia, indústria, agricultura, comércio, transportes terrestres, aéreos e navais, educação, transmissões, propaganda, administração, etc. Tudo isso passa a ser dirigido para atender aos objetivos de caráter bélico.

Já os pensadores da Escola Superior de Guerra estavam ante outra realidade. Eles conheciam, além dos modelos da *guerra convencional* e da *guerra total*, também a *guerra não declarada* e a *guerra permanente*, teorizada pelos estrategistas franceses do pós-guerra e, mais que eles ainda, pelos norte-americanos. Esses, acossados pela Guerra Fria, não podiam deixar de pensar globalmente, não só devido à extensão mundial do conflito de 1939-1945, terrestre, aéreo e naval, mas principalmente em virtude da estratégia política da União Soviética, que buscava aliados em todos os continentes, e quando pressentia que teria bons resultados, manobrava as elites revolucionárias dos diversos países.

Outras subdivisões tipificadoras da guerra apareceriam nos textos da Escola, mas os citados foram fundamentais, pelo menos no que toca ao estabelecimento das distinções entre as teses que compõem a Doutrina Góes Monteiro e a Doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra.¹⁹⁰

As duas grandes novidades no campo do pensamento estratégico fizeram, pois, com que os oficiais da Escola Superior de Guerra tivessem novos elementos para acrescentá-los às bases que já existiam, as formulações da Doutrina Góes Monteiro.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 69-70

Mas há, também, um aspecto que julgamos essencial com relação à crítica de Selma Rocha a Campos Coelho, e o fazemos dando razão a tal autor: o general Góes Monteiro recomendava que as Forças Armadas brasileiras fossem vistas como um real e vivo modelo organizacional, de tal modo que servissem, pedagogicamente, para a superação dos problemas institucionais do país, que entendia estar deixado ao abandono, resultante do pensamento liberal, que via como inadequado às nossas condições. Tese que, aliás, era das mais defendidas na década de 1930, quando o liberalismo conheceu um período de eclipse. Queria que toda a sociedade estivesse disciplinada, como as corporações militares deveriam ser, e que ainda deixavam a desejar, graças à longa série de indisciplinas iniciadas no ano de 1922, por meio do movimento tenentista, e que tivera o seu epílogo somente em 1935, com a intentona.

Daí desejar ele o estabelecimento de disciplina efetiva nas tropas, pondo fim aos pronunciamentos e levantes, sendo que o mais importante dos quais teve a sua participação, a Revolução de 1930, como comandante das tropas rebeldes vitoriosas. Queria o restabelecimento da disciplina, de modo tal que o Exército passasse a ser tal como mandava o Regulamento Disciplinar vigente. Desse modo, não somente haveria a normalidade no interior das duas Forças Armadas da época, Exército e Marinha ¹⁹¹ como tais corporações poderiam vir a ser os modelos organizacionais para todas as demais atividades da vida brasileira, que entendia carecerem de disciplina e clareza quanto à organização.

Considerava também que por ser o Exército um órgão nitidamente político, todos os ramos de atividade humana lhe diziam respeito: política

¹⁹¹ No Brasil, nos tempos em que o general Góes Monteiro escreveu sua obra doutrinária, ainda não existia a autonomia da Força Aérea, integrante então da Aviação do Exército. Foi no decorrer da Segunda Guerra Mundial que a Aeronáutica brasileira se tornou uma corporação autônoma, subordinada a um ministério específico.

nacional e internacional, economia, comunicações, instrução e educação. Nada disso escaparia à sua alçada.

Criticava assim o fato de o nosso canhestro liberalismo político instrumentalizar as Forças Armadas segundo os seus interesses específicos, a disputa pelo poder, fazendo com que os militares andassem a reboque da classe política, na qual ele – e, igualmente, numerosos oficiais de carreira – nunca viram grandes méritos.

Para campos Coelho, o general Góes Monteiro é autor de uma real doutrina militar, que o analista descreve como:

"um conjunto de idéias sistematizadas a respeito de: a) concepção de guerra; b) concepção geral de operações; c) finalidade das Forças Armadas e dos componentes dela; d) bases de organização das Forças Armadas ou de seus componentes; e) métodos de ensino e de comando".¹⁹²

Essa doutrina militar seria:

"[...] o elemento fundamental em torno do qual se organizam os demais está constituído pela concepção a respeito das finalidades da organização militar, [de modo tal que] [...] essa concepção incorpora, na verdade, uma teoria sobre a natureza da organização e da sociedade inclusiva, definindo, por outro lado, as relações entre ambas."¹⁹³

Para o estudioso que estamos citando, quando Góes Monteiro enunciou sua tese, foi a primeira vez que, de modo global e coerente, surgiu uma ampla doutrina no âmbito do Exército brasileiro, de autoria de um de seus

¹⁹² Coelho, Edmundo - Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária, 1976. Coleção "Brasil - Análise & Crítica". p. 121

¹⁹³ Coelho, Edmundo. op. cit .p. 121

mais destacados componentes, observando as relações entre a sociedade civil e a instituição militar. E boa parte do teor dessa doutrina era uma reação contra a tendência que Campos Coelho afirma ter sido geral, em toda a história do Brasil, quanto às relações entre militares e civis. Diz ele:

"[...] os militares brasileiros, em quase todas as épocas, desde a Independência, sofreram sempre de um *complexo paisano*, da necessidade de ressaltar as suas semelhanças com a sociedade civil e seu espírito."¹⁹⁴

Assim, seria compreensível que um reflexo desse *complexo paisano* fosse a razão pela qual

"[...] raramente puderam os militares enunciar outra coisa que não fosse a harmonia ou o equilíbrio entre o Exército e a sociedade, a integração dos seus valores e a comunidade de seus objetivos."¹⁹⁵

Seria quase um pedido de desculpas por serem eles o que eram: militares. Daí a ênfase que davam ao fato de que não diferiam muito dos civis. Entretanto, tal não era o caso pessoal do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, no seu modo de ver, cuja doutrina, Campos Coelho expõe claramente,

"[...] implicava a assunção plena da condição militar e dava-lhe dimensão própria, ao fazer do Exército e da Marinha os modelos para a organização da sociedade civil."¹⁹⁶

O motivo do desejo de que toda a categoria assumisse claramente os valores da carreira explica uma das partes mais importantes da Doutrina, o

¹⁹⁴ Ibidem, p. 105

¹⁹⁵ Coelho, Edmundo. op. cit .p. 105

¹⁹⁶ Ibidem.,p. 105

querer a profissão militar como modelo organizacional de disciplina para toda a sociedade. Se o militar não tiver convicção do valor de sua corporação, não terá por que apontá-la aos civis como modelo organizacional. Exatamente o que também aconteceu com os militares da Escola Superior de Guerra.

Por isso, Campos Coelho afirma que a opinião do general Góes Monteiro sobre o que entendia ser o grande problema do Exército nacional é que a instituição, nas palavras veiculadas por Oliveiros S. Ferreira,

"[...] fora quase sempre uma força pretoriana ou miliciania a serviço de facções políticas civis, [de modo que acabou sendo sempre utilizada como uma] [...] força meio-policia a serviço da política interna."¹⁹⁷

Era a crítica da existência da *política no Exército*, das manobras que os políticos faziam cooptando militares para que servissem a seus interesses. Situação que somente desapareceria se fosse estabelecida em seu lugar uma *política do Exército*. Essa situação, a existência de política dentro do Exército, para o general, ainda nas palavras do mesmo autor, era desastrosa, e

"[...] encontrava as suas causas em dois fatores: a repulsa pelo espírito militar que sempre prevalecera na sociedade civil e, sobretudo, a natureza do regime político liberal."¹⁹⁸

O Exército, então, se pudesse exercer o que o general entendia ser o *direito de atuar politicamente*, ainda que *não o fizesse por meio dos partidos políticos*, no que trata das questões nacionais, agiria de modo coletivo, em bloco, sem que ocorressem sedições e levantes, como os dos tenentes de 1922, 1924 e

¹⁹⁷ Ferreira, Oliveiros, Apud Coelho Edmundo, op. cit. p. 100

¹⁹⁸ Ferreira, Oliveiros, Apud Coelho Edmundo, op. cit. p. 100

1926, os quais ele mesmo ajudou a combater, ou a Revolução de 1930, da qual participou, como chefe do Estado-Maior.

Propunha, assim, uma política coletiva para o Exército, que seria paralela à dos partidos e grupos, e que não teria como ser anárquica, uma vez que nas Forças Armadas os critérios básicos de funcionamento institucional são a hierarquia e disciplina. Emanadas as diretrizes dos comandos, as tropas seguramente segui-las-iam, já não mais no papel melancólico de guarda pretoriana dos detentores civis do poder, mas como os mais fiéis e conscientes executantes das políticas intrínsecas surgidas nas suas corporações.

Sendo assim o Estado Novo não era de modo algum um regime criado pelas classes militares, diria Campos Coelho e sim destinada

"[...] a organizá-las, livrá-las das incursões do partidarismo político, aparelhá-las, discipliná-las espiritualmente, para seu imenso e árduo labor técnico."¹⁹⁹

O fato do Estado Novo haver fechado os partidos políticos, que naquele momento nem eram nacionais e representavam muito mais os interesses grupais e regionais, fortalecia a tese do general. Afastara, de fato, as facções e partidarismos da vida militar brasileira, pela pura e simples inexistência de partidos políticos em todo o território nacional, desde novembro de 1937.

Quanto a sua afirmação de que o Estado Novo não era uma ditadura militar, pelo simples fato de Vargas ser civil, retruca campos Coelho:

¹⁹⁹ Góes Monteiro, Apud Coelho, Edmundo, op. cit. p. 102

"Embora com uma chefia civil no governo, o Estado Novo foi, de fato, uma ditadura dos militares: eles a instauraram, impuseram quase sempre seus pontos de vista, eles a cancelaram. Quaisquer que tenham sido os interesses nacionais aduzidos, eles foram interpretados pelo prisma dos interesses do Exército." ²⁰⁰

Portanto desacredita as palavras pronunciadas por Góes Monteiro no discurso proferido em homenagem a Getúlio Vargas no aniversário deste:-

"[...] o Estado Novo não fora instituído para favorecer as classes militares, e nem é cabível que, face à situação internacional, se critique a militarização do país, pois 'ai de nossa pátria se não nos militarizarmos cem por cento, medularmente, no espírito e na carne viva'." ²⁰¹

A situação internacional da década de 1930, com a aproximação do conflito mundial que eclodiria em 1939, era um bom motivo para que o general falasse com tal ardor, no que se relaciona com o aparelhamento das Forças Armadas, e isso, não só material, mas *medularmente*, ou seja, moralmente. Tal objetivo somente poderia ser conseguido fazendo com que todos os brasileiros perdessem sua prevenção contra o Exército e a vida militar. E, quanto à corporação que representava, estava agindo de modo tal que promovia uma atitude ativa, para que a entidade assumisse o papel condutor que, de acordo com sua tese, deveria exercer sem quaisquer temores com relação à opinião nacional.

Militarizar medularmente o país, no sentido que lhe foi dado pelo general, significava que o Brasil deveria apresentar, em todos os aspectos de sua vida, o aspecto disciplinado que afirmava ser necessário, para o bom andamento da vida nacional. E tal disciplina as Forças Armadas estariam em plenas

²⁰⁰ Coelho, Edmundo. op. cit. p. 111

²⁰¹ Góes Monteiro, discurso de 19/4/1941 Apud Coelho, Edmundo, op. cit. p. 102

condições de conferir ao país, pelo seu exemplo, assim que estivessem livres dos perigos internos de anarquia, a qual resultava da falta de uma diretriz organizacional que lhe fosse específica. Essa busca de disciplina para promover a organização de todo o país não era novidade para o brasileiro bem informado, pois estava há muito presente nos escritos dos principais escritores políticos de caráter autoritário mais prestigiados da época, como Francisco Campos, Oliveira Viana e Azevedo Amaral, três paladinos do antiliberalismo brasileiro.

A militarização do país, com caráter medular, também seria importante princípio de defesa externa, porque:

"[...] as doutrinas que regem as lutas travadas entre os povos e nacionalidades permanecem inalteradas no que tem de essencial,"²⁰²

O general Góes Monteiro deixou claro, portanto, que o papel das corporações militares deve ser visto como ação formuladora dos principais elementos de organização nacional e de modelação da sociedade civil.

Os formuladores da Doutrina de Segurança Nacional desejavam o mesmo objetivo, no que toca à criação de um modelo para a sociedade, pois fizeram todos os esforços para criar uma elite civil, à sua imagem e semelhança, de acordo com seus postulados. A necessidade era que se criasse uma *elite civil*, operacional, que os servissem – pois entendiam que a elite militar já existia, para a finalidade de governar o país –, e que tal elite civil fosse eficiente em divulgar suas teses, colocando-as em prática e difundindo seus conteúdos por toda a nação.

²⁰² Góes Monteiro Apud Coelho, Edmundo, OP. Cit. P. 102

Um terceiro tópico em que há plena coincidência entre os formuladores dos dois *corpus*: o pouco apreço que todos os formuladores em questão, entre os membros da Escola Superior de Guerra, votavam ao liberalismo ortodoxo, por considerá-la uma doutrina desmobilizadora, por seu arraigado individualismo, que conduz o homem a pensar primeiramente em si mesmo, e somente depois no coletivo, se é que irá fazê-lo. E, igualmente, por seus princípios de acatamento à lei, ao Estado de Direito, à legalidade, ao dever prioritário de se respeitar a Constituição e os códigos legais.

Finalmente, os pensadores esguianos que Selma Rocha citou, como formuladores de contribuições ao teor da Doutrina de Segurança Nacional – os generais Golbery do Couto e Silva e Juarez Távora e o marechal Oswaldo Cordeiro de Farias – somente apresentaram contribuições da ordem em questão bem depois do que foi pensado pelo general Góes Monteiro. Os três, aliás, que na época em que era criada a doutrina Góes Monteiro, eram homens das tropas – e Golbery, ainda capitão ou major – e não eram pensadores militares, como vieram a ser, mas já entendiam as Forças Armadas como entidades essencialmente políticas, o que revelaram com a máxima clareza, por suas ações, a partir da queda do Estado Novo, e, posteriormente, nos conteúdos de seus escritos.

Quanto à ação política, eles a fizeram por meio das profundas ligações com a UDN e assim, com políticos habituados a rondar os quartéis, desejando intervenções armadas, quando seus interesses políticos sofriam revezes. Vieram, pois, acrescentar, a ampliar e até a retificar a concepção da natureza política do Exército, e não a contestar seu conteúdo e valores.

A pesquisadora Selma rocha também analisou as pesquisas do brasileiro Alfred Stepan sobre os militares conforme o que diz:

"[...] menos preocupado em identificar as matrizes ideológicas que estiveram na origem do discurso doutrinário, examina em *Os militares na política* o papel institucional da ESG e de sua Doutrina no contexto de uma análise mais global, centradas nas relações entre civis e militares no Brasil de 1945 a 1964. Sem nos determos na crítica à orientação teórica do trabalho de Stepan, já realizada por vários autores, destacamos dois aspectos basilares de suas considerações sobre a ESG. O primeiro aspecto refere-se ao fato de as concepções da instituição, particularmente focadas no binômio Segurança-Desenvolvimento, terem, progressivamente, se alastrado nas Forças Armadas, propiciando sua coesão; o segundo aspecto é concernente ao papel que os estudos sobre Segurança Nacional tiveram entre os militares, que, ao examinarem diversos aspectos da vida nacional, com o objetivo de garantir a Segurança do País, passaram a considerar-se legitimados e capacitados a governar. Dessa forma, para o autor, a ESG e sua Doutrina foram fundamentais para a inserção dos militares no processo político."²⁰³

Selma concorda com Stepan, quanto às suas considerações sobre a coesão interna nas Forças Armadas, decorrente da aceitação da Doutrina, mas vê limites quanto ao tópico inserção dos militares no comando político do país, como consequência daquele *corpus*:

"[...] não consideramos que sua função [da Doutrina] tenha sido preparar e legitimar o exercício do poder pelos militares. Como procuraremos demonstrar, a questão apresenta-se mais complexa, pois os objetivos da ESG, ao formular uma doutrina, têm relação com a pretensão de efetivar uma ação hegemônica em conjunto com as elites militares e, especialmente, as civis, voltadas para a implementação de um Projeto Nacional."²⁰⁴

²⁰³ Rocha, Selma, op. cit. p.11-12

²⁰⁴ Ibidem, p.12

Nesse ponto discordamos de Rocha, pois nos convencemos, com Campos Coelho, que há uma tradição dentro da linha doutrinária vinda das reflexões do general Góes Monteiro, segundo a qual as Forças Armadas, e em especial o Exército, por serem os setores sociais mais organizados do país, devem tomar a peito a tarefa de encaminhar os destinos nacionais. Isso, sem que se possa esquecer as críticas que o próprio general fez ao estado de relativa indisciplina e quebra da hierarquia que desde 1922 caracterizava a corporação.

Campos Coelho tem razão quando se refere às críticas do general aos conteúdos do pensamento liberal – tese muito difundida na ocasião, o que foi denominado *clima da época*²⁰⁵ –, tanto entre militares quanto entre civis.

Campos Coelho também tem razão sobre a relação direta, sem solução de continuidade, entre a Doutrina Góes Monteiro e a Doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra. Tal continuidade exigiu apenas que fossem feitos os ajustes exigidos pelo novo *clima da época* com o retorno do prestígio do pensamento liberal democrático, após a derrota das potências do Eixo. E, mais ainda, das conseqüências da Guerra Fria e da divisão do mundo em dois blocos antagônicos, com pequena margem deixada às posições de neutralidade.

Outra crítica feita por Selma Rocha a Stepan se refere ao que viu como uma contradição no discurso da Escola Superior de Guerra, quanto ao papel do capital estrangeiro na economia brasileira. Inicialmente, ela sugere a crítica que o pensamento da Escola Superior de Guerra dirigiu ao capitalismo da livre concorrência, ao *laissez-faire*. Expõe, a seguir, suas restrições ao argumento crítico de Stepan.. Quanto ao texto do *Manual da Escola Superior*

²⁰⁵ *Clima da época*, seria o relativo desprestígio que a democracia liberal vinha sofrendo desde os finais da Primeira Guerra Mundial, conservando-se plenamente apenas em poucos países, entre eles os Estados Unidos, a Inglaterra, o Canadá e a Austrália e os países escandinavos.

de Guerra, mostra o teor de sua formulação, no que toca à defesa do sistema capitalista, porém sujeito ao planejamento estatal:

"O texto doutrinário indica a necessidade de planejar o Desenvolvimento apropriando-se de um sistema que compreenda um conjunto coerente de instituições e mecanismos definidores e orientadores de atividades, que se traduzia em atos de vida econômica, psicossocial, política e militar, apoiados em uma hierarquia própria de valores que permitam configurar um estilo de vida. O funcionamento harmônico desse sistema [segundo a Doutrina] pressupõe a existência de um órgão central, órgãos setoriais e órgãos do setor privado, que expressem a participação de todos os setores na definição do planejamento do Desenvolvimento. Essa concepção de planejamento refere-se ao papel a ser desempenhado pelo Estado no processo. Contudo, é preciso ressaltar que a ESG rejeita a visão sobre o papel do Estado, tanto nos chamados países comunistas como nas concepções do liberalismo clássico." ²⁰⁶

Além disso, entende que:

"No mundo econômico hodierno cada vez é mais difícil caracterizar sistemas econômicos situados nos extremos do '*laissez-faire*' e da centralização global. De um lado, o método auto-regulador da organização capitalista, ao se revelar incapaz para conter os fenômenos cíclicos, concentrações prejudiciais ao mercado, a inflação e tantas outras distorções, transmutou-se num certo tipo de capitalismo dirigido, onde se procura estabelecer a responsabilidade econômica do governo e, em termos nacionais, alcançar maior progresso com segurança e estabilidade social." ²⁰⁷

Reconhece que a Doutrina atribui ao Estado um papel regulador do processo econômico em sua generalidade, ao lado de estar, também, encarregado de um papel indutor da captação de capitais. Daí a Escola Superior

²⁰⁶ Rocha, Selma, op. cit. p 123

²⁰⁷ Ibidem, p 123

de Guerra admitir que, mediante sua ação diretiva na área do planejamento econômico,

"[...] o Estado atue como empresário em algumas áreas ou induza investimentos da iniciativa privada, através de incentivos fiscais ou mecanismos de controle de crédito. A Escola propõe o desenvolvimento em bases capitalistas a partir da participação do setor público e privado sob a condução do Estado. Essas mesmas premissas são propostas para orientar a participação do capital externo na economia."²⁰⁸

Stepan se pronuncia a respeito de modo distinto:

"Apesar da ênfase da ESG sobre o estatismo, eles [os oficiais pensadores da ESG] argumentavam que para desenvolver o Brasil deveriam ser usados todos os recursos possíveis, inclusive os particulares e os estrangeiros. Os nacionalistas de esquerda condenaram tal atitude, apodando-a de entreguismo. A ESG contra-atacou, acusando a esquerda de irracional e 'pseudonacionalista'. O desejo que a ESG tinha de eficiência resultou, muitas vezes, em assumirem uma posição minoritária com relação à nacionalização das indústrias e dos serviços."²⁰⁹

Selma Rocha nega essas afirmações dizendo que:

"[...] decorre, em grande medida, dos enfrentamentos no início da década dos 50, entre os setores nacionalistas da sociedade, aí incluída a direção do Clube Militar, e os que defendiam a participação ativa do capital externo, como a ESG. O autor, a partir da sumária descrição desses projetos, aponta como contradição da Escola, a perspectiva de defender a um só tempo o 'estatismo' e a participação do capital internacional na economia brasileira."²¹⁰

²⁰⁸ Ibidem, p. 123-124

²⁰⁹ Ibidem, p.124

²¹⁰ Ibidem, p.124

E continua:

"Stepan, ao fazê-lo, indica, a nosso ver, uma falsa contradição, pois o núcleo das propostas de Desenvolvimento apresentadas nos Manuais é, precisamente, mobilizar o capital interno e externo a partir da orientação e condução do Estado, objetivando superar a condição de subdesenvolvimento do País. Não nos parece que as referências ao papel do Estado se reduzam a um recurso ideológico, através do qual a Escola minimizaria a verdadeira intenção de favorecer os interesses do grande capital no Brasil. A engenharia política a que a ESG se propõe é a de processar o Desenvolvimento baseado em um planejamento de Estado, do qual devem participar as representações orgânicas da burguesia, induzindo as iniciativas empresariais, para que os grupos econômicos não atuem unicamente em função de seus interesses específicos."²¹¹

A ação reitora do Estado, portanto, estaria sendo pensada pela Escola Superior de Guerra, especificamente, como um mecanismo regulador, destinado a impedir que as empresas privadas participantes do processo, empreendimentos capitalistas que eram, avançassem sobre todos os aspectos lucrativos das atividades em questão, deixando de atuar em setores que o Estado desejasse dinamizar, por meio de seu planejamento estratégico da economia. Ou, ainda, agir de modo que sua participação no mercado brasileiro fosse feita apenas para favorecer os interesses de suas matrizes.

Ressalta, a seguir, a estreita relação de tal projeto com o tópico da Segurança, tão presente nos textos doutrinários da Escola. Aponta, para isso, o que consta do *Manual Básico* de 1975, num trecho bastante longo, porém dos mais expressivos e elucidadores:

²¹¹ Ibidem., p.124

"Deve, portanto, a empresa moderna ajustar-se à evolução social e adotar éticas empresariais onde o lucro não represente a única motivação e sejam também ponderadas as necessidades de igualdade e de justiça. As empresas podem ser classificadas em públicas e privadas, e estas, em de capital nacional ou estrangeiro. Há, ainda, as formas mistas representadas por empresas em que se conjugam as participações de capital público e privado. Cabe, finalmente, ligeira referência às empresas multinacionais, inegáveis exemplos de eficiência econômica, dotadas de significativa capacidade de influência, no campo econômico, e não raro em todos os demais, e não apenas no âmbito nacional, mas no internacional. Essas empresas, embora integrando o Poder Nacional dos países onde operam, condicionam o funcionamento de suas subsidiárias e ações no país-sede ou no exterior, aos interesses da matriz (empresa-mãe), muitas vezes em detrimento dos interesses nacionais dos países considerados. A expansão atual de tais empresas está tornando-as objeto de crescente preocupação, mesmo das nações já desenvolvidas, por sua potencialidade de se tornarem antagonismos."²¹²

O discurso do *Manual* revela uma preocupação com a segurança nacional, num argumento subjacente: o perigo da superexploração do trabalhador brasileiro, por parte das empresas participantes, por meio de remuneração salarial excessivamente baixa, o que acabaria agravando o estado de pobreza e com isso, o descontentamento geral, com o que seria facilitada a atuação política e desagregadora dos comunistas. Com isso, a Segurança Nacional estaria correndo sério risco.

Há, para a autora, total congruência entre essas afirmações da Escola Superior de Guerra e a visão dos governos militares.

Isso, no entanto, prossegue Selma Rocha, não significa que a entidade deixe de aceitar a propriedade privada e o regime capitalista.

As observações feitas até aqui pelos autores citados e por nós, levam a concluirmos que apesar da política de arrocho salarial do governo militar, havia

²¹² Ibidem, p 125

um mínimo de preocupação com possíveis excessos, que não se chegasse ao extremo da superexploração.

Oliveiros da Silva Ferreira também trabalhou essas questões sendo citado por Selma Rocha através do artigo²¹³, "A Escola Superior de Guerra no quadro do pensamento político brasileiro", segundo a qual o autor se volta para a análise ideológica da Doutrina de Segurança Nacional, que procurou levar "até às últimas conseqüências". Neste estudo, o autor questão entende que as origens intelectuais da Doutrina são bem mais antigas que a Guerra Fria. Datariam dos finais do século XVI, pois seriam devidas ao pensamento de Hobbes.

Para ela a presença do Leviatã é clara, como inspiração na escola:

"Se a idéia de Nação poderia, talvez com riscos teórico-práticos ainda maiores, conduzir à superação do esquema hobbesiano inicial, a introdução da noção de antagonismo e seus derivados remete, no entanto, de novo ao *Leviatã*, isto é, a uma concepção do processo social em que a mudança, reconhecida, não pode ser deixada ao sabor das improvisações políticas, mas deve ser conduzida pelo Estado, cuja grande responsabilidade perante a nação é manter a segurança, única razão pela qual, para Hobbes, os homens abandonaram de seus direitos e poderes naturais [inerentes ao estado de natureza] em favor de um homem ou conjunto de homens que não participa do '*convenant*' constitutivo do Estado. Em outros termos, a ligação de Hobbes com a teoria dos sistemas, por indigesta que seja, conduz ao mesmo resultado: a necessidade de manter a 'coesão e a unidade de ação do próprio grupo', vale dizer, do Estado, ordenamento jurídico na Nação e depositário do Poder Nacional."²¹⁴

²¹³ Ferreira, Oliveiros da Silva - "A Escola Superior de Guerra no quadro do pensamento político brasileiro", in *As idéias políticas no Brasil - Volume 2*, organizado por Adolpho CRIPPA. São Paulo, Editora Convívio, 1979.

²¹⁴ Ferreira, Oliveiros, Apud Rocha, Maria, op. cit. p 15

Na verdade, o *Manual*, apesar de não assumir claramente a ligação com a perspectiva da Teoria dos Sistemas, enuncia temas que podem ser enquadrados de acordo com essa interpretação. É o que ocorre no caso em que o *Manual* se refere ao tema que definiu como Expressão Política do Poder Nacional. Quanto a isso, o texto entende que na sociedade muitas vezes ocorrem descompassos entre as normas de comportamento idealmente aceitas como corretas e, por isso, prescritas pelas normas sociais, e a conduta real das pessoas, que nem sempre agem de acordo com suas normas.

Um exemplo da aceitação tácita da Teoria dos Sistemas está numa das afirmações do *Manual*, quando, dito:

"[...] a idéia corrente na Sociologia Sistemática de que existe discrepância entre as normas de conduta e as condutas efetivamente praticadas (daí podendo registrar-se condutas discrepantes ou desviadas) é apresentada como discrepância entre 'comportamento' e 'padrão' (mera mudança de linguagem), não se conseguindo, 'em nenhuma sociedade humana [...] a perfeita identificação [...] do Ser ao Dever Ser. Existem sempre os inconformismos."²¹⁵

O *Manual* encara essa limitação, até certo ponto, como algo inevitável, mas deixa de advertir que,

"[...] uma sociedade será tanto mais estável quanto maior for a adequação entre esses dois aspectos da Ordem – o Ser e o Dever Ser".²¹⁶

É importante que se tenha em conta que os conceitos de normas ideais sempre se apresentam de maneira altamente idealizadas, sendo que algumas são pacificamente acatadas pelo conjunto da sociedade, enquanto outras, ainda que em tese sejam reconhecidas como eticamente corretas, muitas vezes são desrespeitadas, quase sempre de modo sutil, ou colocadas em suspenso, abertamente. É o que ocorre por meio das normas de evasão, que a própria

²¹⁵ Manual, Apud Ferreira, Oliveiros, op. cit. p. 265-266

²¹⁶ Manual, Apud Ferreira, Oliveiros, op. cit. p. 266

sociedade entende serem necessárias, para que seja possível contornar a rigidez das normas prescritivas do comportamento normal, quando estas se revelarem inadequadas ou apenas consensualmente indesejáveis, ainda que, em tese, todos possam concordar com sua pertinência.

Como foi um documento escrito de acordo com a mentalidade militar, o Manual confere pouco espaço às normas de evasão e entende, portanto, como não poderia deixar de ser, o que os desvios, praticados com relação a qualquer norma do comportamento padronizado, devem ser severamente condenados, tal como nos quartéis ocorre a punição, quando da ocorrência de quebra da disciplina.

Para manter o equilíbrio social, devemos,

"[...] atingir uma eficácia sempre maior no desempenho das suas funções e uma eficiência que tenha como resultado a otimização de sua estruturação sistêmica, orgânica e funcional".²¹⁷

Nada mais eloquente sobre a visão tipicamente militar da sociedade ideal, que – segundo tal compreensão –, deve ser um organismo altamente integrado. Para que ocorra eunomia, deve sempre funcionar harmoniosamente, se não ocorrerem discrepâncias, situação em que estará resultando a total otimização de suas funções. De acordo com tal ponto de vista, sempre a funcionalidade estará perturbada, diante da ocorrência dos comportamentos desviantes, uma vez que o elemento que faz parte de um organismo estará agindo de modo diverso daquele que é a tendência normal do organismo, tal como a doutrina acaba por pressupô-lo.

²¹⁷ Manual, Apud Ferreira, Oliveiros, op. cit. p. 265

Por essa visão valorizadora de normas predominantemente rígidas, a Ordem é uma característica de todas as sociedades, característica que Ferreira destaca ter sido colocada claramente por Hans Barth, em *A idéia de Ordem*. Desse modo,

"[...] o que cabe assinalar, na presente análise, é que ao adotar a visão sistêmica, orgânica e funcional da organização social e ao afirmar que as discrepâncias são 'inconformismos' e não expressão do que amanhã poderá ser normal (sem entrar na valoração ético-normativa do normal e do discrepante), a Escola Superior de Guerra afirma que *toda e qualquer conduta desviada é um elemento anti-sistêmico e perturbador do funcionamento harmonioso do todo social*, tanto mais que 'o dinamismo da ordem social deve ser orientado segundo o critério do Bem Comum'. [Desse modo,] [...] em outras palavras, *como toda doutrina*, a da Escola Superior de Guerra *valoriza o dever ser em detrimento do ser*, e o dever ser é o 'Bem Comum'." ²¹⁸

A conceituação do que poderia ser o Bem Comum, portanto, adquire uma consistência verdadeiramente metafísica. É algo afirmado e aceito, dogmaticamente, valor axiomático dado sem qualquer discussão, ou fundamento que tenha, sequer, uma base empírica. Desse modo, o dever ser, aplicado a esse conceito de Bem Comum, resulta completamente arbitrário e nada mais será que o fruto de uma especulação.

O elemento essencial à boa compreensão dessa concepção sobre os critérios de normalidade e desvio é o fato de apresentarem-se como dois conceitos estáticos e, portanto, imutáveis. O elemento discrepante, o fator de inconformismo não aparecia como uma possibilidade decorrente do dinamismo social, de fator capaz de provocar alterações susceptíveis de acarretarem melhorias sociais. Daí o caráter altamente sistêmico dessa teoria seguida pela Escola Superior de Guerra, vendo a sociedade como um organismo fechado. Assim, era o próprio sistema que não permitia mudanças, uma vez que essas seriam sempre um elemento de perturbação do funcionamento do mecanismo

²¹⁸ Manual, Apud Ferreira, Oliveiros, op. cit. p. 266

social, no caso de não se tratarem das alterações que a entidade aceitava como sendo aquelas que o próprio sistema impunha por sua lógica interna.

Como exemplo das discrepâncias sobre a compreensão do que poderia ser bem comum, podemos recordar que dificilmente a política oficial salarial, atrelada ao programa de combate à inflação, durante o regime militar, poderia ser vista como algo realizado nesse sentido, por parte dos trabalhadores. Esses, além de receberem baixa remuneração, de acordo com o mercado, somente recebiam anualmente meros reajustes salariais – e nunca *aumentos* – defasados com relação aos reais índices inflacionários. Entretanto, a política salarial em questão era apontada pelos órgãos econômicos do governo militar como a busca do bem comum, com o que concordavam governo, burocratas de Estado e tecnocratas, empresários brasileiros e os investidores das empresas multinacionais.

Outro autor que analisou alguns dos principais pensadores autoritários da Doutrina de Segurança Nacional foi Michel Debrun, afirmando que nos anos em que o autoritarismo da ditadura foi mais pronunciado, seu auge o governo Médici,

"[...] a presença militar não passou disso: os militares não determinavam o que havia de se fazer no plano econômico, social, etc., – a fixação das metas era deixada ao critério da tecnocracia civil –, e contentavam-se, em cada campo, em marcar limites que não deviam ser ultrapassados, [ainda que] [...] assim mesmo a impregnação militar da política e da sociedade era maciça."²¹⁹

²¹⁹ Debrun, Michel - "Os dois níveis da ideologia militar", in Militares: pensamento e ação política, organizado por Eliézer Rizzo de OLIVEIRA. Campinas, Papirus Livraria Editora, 1987. Coleção "Forças Armadas e Sociedade", Volume n.º 1., p.189.

Por não se propor a empreender o planejamento típico de cada ramo em que se pretendia intervir, o econômico, o social, o educacional, a Escola Superior de Guerra atuava na formação de quadros especializados em cada função, suficientemente confiáveis a seus propósitos. Dotaria os grupos de estagiários, fossem civis ou militares, burocratas do Estado ou empresários, de uma visão integrada. Depois disso, essa elite estaria em condições de agir, não só planejando e executando, mas ainda servindo de antena para o governo, ao interpretar os desejos que o povo exprime, de modo difuso, e depois de elaborar seus conteúdos, levá-los à prática.

Debrum vê o liberalismo brasileiro como uma visão distorcida, um produto da ótica decorrente de uma lente deformada. E para que se entenda o que pensa, citamos suas palavras buscadas na obra em questão, quando conceitua o elemento que denomina *ideologia primária*, a qual não só se fez presente nas teses elitistas de grupos políticos como a UDN, resultantes numa orientação autoritária, influenciando e regendo as relações entre governantes e governados, mas também na Doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra. Quanto ao papel da base social de atuação dessa entidade, não foi somente ao grau de permeação que obteve fora do âmbito militar, junto das camadas privilegiadas, empresários e tecnocratas, mas também são devidas

"[...] às relações que [o pensamento da Escola Superior de Guerra] mantém com outro pensamento, subjacente. Pensamento esse bastante corriqueiro, embora informe, principalmente o inconsciente político dos grupos dominantes. O pensamento da ESG se 'nutre' dessa *ideologia 'primária'*, de que herda a força e a obstinação das suas atitudes face à sociedade civil. Em contrapartida, enquanto ideologia '*secundária*', a temática da ESG proporciona uma orientação à ideologia '*primária*', ao desenvolver essas atitudes e preconceitos em projetos propriamente políticos de estruturação da coletividade brasileira e das suas relações com o mundo circundante. E essa transfusão ideológica de duas mãos me parece, precisamente, responsável pela fácil aceitação, mesmo fora da área

militar, das grandes linhas daquela temática, se bem que a maioria dos ouvintes dê pouca ou nenhuma atenção à letra do seu dogma e à sutileza das distinções e classificações de que lança mão."²²⁰

Conforme Debrum a ideologia “ideologia 'primária’” está distribuída

"[...] em dois lemas, basicamente. O primeiro reside na afirmação de que não pode haver proposta política válida se esta não partir da consideração do homem brasileiro tal como se forjou ao longo da história. Nas décadas de 30 e 40, esse mote aparece incansavelmente nas obras de autores como Oliveira Viana, Cassiano Ricardo ou Azevedo Amaral, entre muitos outros. E hoje, ao indagar como se deve elaborar um modelo de democracia que nos sirva, o professor José Alfredo Amaral Gurgel – que é ou foi muito ligado à ESG – responde em seu livro *Segurança e democracia*: '[...] a matéria prima há de ser o homem brasileiro, integralmente considerado, com as características que o plasmaram ao longo do seu processo cultural'."²²¹

José Alfredo Amaral Gurgel, já citado em capítulo anterior, era um elemento da mais alta confiança da Escola Superior de Guerra, onde foi estagiário e sempre apresentou um pensamento autoritário. Ao comentar a edição do Ato Institucional n.º 5, ocasião em que era chefe do Serviço Nacional de Informações – o célebre SNI –, no decorrer do governo Costa e Silva, diria que tal lei de exceção "já veio tarde". E desenvolveu, a seguir, um arrazoado justificador, em que entrou toda a conceituação de praxe nos momentos em que o poder deseja cercear as liberdades democráticas.²²²

A crítica de Debrun ao uso que se fez – e se faz – do liberalismo no Brasil não o leva a descartar as contribuições dessa corrente. Para ele o próprio Amaral Gurgel não afirmou de forma direta que:

²²⁰ Debrum, M., op.cit., p.191.

²²¹ Debrum, M., op.cit. p. 191-192.

²²² Gurgel, José Alfredo Amaral - *Segurança e democracia*. Uma reflexão política. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1975. Coleção "Brasil em Questão". p 157.

"[...] necessariamente [...] devemos renunciar a princípios como os do liberalismo ou da democracia em nome de uma volta ao homem concreto brasileiro, mas em todo caso, que a eventual adoção de um modelo liberal e/ou democrático, no caso brasileiro, deve brotar da observação do homem brasileiro – dos seus problemas e das suas possibilidades – e não impor-se em nome de exigências abstratas e universais."²²³

Não haveria nada de errado no liberalismo e na democracia, em si mesmos, portanto, mas sim na maneira com que tais práticas existem entre nós. Só que no caso, se trata da mesma crítica de Oliveira Viana, que não pretende que atiremos fora os valores liberais, mas que os deixemos em suspenso. Isso, até que o país esteja em condições de colocar em prática as instituições democráticas.

Nesse sentido, Debrun traça considerações sobre democracia e liberalismo, sobre sua pertinência no país:

"Não são os brasileiros que devem se tornar liberais ou democráticos. É o liberalismo, ou a democracia, que devem se tornar brasileiros. Claro, se existirem pendores e possibilidade nesse sentido. O que qualifica o liberalismo ou a democracia: não só devem ser 'nossos', como terão de ser redefinidos de acordo com as nossas peculiaridades, mesmo quando pretendem melhorar essas peculiaridades em vez de apenas registrá-las e validá-las."²²⁴

O autor francês mostra assim a conceituação da democracia contendo limites arbitrários, impostos pela força, nem sendo mesmo a democracia formal clássica, no que se relaciona com os direitos humanos e com as liberdades civis e individuais. E, menos ainda, a democracia substantiva, pela qual o homem

²²³ Debrun, M., ob.cit. p.192

²²⁴ Ibidem, p.192

goza de direitos sociais que não lhe podem ser negados, como o do acesso à moradia, alimentação, educação, saúde, segurança, previdência social, e outras necessidades mínimas.

Quanto ao segundo lema, formador do grande magma que denomina *ideologia primária*, e critica com severidade, é a flagrante demonstração de falta de confiança no povo: o brasileiro é incapaz, e por isso, precisa de tutela.

"A segunda afirmação da ideologia 'primária' é a seguinte: a sociedade e/ou o homem brasileiro [...] são social e politicamente 'fracos', no sentido de que são incapazes de se associar e auto-organizar, seja para se desenvolver econômica e culturalmente, seja para forjar um projeto de destino coletivo." ²²⁵

Tais *defeitos populares* já foram explicados, ao longo da história, pelos prismas mais diversos, alguns dos quais cancelados por Oliveira Viana:

"Pouco importam as causas a que é atribuída essa fraqueza: 'indolência' do povo, devida ela própria a fatores raciais; ou a imensidão do Brasil, com a conseqüente dispersão dos núcleos populacionais, que ainda não conseguiram fundir-se numa só nação ('não somos um povo'; 'está incipiente a identidade brasileira', etc.). Seja como for, essa visão do Brasil – do indivíduo brasileiro, ou do tecido social – favorece as atitudes tutelares: não só o Brasil tem de passar de 'fraco' a 'forte', como essa 'redenção' não pode ser obra dele próprio." ²²⁶

A *fraqueza* do brasileiro médio, portanto, é de tal forma que exige um remédio drástico, e que somente pode ser aplicado por uma elite esclarecida e autoritária, pois deixado a seus próprios cuidados, o povo jamais encontraria sua

²²⁵ Ibidem, p. 192.

²²⁶ Ibidem, p. 192.

redenção. Tal como a UDN pregou durante os vinte anos de sua plena existência, antes de se tornar mero coadjuvante dos militares no poder: o golpe militar para evitar o golpe eleitoral, a ação das elites para evitar que o povo aja, a sua decisão *manu militari* para obstaculizar a sua decisão democrática. Tanta falta de confiança no povo recomenda intervenção enérgica, pela via prussiana da ação autoritária do governo, que decreta e impõe as medidas que entende serem necessárias, e isso, praticamente, depois de deliberá-las entre quatro paredes, e ouvidos somente os elementos de sua confiança, que são tidos na conta de especialistas.

Atitude que deriva da tese da presciência das elites seria posta em prática sem qualquer tipo de consulta popular, ou que se ouçam os pareceres de quaisquer intelectuais, cientistas e técnicos estranhos a suas equipes:

"[...] o elemento militar tem, aqui, a capacidade de manter sobre a sociedade *uma tutela que parece estrutural e não conjuntural*, uma vez que ela não surge em 'situações de emergência', mas tão somente se torna mais clara nesses momentos [...] Não é estranha a permanência dessa tutela, e a tranquilidade que os militares ostentam em relação à sua manutenção, já que o regime militar foi no Brasil menos pesado do que em países como a Argentina e a própria Espanha?" ²²⁷

A existência da Doutrina de Segurança Nacional é, para esse autor, portanto, uma explicação suficiente, dado o caráter estrutural da tutela militar sobre a sociedade brasileira, sempre presente, velada nos momentos de normalidade, ou declaradamente, quando das crises institucionais:

"As causas dessa situação são múltiplas. Eu queria apenas focalizar uma delas: o papel desempenhado pelo pensamento da Escola

²²⁷ Ibidem, p.190.

Superior de Guerra. Com efeito, esse pensamento não surgiu desvinculado, como manifestação avulsa de alguns teóricos, mas como *estandarte de uma corporação* – o Exército – que, com certa razão, é vista como *uma das poucas forças realmente organizadas* [do país], além de dispor, é claro, de meios de coação 'em última instância'.²²⁸

Tal doutrina, *estandarte de uma corporação*, a *força realmente organizada* da sociedade brasileira, não foi criada gratuitamente, mero exercício do raciocínio estratégico, ou simplesmente um plano de defesa a ser seguido em caso de emergência. Ao contrário,

"Veio ao encontro de anseios, temores, ideologia e potencialidades de ação bastante difundidas na sociedade brasileira em conjunto e particularmente 'densos' em certas camadas. Sem dúvida, esses anseios poderiam encontrar – e encontram – outros veículos de formulação e instrumentação, mas vou tentar mostrar que a doutrina da ESG se acha adaptada como uma luva a seu traço dominante, que é o autoritarismo."²²⁹

Entendendo que não se pode ver a Doutrina de Segurança Nacional como um *corpus* confinado dentro da Escola Superior de Guerra, mas, ao contrário, bastante difundido em todo o âmbito militar, Debrun explicita:

"[...] não devemos acreditar que o pensamento da ESG esteja confinado no recinto da própria ESG. Ele se difundiu, se bem que em graus extremamente diversos, através de todas as instituições de formação militar. Houve, digamos, certa socialização ideológica do Exército a partir da irradiação desse pensamento, impulsionada pelo prestígio da Escola. Por sua vez, as elites civis – empresários, tecnocratas, etc., que seguiram os cursos da ESG, adquiriram um instrumental de interpretação global da sociedade brasileira, da sua evolução e das suas potencialidades. No rastro

²²⁸ Ibidem, p.190.

²²⁹ Ibidem, p 190.

disso aprenderam – ou conscientizaram – um certo estilo de atuação política."²³⁰

Pensa que tal difusão não criou, mecanicamente, um modo de pensar uniforme, entre os setores civis envolvidos, de modo a permitir uma operacionalidade que funcionasse por si mesma. Tal desempenho seria difícil, pois não impediria que dele se extraíssem diretrizes, ou até mesmo, uma orientação global para a ação, como exemplificou com o planejamento econômico. Mas para ele,

"[...] o que conta é a formulação e a difusão, pela mediação da ESG, de certas modalidades fundamentais do agir social e político – modalidades essas que dizem respeito, em particular, às relações entre governantes e governados." ²³¹

O que contou, foi a orientação autoritária, relações entre governantes e governados. Quanto ao papel da base social de atuação da Escola Superior de Guerra, não foi somente o grau de permeação que obtido fora do âmbito militar, junto às camadas privilegiadas, empresários e tecnocratas, mas também as relações com a ideologia primária.

Essa visão da Escola Superior de Guerra como o agente criador de uma visão especificamente mais elaborada – a 'ideologia secundária' a que Debrun se refere, a sua Doutrina – a partir de elementos difusos encontrados de maneira pouco clara e não sistematizados, em diversos segmentos da sociedade civil é, exatamente, o que foi conceituado por Dreifuss, ao elaborar o papel da

²³⁰ Ibidem, p.191.

²³¹ Ibidem, p.191.

Escola Superior de Guerra, de acordo com a convicção defendida por seus próprios pensadores e instrutores, em se tratando de formar uma elite nacional apta a dirigir o país.

A entidade existe para, além de proporcionar uma visão integrada para o grupo do qual é o cérebro pensante, -os militares,- criar também uma elite de quadros entre os civis; o grupo formado por empresários e burocratas que, exatamente por ser uma elite, estaria totalmente capacitado a auscultar os anseios difusos da massa da sociedade brasileira. E, igualmente, por estar em condições de elaborar as mais variadas políticas públicas, fazê-lo eficazmente, e depois, devolver os resultados ao restante da população, instruindo-a para poder agir no sentido de que seu trabalho e disciplina atuem em favor de todo o país.

O motivo pelo qual a Escola Superior de Guerra agiu, portanto, de acordo com o texto de Debrun, foi o estabelecimento de um projeto imposto, pelo qual deveria ocorrer tanto a garantia da segurança nacional, quanto o desenvolvimento econômico, autoritariamente estabelecido. E esse projeto, se não era puramente um herdeiro direto do autoritarismo da UDN, travestido sob vestimentas liberais, estava, indubitavelmente, facilitado por sua pregação, que durara os vinte anos da República democrática populista vigente de 1945 a 1964, entremeada pelas tentativas golpistas, quase todas falhadas, até o êxito que instaurou o governo militar.

Nosso autoritarismo, portanto, na crítica de Debrun, autoritarismo civil ou militar, é, pois, resultado ou de uma visão idealizada do liberalismo, ou de uma visão idealizada do Brasil. Em ambos os casos, trata-se do *transoceanismo*, de que tanto falou João Cruz Costa, ao criticar o modo pelo qual grande número de intelectuais viram o país, por estarem com a cabeça em terras de além-mar, e assim, adotarem critérios que nem sempre nos servem. Daí os equívocos de nossa elite política civil, configurada no seu golpismo à UDN:

ao ver que os remédios a que pretendia recorrer, por via eleitoral, não foram aceitos pelo doente, pretendeu que sua terapêutica fosse imposta por meio de um governo de cunho autoritário, civil ou militar. A receita que obteve triunfo foi aviada na Escola Superior de Guerra.

Eliézer Rizzo de Oliveira, outro estudioso do tema trabalhou com a esfera em que deve ser vista a ação da entidade, esse não a restringindo ao âmbito nacional, mas também com a projeção do Brasil no cenário internacional. Este, aliás, é tema dos mais presentes na obra do general Golbery do Couto e Silva.²³²

Para Selma Rocha, que também o analisou, Oliveira tanto examinou o conteúdo da Doutrina como parte de um projeto de governo e suas diretrizes, quanto no aspecto que expunha uma política pragmática, no tocante às relações externas, notadamente à aliança com os Estados Unidos. Entende ela que Oliveira:

"[...] sustenta que a Doutrina política da Escola constitui-se no fundamento de um projeto de hegemonia política da cúpula das Forças Armadas. Consoante com esse papel, a Doutrina reflete a visão da ESG não só a respeito do processo sócio-político brasileiro, como do próprio papel do Brasil no quadro internacional do pós-guerra."²³³

A rigor, segundo Maria Helena Moreira Alves, o general Golbery em sua Geopolítica considerava também:

²³² Couto e Silva, general Golbery do - Geopolítica do Brasil. São Paulo, Livraria José Olympio Editora, 1981, p. 1981.

²³³ Rocha, Selma., op.cit. p. 53..

"[...] os Estados Unidos não podem prescindir das Américas Central e do Sul, [pela necessidade do apoio político nas Nações Unidas, e também pela exigência de] [...] *abastecimento de materiais estratégicos, o controle e a proteção do tráfego marítimo e de rotas oceânicas para a África, a segurança coletiva* [e] [...] a disponibilidade de *recursos demográficos* [possível fornecimento de tropas] para as *operações militares* fora do continente."²³⁴

O General estava pensando na projeção continental do Brasil, pelo menos no âmbito da América do Sul, de modo mais imediato, mas não deixando de considerar a possibilidade de sua ampliação, com relação ao Atlântico Sul e, talvez, estendendo-se até a África. Daí recomendar que o Brasil procurasse ampliar a sua margem de negociação com os Estados Unidos e assim, tirar maiores proveitos de tal apoio:

"Quando vemos os Estados Unidos negociarem, a peso de dólares, auxílios vultosos de toda a espécie, [...] o apoio e a cooperação de povos indecisos, ou francamente hostis da Europa Ocidental, do Oriente Médio e da Ásia – justo nos parece façamos valer os trunfos altamente valiosos de que dispomos, para obter os meios necessários ao exercício de uma missão e de um dever que decorrem da própria terra que nossos avós desbravaram e defenderam, mesmo com seu sangue, contra o invasor intruso de eras passadas. Também nós podemos invocar um 'destino manifesto', tanto mais quando ele não colide com os de nossos irmãos maiores do norte [...]"²³⁵

O Brasil poderia desse modo seguir uma política pragmática, no que se relacionava com as relações externas, de acordo com a concepção golberiana, e que foi levada adiante, no campo diplomático, pela política externa de Médici,

²³⁴ Moreira Alves, Maria Helena - Estado e oposição no Brasil. (1964-1984). Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1984. Tradução de Clovis Marques, p. 47.

²³⁵ Moreira Alves, op.cit. p. 47.

e que se acentuou com Geisel, que reatou as relações do Brasil com a China comunista.

Para Oliveira, portanto, a meta desejada pela Escola Superior de Guerra é um *projeto de governo*, expresso pelo *corpus* em questão. Em sua obra, o autor demonstrou, conforme Selma Rocha, o fato de a Doutrina de Segurança Nacional

"[...] estar [...] 'voltada para a direção política da sociedade a partir de sua implantação no aparelho de Estado', estabelecendo, para isso, uma aliança orgânica com os setores das elites civis, levados à Escola na condição de integrantes do corpo permanente ou de estagiários. Esse era, pois, o processo pelo qual setores da elite militar pretendiam escolher os setores da elite civil, visando prepará-los para o exercício do poder, [...]" ²³⁶

Esse exercício do poder estava em conformidade com os propósitos da instituição, veiculados por uma pregação anticomunista, que apresentava a doutrina que combatia, o comunismo soviético, em primeiro lugar, como expressiva de uma visão totalitária do mundo, que era avessa aos valores da civilização ocidental. Desse modo, os objetivos que essa preparação visava deveriam ser implementados,

"[...] de acordo com uma visão de mundo que aponta para a promoção de [...] 'um determinado tipo de desenvolvimento econômico (de tipo capitalista), dirigido por um grupo específico (as elites) e dotado de uma ideologia (ideologia da segurança nacional) e de uma opção estratégica (o Mundo Ocidental), sob a hegemonia dos Estados Unidos'." ²³⁷

²³⁶ Rocha, Selma, op.cit., p. 16-17.

²³⁷ Ibidem, p. 17

O autoritarismo elitista da Doutrina de Segurança Nacional fica bem explicitado por Oliveira, quando comenta a ocorrência de uma expressão que aparece com grande frequência no texto do *Manual Básico da Escola Superior de Guerra*, edição de 1983, os Objetivos Nacionais, sempre escritos com maiúsculas. Podem ser definidos, no texto desse documento essencial da instituição como

"[...] a 'cristalização de interesses e aspirações que, em determinada fase de sua evolução cultural, a Nação busca satisfazer.' Cabe perguntar: quem define os interesses nacionais e com quais mecanismos? Quem faz a leitura das características da nacionalidade, para 'captar e interpretar os autênticos interesses e aspirações nacionais, com o mais estrito respeito às raízes histórico-culturais e aos valores da nacionalidade, identificando-os como Objetivos Nacionais'? Enfim, quem diz o que a Nação deseja?"²³⁸

Como foi visto no capítulo 2 esses Objetivos Nacionais são enunciados de acordo com a interpretação feita pelas elites, as únicas instâncias capazes de desembaraçar e ordenar a constelação de interesses e desejos que a História gerou, que o povo sente, intuitivamente, mas cujos conteúdos não consegue apreender de modo inteligível e eficaz para a tomada de decisões:

"Assim, chegamos a uma situação paradoxal: como a DSN não abre às massas a possibilidade de definição de interesses, os interesses do povo só passam a existir, de fato, e politicamente, na medida em que são interpretados pela *elite*, ao nível do Estado. Do contrário, permanecem como aspirações latentes da nacionalidade. Se não forem traduzidos pela *elite*, encontrando, portanto, porta-voz em outro grupo social, serão sempre passíveis de suspeita da ação dos inimigos internos." ²³⁹

²³⁸ Manual apud Ferreira, Oliveira, op.cit., p.71-72

²³⁹ Ferreira, Oliveira, op.cit. p. 73.

A partir de tais bases, o processo de implementação da Doutrina, ao ter seus conteúdos disseminados por todos os corpos de oficiais das Forças Armadas, acabava por cunhar uma identidade política aos militares brasileiros, e que estava em consonância com a própria imagem que esse grupo social apresentava de si mesmo. Essa imagem, diz a autora, está explicitada de modo mais minucioso em outra obra de Oliveira, *O Exército e o positivismo: identidade e autonomia política*.²⁴⁰

Outro nome a ser considerado é o de Wanda Aderaldo, que faz um estudo eminentemente histórico, em *A ESG: um estudo de currículos e programas*,²⁴¹ no qual afirma que

"[...] sem prescindir da análise relativa ao conteúdo ideológico das concepções expostas nos estudos da instituição, demonstra que a existência da ESG e de sua Doutrina constituem um marco na história das Forças Armadas, uma vez que projetam o Exército brasileiro, no quadro das relações internacionais, como agentes dotados de identidade e objetivos específicos." ²⁴²

A valorização de tal autora por Selma Rocha se dá em função da perspectiva histórica adotada, a qual

"[...] oferece um rico campo de investigação, contribuindo tanto para problematizar a visão do aparelho militar [ao se negar a vê-lo] como mero reprodutor dos interesses e concepções da classe dominante, como [igualmente, ao discordar da] abordagem que procura explicar a

²⁴⁰ Rocha, Selma, op.cit. p. 17.

²⁴¹ Aderaldo, Wanda - *A ESG: um estudo de currículos e programas*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978. Dissertação de mestrado, xerocopiada.

²⁴² Rocha, Selma, op.cit. p. 15.

participação política das Forças Armadas unicamente pela lógica organizacional, minimizando a complexidade do processo social."²⁴³

Apesar do elogio acima, a autora critica Wanda Aderaldo em outro aspecto, por lhe parecer insuficiente sua conclusão relativa à finalidade da Escola Superior de Guerra, como sendo o

"[...] preparo formal dos militares para uma função com dimensões políticas institucionalizadas [...] o que exigiria [...] por outro lado, a socialização dos civis na compreensão de que essa tarefa, dadas as circunstâncias de ameaça de guerra iminente, deveria ser realmente das Forças Armadas."²⁴⁴

A crítica em questão é quanto ao fato de que Wanda Aderaldo, considerando o papel da Guerra Fria, coloca os civis em posição servil, pois

"[...] ao entender a participação dos civis apenas como suporte da ação militar, visando garantir a Segurança Nacional e Hemisférica, subtrai-se das elites civis o papel de sujeitos na condução da Política de Segurança e Desenvolvimento, tornando-os apenas como agentes de legitimação da participação institucionalizada dos militares na política."²⁴⁵

Discorda dessa tese, por afirmar que:

"Em verdade, o papel atribuído às elites civis e militares era o de planejar a Política de Segurança e Desenvolvimento, o que deveria ser garantido através de uma 'técnica racional de solução dos problemas'. Essa função decorria naturalmente, de um lado, da própria concepção de Segurança enunciada, segundo a qual sua garantia [da segurança]

²⁴³ Ibidem.,p. 15.

²⁴⁴ Ibidem, p. 85.

²⁴⁵ Ibidem, p.33.

dependeria mais do desenvolvimento global da nação do que de seu potencial militar, e de outro, do diagnóstico quanto à incapacidade das elites." ²⁴⁶

Assim era, completa Selma Rocha, uma vez que em sua visão, a cúpula militar não pretendia relegar os tecnocratas civis a um papel tão secundário, mas fazer deles reais colaboradores na realização dos planos contidos na Doutrina. É certo que o comando do processo político nacional permaneceria nas mãos dos militares, mas a participação civil deveria ser destacada. Isso, porque

"[...] a cúpula militar concebia as elites civis como sujeitos destacados no processo de formulação da Política de Segurança que, em aliança com as Forças Armadas, deveria conduzir o processo de desenvolvimento do potencial geral da Nação." ²⁴⁷

Destaca, na seqüência, uma segunda questão, "talvez central nessa abordagem",

"[...] qual seja, a de que, com a presença das elites civis, a institucionalização da ESG correspondia à institucionalização da participação política dos militares, na medida em que os seus princípios fundamentais anunciavam 'o direito de as Forças Armadas intervirem, por meio dos órgãos apropriados, (o Estado-Maior das Forças Armadas), no processo do desenvolvimento do Potencial Geral da Nação'." ²⁴⁸

Selma Rocha destaca que o que se pretendia, dessa forma, era

²⁴⁶ Ibidem, p. 33-34

²⁴⁷ Ibidem, p. 34.

²⁴⁸ Anexo 35, apud Rocha, Selma, op.cit. p. 34.

"[...] oficializar a ascensão dos militares à condição de sujeitos do processo político e, ao fazê-lo, de reforçar a tendência à autonomização do aparelho militar, entendida como a capacidade de as Forças Armadas definirem – com certa independência diante dos poderes investidos da responsabilidade de controlá-las – seus objetivos políticos, estratégicos e materiais, por meios entendidos como necessários à realização de tais fins."²⁴⁹

Cabe, agora, um comentário nosso, com relação à crítica que Selma Rocha dirigiu a Campos Coelho, e que se entronca com o texto acima citado de Wanda Aderaldo. A crítica a Campos Coelho já foi exposta, e seu enunciado ocorreu por haver Rocha entendido que aquele autor exagerara o papel doutrinário do general Góes Monteiro, cujas teses estariam presentes na Doutrina de Segurança Nacional, no que toca ao exercício do poder pelos militares. Pois foi exatamente o que o general Góes Monteiro disse, afirmando o direito dos militares no tocante a influírem em assuntos desse teor, de acordo com uma concepção que entendia pedagógica, por parte das Forças Armadas, e do Exército em particular. Era a decorrência direta do estabelecimento da *política do Exército*.

Mas um ponto que nos parece inegável, na afirmação de Selma Rocha, foi quanto ao fato de que as camadas sociais dominantes, nos meios civis, assim como os principais setores nacionalistas e da esquerda legalizada não desdenharam da existência da Escola Superior de Guerra, nem do papel que a entidade avocava para si. O fato – a aceitação generalizada da ação da entidade pela elite civil nacional – está explicitamente citado no teor do grande e denso depoimento dado pelo marechal Oswaldo Cordeiro de Farias aos historiadores Aspásia Camargo e Walder de Góes. Desse modo,

²⁴⁹ Rocha, Selma, op.cit., p. 34.

"[...] embora a ESG tenha sido em sua origem pensada pela cúpula das Forças Armadas, sua criação ocorreu com acordo e anuência das classes dominantes, sem qualquer contestação por parte dos setores nacionalistas e da esquerda. Mais precisamente, a Escola nasceu de um acordo entre elites civis e militares, que alicerçou e alavancou a institucionalização de uma prática autônoma, cabendo, desde o princípio, à própria Escola e ao EMFA, [Estado-Maior das Forças Armadas] a seleção dos civis e militares que participariam dos cursos nos quais se discutiria a doutrina política."²⁵⁰

A autora se refere à autonomia das cúpulas militares, quanto aos poderes dotados do dever de controlar as elites civis no que se refere à aquisição do projeto da entidade e do método correspondente, como um direito seu, dessas cúpulas. Seria um direito auto-outorgado, para que pudessem agir guiando as elites civis, de modo que tais grupos assim cooptados viessem a ser colaboradores dos planejadores militares. Assim, afirma, ao final, a responsabilidade por esse projeto seria totalmente dos militares.²⁵¹

E mesmo tendo a entidade, prossegue a autora, em dados momentos, sofrido ataques dos setores nacionalistas, de dentro e de fora das Forças Armadas, por orientações que foram consideradas antinacionalistas, o fato é que não teve discutida sua autonomia de produção e de recrutamento de quadros e de estagiários.

E, mais importante,

"[...] as bases de sua Doutrina, que progressivamente constituiu-se como projeto político para o Brasil, não foram objeto de questionamento por qualquer uma das correntes militares existentes nas Forças Armadas nas décadas seguintes."²⁵²

²⁵⁰ Camargo e Goes, p 410-411, apud Rocha, Selma, op.cit., p. 35.

²⁵¹ Rocha, Selma, op.cit., p. 35.

²⁵² Ibidem, p. 35.

Fica evidente, assim, que a autonomia da Escola Superior de Guerra era, praticamente, total.

Ressalta, assim, que a Escola Superior de Guerra foi uma escola de quadros, em busca de uma técnica racional de solução dos problemas. Devia, portanto, congregar as elites civis e militares com o sentido de planejar a Política de Segurança e Desenvolvimento. Quanto à formação de elites militares, para a entidade, o problema não seria dos maiores, uma vez que seus cursos iriam dar continuidade ao que havia sido ensinado nas Academias Militares de cada corporação. O essencial era quanto à formação das elites civis convenientes, que deveriam estar totalmente de acordo com a visão que a Doutrina expunha da questão da segurança nacional, do perigo marxista e da necessidade de desenvolvimento, como solução. E, principalmente, quanto ao modo pelo qual esse desenvolvimento deveria ocorrer.

Tal visão quanto à sua auto-atribuída missão pedagógica era resultado da concepção de segurança enunciada, como resultado mais do desenvolvimento global da nação do que de pura e simples ação de seu potencial militar.

E como consequência direta dessas considerações, como elemento subjacente à crítica militar resultante do seu diagnóstico quanto à incapacidade das elites tradicionais brasileiras, que via como fato incontestável, em especial as de cunho político, havia a tarefa que caberia aos civis, já que a instituição não via a segurança nacional como assunto apenas da alçada dos militares. Por isso, a cúpula militar desejava contar com o apoio de elites civis, que seriam elementos fundamentais no processo de formulação da Política de Segurança que, juntamente com as Forças Armadas – que seriam os quadros combatentes

operacionais –; elites civis que deveriam levar adiante a parte que lhes cabia, a implementação operacional do processo de desenvolvimento do potencial geral da Nação. Isso, sem dúvida, implicava o desenvolvimento econômico, razão do empenho em cooptar quadros civis, moldando-os segundo o seu entendimento, o que estava tratando de realizar.

A visão do problema nacional do país como passível mais de solução técnica que de política faz da visão da Escola Superior de Guerra, nesse ponto, uma defensora convicta da tecnocracia. Assim era, por sua compreensão das coisas segundo uma lógica utilitária, pragmática, razão pela qual desejava mais a administração dos homens e das coisas, por parte do grupo que constituiria uma elite realmente adequada, a seu ver, que de um grupo voltado para o jogo político, em geral o campo dos interesses privados e/ou grupais, mais do que dos nacionais. Ou, mais especificamente, do que a entidade via como *interesses nacionais*.

Maria Helena Moreira Alves, afirma que a teoria da guerra da Doutrina de Segurança Nacional, segundo a qual a guerra revolucionária, a guerra subversiva dirigida pelos comunistas da União Soviética, poderia ocorrer de várias maneiras. De acordo com o principal pensador militar do período em questão, o general Golbery do Couto e Silva, havia quatro tipos básicos de guerra, no mundo de hoje, um deles apenas potencial, e os demais em curso em diferentes partes do mundo.

Era a *guerra total* – ao estilo das duas Guerras Mundiais, a mais perigosa e que muito possivelmente incluiria o uso de armas nucleares –, a *guerra limitada e localizada*, que com bastante frequência ocorria em áreas geográficas bem demarcadas, como os conflitos do Oriente Médio ou a Guerra do Vietnã; a *guerra subversiva ou revolucionária*, como o fora a Guerra do Vietnã em suas origens, na década de 1950, contra o domínio colonial francês; a

Revolução Cubana, a Guerra da Argélia e tantas outras da segunda metade do século XX; e a *guerra indireta ou psicológica*.²⁵³

Eram os dois últimos tipos de guerra que ameaçavam o Brasil, a subversiva ou revolucionária, e a indireta ou psicológica, tal como teria ocorrido nos tempos do governo Goulart, quando a agitação popular era feita com o apoio governamental, dizia-se, e que contava com a participação dos mais variados elementos políticos ligados ao populismo. Seus agentes, depois de 1964, passaram a se manifestar tanto sob a ação dos guerrilheiros urbanos e dos que agiram nas regiões interioranas dos rios Ribeira de Iguape, em São Paulo, e do Araguaia, na Amazônia, quanto por meio de agitadores subversivos clandestinos. Estes atuavam em vários meios, entre eles o operário e nos setores susceptíveis das classes médias, como o estudantil, o jornalístico e a intelectualidade contestadora.

O motivo pelo qual a Doutrina enfatizou, em sua análise, as duas últimas modalidades, deve-se a seu principal objetivo, era a segurança do regime, relacionada com relação aos elementos hostis que a ditadura viu como o grande inimigo. Esses eram, em primeiro lugar, os agentes do inimigo externo que se confrontava com os Estados Unidos, no plano mais extenso das relações políticas internacionais bipolarizadas, a União Soviética e igualmente, a China comunista, por meio da doutrina maoísta. Daí haver ocorrido a conceituação de guerra desse modo ampliado, a partir das considerações do general Golbery sobre a guerra psicológica, com seu entroncamento com a análise geopolítica, nacional e internacional.

Por isso, a Doutrina enfatizava a urgente necessidade de o Brasil se desenvolver economicamente, com a finalidade de poder enfrentar os desafios

²⁵³ Moreira Alves, op.cit., p. 36.

sociais e materiais da guerra subversiva, além do alívio que ocorreria com relação às tensões sociais.

Entendendo a virtual impossibilidade de uma guerra total entre as superpotências, que destruiria o mundo, dado o potencial de ambas, quanto a seu arsenal nuclear, Golbery enfatizou que os dois blocos recorriam muitas vezes ao conflito localizado, à guerra, declarada ou não, entre aliados seus, de modo que tais embates eram, indiretamente, a manifestação da Guerra Fria. Cada vitória de um aliado de um bloco significava um novo peão encravado diante do inimigo, nesse jogo de xadrez bélico da política internacional. Nesse ponto, a análise do general Golbery em nada destoou das demais, feitas por outros observadores das relações internacionais.

Essa tese conspiratória da Escola Superior de Guerra se baseia no pressuposto de que muitas vezes o grande inimigo externo do Brasil – exatamente o grande adversário dos Estados Unidos, a União Soviética e subsidiariamente, a China –, sempre recorriam às guerras não-declaradas, e quando fosse possível passar às ações mais ousadas, às insurreições ou à guerra revolucionária. Assim, faria a agressão indireta aos Estados Unidos. E isso, quase sempre era conseguido com os soviéticos e chineses maoístas manobrando os elementos subversivos existentes no interior de um país. Entre eles, estavam os assim chamados *inocentes úteis*, facilmente manobráveis. A grande ingenuidade popular era seu trunfo para isso.

Novo aspecto da visão elitista de sua presciência: o povo, simplório, estaria sempre em condições de ser presa de cair vítima dessa situação. Havia, assim, a concordância com a tradição que vinha dos tempos da UDN, à qual fora muito ligado o general Golbery e outros da Escola Superior de Guerra.

Nesse ponto, a análise do general Golbery em nada destoou das demais, feitas por outros observadores das relações internacionais, brasileiros e estrangeiros. O ponto em que ele era claramente favorável às posições das direitas era em afirmar que o Brasil deveria estar sempre do lado norte-americano, porque a vocação de nosso país era desde sempre pertencer ao ocidente cristão e democrático – nos termos em que ele entendia ser a democracia – e por isso, manter essa solidariedade.

E havia, ainda, um aspecto utilitário no que toca a tal aliança: o Brasil deveria manobrar de modo tal que tirasse proveito dessa situação. Deveria exigir do grande aliado ocidental algumas vantagens, em troca de sua solidariedade. O fato de o Brasil ser a nação-chave da estabilidade dita democrática da América Latina acabava por lhe ofertar certo número de trunfos, que não era desprezível, e algo devia ser pedido em troca da aliança com Washington. O fato de apenas a Venezuela e a Colômbia – e em alguns momentos, a Argentina – não serem ditaduras militares, no seu entender, não afastava todo o subcontinente do campo considerado democrático.

A mera insurreição consistia na busca da deposição armada de um governo; a guerra revolucionária, nos dizeres de Moreira Alves, era, pois, o

"[...] conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder, pelo controle progressivo da nação".²⁵⁴

Havia, entretanto, a possibilidade dessa guerra ocorrer sem que fosse preciso o emprego da força armada. Tal era a situação em que o conjunto de ações hostis

²⁵⁴ Moreira Alves, op.cit. p. 37.

"[...] abrange toda iniciativa de oposição organizada com força suficiente para desafiar as políticas de Estado, [...] [estando intimamente] vinculada à infiltração comunista e à iniciativa indireta por parte do comunismo internacional controlado pela União Soviética."²⁵⁵

Por esse motivo, a estratégia da Doutrina de Segurança Nacional não podia, somente, ater-se à defesa das fronteiras territoriais, geográficas, mas também, a um outro elemento de igual, ou até maior importância, as *fronteiras ideológicas* do país.²⁵⁶

Essa concepção, evidentemente, coloca as Forças Armadas intimamente relacionadas com uma tarefa policialesca, a repressão política interna. Assim era, uma vez que sempre seria muito tênue a distância entre os elementos que pudessem ser diferenciado, por esse enfoque, como *simples opositoristas* – pelo menos, nos casos dos parlamentares mais combativos do partido da oposição –, dos que seriam os grandes subversivos, os agitadores dos meios operários e estudantis e os guerrilheiros urbanos ou rurais.

A divergência política, portanto, estava, segundo essa ótica, grandemente aproximada do que era visto como subversão, do conceito de ação perigosa às instituições políticas do país. Era o passo aberto ao terror oficial, ao Estado policial, uma vez que o ponto de vista citado sempre torna facilmente confundíveis os *adversários políticos* e os *reais inimigos da nação*, justificando, assim, o uso de recursos extremos para vencê-los. E esse recurso era a ação livre das forças de repressão, militar e policial.

²⁵⁵ Moreira Alves, op.cit. p. 37.

²⁵⁶ Ibidem, p. 37.

Capítulo IV

O Milagre Econômico: uma economia politizada pela Doutrina de Segurança Nacional

Breves considerações sobre a política econômica dos governos militares

Ao lado de sua política de segurança nacional, que a bem dizer foi a simples segurança do Estado ditatorial, os militares no poder defenderam um projeto de desenvolvimento econômico, sob seu pleno comando. Projeto esse que foi coordenado pelos Ministérios econômicos, inicialmente sob o comando de Octavio Gouveia de Bulhões, na pasta da Fazenda, e Roberto Campos, na do Planejamento, e com o governo Costa e Silva e seu sucessor, Emílio Garrastazu Médici, sob a direção do professor Antônio Delfim Neto. Durante o governo Costa e Silva, Hélio Beltrão foi o ministro do Planejamento, e sob Médici, João Paulo dos Reis Veloso.

A política econômica do general Humberto Castelo Branco se destacou, principalmente, pela maior preocupação quanto ao combate ao alto índice de inflação, cuja causa, no modo de ver dos economistas liberais, era em boa parte devida aos salários pagos aos trabalhadores. Como até então ocorreram aumentos salariais – quase que 100%, em 1964, devido ao fato de que o mecanismo político que conceituavam como *populismo salarial* assim o conduzia – em especial, a negociação mediada pelo governo, ou a decretação dos índices por ato governamental, dizia-se, o resultado acabava refletindo-se nos preços. A falta de produtividade fazia com que os custos das folhas salariais

fossem compensados por aumentos dos preços ao consumidor. Começou nesse momento a vigência da idéia de que *era preciso antes fazer com que o bolo crescesse, para depois ocorrer a sua distribuição.*

Tal projeto, de caráter político-econômico, deveria fazer do Brasil uma potência econômica industrial, condição para que também se tornasse uma potencia militar de nível médio, de expressão na América Latina e , talvez, na África.²⁵⁷ Na elaboração desse projeto, ao lado dos tecnocratas dos referidos ministérios econômicos, estavam os teóricos da Escola Superior de Guerra, os mesmos que desenvolveram e implementaram a Doutrina da Segurança Nacional e Desenvolvimento.

A industrialização é, para os pensadores militares, um assunto de interesse para a defesa nacional. Daí a participação de oficiais das mais variadas patentes, das três Forças Armadas, e até de sargentos, nas campanhas de defesa do petróleo nacional, no decorrer do governo Dutra, de 1946 a 1950.²⁵⁸

Entendemos que um importante antecedente do projeto econômico militar da década de 1960 ocorreu durante o Estado Novo, período que tem em comum com o governo militar de 1964 o fato de ser uma ditadura apoiada nas baionetas. Isso, ainda que o Estado Novo fosse uma ditadura com roupagem civil e pelo fato de haver associado os recursos estatais da tecnocracia planejadora governamental à ação do empresariado genuinamente nacional de então, e encarado o capital estrangeiro com bastante reserva, opondo limites à

²⁵⁷ Para maiores detalhes ver Couto e Silva, Golbery – Geopolítica do Brasil. São Paulo, Livraria José Olympio, 1981, p.53 e 87.

²⁵⁸ Sodré, Nelson Werneck- Memórias de um soldado. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1967. Coleção “Retratos do Brasil”, Volume n.º 273.

Idem- História militar do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 2.ª edição, 1968. Coleção “Retratos do Brasil”, volume 40.

sua ação, ainda que sem vetá-lo de modo total. Com isso, uniram-se os esforços do poder público intervencionista com a iniciativa privada brasileira.

Um ponto importante separa os dois projetos industrialistas, no entanto aquele apoiado pelos militares e implementado por Getúlio Vargas era o resultado da elaboração de equipes civis formadas por economistas e empresários, com maior grau de informalidade, até a decretação do Estado Novo, e a partir da instauração de tal regime autoritário, equipes integrantes das entidades formais que o novo governo criou. Os militares de então, na seqüência das idéias do general Góes Monteiro, apoiavam os atos de Vargas e sua assessoria, por concordarem totalmente, mas não davam a palavra final, que corria por conta dos técnicos. O máximo que faziam era opinar, em se tratando de temas de sua competência, aconselhar, reivindicar algo que julgassem imprescindível para o desempenho de suas tarefas.

Já após 1964, ainda que os planos econômicos corressem por conta dos técnicos dos ministérios da área, não só a inspiração, mas também, a última palavra, cabia totalmente ao governo militar, assim como ocorria com o planejamento estratégico dos recursos a serem alocados a cada setor da economia e das demais contas governamentais.

Quanto aos fatos econômicos do momento estudado, seguimos minuciosamente a cuidadosa exposição que Prado e Earp fizeram, sobre a política empreendida pelo governo militar, antes de passarmos à análise dos planos econômicos que guiaram a ação dos técnicos e burocratas dos ministérios especializados. Também da repercussão de tal política, e de suas relações com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento e com as condições gerais

de vida da população trabalhadora, durante esse período, assim como com relação aos resultados do *milagre*.²⁵⁹

PAEG: o Plano Econômico Do Governo Castelo Branco

A estabilização econômica e financeira do Brasil, por meio da redução da taxa de inflação, que em março de 1964 estava perto dos 100%, teve início logo após a tomada do poder pelos militares, por iniciativa de Castelo Branco. Seus resultados mais animadores foram alcançados após o término do governo daquele general, que deixou o cargo em 1967. Tais resultados ocorreram em 1969, ano em que o general Costa e Silva, segundo presidente militar, assumiu o poder. Nesse momento, a taxa inflacionária atingiu o índice de 20%. Seria o terceiro general-presidente, ou seja, o general Emilio Garrastazu Médici, que iria colher amplamente os resultados de tal política, com o desempenho então altamente favorável da economia nesse período conhecido como o *milagre econômico brasileiro*.

Junto com a estabilização da moeda, pretendeu-se promover a aceleração do crescimento econômico, do índice quase nulo de 1963, que foi de 0,6%, começou a melhorar em 1966, último ano do governo Castelo Branco, atingindo 9,8%. Foi o início “*milagre*”.

O plano econômico para alcançá-lo tornou-se conhecido sob a sigla PAEG, *Programa de Ação Econômica do Governo*. Foi concebido logo após a tomada do poder pelos militares e implementado entre 1964 e 1967. Divulgado em novembro de 1964 pelos ministérios econômicos, e fixava como principal

²⁵⁹ Luiz Prado e Fábio Earp – O Milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973), Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003, p 213-235.

objetivo para o biênio 1965-1966 a aceleração do desenvolvimento econômico e a progressiva contenção da inflação. Fixou-se o ano de 1966 como aquele em que os resultados almejados deveriam estar se fazendo sentir.²⁶⁰ Pretendia-se que em 1965 a taxa inflacionária chegasse aos 25% e em 1966, aos 10%, o que não foi conseguido, ficando nos 40%. Somente no final do primeiro governo militar, portanto, começariam a aparecer resultados favoráveis da política antiinflacionária, ainda que o grosso da população não tivesse o que comemorar.

Entre os objetivos do PAEG estavam a política salarial, de cujos resultados dependeria o êxito de tal planejamento; uma política monetária atrelada a uma severa política fiscal.

Entre os objetivos do plano estavam, segundo André Lara Rezende, os seguintes:

"I), acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico interrompido no biênio 1962/63; II), conter, progressivamente, o processo inflacionário, durante 1964 e 1964, objetivando um razoável equilíbrio de preços a partir de 1966; III), atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, assim como as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante melhoria das condições de vida; IV), assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão-de-obra que continuamente aflui ao mercado de trabalho; V), corrigir a tendência a déficits descontrolado do balanço de pagamentos, que ameaçam a continuidade do processo de desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento periódico da capacidade de importar."²⁶¹

²⁶⁰ - Considere-se que no momento em que o PAEG foi publicado, não se decidira, ainda, pela prorrogação do mandato do general Castelo Branco. Assim, no ano de 1966 o país deveria estar sendo governado por um novo presidente, regularmente eleito, no pleito que deveria ter ocorrido em 1965. Assim deveria ser, uma vez que Castelo Branco, durante a maior parte de seu mandato, pretendeu que se realizassem as eleições presidenciais de 1965, e assim, o poder sendo devolvido aos civis. Posteriormente é que, por pressão dos integrantes da *linha dura*, se realizou a prorrogação do mandato do primeiro general-presidente para até 1966.

²⁶¹ Rezende, André Lara – “Estabilização e reforma: 1964-1967”, in Marcelo de Paiva Abreu, coord., A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana. 1889-1989. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1990, p. 15-16.

Pela leitura dos enunciados até o ponto citado acima, não se pode concluir quais seriam os custos sociais do empreendimento governamental. Fala em diminuir desníveis econômicos, em setores da economia e em regiões do país; em aliviar tensões sociais, razão de toda a movimentação reivindicatória durante o governo derrubado; em conseqüentes melhorias das condições de vida do povo; do aumento da oferta de empregos. Se a política econômica e financeira dos governos militares ficasse, de fato, nos objetivos listados, seria de se esperar que ocorressem melhorias no padrão de vida dos trabalhadores. A história mostrou que não foi esse o resultado final. E, é muito provável mesmo que não pretendessem ser esse o objetivo final.

Melhorias reais, sensíveis, na vida da imensa maioria da população poderiam até acontecer, se os fatos conduzissem em tal direção. Mas os planejadores econômicos, todos eles inspirados nos princípios do liberalismo, destituídos de visão social. Para tal orientação, o crescimento econômico é uma razão em si, de modo que as melhorias para a classe trabalhadora, se vierem, será quase que um resultado paralelo e muitas vezes, não planejado.

Como se sabe, a orientação econômica liberal parte do princípio de que o interesse individual, se puder ser realizado livremente, pela iniciativa privada, acarretará, como conseqüência, resultados benéficos para toda a sociedade. Isso, entretanto, é um resultado puramente ideal, concebido racionalmente, de acordo com o célebre raciocínio de Adam Smith, referente à ação da *mão invisível do mercado*, de acordo com a tese de que *os vícios privados, individuais – entre eles o egoísmo, a busca individualista dos próprios interesses – podem ser a origem dos benefícios públicos*. Segundo essa tese, cuja veracidade não se comprova com a exatidão que sempre foi pretendida por seus defensores, se cada investidor, se cada agente econômico for deixado livremente, para perseguir tão somente a obtenção de seus interesses privados, nos campos da produção, do comércio, das finanças, da prestação de serviços, o

resultado final será benéfico ao conjunto da sociedade. Assim será, uma vez que desse modo ocorrerá a satisfação de todas as necessidades sociais, beneficiando assim a todos, coletivamente.

Assim entendemos, quanto à nossa descrença com relação ao fato de que a política econômica do governo militar não iria trazer benefícios à população trabalhadora. Isso, uma vez que ao colocar em prática o plano, não consideraram, de modo minimamente razoável, o conjunto, ou sequer, uma parcela aceitável das necessidades sociais. O planejamento econômico realizado tendo em vista o crescimento da riqueza, associado ao aumento do bem-estar geral, era a orientação recomendada pela CEPAL, e que não consta do raciocínio dos economistas liberais. Assim, o alcançar dos bons resultados sociais, para tal escola, é bom em si mesmo, mas não entra na linha de seu raciocínio, que se atêm em especial ao frio resultado das estatísticas desejadas, ao se fazer o planejamento das atividades econômicas, e das estatísticas finais favoráveis, depois de ocorrerem os resultados que se pretendeu.

Quando, nesse raciocínio, se fazem considerações sobre efeitos sociais positivos, buscando-os, induzindo à sua realização, isso é pensado de modo puramente instrumental, como meio de impedir conflitos sociais que possam perturbar a ordem, e com isso, o ritmo dos investimentos. Razão do mesmo modo instrumental quanto, na formulação da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, pela Escola Superior de Guerra, se pensou na consecução de uma política econômica que levasse ao desenvolvimento. O que se desejava – já vimos o tema no Capítulo III – era que se obtivessem os meios eficientes e necessários para a garantia da segurança, dentro do espírito da Guerra Fria: dar ao governo os meios de empreender a defesa nacional, por intermédio das Forças Armadas, e minimizar focos de conflito social que possam servir de ponto de apoio para a temida ação dos comunistas.

A Política Financeira

Criada pelo PAEG

Entre os meios de ação que o PAEG utilizaria estavam vários itens de política econômica e financeira. Quanto ao item política financeira, o plano dizia:

"*Política financeira*, compreendendo: I) política de redução do déficit de caixa governamental, de modo que aliviasse progressivamente a pressão inflacionária dele resultante e que fortalecesse a capacidade de poupança nacional, através do disciplinamento do consumo e das transferências do setor público e na melhoria da composição da despesa; II), *política tributária*, destinada a fortalecer a arrecadação e combater a inflação, corrigindo as distorções de incidência, estimulando a poupança, melhorando a orientação dos investimentos privados e atenuando as desigualdades econômicas e regionais; III), *política monetária* condizente com os objetivos de progressiva estabilização dos preços; evitando, todavia, a retração do nível de atividade produtiva e a redução da capacidade produtiva e a redução da capacidade de poupança das empresas; IV), *política bancária*, destinada a fortalecer o nosso sistema creditício, ajustando-o às necessidades de combate à inflação e de estímulo ao desenvolvimento; V), *política de investimentos públicos*, orientada de modo tal que fortalecesse a infra-estrutura econômica e social do país, que criasse, assim, as economias externas necessárias ao desenvolvimento das inversões privadas, e que atenuasse os desequilíbrios regionais e setoriais." ²⁶²

O alívio da pressão inflacionária, ao ocorrer, seria, evidentemente, um fator benéfico ao conjunto da população, pela redução dos preços dos gêneros de consumo forçado. Mas pelo que se viu, o principal objetivo de tal política era muito mais incentivar o investimento privado, para induzir ao crescimento

²⁶² Ministério do Planejamento e Coordenação e Coordenação Econômica, 1964., p. 15-16.

econômico desejado e, com isso, garantir não só a segurança nacional, mas a satisfação dos investidores, notadamente os estrangeiros.

Por meio do mesmo prisma encaramos a afirmação do PAEG de que se pretendia estimular a poupança nacional. O plano não se referia a nenhuma poupança popular, que não poderia ser gerada pela política de compressão salarial aplicada ao longo de todo o regime autoritário. Os salários – tal como nos tempos do início da formulação da Economia Política clássica, entre os meados do século XVIII e os do século XIX – não deveriam ser mais que o *quantum* mínimo capaz de permitir a sobrevivência do trabalhador, em suas necessidades vitais básicas, e sua reprodução, permitindo assim a reposição contínua da força de trabalho.

E, nesse cálculo frio da Economia Política clássica, se encontra prevista a reprodução da força de trabalho, de modo a fazer com que sempre exista entre os trabalhadores um excedente não empregado, que formará o contingente do exército industrial de reserva, os desempregados que sempre estarão prontos para aceitar a baixa remuneração oferecida, nos tempos em que a demanda de trabalho exceder a oferta, de vagas, nas empresas. Salários baixos, nesse caso, permitindo apenas a sobrevivência e reprodução da mão-de-obra, serão sempre um dos principais fatores causais de um contínuo círculo vicioso, capaz de garantir a oferta contínua de força de trabalho.

Tal situação, a existência constante de certo contingente de desempregados é, exatamente, o que os planejadores desejavam, por ser um dos principais fatores da acumulação capitalista, segundo a fórmula salários baixos – desemprego – aceitação de salários baixos.

Quanto ao item *poupança*, portanto, não se pode pensar em qualquer tipo de ocorrência dessa ação por meio da participação popular, quando muito,

das classes médias, as únicas que teriam condições de poupar algo de seus ganhos, além, evidentemente, dos setores mais ricos da população, como pessoas físicas. E, constante do item III, em especial das empresas, com o que tais pessoas jurídicas reinvestirão continuamente, dando sustentação ao dinamismo do processo de acumulação capitalista.

Um terceiro tópico do PAEG era o que se referia especialmente à política econômica internacional:

"Política econômica internacional, compreendendo: I), política cambial e de comércio exterior, visando à diversificação das fontes de suprimento ao incentivo das exportações, a fim de facilitar a absorção dos focos setoriais de capacidade ociosa e estimular o desenvolvimento econômico, com relativo equilíbrio de pagamentos a mais longo prazo; II), política de consolidação da dívida externa e de restauração do crédito do país no exterior, de modo que aliviasses pressões de curto prazo sobre o balanço de pagamentos; III), política de estímulos ao ingresso de capitais estrangeiros e de ativa cooperação técnica e financeira com agências internacionais, com outros governos e, em particular, com o sistema multilateral da Aliança Para o Progresso, de modo que acelerasse a taxa de desenvolvimento econômico."²⁶³

O tópico III dessa parte do programa é explícito ao se referir ao capital estrangeiro, tal como o fizera Juscelino Kubitschek, em seu Plano de Metas. Consagrava, assim, a política econômica da dependência do capital externo, especificamente, o capital originário dos países que apresentavam grande desenvolvimento econômico, entre os quais se sobressaíam os Estados Unidos. Aliás, o documento é explícito, nesse ponto, ao se referir ao programa norte-americano denominado Aliança Para o Progresso.

²⁶³ Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, 1964., p.15-16.

O apelo que a Aliança para o Progresso Não Quis Ouvir

Quanto a esse programa, hoje bem pouco mencionado, quando de sua instituição, pelo presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy – e depois prosseguido, por um breve tempo, por seu sucessor, Lyndon B. Johnson – houve quem se iludisse, pensando se tratar de uma edição latino-americana do Plano Marshall. É preciso que se especifique que o Plano Marshall – aliás, criado por inspiração de um dos mais destacados militares norte-americanos, o general George Marshall – foi instituído logo após a Segunda Guerra Mundial, para socorrer as economias destruídas da Europa e da Ásia, com uma evidente finalidade estratégica. Era preciso evitar que o descontentamento popular, nesses países, acabasse por ser elemento favorecedor do comunismo soviético, que já se estabelecera na Europa Oriental e na Europa Central.

Estimulando assim a retomada das economias destruídas, o governo norte-americano estaria agindo no sentido de diluir os tais descontentamentos, aliviando tensões, e com isso, ganhando aliados para o confronto da Guerra Fria, ou pelo menos, não permitindo aos países a serem favorecidos que se inclinassem para o lado da União Soviética. Já a Aliança Para o Progresso, ainda que voltada para os países carentes da América Latina – e o Brasil era um deles – não fazia mais que participar de programas limitados, tópicos. Projetos como a distribuição de alimentos, a construção de pequenas obras públicas, como o calçamento de ruas, e programas específicos de saúde, desenvolvimento de pequenas hortas e cultivos comunitários, e outros prêmios de consolação.

Investimentos maciços, como os do Plano Marshall não foram realizados, uma vez que o capitalismo norte-americano percebeu que não precisava chegar a esse ponto, ainda que no continente já existisse um motivo de preocupação, o precedente cubano. A ameaça comunista não estava tão perto da América Latina como esteve nas proximidades da Europa Ocidental e mediterrânea, logo ao término da Segunda Guerra Mundial. E quando esse perigo despontou, tal como a presença de governos hostis aos interesses norte-americanos, mostrou-se ser muito mais eficiente, para a política exterior dos Estados Unidos, o Departamento de Estado agir de modo sob-reptício. Ou seja, manobrar a CIA, a opinião pública dos países em questão, e ao mesmo tempo, se entender diretamente com seus militares, fornecendo-lhes armas, equipamentos, treinando seus combatentes em territórios de países seus aliados, e enviando os conselheiros técnicos de suas forças armadas. E com isso ocorriam as derrubadas de governos que não fossem confiáveis aos interesses de Washington.

Esse caráter fica demonstrado se considerarmos que houve um caso favorecido de doações de equipamentos industriais, por parte da Aliança Para o Progresso: determinadas empresas algumas jornalísticas bem selecionadas receberam rotativas, linotipos e outras máquinas, com que seriam rodados jornais e revistas que pudessem influenciar a opinião pública a favor da política externa e anticomunista do governo dos Estados Unidos, e de seus investimentos econômicos no país, por mais espoliativos que pudessem ser.

Finalmente, há outro fator que esclarece bastante quanto ao caráter pseudofilantrópico da Aliança Para o Progresso: todas as doações de alimentos eram excedentes da produção norte-americana, que não encontraram compradores, no mercado interno, e que o país não conseguira exportar. O governo dos Estados Unidos os comprou e distribuiu dentro do citado programa.

Aliviou-se, assim, o problema econômico da superprodução naquele país, e ao mesmo tempo se fez propaganda de sua política.

E tanto não se podia esperar grande coisa por parte da Aliança Para o Progresso, que no campo da cooperação econômica produtiva esse programa nada fez. Deixou tudo por conta do capital privado norte-americano, que com isso, ganhou dinheiro e acumulou.

A questão da Produtividade Social, tópico jamais cumprido

Havia, ainda, a política de produtividade social, que figurava de modo destacado no PAEG, e que, feita uma leitura menos atenta, poderia até mesmo sugerir que a preocupação dos tecnocratas do governo militar estavam imbuídos de um espírito minimamente equitativo. A leitura desse plano, hoje, e, portanto, *ex post facto*, diante de um sem número de críticas à política dos governos militares, hoje perfeitamente consensuais, não engana facilmente senão os que quiserem ser enganados, os *órfãos da ditadura*. Mas mesmo na época já era possível que se percebessem as incoerências, tais como a recomendação de que se garantissem um lugar para o trabalhador, e ao mesmo tempo, itens constantes de outras partes do programa, dispondo em sentido contrário.

O mesmo pode ser dito quanto a outros títulos do programa, que ressalta a preocupação social nos campos agrário, habitacional e educacional. A reforma agrária que o governo Goulart pretendia empreender foi sustada do modo mais drástico. Em seu lugar, o governo – que, em sua fala, não deixava de

reconhecer a seriedade do problema – criou o INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. E tal entidade fez bem pouco, em se tratando de garantir assentamentos de lavradores sem terra. A política habitacional desviou muitas vezes recursos da habitação popular, em favor de apadrinhados que não precisavam de tal amparo.

Diante do enunciado desses tópicos, já na época era possível perceber que tais enunciados, no que se refere às questões sociais, não passavam de palavras para constar, de um mero e formal protocolo de intenções, para que se exibissem como fruto da preocupação do governo, e nada mais. Senão, vejamos o texto transmitido por Rezende:

"Política de produtividade social, compreendendo: I), política salarial, que assegurasse a participação dos trabalhadores nos benefícios do desenvolvimento econômico, mas que permitisse a sincronização do combate à inflação, ao lado da procura e dos custos, de que protegesse a capacidade de poupança do país. [...] E ainda política agrária, política habitacional e política educacional."²⁶⁴

Quanto a esse item, pode-se dizer que foi, em grande parte, um só malogro. A política salarial não foi além de manter o trabalhador num padrão de consumo dos mais baixos, próximo do nível de subsistência. Foi nula, a bem dizer, a sua participação no que toca à distribuição de renda. Quanto à política agrária, o governo militar, em longos anos, foi extremamente moroso e mais ainda, ineficaz, no que foi apresentado como reforma agrária. Muito pelo contrário, o que ocorreu foi o estímulo à concentração fundiária, problema que foi legado para os tempos posteriores da redemocratização. Quanto aos lavradores que receberam terras, isso ocorreu na Amazônia, quando o governo Médici pretendeu estabelecer as colônias que ficaram denominadas como

²⁶⁴ Rezende, André, op.cit., p. 214-215.

agrovilas, e que foram estabelecidas ao longo de uma obra das mais faraônicas e disparatadas, a rodovia Transamazônica. Quando essa estrada se mostrou inviável, o projeto das agrovilas gorou. E hoje, nem mesmo a estrada subsiste, engolida pela floresta que foi.

A política educacional igualmente não teve qualquer desempenho positivo, além de tentar canhestramente a eliminação do analfabetismo, por meio de um projeto que não teve grandes resultados, o Mobral, Movimento Brasileiro de Alfabetização, e, em outros casos, estimular a frequência à escola, com os pífios resultados conhecidos. Fora isso, empreendeu reformas educacionais das mais inócuas, quando não nocivas, com o que decaiu por completo o nível do ensino público, que nos Estados mais desenvolvidos era de qualidade superior à hoje existente, e que estava a cargo dos diversos governos estaduais.

O modo pelo qual tais objetivos foram fixados era o resultado de um novo diagnóstico da crise brasileira, feito agora sob nova orientação, não mais a de caráter estruturalista, segundo as premissas da CEPAL, mas de acordo com as teses ortodoxas do pensamento econômico liberal, das quais o mais famoso defensor, no Brasil, era o professor Eugênio Gudin, o mesmo economista e ministro da Fazenda que durante o governo de Caffé Filho baixou a Instrução 113.

O controle da Inflação por Contenção dos Preços: fim dos subsídios do trigo e petróleo

A principal ação que o PAEG recomendava como de caráter imediato era o controle dos preços, o que foi feito pela contração do crédito. Isso, quanto aos preços dos produtos que não tivessem relação com a política de subsídios. Os que estivessem sujeitos a tal regime, quase todos de consumo básico e

forçado – dentre eles, o combustível e o trigo – teriam seus preços liberados, assim como as tarifas públicas e mais o câmbio.

Tais medidas de corte de subsídios de gêneros de primeira necessidade não poderiam deixar de ter repercussões nos preços, que aumentaram, e era isso mesmo que os tecnocratas do governo desejavam, como tratamento de choque visando a uma solução anti-inflacionária. Pretendeu-se com isso provocar uma inflação corretiva nessas áreas, de modo que sua repercussão agisse de modo terapêutico, em face dos demais setores.

Assim foi decidido, porque se encarou o déficit público causado pelas tarifas sociais e subsídios como a grande causa da inflação, e somente agindo nesses setores – o sistema tributário, o déficit público e a política salarial –, é que seria possível combater a inflação.

Recordemos que em março de 1961 o presidente Jânio Quadros havia determinado à SUMOC a publicação de uma medida reguladora, a Instrução 204, que além de desvalorizar o cruzeiro em 100%, ao se realizarem compras de dólares, retirou os subsídios que eram concedidos às importações de trigo e de combustíveis. Goulart os restabeleceu dentro do espírito de sua política populista, o que aliviara a situação do consumidor popular. Agora o governo militar repetia a medida janista.

A Culpabilização dos Salários pela inflação

O governo militar entendia, por meio das palavras dos tecnocratas de seus ministérios econômicos, que a inflação tinha duas causas, e ambas eram debitadas na conta do governo anterior. Nossa inflação era o

"[...] resultado da inconsistência da política distributiva, concentrada em dois pontos principais: I), no dispêndio governamental superior à retirada de poder de compra do setor privado, sob a forma de impostos ou empréstimos públicos; II), na incompatibilidade entre a propensão a consumir, decorrente da política salarial e a propensão a investir, associada à política de expansão de crédito às empresas."²⁶⁵

Culpa do governo Goulart, pois. Culpa por haver cobrado impostos, e feito empréstimos públicos, tal como os militares fariam, posteriormente, sob as recomendações dos mesmos ministros e economistas que ao redigir os planos governamentais o condenavam, em se tratando de iniciativas do governo anterior. E, mais que qualquer outra culpa, a de conceder aumentos de salário e oferecer crédito às empresas. Quanto a esse liberal oferecimento de crédito empresarial, todos os governos militares também o fariam. Só no que toca aos aumentos salariais eles não praticaram qualquer liberalidade, pois durante os vinte e um anos de regime castrense os salários foram metódica e rigidamente comprimidos.

Para os autores do PAEG, havia três causas componentes da inflação no país:

"[...] as três causas tradicionais da inflação brasileira [eram] os déficits públicos, a expansão do crédito às empresas e as majorações institucionais de salários em proporção superior à do aumento da produtividade. Essas causas conduzem inevitavelmente à expansão dos meios de pagamento, gerando, destarte, o veículo monetário de propagação da inflação."²⁶⁶

Segundo Rezende,

²⁶⁵ Ministério do Planejamento e Coordenação econômica, 1964, p.28.

²⁶⁶ Rezende, André, op.cit., p.215.

"Um diagnóstico, portanto, que atribui à inconsistência da esfera distributiva da economia a causa da inflação e que vê na expansão monetária não um fator autônomo de pressão inflacionária, mas o veículo de ratificação ou de propagação dessas pressões."²⁶⁷

Daí, prossegue o autor, as recomendações do PAEG para que se procedesse à política de combate à inflação:

"Em função de tal diagnóstico, três 'normas básicas' norteavam o programa desinflacionário: I), contenção dos déficits governamentais, através do corte das despesas não prioritárias e racionalização do sistema tributário; II), crescimento dos salários reais proporcional ao 'aumento de produtividade e à aceleração do desenvolvimento' e III), política de crédito às empresas suficientemente controlada, para impedir os excessos da inflação de procura, mas suficientemente realista para adaptar-se à inflação de custos."²⁶⁸

Toda a duração dos governos militares foi assinalada pela total desatenção quanto a esse fator. Qualquer observador minimamente crítico dos planos em questão estaria em condições de não acreditar, se levasse em conta o modo como uma recomendação se chocava com a outra.

A Questão da Ortodoxia da Política Monetária

André Lara Rezende discutiu o assunto interessado em definir até que ponto ocorreu ortodoxia na política financeira e antiinflacionária do PAEG.

²⁶⁷ Ibidem , p.215.

²⁶⁸ Ibidem, p 215-216.

Começa por definir em que consiste uma política ortodoxa, em especial no que toca à estabilização da moeda:

"A ortodoxia começa no diagnóstico da situação inflacionária. A inflação é percebida como consequência imediata da excessiva expansão da oferta monetária. A causalidade é direta e nesta ordem: a excessiva expansão da moeda e do crédito causam a inflação. Os mecanismos de transmissão através dos quais a expansão excessiva de moeda e crédito transforma-se em inflação não são bem precisos. E sabe-se apenas que a mediação é feita por pressões generalizadas de demanda associadas à excessiva expansão monetária. Entende-se por expansão monetária excessiva aquela que é superior à demanda real de moeda por parte dos agentes econômicos. A demanda de moeda, por sua vez, é baseada na teoria quantitativa, ou alguma variante próxima. A moeda necessária na economia é proporcional ao produto. [...] o coeficiente de proporcionalidade é constante e igual a 1. [...] este coeficiente é função estável de variáveis conhecidas, em particular, da própria taxa de inflação. [...] O ponto importante é que o nível de produto, ou sua taxa de crescimento são considerados independentes da taxa de expansão da moeda. Esta neutralidade da moeda retira da inflação qualquer funcionalidade. Inflação é apenas moeda em excesso."²⁶⁹

Há, nas palavras do autor, a explicação ortodoxa do motivo do excesso de moeda em circulação, gerando o fenômeno da inflação:

"O diagnóstico ortodoxo aponta três causas, geralmente associadas: incompetência, clientelismo populista e excessiva intervenção governamental na economia. Todas as três materializam-se no excesso da despesa do governo sobre a receita e no financiamento desse déficit orçamentário através da emissão. A inflação, distorcendo o sistema de preços relativos e aumentando o grau de incerteza do sistema, é, assim, consequência da intervenção do governo na economia, que perturba o bom funcionamento do sistema de mercado, e impede a alocação eficiente de recursos."²⁷⁰

²⁶⁹ Ibidem., p 225.

²⁷⁰ Ibidem., p 225.

De tais conceitos vem a receita ortodoxa para debelar a inflação:

"Políticas monetária e creditícia restritivas, de forma que 'enxuguem' o excesso de moeda e ponham fim ao estado generalizado de excesso de demanda. Como a principal fonte da expansão monetária excessiva, segundo o diagnóstico ortodoxo, é o déficit orçamentário do Tesouro, é necessário fazer também uma política fiscal restritiva. A redução nas despesas do governo, além de instrumental na consecução da política monetária, é em si mesma positiva, pois atua também no sentido de reduzir as pressões de demanda no sistema, quando corta justamente os gastos que devem ser cortados, pois as despesas do governo são essencialmente ineficientes e causadoras de distorções na economia."²⁷¹

Todo o arsenal ideológico do liberalismo, a começar da repulsa à intervenção na economia por parte do governo comparece nesse raciocínio ortodoxo, ao explicar as dificuldades que surgem no balanço de pagamentos e quanto às atitudes que devem ser adotadas:

"Tais dificuldades são entendidas como decorrentes de uma política tarifária protecionista e uma política cambial intervencionista. Sob o escudo dessas políticas, desenvolve-se uma indústria ineficiente, [porque protegidas da concorrência estrangeira] simultaneamente incapaz de competir no mercado externo e dependente de bens intermediários e de capital [porque são *indústrias artificiais*, nascidas por força de atos protecionistas, sob a indução do Estado]. O déficit comercial em termos de produtos manufaturados não pode ser compensado pela exportação de produtos primários tradicionais, pois a política cambial, na tentativa de subsidiar a indústria, mantém a taxa de câmbio sobrevalorizada, e penaliza a atividade primário-exportadora. No fronte externo, portanto, a ortodoxia opta também pelo liberalismo, sugerindo câmbio 'realista' e redução da proteção tarifária à indústria oligopolística e ineficiente."²⁷²

²⁷¹ Ibidem., p 225-226

²⁷² Ibidem, p 225-226.

Rezende faz a crítica de tal orientação, em se tratando de relacionar inflação e política salarial, paralela à crítica da política salarial dos governos militares:

"É no mercado de trabalho, e em relação aos salários, que o liberalismo econômico da ortodoxia torna-se menos coerente. A lógica de mercado do raciocínio ortodoxo estende-se naturalmente para o mercado de trabalho. O excesso de moeda gera um estado generalizado de excesso de demanda, que se reflete também no mercado de trabalho. O superaquecimento da economia pressiona o mercado de trabalho e reduz a taxa de desemprego a níveis abaixo da taxa 'natural'. Os salários nominais começam a elevar-se mais rapidamente do que o nível geral de preços e transformam-se em fonte autônoma de pressões inflacionárias."²⁷³

O mercado de trabalho, entretanto, não aparece no raciocínio dos ortodoxos com a mesma natureza com que tal escola vê os demais mercados, competitivos, sem fricção e sempre tendendo ao equilíbrio. A ortodoxia o vê como a origem das dificuldades que se antepõem ao combate à inflação, por meio da ação dos sindicatos. Desse modo, tal mercado pode conseguir se impor, de modo que o seu reajustamento não ocorre de modo automático, e com isso acaba pressionando a inflação, como resultado dos salários. E isso, mesmo que não ocorra pressão por meio da demanda não satisfeita de produtos, por parte de menor oferta.

Tal seria o motivo da persistência da inflação, após a aplicação de todo o receituário ortodoxo – supondo-se que tivesse sido essa a terapêutica –, como a adoção das medidas restritivas que a ortodoxia recomenda, quanto às políticas monetária e fiscal. Daí, por tal ótica, o mercado de trabalho e a ação dos sindicatos na defesa dos salários acabam sendo culpabilizados pela existência de inflação, e pelo malogro das tentativas de estabilização. Tal é,

²⁷³ Ibidem, p 226

portanto, o núcleo da explicação ortodoxa sobre o fato de as políticas antiinflacionárias serem causa de recessão econômica e de ocorrência de elevado índice de desemprego.

O mercado de trabalho, para a ortodoxia, assim, é a grande exceção no que toca ao ajustamento automático dos mercados à lei da oferta e da demanda, ao contrário dos demais mercados. Sua condição específica, com o apoio dos sindicatos e das pressões políticas, pode fazer com que os salários reais estejam acima do índice do nível ótimo compatível com o equilíbrio não-inflacionário. As falhas que a política monetária ortodoxa encontra ao não conseguir vencer a inflação, em geral, são atribuídas aos salários, que em virtude das pressões dos sindicatos e dos movimentos reivindicatórios, não entram em alinhamento com o nível de preços vigente.

Daí as crises de inflação combinadas com recessão, como a que ocorreu em 1964, e que foi um dos vários motivos para o golpe militar.

Daí também quando os trabalhadores enfrentam as dificuldades do desemprego é que acabam por reduzir suas pretensões salariais, conformando-se com o salário real que o momento determina.

Para Lara Rezende apesar do substrato ortodoxo dos economistas do governo militar, o PAEG não foi um programa totalmente moldado pelas normas da ortodoxia. Como a preocupação mais importante, era que a taxa de crescimento se restabelecesse, e depois, se mantivesse, os planejadores houveram por bem conceder certa tolerância no que se referia à inflação, dando combate a tal problema por meio da intervenção de uma estratégia de caráter gradual, e não de uma terapia de choque.²⁷⁴

²⁷⁴ Ibidem., 227.

Aumentos de Produtividade e Salários

Havia a recomendação de que se concedessem aumentos salariais de acordo com o aumento da produtividade. Esse aumento começou a ocorrer ainda na vigência do PAEG, mas nem por isso os salários dos trabalhadores conheceram qualquer reajuste digno de nota.

O aumento de produtividade começou a ocorrer, portanto, quando do início do *milagre*, mas nem por isso os salários aumentaram, para a grande massa trabalhadora, uma vez que era exatamente a sua compressão o melhor instrumento para que ocorresse o aumento realmente gigantesco da acumulação capitalista.

Por isso, o baixo índice salarial estimulava novos investimentos, uma vez que os empresários nacionais associados e seus parceiros estrangeiros sabiam que os salários continuariam baixos. Mesmo que o bolo crescesse, sua repartição continuaria a mesma.

Na verdade, não se pensou nos trabalhadores como futuros consumidores, tal como ocorria com relação ao programa desenvolvimentista da CEPAL, que por se ater aos critérios da economia social – por isso mesmo é que era *desenvolvimentista* –, previa investimentos que, dando empregos, faria com que o operário e o trabalhador rural pudessem consumir. Desse modo, poderiam também ser atores sociais estimuladores da produção.²⁷⁵

O consumo em que se pensou foi, essencialmente, o de setores favorecidos. Eram os compradores de outros países, uma vez que os planos

²⁷⁵ Prado e Earp, op.cit., p. 211.

econômicos dos governos militares foram muito enfáticos no estímulo às exportações; e no mercado nacional, as classes médias – para as quais não havia as mesmas restrições salariais – e, mais que todas as demais faixas de renda, os membros das camadas sociais mais altas.

Lara Rezende insiste no fato de que a política salarial, junto das reformas institucionais, foram as bases do PAEG, em se tratando da política de combate à inflação e de seu desempenho geral no que toca ao desenvolvimento econômico planejado pelo governo militar. Desse modo, considerou que a política econômica em questão investiu solidamente na compressão salarial, e no controle governamental dos índices de aumento – na verdade, de reajuste – que deveriam ser concedidos:

"Para contornar as ineficiências e as restrições percebidas como existentes no mercado de trabalho, o programa desinflacionário do PAEG substituiu a negociação dos salários pela fórmula oficial de resgate. A aplicação dessa fórmula, conforme se viu, reduziu o salário mínimo a cada ano, de 1965 até 1974, enquanto o salário real médio industrial caiu entre 10 e 15%, dependendo do deflator usado, entre 1965 e 1967. Dessa forma, usando o poder sobre a sociedade em geral, e os sindicatos em particular, de que dispõe o governo autoritário, foi possível fazer diretamente aquilo que a ortodoxia pretende conseguir através da recessão e do desemprego: solucionar o impasse distributivo através da redução da parcela salarial. A diferença está no fato de que a ortodoxia utiliza-se da restrição da liquidez, fórmula aparentemente neutra de distribuir os custos da estabilização, pois deixa ao mercado o encargo de selecionar os mais fracos, enquanto regimes autoritários dispensam-se de tal *détour*." ²⁷⁶

Conclusão: nesse período, o trabalhador teve contra si, não só a imposição de normas de concessão arbitrária do aumento salarial, mas também tecnocratas e economistas liberais ortodoxos, que deixavam o desemprego por conta da impessoalidade das forças do mercado.

²⁷⁶ Rezende, André, op.cit., 229.

O Déficit Público e a Reforma Tributária

Quanto ao financiamento do déficit público, deveria ocorrer sem qualquer caráter inflacionário, sem emissão de moeda, de modo a racionalizar a política de crédito do governo. A medida recomendada para isso era o governo deixar de recorrer às transferências de recursos provenientes do Banco do Brasil, de modo a não mais incidisse a demanda agregada elevadora dos preços. Para o governo poder conseguir os recursos financeiros de modo a não mais precisar sacar do Banco do Brasil, a saída comportava duas medidas básicas: a primeira era fazer uma reforma tributária, de modo a racionalizar o fluxo de caixa da receita federal, enquanto a segunda – o lançamento de títulos da dívida pública – dependia de reformas institucionais.

A primeira parte dessa política anti-inflacionária foi feita pelo novo Código Tributário Nacional, criado pela Lei 5.172/66, e que instituiu novos impostos, considerados mais eficientes, em lugar dos anteriores, designados *impostos em cascata*. Eram, principalmente, o imposto de consumo e o Imposto de Vendas e Consignações, o IVC, que deram lugar aos que incidiam sobre o valor adicionado, como o IPI, Imposto sobre Produtos Industrializados e o ICM, Imposto de Circulação de Mercadorias. O Imposto de Renda de Pessoa Física foi extremamente aumentado, passando a arrebatar faixas da população que antes estavam isentas, em virtude do montante anual de seus ganhos, da exigüidade das propriedades que possuíam e outras limitações. Passou a compreender entre os contribuintes os setores mais baixos das camadas médias, até então fora de tal obrigação. E isso apesar das críticas a respeito, que

alegavam não ser renda o salário mensal, a não ser em níveis muito elevados, nem os vencimentos do funcionalismo público de baixa categoria.

Haveria, entretanto, isenções de pagamento de IPI para uma série de exportações, e ainda a isenção do Imposto de Renda sobre os ganhos provenientes das exportações, como incentivo a esse tipo de atividade, que traria divisas para o Brasil.

No que tocava à regulamentação de papéis da dívida pública federal, o mecanismo fundamental era a Lei 4.357/64, criadora da correção monetária, e sob esse mecanismo, ofereceram-se ao mercado as ORTNs, Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, capazes de elevar o fluxo de caixa governamental. A racionalização do sistema tributário – ao lado do corte de subsídios, e a implementação do arrocho salarial – iriam garantir os recursos para o pagamento das ORTNs, que gerariam uma receita imediata, e que daria os meios para que se desse o ressarcimento dos subscritores de tais papéis com o produto dos tributos. O grande atrativo para as ORTNs era o fato de que a Lei de Usura, instituída em 1933, fixava em 12% os juros anuais, como teto, e aqueles títulos remuneravam mais que isso.

Mas se o governo foi feliz em dispor das ORTNs como recurso de captação de numerário, nem por isso suas políticas monetária e fiscal, segundo a coordenação do PAEG, tiveram efeito benéfico sobre os preços. Em 1964, sua elevação foi de 90%, no comércio a varejo, o que significa a majoração do custo final para o consumidor. A alta de preços prosseguiu por todo o ano – já sob o governo Castelo Branco – e para isso, há vários fatores explicativos. Rezende expõe quais eram:

"Essas taxas recordes verificaram-se não apenas no primeiro trimestre de 1964, mas durante todo o ano, e podem ser atribuídas aos

vários aumentos das tarifas dos serviços públicos, à liberação dos aluguéis congelados e a outros preços, num processo na época chamado de *inflação corretiva*. [...] o governo atendeu às pressões para elevar os salários dos servidores públicos. O salário mínimo havia sido elevado em 100% em fevereiro, ainda no governo Goulart, enquanto os salários dos funcionários do serviço público eram congelados. *Os salários dos militares foram aumentados em 120% imediatamente após a mudança de governo*, e os empregados civis receberam aumento de 100% em junho."²⁷⁷

Podemos entender que os soldos de todos os militares estavam defasados, realmente, como na ocasião estavam todos os vencimentos de funcionários públicos, diante da inflação de 90% do ano de 1964. Mas o fato de o governo dos militares, recém-empossado, haver concedido o reajuste de soldos à classe armada logo de imediato e num índice bem superior, 20% a mais do que viria a conceder, dois meses depois, aos servidores civis, não deixou de ser malvisto.

As Normas do PAEG para que se fizessem Reajustes Salariais

No que se relacionava aos salários, ficou determinado que todos os reajustes salariais seriam *despolitizados*, o que significava agir por novos procedimentos que não pudessem ser considerados favorecimentos políticos, concessões a grupos de pressão, como ocorria com relação aos sindicatos, antes do golpe, mas decisões neutras, de caráter técnico. As decisões em questão deveriam ser amarradas às recomposições de perdas inflacionárias e ao cálculo dos ganhos de produtividade das empresas, alegava-se. E o fato de os sindicatos estarem emudecidos, com a maior parte dos dirigentes mais experimentados postos na ilegalidade ou com seus direitos cassados, e com os demais membros

²⁷⁷ Ibidem, p. 220.

das diretorias sindicais claramente ameaçados, impedia a discordâncias e realização de greves e outros movimentos.

Quanto às normas relativas aos aumentos salariais, o texto do PAEG é claro, exposto em três aspectos essenciais:

"[...] I), manter a participação dos assalariados no produto nacional; II), impedir que reajustamentos salariais desordenados realimentem irreversivelmente o processo inflacionário e III), corrigir as distorções salariais, principalmente no Serviço Público Federal, nas Autarquias e nas Sociedades de Economia Mista."²⁷⁸

O documento é taxativo ao dizer que os assalariados não devem ficar alheios ao produto nacional, ou seja, à riqueza que criam com seu trabalho. Mas isso não aconteceu, em toda a duração do governo autoritário, mantidos à margem do mercado, por força da segunda recomendação em pauta, a de que se conservassem os salários sob controle, o que significava em baixo nível. E, paralelamente, o reconhecimento de que os servidores do poder público deveriam integrar um setor privilegiado, uma vez que tal grupo é composto, majoritariamente, por elementos das classes médias, exatamente um dos públicos-alvos do processo de crescimento econômico visado, um dos sustentadores do programa econômico do governo militar.

Além disso, tal setor social não está vinculado ao processo de criação de mais-valia, em favor da empresa privada, de modo que o governo pôde vê-los como isentas de terem que sofrer as contrações salariais que aumentariam de maneira desmedida o capital da empresa privada. Assim era, porque os custos de tais aumentos foram cobertos pela arrecadação tributária.

²⁷⁸ Ministério do Planejamento e Coordenação econômica, 1964, p83.

Para que se calculassem os salários, foi determinada uma fórmula, emitida pelo Gabinete Civil, baseada em quatro tópicos, e que seria a norma utilizada, em lugar das negociações diretas entre os sindicatos e os órgãos patronais, ou as empresas, individualmente:

"[...] I), deveria ser restabelecido o salário médio real dos últimos 24 meses anteriores ao mês do reajustamento; II), sobre o salário real médio, deveria incidir a taxa de produtividade; III), cumpria acrescentar a metade da inflação programada pelo governo para o ano seguinte; e IV), ficava estabelecido o princípio da anuidade dos reajustes."²⁷⁹

A questão, quanto ao emprego dessa fórmula, era a distorção que estabelecia. Não procedia à correção dos salários minados pela inflação calculando o índice adequado a partir do último reajuste, mas sim pela média dos últimos dois anos anteriores. Sempre ocorria contra os trabalhadores uma perda do poder aquisitivo. Assim após o reajuste de março de 1965, o salário deles ficou reduzido em 18% em relação ao valor correspondente a fevereiro de 1964, data em que Goulart o reajustou pela última vez.

Quanto aos aumentos espontâneos que as empresas pudessem conceder, coletiva ou seletivamente considerados, em favor de todos os seus empregados, ou apenas daqueles cuja contribuição fosse considerada mais relevante e diferenciada, poderiam ocorrer, mas sujeitos a uma exigência. Seus custos não poderiam ser repassados para o preço final do produto. A exibição das planilhas de custos deveriam comprovar essa situação.

²⁷⁹ Rezende, André, op.cit., p 217.

Assim, ocorreram reajustes e aumentos segundo tal critério, mas que somente favoreceram aos poucos empregados cujo trabalho, por ser dos mais especializados, gerassem o desejo de mantê-los satisfeitos.

O Cálculo do Resíduo Inflacionário, o Fator Básico da Redução Salarial

Havia, para prejudicar o trabalhador assalariado, um elemento que comportava cálculos abaixo da realidade inflacionária. Tratava-se do *resíduo inflacionário*, a previsão da inflação futura, para o ano seguinte, e que, pelas normas estabelecidas, deveria entrar na realização do cálculo do índice de reajuste. Como não foi rara a alegação, nesse momento, de que a inflação deveria vir a ocorrer em taxa mais baixa, tal resíduo quase sempre estava em nível inferior ao da inflação que viria realmente a ocorrer.

Assim, quando se calculou, em março de 1965 – a primeira vez que usou-se a fórmula –, para calcular o reajuste do ano, tinha-se por base o índice de fevereiro de 1964, que era de 126. O índice baixou para 103. Em março de 1966, passou a ser 91. E em março de 1967, ano em que a economia já dava sinais de recuperação, para 83.

Quanto a tais perdas salariais, acumuladas ao longo dos anos, nada foi feito, em que pesem as denúncias dos economistas que se opunham ao governo militar e das entidades que, no decorrer do processo de distensão política, iniciada no governo do general Ernesto Geisel, já podiam se manifestar com maior grau de liberdade. Mesmo assim os salários não foram recompostos.

Fim da Estabilidade no Emprego aos 10 anos

A par do arrocho salarial, que indicava a perda de poder de ação dos sindicatos, um novo problema para o trabalhador urbano, a perda da estabilidade no emprego. Junto com as medidas cerceadoras dos direitos mínimos dos assalariados, o patronato recebeu novas regras para facilitar demissões. As indenizações a serem pagas ao empregado despedido passavam a ser financiadas pelo FGTS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que entrou em vigor a partir de 1967, e que havia sido criado pela Lei 5172/66. Seu montante, fiscalizado pelo governo, se tornou uma garantia de poupança compulsória e, mais ainda, uma fonte de recursos adicionais para o governo, financiando gastos públicos.

O FGTS, apesar de depender, em tese, de uma opção individual, e, portanto, voluntária, por parte do empregado, se assim melhor lhe parecesse – e que por tal modo abria mão dos direitos anteriores, das garantias de indenizações no caso de dispensa –, na verdade o que ocorria era uma pura e simples compulsoriedade. *Optava-se* pelo FGTS, ou não se conseguia emprego. Era uma *opção compulsória*, como ironicamente se dizia. Desse modo, a lei antiga foi levada a um processo de paulatino esvaziamento, até cair em desuso. Empregados não optantes, se não tivessem sido demitidos – em geral por haverem conseguido a estabilidade, por tempo de serviço, anteriormente à publicação da lei –, conservavam seus direitos, mas se mudassem de emprego, seriam *obrigados a optar*.

O controle dos recursos do FGTS ficava por conta do governo, e sua massa, crescente ano após ano, serviria para financiar obras públicas, em especial, as de construção de habitações populares.

Surgiu também o sistema das cadernetas de poupança, para captar os recursos do poupador individual. Seus recursos deveriam financiar o Plano Nacional da Habitação, que corria por conta do BNH, Banco Nacional da Habitação, instituídos pela Lei 4380. Muitas foram as críticas sobre a inoperância dessa entidade creditícia, que nem sempre financiavam o trabalhador e sim pessoas mais favorecidas, que para chegar à concessão dos créditos se beneficiavam de relações pessoais, de alianças políticas, de clientelismo. Muitas foram as denúncias de que ocorreram concessões de financiamentos para até para construções de mansões

Outro elemento criado por Castelo Branco, e que veio a dar resultados nos governos posteriores foi a utilização do FGTS, como mecanismo financiador de investimentos na área habitacional, graças às suas características, de poupança compulsória.

A política econômica do presidente Castelo Branco, não conseguiu controlar a inflação, uma vez que em 1966 era calculada em 40%. Esperava-se que a taxa inflacionária chegasse aos 25% e em 1966, aos 10%, o que não ocorreu, ficando nos citados 40%. Mas o que o governo do primeiro presidente militar conseguiu como algo favorável a seu plano, foi a criação de um mecanismo financeiro e tributário integrado, que somente iria dar resultados no decorrer do governo do marechal Costa e Silva. Esse mecanismo se compunha da base tributária e da correção monetária, a primeira financiando gastos públicos e a segunda, motivando a poupança e a colocação de títulos federais no mercado de papéis, nas Bolsas de Valores.

Os ingressos financeiros criados com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, mais os depósitos das cadernetas de poupança, levaram à praça os recursos que seriam amplamente usados nos governos seguintes.

Apesar do crescimento econômico não ocorrer do modo desejado, a política antiinflacionária foi mantida por todo o governo Castelo Branco, que fechou questão sobre a sua continuidade, apesar de grande impopularidade que causou, até mesmo em setores que apoiaram o golpe. O general Costa e Silva entrou no poder com o compromisso de continuar tal prática.

Política Econômico-Financeira

Do Governo Costa E Silva

O presidente Artur da Costa e Silva tomou posse em 1967 e, inicialmente, herdou o quadro recessivo deixado por Castelo Branco, resultante de sua política antiinflacionária. Seu ministro da Fazenda passou a ser o professor de Economia da Universidade de São Paulo Antônio Delfim Neto, que pouco antes ocupara o cargo de secretário da Fazenda de São Paulo, quando do governo Laudo Natel, que substituíra o governador Adhemar de Barros, que tivera seu mandato e direitos políticos cassados pelo governo federal. O Ministério do Planejamento ficou com Hélio Beltrão. Tudo indicava, por suas primeiras medidas, que a política do novo governo seria dar continuidade às medidas impopulares do governo Castelo Branco, a partir da redução do papel desempenhado pelo setor público e pelo aumento da ação do setor privado.

Fatos novos, todavia, alteraram a política do novo presidente. Uma conjuntura internacional favorável passou a fornecer recursos financeiros, que serviram para alavancar a economia brasileira, no prosseguimento dos atos constantes do PAEG. Foi nesse momento que tal plano começou a dar resultados animadores. Era o *milagre* que se anunciava.

O período do governo Costa e Silva foi destacado pelo crescimento, no Brasil, de operações cambiais, por meio de empréstimos internacionais em dólar, feitos tanto a empresas públicas e privadas, quanto a governos, por entidades financeiras da Europa. Captados nas principais praças européias, e com seu principal centro em Londres, eram denominados *eurodólares*, e designavam a moeda norte-americana proveniente de depósitos em bancos europeus – quaisquer que fossem os seus depositantes – e que circulava amplamente nesses centros. Circulava sem qualquer controle, nem mesmo do governo dos Estados Unidos, o emissor da moeda em questão, ou dos países em que estavam abrigados os bancos que recebiam os depósitos e ofereciam empréstimos ao crédito internacional, tornado abundante.

Desse modo, poderiam ser emprestados a quem quer que fosse, sem controle, igualmente, e sua movimentação cresceu entre 1964 e 1973 – o ano do colapso do *milagre* – de 12 bilhões de dólares para 191 bilhões. Durante todo esse período, por estarem tais recursos fora do controle de quem quer que fosse, a não ser dos bancos emprestadores, não havia exigências de depósitos compulsórios, taxas de juros e outros encargos. Seu dinamismo deu origem a um grande fluxo internacional de capitais, e facilitava a captação de recursos para investimento, assim como os empréstimos a países.²⁸⁰

²⁸⁰ Prado e Earp, op.cit., p 322.

A Lei de Remessa de Lucros e suas implicações

A partir do governo Costa e Silva, foi possível ser aproveitada uma disposição estabelecida por Castelo Branco, a reformulação da Lei 4.390/64, (Lei de Remessa de Lucros), de modo altamente favorável ao capital estrangeiro. Até essa mudança, considerava-se capital estrangeiro apenas o montante inicialmente investido, para que se fizesse o cálculo do percentual a ser enviado ao Exterior. A nova redação considerava como investimento tanto o montante do capital inicial, quanto os reinvestimentos dos lucros obtidos ao longo do tempo.

Poucos países dotados de perfil econômico semelhante ao do Brasil, na ocasião, ofereciam ao capital externo condições tão vantajosas, facilidades como essa, tão desnacionalizadora da economia. Medida que acentuou a falta de controle nacional sobre tais investimentos, era a ação no contrafluxo de toda a movimentação nacionalista que havia sido iniciada por Vargas, e que começara a ser desmontada já nos tempos do presidente Juscelino Kubitschek.

A Lei 4.390/64 autorizava, ainda, o financiamento direto das filiais de empresas estrangeiras que se encontravam instaladas no Brasil, como subsidiárias, que recebessem de suas matrizes quaisquer financiamentos que julgassem convenientes. Com isso, aumentou o interesse dos empreendedores estrangeiros em investir no Brasil, e da burguesia brasileira em se associar a tais iniciativas. Tais novas facilidades tornaram o Brasil ainda mais atraente para os capitais estrangeiros, que assim se sentiam ainda mais motivados, pelo fato de

que poderiam enviar às suas matrizes uma parcela ainda mais elevada de suas realizações no país.²⁸¹

Costa e Silva e Médici, posteriormente, iriam conceder facilidades ainda maiores ao capital estrangeiro. Uma dessas medidas foi a Resolução 63 do Banco Central, que permitiu aos bancos comerciais atuarem como agentes intermediários para a contratação direta de financiamento de capital de giro e de capital fixo para as empresas clientes, junto às praças estrangeiras.

No decorrer do governo Costa e Silva, destacou-se, no âmbito político interno, a rearticulação dos movimentos de oposição, com o que o governo militar julgou mais prudente abrandar a severidade das medidas antiinflacionárias, ainda que as visse como essenciais, com relação à retomada do crescimento econômico. E no ângulo oposto, o descontentamento de coronéis e generais que faziam parte do setor que era o mais autoritário entre os participantes do golpe – a *linha dura* – de que o próprio presidente Costa e Silva era membro, mas nem sempre podia apoiar, como no caso em questão. Descontentamento dos tais generais e coronéis com as reações dos setores oposicionistas que se reorganizavam, temendo o retorno do país ao regime democrático, e também com relação aos resultados da política econômica do governo, os quais não viam como solução para a situação do Brasil.²⁸²

Quanto ao âmbito externo, com relação à maior margem de ação de que o governo brasileiro passou a dispor a maior oferta de dólares nos mercados livres dos principais centros financeiros europeus – os eurodólares – permitiria que se pensasse no retorno aos gastos públicos e na retomada do crescimento

²⁸¹ Recordemos que as questões referentes à remessa de lucros foram alguns dos temas de maior urgência no que tocava às reformas de base, como um dos mais importantes tópicos da campanha nacionalista, dos tempos do governo Goulart.

²⁸² Prado e Earp, op.cit., p 220.

econômico, esperando-se que ocorresse, pelo menos, com a média de 6 % ao ano.

Tal era, pelo menos, o objetivo expresso no *Programa Estratégico de Desenvolvimento*, o PED, o plano de ação econômica do governo Costa e Silva, formulado pela dupla Delfim Neto e Hélio Beltrão, e que foi enunciado já em julho de 1967, quando do início do novo governo.

Plano Estratégico de Desenvolvimento- PED – Do Governo Costa e Silva

Esse plano econômico foi formulado pelos ministros Delfim Neto e Hélio Beltrão e, anunciados em julho de 1967, ao se iniciar o novo governo. Como lembra o economista Luiz Aranha Correa do Lago,²⁸³ os objetivos do novo plano davam continuidade às principais medidas levadas adiante pelo PAEG, mas havia decisões resultantes de sua visão específica:

"[...] [seguia] uma estratégia bastante semelhante à do governo anterior: a busca do crescimento econômico promovido pelo aumento de investimentos em setores diversificados, uma diminuição do papel do setor público e o estímulo a um maior crescimento do setor privado; incentivos à expansão do comércio exterior e, finalmente, uma elevada prioridade para o aumento da oferta de emprego e de outros objetivos sociais."²⁸⁴

Tratava-se de corrigir falhas à aplicação do PAEG do governo Castelo Branco, com relação a esses setores da economia, além da manutenção

²⁸³ Lago, Luiz Aranha Correa do – “A retomada do crescimento e as distorções do milagre: 1967-1973”, in Abreu, Marcelo de Paiva, coord., *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana. 1889-1989*. Rio de Janeiro, Editora campus, 1990.

²⁸⁴ Correa do Lago, op.cit., p. 235.

do combate à inflação remanescente, de modo a dinamizar a retomada do processo de crescimento. Esse último objetivo era de grande valia para o governo – que procurava a sua legitimação política –, se tal crescimento pudesse ser realizado sem a ocorrência de uma contenção exagerada da demanda, medida que sempre é das mais impopulares.

Como o setor industrial apresentava uma grande capacidade ociosa, entendeu-se que o estímulo governamental poderia dinamizá-lo, por meio de créditos e incentivos.

Além disso, era convicção dos planejadores que as altas de preços resultavam de pressões sobre os custos, em especial o do crédito. Assim, o estabelecimento de controles diretos dos custos se tornou o objetivo de maior importância tópica, para conter seu aumento, o que deveria ser feito compatibilizando tal política com a taxa de crescimento da produção industrial e de uma oferta mais elevada de empregos. Pretendia-se, portanto, o desenvolvimento econômico junto com a contenção da inflação. Quanto ao combate à inflação, a atuação recomendada era

"[...] tornar eficaz e objetivo o esforço de contenção dos preços. Sem descuidar o controle dos focos tradicionais de inflação de procura, [demanda] o diagnóstico do comportamento recente da economia brasileira [...] [conduzia] [...] a realizar um ataque concentrado sobre os focos da inflação de custos. [...] O objetivo governamental [era] expandir o nível de atividade, e, simultaneamente, atingir a relativa estabilidade de preços. No tocante à estabilização, o progresso [teria] que ser gradual: em cada ano [...] um ritmo de inflação inferior ao do ano anterior."²⁸⁵

O governo reconhecia que o objetivo antiinflacionário de Castelo Branco não havia sido atingido satisfatoriamente. Por isso, se propunha a dar

²⁸⁵ Correa de Lago, op.cit., p.235.

prosseguimento a essa atividade. Assim, a orientação geral antiinflacionária prevista pelo PED afirmava que

"[...] não obstante o empenho do governo anterior, a política econômica e a forma de controle da inflação ultimamente praticados não [havam logrado] alcançar plenamente os resultados desejados, seja quanto à retomada do desenvolvimento, seja quanto à contenção da inflação."²⁸⁶

Por isso, o plano de Costa e Silva declarava ser necessário notar que a política de Castelo Branco, nesse setor, causou a queda do nível de atividade na economia, criando assim o acúmulo de pressões sobre os custos, e estes realimentavam a espiral inflacionária.

Como destaca Correa de Lago quanto às fases do plano:

"Na fase inicial a aceleração do ritmo de desenvolvimento operar-se-á, principalmente, através da melhor utilização da capacidade existente; na etapa seguinte, principalmente através da expansão da quantidade e melhoria da qualidade dos fatores de produção, mediante a intensificação dos investimentos nos setores prioritários, o aperfeiçoamento dos métodos de produção e o fortalecimento dos recursos humanos."²⁸⁷

Após a fase inicial, buscar-se-ia manter o ritmo de crescimento do produto nacional pela taxa mínima de 6% ao ano, para o que, a taxa de investimento deveria estar por volta de 20% do produto. Quanto aos investimentos estatais, estariam todos destinados à infraestrutura e ao setor social, energia, transporte, comunicação, siderurgia e mineração, com relação ao primeiro item, e habitação, saúde, educação.

²⁸⁶ Ibidem, 236.

²⁸⁷ Ibidem, 235-236.

Na área produtiva não ligada à infraestrutura, os investimentos estatais destinar-se-iam à agricultura, em especial quanto ao crédito, o que foi um passo inicial para que se dessem transformações nesse setor, com o surgimento do agronegócio, uma atividade altamente contrastante com a velha agricultura tradicional, rotineira, quase sempre submetida ao regime de raiz colonial do latifúndio, e com grande dependência da produção manual ou animal, e pouco recurso ao uso das máquinas e tratores. Essa demanda estimulou a produção nacional de tratores, colhedeiças, caminhões e outras utilidades do gênero, ao longo dos anos compreendidos entre 1969 e 1973.

Tais investimentos deveriam evitar a pressão excessiva sobre a iniciativa privada, mas igualmente, previa-se a gradual retirada do Estado quanto ao investimento global. Era a presença da tese mais freqüente do liberalismo econômico, fazendo par com a tese oposta do intervencionismo. O Estado atua, cria as condições mínimas para o funcionamento do capital privado, investe em áreas de elevado custo, como a infra-estrutura produtiva nos setores da siderurgia, da energia hidrelétrica, dos transportes – estradas, ferrovias, portos, aeroportos, terminais de embarque de minérios – e depois se retira, sendo que a receita liberal é o repassamento dos investimentos estatais para os grupos da iniciativa privada. Exatamente o programa neoliberal de desestatização que veio a ser desenvolvido décadas mais tarde.

O diagnóstico do PED deixava claro que os dois problemas econômicos mais sérios a serem enfrentados pelo governo Costa e Silva eram a queda do vigor do setor privado, ao lado da situação classificada como *pressão excessiva do setor público*. O resultado desse reconhecimento – e mais as soluções propostas – eram, exatamente, o plano de apoio estatal à iniciativa privada e a posterior retirada da ação do Estado do setor produtivo.

O incentivo dado pelo Estado, que prosseguiu com o governo Médici, começou com a chamada *política econômica flexível*, nos campos creditício, fiscal e monetário. A expansão do crédito se deu em vários setores, inclusive para o consumidor, de modo a incentivar às vendas de bens de consumo duráveis.

A agricultura também recebeu incentivos sob a forma de crédito, de modo a tornar os alimentos mais baratos, e assim aliviar a inflação, bem como estimular a exportação. O planejamento do governo Costa e Silva declarou ainda contemplar o setor de crédito e construção na área habitacional, com políticas subsidiadas.

Com relação aos salários, nenhuma modificação significativa. Apesar das alegações – tal como já ocorrera antes com Castelo Branco – de que havia a preocupação social com os salários, isso não passou de afirmação retórica, pois nada mais se fez senão um pequeno alívio sobre a depreciação de seu valor nominal. Os ganhos dos trabalhadores deveriam continuar baixos, de modo a permitir melhor taxa de acumulação, e assim, o favorecimento dos investidores, brasileiros e, principalmente, estrangeiros. Quanto a tal aspecto da economia, nada de novidade, portanto.

Macarini confirma em seu estudo a restrição salarial do governo militar como forma de vencer a inflação:

“A redução da inflação se constituiu na grande meta da política durante 1969. E os meios utilizados na perseguição desse objetivo não diferiam muito do prescrito pelo receituário convencional: drástica redução do déficit orçamentário, disciplina monetária e creditícia, manutenção salarial com seu conhecido caráter restritivo.”²⁸⁸

²⁸⁸ Macarini, José Pedro – A política econômica da ditadura militar no limiar do milagre brasileiro: 1967/69, texto para discussão. IE/Unicamp, n.o 99, sete. 2000.

Política da Legitimação pela Eficácia

A situação delicada em que se encontrava o país fez com que se passasse a buscar novas ações. Nas palavras de Roberto Campos, integrariam uma *política da legitimação pela eficácia*. Tal seria o resultado da reversão da situação caótica na qual o país se apresentava, após as reformas e finalmente, com a retomada do desenvolvimento. Os gastos públicos que os eurodólares permitiriam – com mais folga que apenas o uso do fluxo de caixa governamental – deveriam ser o ponto de partida da recuperação econômica. Política a ser associada com o prosseguimento do combate gradual à inflação.

A insatisfação popular com o governo, entretanto, não deu tempo a que se realizasse tal política: o ano de 1968 foi marcado por explosões de descontentamento, em especial entre os estudantes, que agiram como elementos catalisadores de todas as frustrações dos demais setores sociais. Fora isso, também ocorreram manifestações no Congresso Nacional, ficando conhecido o discurso do deputado Márcio Moreira Alves, que revoltou as Forças Armadas. Estas exigiram a punição exemplar do deputado, e foi solicitada ao legislativo, a permissão para processar o parlamentar.

A permissão expressa da Câmara era necessária como medida formal, mas foi negada, instalando-se então a crise que originou, em dezembro de 1968, o Ato Institucional n.o.5, o período mais repressivo da história republicana do Brasil.

Com tal instrumento, ocorreram várias cassações de mandatos e decretações de aposentadorias do serviço público e, ainda, demissões de empregados das empresas públicas e de economia mista, recessos forçados de casas legislativas, etc., não só naquele momento, mas ainda ao longo dos demais governos militares de Médici e de Geisel, sempre que o Executivo houve por bem que deveria agir assim.

A repressão política, que até a edição do AI-5 ainda guardava as aparências, passou a ser feita de modo aberto, com grande cerceamento do direito de defesa e sem possibilidade de impetrar *habeas corpus*, em se tratando de delitos políticos.

Após a sua edição o governo publicou o Ato Complementar n.º 40, modificando a política de redistribuição de tributos federais, reduzindo a participação dos municípios e estados ao acesso nos impostos de produção e de renda. Houve um corte pela metade das transferências para municípios e estados e um aumento de aproximadamente 10% na receita da União. Delfim Neto chegou a declarar que com o AI-5, aproveitou para fazer tudo o que precisava fazer do ponto de vista econômico.²⁸⁹

Para Elio Gaspari em sua obra a Ditadura Escancarada,

“ O AC-40 foi o instrumento de funcionalidade do AI-5 na relações econômicas do Estado brasileiro (...) reduziu os recursos a serem distribuídos, de outro centralizou os mecanismos através dos quais seriam feitas as transferências.”²⁹⁰

²⁸⁹ Macarini, José Pedro- Um estudo da política econômica do Milagre econômico Brasileiro (1969-1973, tese de mestrado defendida em 1984.

²⁹⁰ Gaspari, Elio- A Ditadura Escancarada.São Paulo, Companhia da letras, 2002.p.233.

Mas o ano de 1968 seria, também, o momento em que o crescimento econômico começou a se mostrar, como resultado da aplicação do novo plano. Era o ponto de partida para o *milagre*, que somente mais tarde, já sob Médici, iria receber tal qualificativo promocional pela propaganda institucional do governo. Quanto a isso,

"A partir de 1969, primeiro ano de plena implementação da política mais expansionista da nova administração, [Costa e Silva] tanto o produto global como os custos setoriais apresentavam forte crescimento. Entre 1968 e 1973, o PIB real cresceu à taxa média de 11,2% (alcançando um máximo de 14% em 1973), diante de uma média histórica no período do pós-guerra até o início dos anos 60, da ordem de 7%."²⁹¹

O crescimento da economia não foi acompanhado de melhorias sociais, seja sob a forma de salários mais altos, seja pela expansão de algum tipo de benefício indireto. A política econômico-social de Costa e Silva seguiu adiante em seu propósito de privilegiar, em primeiro lugar, a otimização dos lucros, como fator da acumulação capitalista. Ficou postergada a concessão de melhores salários, como parte de uma política prudente de prevenção de crises sociais, e, de uma expansão do mercado interno, através da incorporação de trabalhadores.

²⁹¹ Ibidem, p. 239.

A doença de Costa e Silva e a Ascensão de Médici

Como se sabe, quando caiu doente, Costa e Silva, uma junta formada por três ministros militares assumiu o governo. Ainda que o ato tenha se realizado provisoriamente, falou-se em golpe, boato que se fortaleceu porque não foi dada posse ao vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, jurista e perito em Direito constitucional, antigo parlamentar udenista. A razão pela qual o vice-presidente foi posto de lado decorreu de sua recusa em assinar o Ato Institucional n.º 5. Em breve, foi escolhido para ser o novo presidente o general-de-exército Emílio Garrastazu Médici, da arma da Cavalaria, que no momento ocupava a chefia do SNI, o Serviço Nacional de Informações, que o general Golbery do Couto e Silva criara logo nos dias seguintes ao 31 de março de 1964. Era um oficial identificado com a *linha dura*. Para vice, escolheu-se outro *linha dura*, o almirante-de-esquadra Augusto Hamman Rademacker Grünevald.

Delfim Neto foi mantido na pasta da Fazenda, e a do Planejamento coube a João Paulo dos Reis Velloso. Os dois se encarregaram de elaborar dois planos econômicos: *Metas e bases para a ação do governo*, de setembro de 1970, e o I PND, *I Plano Nacional de Desenvolvimento*, publicado em dezembro de 1971.

Coube a Médici a vantagem de ter seu governo beneficiado pelo momento histórico internacional, propiciador do *milagre econômico brasileiro*.

O Planejamento Econômico do Governo Médici e o *Milagre*

O plano *Metas e bases para a ação do governo* definiu quais seriam os objetivos nacionais e os objetivos estratégicos setoriais. Pretendia satisfazer a demanda de crescimento econômico, reprimida desde o início da década de 1960. Com a finalidade de superar a barreira do subdesenvolvimento e assim, promover a aproximação do Brasil do mundo capitalista desenvolvido. Tal objetivo seria alcançado – esperava-se – no final do século XX, e isso, somente se o país crescesse sob a manutenção da taxa mínima anual de 7%, incorporando a tecnologia mais moderna existente aos setores nacionais mais dinâmicos da produção e integrando as partes do território brasileiro que estavam ainda muito distanciadas das regiões desenvolvidas. Era o caso das zonas rurais do sertão nordestino, da Amazônia e de vastas regiões do Centro-Oeste.

Ao lado disso, deveria promover a integração dos segmentos sociais que se encontravam marginalizados, no que toca ao consumo e às condições de vida, com os setores mais desenvolvidos da sociedade. Objetivo que não poderia ocorrer sob as condições salariais que vinham desde o primeiro governo militar, e não receberam ao longo do tempo qualquer modificação digna de nota.

Com o I PND apregoava-se o desejo de fazer com que o Brasil se tornasse uma nação desenvolvida no prazo de uma geração. A taxa de investimento bruto deveria ser realizada à base de 19% ao ano, em setores estratégicos, para os quais estariam voltados grandes planos de desenvolvimento: siderurgia, petroquímica, corredores de transportes, indústria naval, energia elétrica e incluindo a nuclear, comunicações e mineração. Os objetivos sociais eram secundários.

As realizações planejadas somente poderiam ocorrer por meio da ação de grandes empresas estatais e com os créditos concedidos pelos bancos oficiais. Nesse ponto, seria mantida a orientação típica da política do populismo getuliano, política de Estado tão criticada pelos economistas e tecnocratas dos governos militares. Tal política ficava a cargo do Conselho de Desenvolvimento Industrial, quanto à legislação e as orientações concessoras de incentivos coordenados, que seriam prestados à participação da iniciativa privada, nacional e associada. Dentre esses incentivos estavam as isenções de impostos, os créditos-prêmio e outros.

O programa *Metas e bases* e mais o I PND partiam do pressuposto de que o Brasil sustentaria a taxa anual de crescimento de 9%, bastante ambicioso em relação aos 6% almejados pelo PED, o *Programa Estratégico de Desenvolvimento* elaborado pelo governo Castelo Branco. Sua aproximação desse resultado foi o momento que passou a ser conhecido e citado como *milagre econômico brasileiro*.

A expansão das empresas estatais

Entre 1970 e 1973, a participação do capital estatal cresceu, passando de 20,2% para 21,2. A política de investimentos desse setor foi de extrema importância, favorecendo o grande capital estrangeiro mas dando impulso à economia em geral e, mais que qualquer outro campo, a indústria de formação de bens de capital.

Quanto a esse tópico, Correa do Lago comenta:

"[...] entre 1966 e 1975, os dois setores aos quais se destinaram os investimentos foram o da energia elétrica, com 55% dos investimentos em 1966-1969 e 43% do total, entre 1970 e 1975, e o de petróleo e petroquímica, com, respectivamente, 19 e 21%. As ferrovias mantiveram uma participação constante em 12% e os investimentos no setor de telecomunicações aumentaram de 6% para 9% em 1970-1975 e a da mineração passou de 4 para 6%." ²⁹²

Como se tratava de investimentos de longo prazo e grande porte, não seria de esperar que o capital privado se interessasse, pois os retornos se dariam apenas depois de estarem em plena operação, após consumidos extremos recursos financeiros para a realização das obras. Daí a necessidade, num país capitalista subdesenvolvido, de ocorrer o investimento estatal, uma iniciativa institucional, impeditiva de pressão no sentido de que se obtenham lucros rápidos.

A estatal, portanto, era uma necessidade do momento, para que se desse o crescimento e a diversificação da economia nacional, mesmo que o grande beneficiário pudesse ser o capital externo. A ausência desse tipo de iniciativa, que desonerasse o capital privado de investir em obra de rendimento distante, e que consumia tantos recursos, teria desestimulado o investimento estrangeiro do modo mais radical. Daí o comentário de Correa do Lago, citando trecho de outro trabalho seu, publicado em conjunto com dois colegas:

"No final de 1973 (e talvez antes) o setor das estatais tinha amadurecido e se tornara elemento-chave no modelo brasileiro de desenvolvimento, bem como um importante fator determinante de movimentos cíclicos na economia brasileira. (Treat, 1983:132) Esta característica se reforçaria nos anos 70, com o programa de substituição de importações de insumos e de bens de capital." ²⁹³

²⁹² Ibidem., p.239

²⁹³ Ibidem., p. 239

O ritmo de investimento das estatais cresceu de acordo com uma taxa média de 20% ao ano no período de 1968 a 1973.

O aspecto irônico dessa situação é que em tese, economistas do feitiço liberal de Roberto Campos e Octavio Gouveia de Bulhões, membros do ministério de Castelo Branco, sempre reprovaram a existência de empresas estatais. No entanto, pragmaticamente, não se furtaram a planejar, durante a passagem de ambos pelo governo, o funcionamento da economia brasileira tendo as estatais como um de seus suportes, formando com as multinacionais e com o capital nacional o tripé que manteve o funcionamento da economia brasileira, durante todo o regime castrense.

O milagre e a efêmera euforia produzida

O rápido êxito dos planos surpreendeu por sua rapidez, com as elevadas taxas conseguidas, de modo que inicialmente despertaram as mais amplas desconfianças da oposição e dos intelectuais, que entenderam ser um embuste. Desde 1962 o crescimento econômico vegetava por volta dos 2%, de modo que quando superou os 9% desejados pelos planejadores, o descrédito foi imediato. Descrédito e surpresa – quando se comprovou sua veracidade – com outro fato dos mais favoráveis, a estabilização da taxa de inflação, que no período do *milagre* oscilou entre 19 e 27%, índices que não eram alcançados desde 1959, e que somente viriam a se repetir após 1994.

Um importante setor da economia brasileira cresceu nesse momento – o de produção de bens de capital –, por meio de investimentos públicos e privados, que por criarem benefícios para vários ramos da indústria, exigiram a

expansão constante do setor básico. Daí, em consequência, ocorrer também o aumento de importações de máquinas e equipamentos.

A taxa de inflação caiu, inicialmente, dos 90% registrados em 1964, para 38%, em 1966, 27% em 1967, mantendo-se sob o mesmo dígito em 1968, exatamente o ano crítico da grande contestação oposicionista e da decretação do Ato Institucional n.º 5. Permaneceu nos 19% em 1969 e 1970; aumentou ligeiramente para 20% em 1971, mantendo-se estável nesse percentual em 1972, e subindo para 23% em 1973, o ano em que, já se aproximando 1974 e a chegada de um novo presidente, o general Ernesto Geisel, *milagre* começou a se desmanchar.

Além de todas essas realizações, para alegria do governo e dos planejadores, o comércio internacional brasileiro, que até então nunca havia sido dos mais diversificados, aumentou numa ordem superior aos 300%.

Os investimentos públicos e privados permitiram a elevação da taxa de formação bruta do capital fixo das empresas. Passaram da faixa de 15 a 16% do Produto Interno Bruto, para outro patamar, entre 19 e 21%.

Mudanças no combate à inflação

A mudança da política antiinflacionária foi um fator que favoreceu o crescimento. Entendeu-se que a queda da inflação, tal como se verificara, era o limite viável, compatível com uma política de retração da demanda existente. A alta dos preços, a partir de então, estava sob o efeito dos custos, em especial devido aqueles administrados pela ação regulamentadora do governo, dos

aumentos impostos pelos oligopólios privados e da alta da taxa de juros, e não mais da escassez de oferta, como havia sido provocada pela retração anterior.

Assim, o governo Médici entendeu que poderia ser menos rigoroso no que tocava aos índices salariais. A grande mudança, nesse aspecto, foi a ligeira elevação do salário médio e a redução da quantidade de trabalhadores que recebiam somente o salário mínimo – um contingente de pessoas muito pouco qualificadas –, por meio da expansão da demanda de mão-de-obra.

Havia, ainda, uma pressão inflacionária resultante do grande déficit público, que o governo considerava herança dos tempos anteriores. Como as autoridades econômicas e financeiras entendiam que haveria um grande perigo de elevação da taxa de inflação se o governo procedesse ao financiamento desse déficit por meio do aumento da dívida pública, com a conseqüente redução da liquidez referente ao setor privado, pensou-se numa solução que não o obrigasse a fazer tais pagamentos, através de tal procedimento. Expandiu-se o crédito a favor dessa área, como medida mais adequada para manter a plena participação do empreendimento privado no processo geral de desenvolvimento econômico.

Foi abandonada, assim, a estratégia de conter a inflação por meio das restrições de crédito. O governo criou uma política de controle de preços, com relação aos segmentos econômicos sobre os quais poderia agir. Os produtos importados, obviamente, escapavam desse controle – a não ser por meios indiretos, caso seus custos fossem subsidiados –, estando os preços de produtos nacionais sujeitos à regulamentação de um órgão criado especialmente para de tal finalidade fiscalizadora, o Conselho Interministerial de Preços.

No entanto, seria exatamente um produto importado, dos mais importantes, que iria colocar o ponto final no *milagre*: a alta do preço do petróleo, em 1973, na ordem de 400%, decidida pela OPEP, a Organização dos

Países Exportadores de Petróleo. O preço do barril de óleo cru saltou de US\$2,00 para US\$ 8,00 da noite para o dia. Preço de mercado internacional, só ocorrendo descontos para os países especificamente ligados à política árabe.

Fatores do Milagre: Política de Créditos e Mercado de Títulos

A eficácia do controle de preços ocorreu com relação a setores não competitivos da economia, induzidos, por meio da concessão de créditos, a reduzir suas margens de lucro para serem beneficiados com maior liquidez, resultante do aumento de vendas. Os créditos em questão, dados sob o regime do tabelamento temporário de juros, foram oferecidas ao consumidor dos produtos em questão, por meio de um sistema financeiro reorganizado.

Tal reorganização creditícia foi realizada por um sistema de especialização, segundo o modelo adotado nos Estados Unidos. A política financeira de Delfim Neto levou ao surgimento de uma grande e nunca antes vista concentração bancária, com o que, foram criados gigantescos conglomerados financeiros. Para verificar que os bancos os bancos comerciais passaram de 313, em 1967, para 195, em 1970.

Ampliou-se o crédito agrícola, de modo a permitir o aumento da oferta de alimentos, e o barateamento de seus preços, no mercado interno, e ainda a produção de matérias primas exportáveis. Facilitou-se também o crédito – muitas vezes, subsidiado – à indústria de manufaturados, e, mais significativo, o crédito estimulado para a compra de bens de consumo duráveis, os quais, por possuírem valor unitário elevado, raramente poderiam ser adquiridos à vista.

Com isso, incentivaram-se as indústrias montadoras de automóveis e de todo o complexo industrial associado, como autopeças, vernizes e esmaltes, vidros e tapeçarias de borracha, pneumáticos, baterias e demais componentes da eletricidade automotora.

Juntamente, o favorecimento de outros setores de bens de consumo duráveis, como a de produção de eletrodomésticos, pela ação, junto ao mercado consumidor, das sociedades de crédito e financiamento, que concediam prazos de até 36 meses para a compra de veículos. Tais entidades, em geral, captavam recursos junto ao mercado de títulos por meio da emissão de letras de câmbio.

A Construção Civil: Obras Públicas e Promiscuidade Administrativa

Outras linhas de crédito foram concedidas à área da construção civil, setor em expansão no momento, e grande empregador de mão-de-obra de baixa qualificação. Tal ramo se expandiu, fundamentalmente, em duas de suas principais modalidades, construção residencial e construção pesada, e em ambos os casos o financiamento governamental direto – ou incentivado pelo governo – atuou de modo decisivo.

O financiamento imobiliário, no ramo habitacional, corria por conta do Banco Nacional da Habitação, o BNH, que dispunha dos recursos captados no mercado de depósitos em cadernetas de poupança indexadas, e, mais que tudo, do montante que resultava da imensa poupança compulsória vinda dos depósitos realizados por meio do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, o

FGTS. No decorrer do governo Médici, o BNH passou a contar, tal como com relação ao FGTS, com dois novos programas ditos *de integração social*. Um deles era o PIS, sigla que significa, exatamente, Plano de Integração Social, e que deveria constituir um fundo, por meio de depósitos mensais feitos pelo empregador em conta vinculada, em nome do empregado, ao qual teria ele acesso em dados momentos, em especial a aposentadoria. Outro foi o PASEP, voltado para os funcionários públicos de todos os níveis, federais, estaduais e municipais, e com funcionamento análogo.

O sistema habitacional, nesse tópico, funcionava tanto com relação ao financiamento das construções, como no da aquisição, este último sob a coordenação do BNH, o órgão público do ramo imobiliário que foi o mais eficiente no país, até sua extinção, em se tratando de construção e financiamento da habitação popular. Isso, não obstante as inúmeras distorções que conheceu, quando foram concedidos recursos para a construção de imóveis de luxo, para clientes privilegiados, em geral, pessoas influentes, bem colocadas e altamente recomendadas pelo apadrinhamento político. Quanto à atuação desse órgão, em casos de tal gênero escuso, surgiram muitas denúncias, em todo o período de existência da entidade.

O outro ramo, o da construção civil pesada, recebeu o incentivo dado pelo governo, com suas iniciativas no ramo da infra-estrutura, objeto de um programa estatal de expansão. Boa parte dessas obras foi realizada na abertura de estradas rodoviárias, muitas delas exigindo túneis e obras de arte, altamente remuneradores. Sua coordenação, quanto ao planejamento técnico, corria por conta do DNER, o Departamento Nacional de Estradas Rodoviárias, e de sua ação se encarregou o Ministério dos Transportes, – o antigo Ministério da Viação e Obras Públicas –, especialmente em se tratando daqueles empreendimentos que não interessaram diretamente à iniciativa privada.

Tal ramo da construção civil – o da construção pesada – não escapou, igualmente, de receber as acusações de prática de negócios nebulosos, entre os quais as fraudes nas concorrências, a escolha de empresas ligadas a pessoas do governo, que agiam por meio de testas de ferro, a sublocação de obras, o superfaturamento, os desvios de material e tantas outras.

Esse foi o momento em que ocorreu a ampla participação de um grande número de empresas estatais, criadas pelo Decreto-Lei n.º 200/67. Tais empresas públicas, além de suprir as lacunas citadas, que a empresa privada deixava em branco, também se dedicaram à atividade de fornecimento de insumos a baixo custo às empresas privadas.

Um setor em que se destacaram as empresas estatais foi o de produção e distribuição de energia elétrica; outro, o das telecomunicações, ambas exigindo grandes investimentos e, portanto, o grande relacionamento com as empresas privadas. Em nenhum desses casos deixou de haver acusações de promiscuidade política, administrativa e financeira.

Quanto ao setor de bens de consumo não duráveis, seu crescimento alcançou a ordem de 9% anual, em geral relacionado com a produção de alimentos e vestuário, e quase todos colocados no mercado nacional.

Com todos os incentivos que a conjuntura internacional propiciava, nesse momento, a grande capacidade ociosa do setor de produção de bens de consumo não duráveis passou da taxa de 24%, em 1967, para 7%, em 1971, e em 1972 era quase nula. Enquanto fosse possível ao governo manter o ritmo dos investimentos e do crédito fácil e barato, a economia nacional responderia bem, de modo que a indústria e os demais ramos continuariam absorvendo continuamente quanta mão-de-obra se apresentasse ao mercado de trabalho. Considere-se, entretanto, que isso ocorreria continuamente, mas com os baixos

índices de remuneração que ocorriam desde o início do *milagre*, compensador para os investidores, tanto nacionais quanto estrangeiros.

E tais investidores aproveitaram que poucos eram os países que davam tantas facilidades, não só garantindo salários que estavam entre os mais baixos de todo o mundo, como também subsidiavam largamente o crédito, à custa da abstenção do uso de tais recursos em favor da população, ofereciam a baixo preço os insumos necessários para a produção, que ficava a cargo das empresas estatais, aceitavam como *empréstimos exteriores*, que consumiam divisas, as transferências de valores das matrizes para as subsidiárias brasileiras, davam isenções de impostos e muitas outras facilidades, que apesar de criticadas, eram continuamente praticadas, sob o pretexto de que deveríamos incentivar o capital estrangeiro.

O Comércio Externo do *Milagre*

E o Ufanismo

Um aspecto da economia entusiasmou os investidores e a classe média, nessa época, foi o grande crescimento do comércio exterior, especialmente diferenciado no que tocava às exportações. A formação colonial brasileira se dera por meio da produção de um único produto exportável em termos majoritários, quase que absolutos, o açúcar; depois, o café passara a ser o item predominante, sobrepujando a exportação açucareira. Com a República, alguns produtos novos apareceram, entre eles, a carne, o couro, o algodão e a borracha, mas o que se sobressaía mesmo era o café, o grande gerador de divisas. Em contrapartida, importou-se a imensa maioria dos bens de consumo,

até que se iniciou o primeiro surto industrial, exatamente o de substituição de importações, quando da Primeira Guerra Mundial.

Surgiu aí uma indústria brasileira, voltada para o mercado interno, exíguo e sujeito a contrações. A crise de 1929 impulsionou uma nova onda industrializante, que se beneficiou do mesmo mercado interno. E a Segunda Guerra Mundial momentaneamente diferenciou a pauta de exportações, graças ao fornecimento de material estratégico aos Estados Unidos, até que o término do conflito resultou na volta da antiga pauta restrita. Entretanto, após o golpe militar, com o estabelecimento veloz e maciço do capital estrangeiro no país, por si mesmo ou associado ao capital nacional, e com o amparo governamental, começou a ocorrer um novo perfil exportador.

Em 1966 – ano em que Castelo Branco entregou o governo a Costa e Silva – as exportações brasileiras eram da ordem de US\$ 1,7 bilhão, e as importações, de US\$ 1,3 bilhão. Em 1973 passaram ambas para a cifra de US\$ 6,2 bilhões. O grande crescimento do comércio mundial favorecia o Brasil, no que toca aos termos de troca, graças à liquidez internacional surgida do grande crescimento das economias capitalistas. Crescimento que em breve passaria por um sério recesso, com a crise do petróleo, exatamente no ano em que se deu a alta citada das duas contas do comércio exterior brasileiro.

Se naquele momento o clima financeiro e econômico mundial favorecia as exportações brasileiras, havia também o fator endógeno, bastante favorável. As minidesvalorizações cambiais barateavam o produto brasileiro e facilitavam o cálculo econômico dos compradores, numa perspectiva de longo prazo. Fora isso, concederam-se incentivos fiscais e creditícios, ao lado da expansão infra-estrutural da rede de transportes terrestres e marítimos, junto de medidas administrativas desburocratizadoras alfandegárias, somadas a uma campanha de promoção dos produtos brasileiros no mercado internacional.

Com isso, a exportação de manufaturas passou de 20% para 31%. No setor agrícola, surgiram produtos competidores com relação ao café, que teve seu peso relativo diminuindo de 42% para 28%, sendo que a soja, até então reduzida a modestos 2%, passou para 15% do total da carteira de exportações.

O comércio importador também se alterou, quanto ao perfil, por meio da redução tarifária, que caiu de 47% para 20% *ad valorem*. No caso dos manufaturados, passou de 58% para 30%. Isenções fiscais ou tarifas reduzidas beneficiaram profundamente as importações de equipamentos, que assim mais que ultrapassaram o dobro, entre 1970 e 1973, quando a capacidade ociosa da indústria foi totalmente superada.

Como o aumento das importações superou o volume das vendas das exportações, a balança comercial ficou ligeiramente negativa em 1971 e 1972, mas a liquidez do momento permitia o financiamento do déficit. Créditos externos cobriam a diferença, com o que a dívida externa passou dos US\$ 4,5 bilhões de 1966 para US\$ 12,6 bilhões, em 1973. Mas o otimismo daquele momento do *milagre* fazia com que tal endividamento não fosse visto de modo negativo: era o financiamento da expansão dos negócios.

Como não se previa a crise do petróleo, que desabaria inesperadamente nos finais de 1973, não se tomaram as providências cabíveis, como procedimentos com caráter de resguardo da economia nacional, em seu conjunto. Não se pensou na preventiva contração momentânea dos negócios, que continuaram em expansão, como contenção da necessidade de novos financiamentos. Nem no aumento da taxa de juros, por determinação do Banco Central, como medida terapêutica, a qual, reduzindo o ritmo de investimento, reduziria também o endividamento interno, e, em consequência, a necessidade do recurso por parte do governo à tomada de novos empréstimos no Exterior,

para cobrir o déficit resultante. Com isso, anos depois, em 1978, já no último ano do governo Geisel, a dívida externa havia mais que triplicado em relação aos US\$ 12,6 bilhões de 1973.

Uma oportunidade perdida para o Nordeste: o Proálcool e o combustível renovável e limpo

Desses problemas, nada mais grave que o custo do combustível saído dos hidrocarbonetos, que precisavam ser importados, uma vez que a Petrobrás ainda estava longe de suprir a demanda. E não bastando, a alta do petróleo afetava o comércio externo exportador, uma vez que boa parte dos consumidores de importações brasileiras dependiam daquele combustível, e foi necessário que procedessem a diminuições de compras de outros produtos importados, para terem como reajustar sua demanda.

Uma saída que se tentou, no decorrer do governo Geisel, para solucionar a crise energética no setor dos veículos automotores foi a criação do Proálcool, o programa destinado a favorecer a substituição do uso da gasolina e do óleo diesel pelo álcool combustível. Inicialmente o programa despertou não só interesse, por ser o litro de álcool mais barato que o de gasolina e até do diesel, mas também por outras vantagens que traria. O litoral do Nordeste brasileiro, até a atualidade preso à produção do açúcar, teria com esse projeto um novo ramo, que forneceria uma alternativa para os momentos em que o mercado açucareiro estivesse abarrotado de um produto de procura tão inelástica.

Um ponto vantajoso com relação a tal fonte de energia era o fato de não ser poluente. E, mais ainda, sua total renovabilidade em tempo curto, graças

aos sucessivos cortes de cana que ocorrem ao longo do ano, facilitados pela pluviosidade do litoral nordestino, e pelo alto grau de insolação anual verificado, praticamente sem variações sazonais.

Entretanto, apesar da produção de álcool combustível tivesse sido dinamizada, sua expansão jamais teve meios de ser capaz de tornar viável o uso do produto. Perdeu-se, com isso, uma rara oportunidade de fazer com que a economia nordestina passasse por uma diversificação que teria tudo para ser das mais positivas.

E, como podemos deduzir a partir de exemplos anteriores, ocorridos em outros setores, uma hipotética expansão do Proálcool no litoral nordestino acabaria beneficiando muito mais os usineiros que a população trabalhadora. Mas ainda assim, por ser esse um setor virtualmente nacional, a economia brasileira e, mais, as dos Estados açucareiros nordestinos – mas igualmente, São Paulo e Rio de Janeiro, também produtores – ganhariam muito com a expansão dos ingressos da arrecadação tributária.

"O Brasil Vai Bem, mas o Povo Vai Mal"

Essa frase caracterizava o período do “milagre”. Toda a euforia daquele momento não bastava para encobrir totalmente a grande verdade de que o preço do crescimento econômico e dos êxitos do governo estava sendo pago pelas classes menos favorecidas, que suportavam o ônus dos baixos salários. A renda nacional crescia, mas não chegava ao grosso da população. Tão evidente estava a má distribuição de renda, que o próprio presidente Médici chegou, em

dado momento, a deixar escapar frase que expressa este item: a de que "o Brasil vai bem, mas o povo vai mal".

Falava-se muito, no tempo do auge do *milagre*, em construir um "Brasil Grande", um "Brasil Potência", que seria uma liderança na América Latina e iria se projetar sobre a África, e outros tantos sonhos, possíveis se o crescimento econômico brasileiro fosse auto-sustentável, de modo a superar o grave quadro recessivo que veio a seguir. Passaríamos por um difícil momento de retração, como os demais países industrializados, mas acabaríamos nos recuperando. Mas não seria isso que poderia acontecer, nas condições em que o *milagre* foi desenvolvido. Em breve, a Guerra do Canal de Suez colocaria a pá de cal nesse momento de otimismo que por breves cinco anos, insuflou o ufanismo brasileiro e deu alento ao governo federal, para que se sentisse legitimado.

Buscou-se, durante o período de vigência do *milagre*, a obtenção da legitimidade do sistema, por meio da apresentação de resultados econômicos favoráveis, amplamente divulgados como crescimento de obras de engenharia, de novos produtos de exportação, etc. Quando ao desenvolvimento humano, bem pouco foi feito, de modo que quase nada havia a mostrar, com relação a tal item.

Pouquíssima coisa podia ser exibida e creditada ao governo, em se tratando de realizações sociais. O próprio Programa Nacional de Habitação e o desempenho do Banco Nacional de Habitação ficaram muito abaixo do que teria sido possível. Nesse sentido, Fernando Henrique Cardoso ressaltou que

"O regime passou a desejar medir-se pela eficiência, mais do que por qualquer outro critério, e antes pela eficiência econômica do que por seus acertos em quaisquer outros terrenos." ²⁹⁴

Era uma busca instrumental do desenvolvimento econômico, a legitimação do regime, e isso se dava por vias transversas, se levarmos em conta que todo o projeto militar se destinava a cumprir um papel geopolítico, criado pela Escola Superior de Guerra e que se configurava na Doutrina de Segurança Nacional. O objetivo de tal projeto era o fortalecimento das relações do Brasil com o bloco denominado *Ocidente cristão*, o que equivalia a dizer, com os Estados Unidos, a fim de tomar posição ante a bipolarização do mundo, no contexto da Guerra Fria.

McNamara e a Péssima Distribuição de Renda

A falta de equidade na distribuição de renda, resultante da política econômica dos governos militares foi tal, que em 1972 recebeu críticas de um dos mais altos funcionários do governo americano, o presidente do Banco Mundial e ex-secretário da Defesa dos Estados Unidos, Robert McNamara. Não se tratava de nenhum homem de esquerda ou sequer liberal, mas sim, um dos *falcões* ²⁹⁵ que até pouco tempo antes, defendia o aumento da presença combatente norte-americana no Vietnã. Entretanto, o fato do governo brasileiro ser um aliado preferencial dos Estados Unidos não foi suficiente para que

²⁹⁴ Prado e Earp, op.cit., p.228.

²⁹⁵ No jargão político norte-americano da década de 1970, *falcão* era o termo metafórico com que se designavam os políticos, burocratas, jornalistas e setores da opinião pública partidários do endurecimento da guerra do Vietnã, em oposição aos *pombos*, os partidários de uma solução pacífica, negociada. Tais denominações conheceram ampla divulgação internacional, na época, tanto em textos jornalísticos quanto em obras analíticas sobre a política externa dos Estados Unidos.

McNamara fosse com condescendente ao se referir aos pífios resultados sociais do crescimento da economia brasileira.

Quando da divulgação do recenseamento de 1970, ficou claro que a distribuição de renda havia piorado radicalmente, na década de 1960, e nada mostrava que a situação poderia melhorar, pelo menos, em relação à disposição do governo militar em introduzir alterações em sua política salarial. A crítica quanto aos conteúdos e resultados do modelo econômico brasileiro, desde então, passou a ser feita, em se tratando dos economistas da oposição, a partir desses resultados, de como o crescimento rápido da economia resultara em piora das condições de vida da população de baixa renda. De como a economia cresceu, e mesmo assim, não foram concedidos benefícios palpáveis à grande massa da população trabalhadora, mantida pouco acima do nível de subsistência.

Foi, portanto, por meio de argumentos da economia social que ocorreu a crítica do modelo econômico do governo militar.

A crítica do presidente do Banco Mundial ocorreu de durante acordo em reunião de um importante órgão econômico internacional, a UNCTAD, realizada no Chile. Esse país, então, estava sob o governo socialista de Salvador Allende, que teve todo o interesse em divulgar ao máximo a fala com que um dos políticos mais conservadores dos Estados Unidos, dos mais avessos ao esquerdismo, criticava os resultados da política econômica de responsabilidade do governo autoritário do mais fiel aliado de seu país em toda a América Latina.

A crítica de McNamara baseou-se num estudo minucioso realizado por Albert Fishlow, em 1972, e foi apresentado em reunião da American

Economic Association, em Nova Orleans.²⁹⁶ Apesar da política do governo brasileiro de censura à imprensa, o teor do documento saiu no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, em abril de 1972.

A Crítica ao Modelo, Por Economistas Brasileiros

Em plena vigência do *milagre*, em 1970, surgiu um texto conjunto de Maria da Conceição Tavares e José Serra, denominado "Além da estagnação",²⁹⁷ no qual discordaram de uma interpretação já consagrada de Celso Furtado, veiculada em "Desenvolvimento e estagnação na América Latina: um enfoque estruturalista",²⁹⁸ segundo a qual a crise de esgotamento do processo de substituição de importações, em alguns países, era uma etapa da transição para um novo modelo de desenvolvimento capitalista. Esse momento poderia acentuar alguns traços perversos do modelo de substituição, entre eles a exclusão social, a concentração espacial e a baixa produtividade de alguns setores econômicos. Assim, a estagnação econômica era a consequência de uma perda de dinamismo do processo de substituição, pelo fato de que a concentração de renda causava o estrangulamento da demanda.²⁹⁹

Tavares e Serra, em contrapartida, entenderam que algumas das maiores economias dependentes, se contassem com grandes mercados internos – que era, exatamente, o caso do Brasil, junto com o México –, podiam passar para um modelo cujo lastro estivesse sobre estímulos puramente endógenos, sem

²⁹⁶ Há tradução do trabalho de Fishlow, "A distribuição de renda no Brasil" hoje, verdadeiro documento histórico, na obra de Ricardo Tolipan e Arthur C. Tinelli, orgs., *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

²⁹⁷ Tavares, M.C; Serra, J. Além da estagnação. In: *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

²⁹⁸ Furtado, Celso - Desenvolvimento e estagnação na América Latina: um enfoque estruturalista. In: BIANCHI, A. (org.) *América Latina: ensayos de interpretación económica*. Santiago: Ed. Universitária, 1969..

²⁹⁹ Prado e Earp, op.cit., p.229.

que isso abalasse grandemente os laços de dependência com relação aos centros econômicos mais desenvolvidos. Somente havendo grandes mudanças na estrutura econômica do país em questão poderia ocorrer o real trânsito para outro modelo. Tais mudanças realmente transformadoras seriam ajustes relacionados com a demanda, o que exigiria um índice bem mais elevado de disponibilidade salarial, por parte dos consumidores; seriam necessários novos mecanismos de financiamento dos investimentos e ainda, a implementação de novos projetos econômicos que se mostrassem rentáveis, de modo a serem complementares à capacidade produtiva.

Tudo isso dependeria, para ocorrer, de uma reordenação da política econômica de amplo espectro: financiamento, redistribuição de renda, para aumentar o mercado interno, orientação específica dos gastos públicos, e ainda uma nova rearticulação do sistema monetário-financeiro.

Entenderam os dois autores que a compressão salarial ocorrida no modelo brasileiro, até o momento em que escreviam o trabalho citado, foi um estímulo funcional ao sistema como um todo, e não barreira oposta à expansão. Nem poderia ser, uma vez que o universo de consumidores desejado não eram membros das camadas populares, mas as classes médias – em expansão numérica – e as classes altas, que passavam por um aumento de rendas sem precedentes. A capacidade aquisitiva desses dois segmentos era o que bastava para o sistema, no que toca ao mercado interno.

Outra observação desses dois analistas é quanto a um setor da economia que não dependia de consumidores individuais diretos, por ser o resultado de investimentos estratégicos, como a petroquímica, a mineração, a siderurgia, a energia elétrica, os transportes, as comunicações. Setores que estavam, no Brasil, nas mãos das estatais. O Estado, assim, se especializaria no

abastecimento do mercado interno de insumos básicos, baratos, e com isso, as empresas estrangeiras aqui estabelecidas teriam como se expandir.

Além disso, ele seria um dinamizador dos setores financeiros e da construção civil, no setor imobiliário e outros, como o da construção de obras de infra-estrutura.

Desse modo, nada impedia que o extremo dinamismo econômico convivesse, no Brasil, com uma não menos extrema concentração de renda, das mais excludentes da imensa maioria da população. O que veio a ocorrer, de fato, com tal modelo sobrevivendo aos tempos do regime autoritário e avançando pelos tempos da democracia formal.

Ante a crítica, o próprio Celso Furtado, em 1972, ou seja, dois anos depois, também reelaborou pensamento de tal crítica, ao publicar *Análise do "modelo" brasileiro*. Nessa obra, em que considerou que, com as medidas financeiras e administrativas adotadas a partir do golpe, pôde haver a reorganização do equilíbrio financeiro do setor público, o Estado passou a empreender reformas estruturais, com a finalidade de eliminar os pontos de estrangulamento que haviam feito a economia brasileira perder o seu dinamismo.³⁰⁰

Assim foi possível a retomada do crescimento econômico brasileiro, sem a prévia necessidade de que se procedesse a novos investimentos, mas simplesmente dando uma real utilização à capacidade ociosa de boa parte das empresas que já se encontravam em funcionamento. Isso foi conseguido por meio de três medidas.

³⁰⁰ Prado e Earp, op.cit., p.230.

A primeira foi a reorientação do processo de concentração de riqueza e de renda, de modo a ampliar a capacidade de investimento das empresas existentes, e paralelamente, incentivar o mercado de bens de consumo duráveis. A segunda, a redução do salário básico real, com o que foram gerados recursos para investimento, e que assim ampliaram a oferta de empregos. Gerou-se, assim, o aumento de renda familiar, pela incorporação de novos elementos, que estavam ociosos ou pior empregados, ao contingente de trabalhadores, medida que contrabalançou o rebaixamento dos salários pagos individualmente. O terceiro foi o incentivo à exportação de produtos industriais, contrabalançando a retração da demanda então existente.

Ainda que altamente injusto e excludente esse modelo não era favorável apenas à minoria proprietária, mas também a uma camada mais ampla, em condições de sustentar a demanda por produtos industrializados duráveis. Tal política gerava o aumento da oferta de produtos e de empregos, a ampliação dos investimentos, a demanda de matéria prima e insumos, a busca do crédito, sendo, portanto, dinamizador da economia. Permitiu, com relação à classe média, seu acesso ao mercado de títulos e outros investimentos, que ampliaram sua capacidade futura de aumentar sua renda e com isso, o seu nível de consumo. Assim, na segunda metade da década de 1960 – depois do golpe militar, portanto – o grande novo setor beneficiado teria sido a classe média; com relação aos trabalhadores, nada do gênero foi oferecido.

Nada impedia, portanto, que se sustentasse uma elevada demanda sem qualquer alteração sensível na política salarial, por meio da ampliação de uma determinada faixa de consumo privilegiada, com o que seria possível a superação do estrangulamento econômico, a estagnação. A política econômica do governo agiu, assim, favorecendo tanto o capital, que acumularia a partir dos baixos salários e da expansão do mercado, e as camadas médias, que não deixariam de fornecer apoio político ao regime.

Quanto aos trabalhadores, sua parte seria somente poderem dispor de maior oferta de empregos. Sua marginalização dentro do mercado, como consumidores, portanto, não iria comprometer o sistema. A ausência do povo, nesse processo, ficava plenamente compensada pelo crescimento do consumo das classes médias, junto com a renda gerada pelas exportações.

Furtado, Tavares e Serra, economistas heterodoxos e opositores concordavam, assim, quanto ao fato de que a má distribuição de renda não era um acidente de percurso, mas uma característica estrutural, inerente ao sistema. Era, portanto, totalmente indispensável para que o dinamismo econômico desejado fosse alcançado de modo a favorecer os investidores, que assim seriam animados a ampliar cada vez mais a sua participação.

Tratava-se de dinamizar a economia, não de superar os males do subdesenvolvimento. O aspecto social era totalmente descartado, nesse processo econômico de aceleração da acumulação capitalista.

Distribuição de Renda: o ponto vulnerável do sistema

A propaganda do regime procurou mostrar por todos os meios, a começar das emissoras de televisão, os avanços da economia brasileira, mas ocultou os aspectos negativos acima expostos por Furtado, Tavares e Serra. Tirou vantagem de que as discussões ocorressem de início no ambiente universitário, entre especialistas, não chegando ao povo, em virtude da censura de imprensa.

No entanto Fishlow demonstrara que os indicadores sociais eram bem menos animadores que os índices puramente econômicos; que a economia social, com dados coligidos e interpretados em levantamentos realizados por pesquisadores e entidades independentes, mostrava a cara que a econometria manipulada dos tecnocratas ocultava. As causas eram claras, segundo a sua demonstração: a desigualdade social crescera no decorrer da década de 1960, e tal resultado não poderia ser creditado ao regime derrubado em 1964, mas aos governos militares, tanto no que se relacionava com a política de combate à inflação, quanto nas demais medidas, que não beneficiaram as camadas mais baixas da sociedade. Era a comprovação, feita por um pesquisador independente e estrangeiro, quanto ao acerto das teses de Celso Furtado e da dupla Maria da Conceição Tavares/José Serra.

Tantos foram os comentários nos meios especializados, que o economista Edmar Bacha se sentiu motivado para tratar o tema de modo um tanto quanto humorístico, num trabalho sob o título "O rei de Belíndia – uma fábula para tecnocratas", em que ironiza um país que soma riqueza, cultura e bem-estar social como a Bélgica, e a miséria da Índia.

O pragmatismo dos tecnocratas, na maioria das vezes, serviu para que não se desse grande importância às críticas, mas as afirmações de Fishlow, veiculadas por McNamara, exigiam uma resposta à altura. A escolha do encarregado de cumprir a difícil incumbência coube a um jovem e desconhecido economista, Carlos Geraldo Langoni, que lecionava na Fundação Getúlio Vargas.

Langoni: seus Malabarismos Econômicos

O professor encarregado pelo governo pesquisou dados restritos, ainda não tornados públicos pelo IBGE e outras entidades. Fez a análise do Censo Demográfico de 1970, a partir do qual redigiu o livro *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*, publicado em 1973, obra que recebeu prefácio do ministro Delfim Neto. O tema da obra é a descrição do perfil da distribuição de renda em 1970, dando o que pretendeu serem explicações para os distintos modos pelos quais a renda, no país, se apresentava com as distorções que foram tão criticadas.

A desigualdade da distribuição, na sua interpretação, era porque ao ser vista globalmente, pelo índice *per capita*, combinava os ganhos muito baixos de grupos que recebiam algo próximo do salário mínimo, numa das pontas da curva de Gauss, grupo esse que não chegava a 10% da população, e no extremo oposto, outro pequeno grupo que detinha rendimentos dos mais altos. Desse modo, as distorções não estavam presentes em uma proporção elevada da população brasileira quanto ao número de pessoas, mas sim quanto aos rendimentos excessivamente baixos de uns poucos se contrapondo a rendimentos altíssimos de outros poucos.

Tudo isso foi mostrado como mero acidente, que o tempo e o desenvolvimento econômico se encarregaria de solucionar, em breve. Assim deveria acontecer, pois com o avanço do desenvolvimento, haveria a elevação dos rendimentos do grupo colocado dentro da faixa correspondente ao salário mínimo e ganhos similares.

Quanto aos motivos de tais distorções, nos casos negativos o autor declarou que se deviam ao que entendeu serem *mudanças qualitativas*, referentes a três variáveis: nível de educação, faixa etária e gênero, ou seja, o sexo a que as pessoas pertenciam. Os tais níveis de baixa renda concentravam um grande percentual de pessoas jovens, entre as quais predominavam as mulheres, e que ainda não tinham obtido um nível de escolaridade suficiente para serem mais bem remunerados. Reconhecia, assim, uma das mais conhecidas distorções salariais do país, as diferenças de remunerações entre homens e mulheres, no caso, os homens ganhando pouco e as mulheres, menos ainda.

Outro fator que os mantinha no patamar mais baixo era a questão alocativa, quanto a setores da economia e regiões do país. Muitas de tais pessoas viviam no meio rural, em que a renda sempre foi mais baixa que no meio urbano. Mas havia um fator positivo, nesse caso, o maior igualitarismo, uma vez que entre eles, a população rural, havia menos desigualdade, no que toca a cada um com relação aos outros.

O mesmo se dava com relação às distinções educacionais: a renda das pessoas menos escolarizadas seria mais baixa, mas a sua distribuição, mais eqüitativa, dentro de tal faixa. Igualmente com as rendas das pessoas que viviam em áreas menos desenvolvidas do país, mais baixas que as dos que se localizavam em outras áreas mais favorecidas, mas do mesmo modo, havia mais igualitarismo entre eles.

O agravamento da situação teria sido fruto das migrações, quando pessoas de menor escolaridade tiveram que se defrontar com as mais instruídas, pois o aumento da demanda por profissionais mais qualificados deixava tais migrantes em pior situação. A desigualdade aumentara, reconheceu, mas seria algo passageiro, pois o crescimento econômico faria com que aumentasse o

contingente dos mais instruídos, e com isso, haveria a elevação do nível de renda geral.

A educação foi então o critério usado por Langoni para ser a pedra de toque. A redução dos níveis de pobreza, assim, num primeiro momento seria a causa do aumento da desigualdade, até que o êxito do processo de desenvolvimento acabaria por diminuir o problema, fazendo com que ocorresse maior homogeneização.

Portanto, o que havia de ser feito era "esperar que o bolo crescesse para depois reparti-lo", a resposta protelatória que sempre era invocada, em casos como esse. Quando o tal bolo fosse repartido, a porção das pessoas que se encontravam nos níveis mais baixos seria igualmente baixa, se comparada com o que caberia aos mais instruídos, mas ainda assim, seria maior do que antes ocorria em seu favor. A renda de tal grupo, mesmo permanecendo baixa, iria aumentar, e seria de se esperar que os aumentos fossem constantes, diante do crescimento ininterrupto que se esperava da economia brasileira.

Tais respostas não convenceram os economistas críticos, segundo os quais Langoni descurara a questão dos efeitos da política econômica, quanto à distribuição de renda. Enfim, não levava em conta, exatamente, o fenômeno apontado por Furtado e Tavares, quanto a serem a desigualdade de renda e a compressão salarial elementos constituintes do sistema capitalista, pelo menos, o que estava sendo desenvolvido no Brasil.

A visão de Langoni quanto aos resultados do processo econômico brasileiro, foi qualificada como panglossiana, tal como era o Doutor Pangloss, personagem do romance *Candide*, de Voltaire, que por ser seguidor do otimismo do filósofo Leibnitz, entendia que vivemos no melhor dos mundos, e assim se expressava, sustentando sua tese otimista, mesmo no momento em que se

encontrava escravizado. O panglossismo de Langoni estava em esperar que com o aumento do nível de escolaridade da população viria a correção praticamente automática dessa situação, com o sistema capitalista passando a remunerar mais e melhor seus trabalhadores.

A questão das distorções na distribuição de renda, portanto, ficou sem solução. Sem solução prática, sob a forma de elevação dos ganhos dos mais humildes, e sem que os economistas de ambos os lados pudessem se entender. Desse modo, a posição de cada um era dada por sua escolha política: pró ou contra a política econômica e financeira do governo militar. Quem era contra o governo, deplorava e desaprovava a situação, sem ver perspectivas de melhora, estando o sistema organizado pelo modo como se apresentava. Os que defendiam o governo, quando muito, deploravam a situação, mas afirmavam, tal como o Doutor Pangloss, que as melhorias chegariam, assim que o bolo pudesse ser repartido.

Conclusão

Sintetizando o que foi escrito ao longo destas páginas, relembramos que a Doutrina de Segurança Nacional atualizou a tradição autoritária brasileira, que assim foi refinada por aquele *corpus* e mantida no decorrer do tempo de sua aplicação. Não deixou de ser uma regressão, quando comparado o tempo de plena vigência da Doutrina com as relativamente amplas liberdades populares que começaram a ser instituídas a partir da chamada “redemocratização” do país, com a queda do Estado Novo.

O autoritarismo associado à violência foi visto em nossa investigação como produto da forma em que foram estruturadas a economia, a política, a vida social e a vida familiar, desde os tempos coloniais. Por isso, o sistema político marcado pelo autoritarismo e violência sempre permeou os vários momentos da história do Brasil.

Como nosso tema se refere ao período pós-64, é preciso dizer que nele, a concentração de renda não conheceu qualquer espécie de redução significativa. Os planos econômicos dos governos militares analisados por nós revelaram a intenção de favorecer O grande capital e a acumulação capitalista. Alegava-se, na ocasião, que primeiro era necessário fazer com que o bolo crescesse, para depois se proceder à sua divisão. Isso não ocorreu, a concentração de renda nada mais fez que aumentar, uma vez que o modelo econômico dos governos militares, subjacente à Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento teve como objetivo prioritário o favorecimento ao grande capital, deixando ao assalariado apenas o suficiente para sua subsistência e reprodução.

Do nosso ponto de vista, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, no período pesquisado, foi um elemento essencial para a consecução dos planos de ação dos sucessivos generais-presidentes. Um elemento de importância essencial para o planejamento político e econômico da economia brasileira, com o fito de que ocorresse a atração maciça de capitais externos, a serem associados a parcelas de capital nacional, ao lado da ampliação do investimento estatal nos setores produtivos de infra-estrutura e bens de capital.

Foram igualmente importantes, para a legitimação dos Planos Econômicos feitos pelos tecnocratas dos governos militares aos olhos dos principais interessados, os investidores estrangeiros e nacionais, assim como da classe média que, ao se sentir satisfeita, retribuía com apoio político, nas eleições.

Para que o modelo econômico em questão fosse aplicado a contento, a Doutrina justificava a compressão salarial, em nome da contenção à inflação, o que exigia a paralela repressão política, a fim de prevenir descontentamentos provocados por baixos salários. Mas a finalidade principal da compressão salarial era favorecer o processo de concentração de renda, fator básico para a atração de novos capitais e investimentos, e de incentivo para que partes dos lucros obtidos fossem continuamente reinvestidos nos próprios empreendimentos em questão, sempre beneficiando as elites econômicas. Quanto aos trabalhadores, bem pouco foi feito em seu favor, no que toca à renda assim criada.

Todos os planos econômicos governamentais analisados tiveram em comum o objetivo de combater a inflação. O mesmo desejava o governo Goulart, mas com a diferença básica de que a equipe dirigida por Celso Furtado

para esse fim, agia sob a orientação desenvolvimentista cepalina, jamais culpando os trabalhadores pelo agravamento da inflação. Bem ao contrário das duplas Octavio Gouveia de Bulhões/Roberto Campos sob o governo Castelo Branco; Delfim Neto/Hélio Beltrão, sob Costa e Silva e Delfim Neto/Reis Veloso, sob Médici.

Como os planejadores tecnocratas dos governos militares usaram, na medida de seus interesses, os princípios do monetarismo ortodoxo, ao darem combate à inflação acusavam sempre os salários como causa da mesma, quando aqueles recebiam aumentos periódicos, no decorrer dos governos anteriores. Não consideraram o fato de que quase nunca se tratou de aumentos, e sim, de meros reajustes, de modo que a remuneração do trabalho pudesse acompanhar a alta dos preços em geral: uma tentativa, precária, de recompor, *a posteriori*, o valor corrompido da moeda do assalariado.

Assim, uma vez que os salários eram considerados os principais fatores inflacionários, os reajustes deveriam sempre ocorrer em nível mais baixo que o da inflação, política que, no entanto, privilegiava as classes mais favorecidas.

Como se sabe, a orientação desenvolvimentista de Furtado negava tal política econômica. Esta, para ele, consistia exatamente, em elevar o padrão salarial dos trabalhadores, urbanos e rurais, de modo que, paulatinamente, pudessem vir a ser os sustentáculos do crescimento econômico brasileiro. Além disso, a teoria cepalina era humanista, dotada de alto conteúdo social. Não entendia o crescimento puro e simples da economia, e da taxa de crescimento anual de acumulação, sem a correspondente contrapartida do crescimento dos indicadores sociais, da ampliação do quadro de bem-estar social, de constante erradicação da miséria, ainda que seu ritmo nem sempre pudesse ser de acordo com a necessidade. Seu ideal, em função da própria orientação seguida, era associar desenvolvimento econômico ao desenvolvimento social.

Já a orientação dos tecnocratas, como se viu, era distinta. O capital, uma razão de ser em si mesmo; o lucro elevado, um objetivo a ser alcançado em favor dos investidores, e a remuneração do trabalho, efetivada através da compressão salarial.

A acumulação contínua e cada vez mais dinamizada é, tal como ficou claro com a exposição de Marx, em *O capital*, o resultado do aumento da mais-valia absoluta, o sobrevalor conseguido acima do valor da força de trabalho de cada trabalhador, e – mais ainda – a mais-valia relativa, o sobrevalor que se consegue, mais do que apenas com o uso da mão-de-obra, com a dinamização por meio de técnicas e bastante superado nos países desenvolvidos, mas que não tinham similar no Brasil, junto com os baixos salários o índice de remuneração do capital empregado acabava sendo dos mais satisfatórios a todos os beneficiados.

Ao enfatizar o papel do desenvolvimento econômico como elemento de garantia da participação do Brasil na defesa do Ocidente ao lado dos Estados Unidos, a Doutrina de Segurança Nacional fez do crescimento econômico um fim político, a ser conseguido para que o país pudesse enfrentar a subversão. Esse seria um objetivo muito mais importante que o crescimento econômico, mesmo que dificultasse a melhoria do padrão de vida do brasileiro.

Quanto ao “milagre” econômico, mais não foi que uma consequência de condições externas favoráveis que favoreceram e, portanto, reforçaram espaços de crescimento por meio das reformas conservadoras dos governos militares.

Bibliografia

ABREU, Marcelo de Paiva - "Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964", *in* ABREU, Marcelo de Paiva, coord. - **A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana. 1889-1989**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1990.

ABREU, Marcelo de Paiva, coord. - **A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana. 1889-1989**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1990.

ADERALDO, Wanda - **A ESG: um estudo de currículos e programas**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978. Dissertação de mestrado, xerocopiada.

ANDRADA, José Bonifácio Lafayette de - "Coronel é quem comanda a política nacional", *in* **A História vivida**, Volume III, organizado por Lourenço Dantas Mota. São Paulo, edição de O Estado de S. Paulo, 1981-1982. Coleção "Documentos Abertos".

ANTONIO CANDIDO de Mello e Souza - Prefácio a **Raízes do Brasil**, de Sérgio Buarque de HOLANDA. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora S. A., 7.a edição, 1973.

ARENDT, Hannah - **O sistema totalitário**. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978. Tradução de Roberto Raposo. Coleção "Universidade Moderna", Volume n.o 60.

ARRUDA, desembargador Antônio de - "A doutrina da ESG". Rio de Janeiro, Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, referência T4-78.

AZEVEDO AMARAL, Antônio José de - **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Brasília, Editora da UnB-Universidade de Brasília, 1981. Contém Introdução de Bolívar Lamounier. Coleção "Pensamento Político Republicano".

BANDEIRA, J. C. de Souza - **Evocações e outros escritos**. Rio de Janeiro, Castilho, 1920, *apud* MARTINS, Wilson, *in* **História da Inteligência Brasileira**. Volume VII (1933-1960). São Paulo, Editora Cultrix/Edusp-Editora da Universidade de São Paulo, 1977-1978:467.

BARBOSA LIMA Sobrinho, Alexandre José - **Presença de Alberto Torres. Sua vida e pensamento**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968. Coleção "Retratos do Brasil", Volume n.o 62.

BASTOS, Elide Rugai e QUARTIM DE MORAES, João, orgs. - **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas, Editora da UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas, 1993. Coleção "Repertórios".

BELOCH, Israel - **Capa preta e Lurdinha. Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada**. Rio de Janeiro, Editora Record, 1986.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita - **A UDN e o udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro. (1945-1965)**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S. A., 1981. Coleção "Estudos Brasileiros", Volume n.o 51.

BLOCH, Marc - **A sociedade feudal**. Lisboa, Edições 70, 1979. Tradução de Manuel Lourenço Godinho. Coleção "Lugar na História", Volume n.o 6.

BOAVENTURA, Jorge - "A Doutrina de Segurança Nacional", in **Militares: pensamento e ação política**, organizado por Eliézer Rizzo de OLIVEIRA. Campinas, Papirus Livraria Editora, 1987. Coleção "Forças Armadas e Sociedade", Volume n.o 1.

BOBBIO, Norberto *et al.* - **Dicionário de Política**. Brasília, Editora da UnB- Universidade de Brasília, 2.a edição, 1986. Tradução de Carmen C. Varrialle, Gaetano Lo Monaco, João Pereira, Luís Guerreiro Pinto Cascais e João Ferreira (coordenador). Revisão geral de João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cascais.

BOITO Jr., Armando - **O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982. Coleção "Tudo é História", Volume n.o 55.

BORGES, Vavy Pacheco - **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1992.

BOSI, Alfredo - Prefácio à segunda edição de **O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia**, de Dante Moreira LEITE. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 2.a edição revista, refundida e ampliada, 1969. Coleção "Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais", Série Psicologia.

BRIGNOLI, Héctor Pérez - **América Central: da colônia à crise atual**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983. Tradução de Ciro Flammarion S. Cardoso. Coleção "Tudo é História", Volume n.o 63.

BRIGNOLI, Héctor Pérez - **Breve História Contemporânea de Costa Rica**. México, Fondo de Cultura Económica, 1997. Coleção "Colección Popular", Volume n.o 534.

CALÓGERAS, João Pandiá - **Problemas de administração**. São Paulo, 2.a edição, Companhia Editora Nacional, 1938, *apud* SODRÉ, Nelson Werneck, *in* **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 2.a edição, 1968. Coleção "Retratos do Brasil", Volume n.o 40.

CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walder de - **Diálogos com Cordeiro de Farias: meio século de combate**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1981.

CAMPAGNOLE, Adriano e CAMPAGNOLE, Hilton Lobo - **Constituições do Brasil**. São Paulo, Editora Atlas S. A., 8.a edição, 1985.

CAMPOS, Francisco - **Atualidade de Dom Quixote**. Rio de Janeiro, sem menção de editora, 1949.

CAMPOS, Francisco - **O Estado Nacional. Seu conteúdo ideológico**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 3.a edição, 1940.

CARDOSO DE MELLO, João Manoel - **O capitalismo tardio**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique - **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, *apud* PRADO, Luís Carlos Delorme e EARP, Fábio de Sá - "O 'milagre' brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)", *in* **O Brasil republicano**. Volume 4. **O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**, organizado por Jorge FERREIRA e Lucília de Almeida Neves DELGADO. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique - **Empresário industrial e desenvolvimento econômico**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964, *apud* MENDONÇA, Sonia Regina de - **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1986. Coleção "Biblioteca de História", Volume n.o 14.

CARONE, Edgar - **O tenentismo. Acontecimentos, personagens, programas**. São Paulo, Difel, 1975. Coleção "Corpo e Alma do Brasil", Volume n.o 43.

CARONE, Edgard - **Revoluções do Brasil contemporâneo**. São Paulo, Difel, 1965. Coleção "Corpo e Alma do Brasil", Volume n.o 11.

CASTRO, Celso - **O espírito militar. Um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990. Coleção "Antropologia Social".

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina e SOARES, Gláucio Ari Dillon, orgs. - **Visões do golpe. A memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro, Edições Relume Dumará, 2.a edição, 1994.

CASTRO, Jeanne Berrance de - "A Guarda Nacional", *in* **História Geral da Civilização Brasileira**, Volume VI, Parte 2, **O Brasil Imperial**, tomo 4, **Declínio e queda do Império**, organizado por Sérgio Buarque de HOLANDA. São Paulo, Difel, 1971.

CASTRO, Jeanne Berrance de - **A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. São Paulo/Brasília, Companhia Editora Nacional/MEC-Ministério da Educação e Cultura/INL-Instituto Nacional do Livro, 1977. Contém Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. Coleção "Brasiliana", Volume n.o 359.

CHAIA, Vera Lúcia Michalany - **A liderança política de Jânio Quadros. (1947-1990).** Ibitinga, Editora Humanidades, 1991.

COELHO, Edmundo Campos - **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária, 1976. Coleção "Brasil - Análise & Crítica".

COMBLIN, Joseph, padre - **A ideologia da segurança nacional. O poder militar na América Latina.** Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2.a edição, 1978. Tradução de A. Veiga Fialho.

CONTREIRAS, Hélio - **Militares. Confissões. Histórias secretas do Brasil.** Rio de Janeiro, Editora Mauad, 1998.

COUTINHO, Lourival - **O general Góes depõe...** Rio de Janeiro, Editora Coelho Branco, 1955.

COUTO E SILVA, general Golbery do - **Conjuntura política nacional. O poder executivo.** São Paulo, Livraria José Olympio Editora, 1981.

COUTO E SILVA, general Golbery do - **Geopolítica do Brasil.** São Paulo, Livraria José Olympio Editora, 1981.

COVRE, Maria de Lourdes M. - **A fala dos homens. Análise do pensamento tecnocrático.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

CRIPPA, Adolpho, org. - **As idéias políticas no Brasil - Volume 2.** São Paulo, Editora Convívio, 1979.

CROCE, Benedetto - **Teoría e Historia de la Historiografía**. Buenos Aires, Editorial Escuela, 1965. Tradução de Eduardo J. Prieto.

CRUZ COSTA, João - **Contribuição à História das Idéias no Brasil**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1956. Coleção "Documentos Brasileiros", Volume n.º 86.

CUNHA, Euclides da - **Os Sertões. Campanha de Canudos**, edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Editora Ática, 2.ª edição, 2.ª reimpressão, 2000.

DEAN, Warren - **A industrialização de São Paulo. (1880-1945)**. São Paulo, Difusão Européia do Livro/EDUSP-Editora da Universidade de São Paulo, 1971. Tradução de Octavio Mendes Cajado. Coleção "Corpo e Alma do Brasil", Volume n.º 33, *apud* MENDONÇA, Sonia Regina de - **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1986. Coleção "Biblioteca de História", Volume n.º 14.

DEBERT, Guita Grin - **A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)**. São Paulo, Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1986. Tese de doutorado, xerocopiada.

DEBERT, Guita Grin - **Ideologia e populismo. A. de Barros, M. Arraes, C. Lacerda, L. Brizola**. São Paulo, T. A. Queiroz, Editor, Ltda., 1979. Coleção "Biblioteca Básica de Ciências Sociais", série 1.ª, Estudos Brasileiros, Volume n.º 2.

DEBERT, Guita Grin - **O nacionalismo da Escola Superior de Guerra**. Texto apresentado à ANPOCS, xerocopiado, 1986.

DEBRUN, Michel - "Os dois níveis da ideologia militar", *in* **Militares: pensamento e ação política**, organizado por Eliézer Rizzo de OLIVEIRA. Campinas, Papirus Livraria Editora, 1987. Coleção "Forças Armadas e Sociedade", Volume n.o 1.

DEBRUN, Michel - **A conciliação e outras estratégias**. São Paulo, Brasiliense, 1983, *apud* SILVA, Ricardo, *in* **A ideologia do Estado Autoritário no Brasil**. Chapecó, Argos Editora Universitária, 2004.

DINIZ, Eli - **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil. (1930-1945)**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978.

DREIFUSS, André - **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.

DREIFUSS, René Armand - "A noção de soberania na Escola Superior de Guerra", *in* **Militares: pensamento e ação política**, organizado por Eliézer Rizzo de OLIVEIRA. Campinas, Papirus Livraria Editora, 1987b. Coleção "Forças Armadas e Sociedade", Volume n.o 1.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA - **Manual da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, 1976.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA - **Manual da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, 1977-1978.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA - **Manual da Escola Superior de Guerra**. Volume I. **Fundamentos teóricos**. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, 1983.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA - **Manual da Escola Superior de Guerra**. Volume II. **Manual básico**. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, 1983.

FAORO, Raimundo - **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro**. Volume 1. Porto Alegre/São Paulo, Editora Globo/EDUSP-Editora da Universidade de São Paulo, 2.a edição revista e aumentada, 1975.

FEMIA, Joseph V. - "Cultura poilitica", *in* OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom - **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Editor, 1996. Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral.

FEMIA, Joseph V. - "Cultura política", *in* OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom - **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Editor, 1996. Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves, orgs. - **O Brasil republicano**. Volume 4. **O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Oliveiros da Silva - "A Escola Superior de Guerra no quadro do pensamento político brasileiro", *in* **As idéias políticas no Brasil** - Volume 2, organizado por Adolpho CRIPPA. São Paulo, Editora Convívio, 1979.

FERREIRA, Oliveiros da Silva - **As Forças Armadas e o desafio da Revolução**. Rio de Janeiro, Edições GDR, 1964, *apud* COELHO, Edmundo Campos, *in* **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária, 1976. Coleção "Brasil - Análise & Crítica".

FERREIRA, Oliveiros da Silva - **Os 45 cavaleiros húngaros. Uma leitura dos Cadernos de Gramsci**. São Paulo/Brasília, Editora HUCITEC/Editora da UnB-Universidade de Brasília, 1986. Coleção de Ciências Sociais.

FERRO, Marc - **A História vigiada**. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1989. Tradução de Doris Sanches Pinheiro. Coleção "O Homem e a História".

FERRO, Marc - **A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo, Ibrasa-Instituição Brasileira de Difusão Cultural S. A., 1983. Tradução de Wladimir Araújo.

FIGUEIREDO Filho, Celso Ramos - **A Escola Superior de Guerra e o jornal O Estado de São Paulo na passagem do regime democrático para o regime militar: afinidades e discordâncias**. São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 2001. Dissertação de mestrado, xerocopiada.

FLEISCHER, David V., org. - **Os partidos políticos no Brasil**. Volume I. Brasília, Editora da UnB-Universidade de Brasília, 1981. Coleção "Cadernos da UnB".

FORJAZ, Maria Cecília Spina - **Tenentismo e Aliança Liberal. (1927-1930)**. São Paulo, Editora Polis Ltda., 1978. Contém Prefácio de Sérgio Miceli. Coleção "Teoria e História", Volume n.o 2.

FORJAZ, Maria Cecília Spina - **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30**. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária Ltda., 1988.

FORJAZ, Maria Cecília Spina - **Tenentismo e política. Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S. A., 1977. Contém Prefácio de Francisco Weffort.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho - **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo, Editora Kayrós, 3.a edição, 1985.

FREYRE, Gilberto - **Casa Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal**. Volumes I e II. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 7.a edição, 1952. Coleção "Documentos Brasileiros", Volume n.o 36 e 36-A.

FURTADO, Celso - **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971.

GÓES MONTEIRO, general Pedro Aurélio de - **A Revolução de Outubro e a finalidade política do Exército**. Rio de Janeiro, Adersen Editores, s/d., *apud* COELHO, Edmundo Campos, *in* **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária, 1976. Coleção "Brasil - Análise & Crítica".

GÓES MONTEIRO, general Pedro Aurélio de - Discurso pronunciado a 19 de abril de 1942, *in* **Uma grande data**. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa e Propaganda, 1942, *apud* COELHO, Edmundo Campos, *in* **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária, 1976. Coleção "Brasil - Análise & Crítica".

GOULART, Silvana - **Sob a verdade oficial. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo/Brasília, Editora Marco Zero/CNPq-Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1990. Coleção "Onde está a República?".

GRAMSCI, Antonio - **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 1966. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Coleção "Perspectivas do Homem", Volume n.o 48, Série Filosofia.

GRAMSCI, Antonio - **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 1968a. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo.

GRAMSCI, Antonio - **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 1968b. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Coleção "Perspectivas do Homem", Volume n.o 48, Série Filosofia.

GURGEL, José Alfredo Amaral - **Segurança e democracia. Uma reflexão política**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1975. Coleção "Brasil em Questão".

HOFSTADTER, Richard - **The Paranoid Style in American Politics and Other Essays**. New York, Vintage Books, 1967, *apud* RODRIGUES, José Honório, *in* **Aspirações nacionais. Interpretação histórico-política**. Rio de

Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 4.a edição, revista, 1970. Coleção "Retratos do Brasil", Volume n.o 73.

HOLANDA, Sérgio Buarque de - "A Fronda pretoriana", *in* **História Geral da Civilização Brasileira**, volume VII, Parte II, **O Brasil Imperial**, tomo 5, **Do Império à República**. São Paulo, Difel, 1972, págs.306-347.

HOLANDA, Sérgio Buarque de - **História Geral da Civilização Brasileira**, Volume VI, Parte 2, **O Brasil Imperial**, tomo 4, **Declínio e queda do Império**, organizado por Sérgio Buarque de HOLANDA. São Paulo, Difel, 1971.

HOLANDA, Sérgio Buarque de - **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora S. A., 7.a edição, 1973. Contém Prefácio de Antonio Candido de Mello e Souza.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, org.- **História Geral da Civilização Brasileira**, volume VI, Parte 2, **O Brasil Imperial**, tomo 4, **Declínio e queda do Império**. São Paulo, Difel, 1971.

HUNTINGTON, Samuel P. - **O soldado e o Estado. Teoria e política das relações entre militares e civis**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1996. Tradução de José Lívio Dantas.

IANNI, Octavio - **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 1977.

IANNI, Octavio - **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 2.a edição, 1985.

IANNI, Octavio - **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 2.a edição, revista, 1971. Coleção "Retratos do Brasil", Volume n.o 70.

IGLÉSIAS, Francisco - "Estudo sobre o pensamento reacionário de Jackson de Figueiredo", *in* IGLÉSIAS, **História e ideologia**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1971. Coleção "Debates", seção História, Volume n.o 28, págs. 109-158.

JAGUARIBE, Hélio - **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Uma abordagem teórica e um estudo do caso brasileiro**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2.a edição, 1969, *apud* VAMIREH CHACON de Albuquerque Nascimento, "O autoritarismo político na República", *in* **As idéias políticas no Brasil** - Volume 2, organizado por Adolpho CRIPPA. São Paulo, Editora Convívio, 1979.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco - **O coronelismo. Uma política de compromissos**. São Paulo, Editora Brasiliense, 2.a edição, 1981. Coleção "Tudo é História", Volume n.o 13.

JOÃO ALMINO de Souza Filho - **Era uma vez uma Constituinte. Lições de 1946 e questões de hoje**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.

JOÃO ALMINO de Souza Filho - **Os democratas autoritários. Liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.

KERBAUI, Maria Teresa Miceli - **A morte dos coronéis: política interiorana e o poder local**. Araraquara, Cultura Acadêmica Editora, 2000.

KOSTER, Henry - **Viagens ao Nordeste do Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941. Coleção "Brasiliana", Volume n.o 221.

LANGONI, Carlos Geraldo - **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1973. Contém prefácio de Antônio Delfim Neto.

LEAL, Victor Nunes - **Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 2.a edição, 1975. Contém Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. Coleção "Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais", Série 1.a, Política, Volume n.o 2.

MAGALHÃES Jr., Raimundo - **Deodoro. A espada contra o Império**. Volume I - **O aprendiz de feiticeiro. Da Revolução Praieira ao Gabinete Ouro Preto**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1957a. Coleção "Brasiliana-Formato Grande", volumes n.o 12 e 12.

MAGALHÃES Jr., Raimundo - **O capitão dos Andes. História pitoresca de um caudilho**. São Paulo, Editora Clube do Livro Ltda., 3.a edição, 1971.

MAKLOUF, Luís - **Cobras criadas**. São Paulo, Editora Senac, 2001.

MALTA, Octavio - **Os tenentes na Revolução brasileira**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 1969. Coleção "Documentos da História Contemporânea", Volume n.o 47.

MAQUIAVEL, Niccolò - **O príncipe**. São Paulo, Livraria Exposição do Livro, s/d. Tradução de Torrieri Guimarães.

MÁRMOL, José - **Amália**. Buenos Aires, Editorial Sopena, 9.a edição, 1965.

MARTINS, Wilson - **História da Inteligência Brasileira**. Volume II (1794-1855). São Paulo, Editora Cultrix, co-edição com a Edusp-Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

MARTINS, Wilson - **História da Inteligência Brasileira**. Volume VII (1933-1960). São Paulo, Editora Cultrix, co-edição com a Edusp -Editora da Universidade de São Paulo, 1977-1978:467.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich - **The German Ideology**. Nova York, International Pub., 1939.

MATTOS, Ilmar Rohloff de - **O tempo saquarema. A formação do Estado imperial**. Rio de Janeiro, Access Editora, 2000.

McCANN, Frank D. - **Soldados da pátria. História do Exército Brasileiro. (1889-1937)**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007. Tradução de Laura Teixeira Motta.

McNAMARA, Robert S. - **A essência da segurança. Reflexões de um secretário da Defesa dos Estados Unidos**. São Paulo, Ibrasa-Instituição Brasileira de Difusão Cultural S. A., 1968. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho.

MEDEIROS, Jarbas - "Introdução ao pensamento político autoritário brasileiro, 1914-1945", *in* **Revista de Ciência Política, Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas**, Rio de Janeiro, Volume 17, n.o 1, janeiro-março, 1974, *apud* VAMIREH CHACON de Albuquerque Nascimento, "O autoritarismo político na República", *in* **As idéias políticas no**

Brasil - Volume 2, organizado por Adolpho CRIPPA. São Paulo, Editora Convívio, 1979.

MEDEIROS, Jarbas - **Ideologia autoritária no Brasil. (1930-1945)**. Rio de Janeiro, edição da FGV-Instituto de Documentação Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1978. Contém Prefácio de Raymundo Faoro.

MEIRA MATTOS, general Carlos - **A Geopolítica e as projeções do poder**. Contém Prefácio de Luís Viana Filho. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1977. Coleção "General Benício", Volume n.o 152.

MEIRA MATTOS, general Carlos - **Brasil-geopolítica e destino**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora S. A., 2.a edição revista e aumentada, 1979. Coleção "Documentos Brasileiros", Volume n.o 170.

MENDONÇA, Marina Gusmão de - **O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968**. São Paulo, Editora Códex, 2.a edição, 2002.

MENDONÇA, Sonia Regina de - **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1986. Coleção "Biblioteca de História", Volume n.o 14.

MICHELS, Robert - **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília, Editora da UnB-Universidade de Brasília, 1982. Tradução de Arthur Chaudon. Coleção "Pensamento Político", Volume n.o 53.

MIYAMOTO, Shiguenoli - **Geopolítica e poder no Brasil**. São Paulo, Campinas, Editora Papirus, 1995.

MIYAMOTO, Shiguenoli - **O pensamento geopolítico brasileiro**. São Paulo, Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1981. Dissertação de mestrado, xerocopiada.

MONIZ BANDEIRA, Luís Alberto - **O feudo: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila. Da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2000.

MONTEIRO, Tobias do Rego - **Pesquisas e depoimentos**. Rio de Janeiro, Francisco Alves e Cia., 1913, *apud* COELHO, Edmundo Campos, *in* **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária, 1976. Coleção "Brasil - Análise & Crítica".

MORAES, Walfrido - **Jagunços e heróis**. Rio de Janeiro, Livraria Civilização Brasileira Editora S. A., 1963. Coleção "Retratos do Brasil", Volume n.o 14.

MOREIRA ALVES, Maria Helena - **Estado e oposição no Brasil. (1964-1984)**. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1984. Tradução de Clovis Marques.

MOREIRA LEITE, Dante - **O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia**. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 2.a edição revista, refundida e ampliada, 1969. Coleção "Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais", Série Psicologia.

MOTA, Lourenço Dantas, org. - **A História vivida**. Volume III. São Paulo, edição de O Estado de S. Paulo, 1981-1982. Coleção "Documentos Abertos".

MOURÃO Filho, general Olympio - **Memórias. A verdade de um revolucionário.** Porto Alegre, L & PM Editores, 1978.

NABUCO, Joaquim - **Um estadista do Império. Nabuco de Araújo. Sua vida, suas opiniões, sua época. (1813-1866).** Tomo I. São Paulo/Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional/Civilização Brasileira, S. A. Editora, 1936.

NICHOLSON, Irene - **Los libertadores.** Valência, Editorial Martínez Roca, 1969. Tradução de Manuel Cuesta.

OLIVA, Oswaldo Muniz, general - **Brasil. O amanhã começa hoje.** Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1.a reimpressão, 2003.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de - **Instituições políticas brasileiras.** Volume I. Niterói/Belo Horizonte, EDUFF-Editora da Universidade Federal Fluminense/Editora Itatiaia, 1987. Coleção "Reconquista do Brasil", Volume n.o 105.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de - **O ocaso do Império.** Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1959, *apud* COELHO, Edmundo Campos, *in* **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária, 1976. Coleção "Brasil - Análise & Crítica".

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de - **Problemas de política objetiva.** São Paulo, Cia. Editora Nacional, sem data, *apud* VAMIREH CHACON de Albuquerque Nascimento, "O autoritarismo político na República", *in* **As idéias políticas no Brasil** - Volume 2, organizado por Adolpho CRIPPA. São Paulo, Editora Convívio, 1979.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de - "A Doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico", in **Militares: pensamento e ação política**, organizado por Eliézer Rizzo de OLIVEIRA. Campinas, Papirus Livraria Editora, 1987. Coleção "Forças Armadas e Sociedade", Volume n.o 1.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de - **O Exército e o positivismo: identidade e autonomia política**. Campinas, Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas, 1989. Texto apresentado no painel *Educação e ideologia na República*, em 7/11/1989, do ciclo de conferências e painéis *Um século de educação republicana*, promovido pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de, org. - **Militares: pensamento e ação política**. Campinas, Papirus Livraria Editora, 1987. Coleção "Forças Armadas e Sociedade", Volume n.o 1.

OLIVEIRA, Francisco de - **A economia brasileira: crítica à razão dualista**, in *Seleções Cebrap*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1977, n.o 1.

OTTONI, Teófilo - **Circular aos Eleitores de Minas Geraes**, 1860, sem menção de editora, *apud* NABUCO, Joaquim, in **Um estadista do Império. Nabuco de Araújo. Sua vida, suas opiniões, sua época. (1813-1866)**. Tomo I. São Paulo/Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional/Editora Civilização Brasileira, S. A. Editora, 1936.

OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom - **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Editor, 1996. Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral.

PACHECO Filho, Clovis - **Diálogo de surdos: as dificuldades para a construção da Sociologia e de seu ensino no Brasil. (1850-1935).** - Volume 5. São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Dissertação de mestrado, xerocopiada, 1994.

PACHECO Filho, Clovis - **Partidos Políticos Brasileiros: História, Estrutura Organizacional, Dinâmica Interna e Ação Social.** Texto inédito, 2009. Manuscritos cedidos pelo autor, e citados com seu expresse consentimento.

PARETO, Vilfredo - **Trattato di Sociologia Generale.** Volume II. Florença, Editora Barbera, 1916.

PASSARINHO, coronel Jarbas Gonçalves - **Liderança militar.** Rio de Janeiro, Editora Biblioteca do Exército, 1987.

PELÁEZ, C. M. - **História da industrialização brasileira.** Rio de Janeiro, APEC, 1972.

PESSOA, Mário - **O Direito da segurança nacional.** Rio de Janeiro, Editora Biblioteca do Exército, 1971. Coleção "General Benício", Volume n.o 91.

PIRES, general Alberto Ribeiro - "Palestra de abertura". Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, 1964.

PRADO Jr., Caio - **Evolução política do Brasil e outros estudos.** São Paulo, Editora Brasiliense, 8.a edição, 1972.

PRADO Jr., Caio - **Formação do Brasil contemporâneo. Colônia.** São Paulo, Editora Brasiliense, 8.a edição, 1965.

PRADO, Luís Carlos Delorme e EARP, Fábio de Sá - "O 'milagre' brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-

1973)", in **O Brasil republicano**. Volume 4. **O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**, organizado por Jorge FERREIRA e Lucília de Almeida Neves DELGADO. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de - **Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1977.

RÁNGEL, Domingo Alberto - **Gómez. El amo del poder**. Caracas, Ediciones Yadell Hermanos, 1975.

REZENDE, André Lara - "Estabilização e reforma: 1964-1967", in ABREU, Marcelo de Paiva, coord., **A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana. 1889-1989**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1990.

RIESMAN, David - **A multidão solitária**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1971. Tradução de Sérgio Miceli e Mauro W. Barbosa de Almeida. Coleção "Debates", Volume n.o 41.

ROCHA, Bento Munhoz da - **Radiografia de Novembro**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 2.a edição, 1961. Coleção "Retratos do Brasil", Volume n.o 1.

ROCHA, Maria Selma de Moraes - **A evolução dos conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70**. São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Dissertação de mestrado, xerocopiada, 1996.

RODRIGUES, José Honório - **A Assembléia Constituinte de 1823**. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1974.

RODRIGUES, José Honório - **Aspirações nacionais. Interpretação histórico-política**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 4.a edição, revista, 1970. Coleção "Retratos do Brasil", Volume n.o 73.

RODRIGUES, José Honório - **Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-cultural**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2.a edição, 1982. Coleção "Logos".

RODRIGUES, José Honório - **História da História do Brasil. A metafísica do latifúndio: o ultra-reacionário Oliveira Vianna**. Volume II, tomo 2. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1988. Coleção "Brasileira - Formato Grande", Volume n.o 24.

ROEDER, Ralph - **Juárez y su México**. México, Fondo de Cultura Económica, 1972.

ROURKE, Thomas - **Gómez, o tirano dos Andes**. Porto Alegre, Editora Globo, 1938. Tradução de Hamilcar de García.

SAMARA, Eni de Mesquita - **A família brasileira**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983. Coleção "Tudo é História", Volume n.o 71.

SAMPAIO, Regina - "O Partido Social Progressista em São Paulo", *in Os partidos políticos no Brasil*. Volume I, organizado por David V. Fleischer.

Brasília, Editora da UnB-Universidade de Brasília, 1981. Coleção "Cadernos da UnB".

SAMPAIO, Regina - "O Partido Social Progressista em São Paulo", *in* **Os partidos políticos no Brasil**. Volume I, organizado por David V. Fleischer. Brasília, Editora da UnB-Universidade de Brasília, 1981. Coleção "Cadernos da UnB".

SAMPAIO, Regina - **Adhemar de Barros e o PSP**. São Paulo, Global Editora e Distribuidora Ltda., 1982. Coleção "Teses", série Política, Volume n.o 5.

SANTA ROSA, Virgínio - **Que foi o tenentismo?** Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 2.a edição do livro **O sentido do tenentismo**, 1963. Contém Prefácio de Nelson Werneck Sodré. Coleção "Cadernos do Povo Brasileiro", Volume n.o 22.

SARMIENTO, Domingo Faustino - **Facundo o civilización y barbárie**. Buenos Aires, Editorial Sopena, 10.a edição, 1963.

SASSOON, Anne Showstack "Hegemonia", *in* OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom - **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Editor, 1996. Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral.

SCHULZ, John - "O Exército e o Império", *in* HOLANDA, Sérgio Buarque de, org.- **História Geral da Civilização Brasileira**, volume VI, Parte 2, **O Brasil Imperial**, tomo 4, **Declínio e queda do Império**. São Paulo, Difel, 1971:235-258.

SCHULZ, John - **O Exército na política. Origens da intervenção militar. (1850-1894).** São Paulo, EDUSP-Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SILVA, Hélio - **1931. Os tenentes no poder.** Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 1972. Coleção "Documentos da História Contemporânea", série O ciclo de Vargas, Volume n.o 10.

SILVA, Hélio - **1933. A crise do tenentismo.** Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 1.a edição ilustrada, 1968. Coleção "Documentos da História Contemporânea", série O ciclo de Vargas, Volume n.o 11.

SILVA, Hélio - **1937. Todos os golpes se parecem.** Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 1970. Coleção "Documentos da História Contemporânea", Série O ciclo de Vargas, Volume n.o 11-H.

SILVA, Hélio - **O Plano Cohen.** Porto Alegre, L & PM Editores, 1980.

SILVA, Ricardo - **A ideologia do Estado autoritário brasileiro.** Chapecó, Editora Universitária Argos, 2004.

SINGER, Paul I. - "O 'milagre brasileiro': causas e conseqüências", in **A crise do "milagre"**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 5.a edição, 1977.

SINGER, Paul I. - **A crise do "milagre"**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 5.a edição, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck - **A ideologia do colonialismo. Seus reflexos no pensamento brasileiro.** Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, S. A., 2.a edição, 1965. Coleção "Retratos do Brasil", Volume n.o 31.

SODRÉ, Nelson Werneck - **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 2.a edição, 1968. Coleção "Retratos do Brasil", Volume n.o 40.

STEPAN, Alfred - **Os militares na política**. Rio de Janeiro, Editora Artenova, 1975.

STOPPINO, Mario - "Autoritarismo", *in* BOBBIO, Norberto *et al.* - **Dicionário de Política**. Brasília, Editora da UnB-Universidade de Brasília, 2.a edição, 1986. Tradução de Carmen C. Varrialle, Gaetano Lo Monaco, João Pereira, Luís Guerreiro Pinto Cascais e João Ferreira (coordenador). Revisão geral de João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cascais.

STOPPINO, Mario - "Totalitarismo", *in* BOBBIO, Norberto *et al.* - **Dicionário de Política**. Brasília, Editora da UnB-Universidade de Brasília, 2.a edição, 1986. Tradução de Carmen C. Varrialle, Gaetano Lo Monaco, João Pereira, Luís Guerreiro Pinto Cascais e João Ferreira (coordenador). Revisão geral de João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cascais.

SUANO, Marcelo José Ferraz - **A Doutrina Góes Monteiro e o pensamento político brasileiro nos anos 30. (O intelectual do partido fardado e a dinâmica das intervenções militares)**. São Paulo, Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 2002. Tese de doutorado, xerocopiada.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo - **Da distribuição de renda e dos direitos à cidadania**. São Paulo, Editora Brasiliense S. A., 1988.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo - **Política econômica brasileira e internacional**. Petrópolis, Editora Vozes, 1977.

TAVARES, Maria da Conceição - **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972, *apud* PRADO, Luís Carlos Delorme e EARP, Fábio de Sá, "O 'milagre' brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)", *in* **O Brasil republicano**. Volume 4. **O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**, organizado por Jorge FERREIRA e Lucília de Almeida Neves DELGADO. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

TOLEDO, Caio Navarro de - **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo, Editora Ática S. A., 2.a edição, 1982. Coleção "Ensaio", Volume n.º 28.

TREVISAN, Leonardo - **O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro**. São Paulo, Global Editora e Distribuidora Ltda., 1985. Coleção "Cadernos de Educação Política", série O pensamento político, Volume n.º 6.

TURNER, Frederick J. - **La frontera en la historia americana**. Madrid, Editorial Castilla, 1960.

URÁN, Ana María Bidegain de - **Nacionalismo, militarismo e dominação na América Latina**. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1987. Tradução de José Saramago.

VAMIREH CHACON de Albuquerque Nascimento - "O autoritarismo político na República", *in* **As idéias políticas no Brasil** - Volume 2, organizado por Adolpho CRIPPA. São Paulo, Editora Convívio, 1979.

VILAÇA, Marcos Vinícios e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de - **Coronel, coronéis**. Rio de Janeiro/Brasília, Edições Tempo Brasileiro Ltda./Editora da UnB-Universidade de Brasília, 2.a edição, 1978. Coleção "Caminhos Brasileiros", Volume n.o 2.

VILLELA, A. e SUZIGAN, Wilson - **Política do governo e crescimento da economia brasileira**. Rio de Janeiro, IPEA, 1975.

WAINER, Samuel - **Minha razão de viver. Memórias de um repórter**. Rio de Janeiro, Editora Record, 1987.

WEBER, Max - **Economia e sociedade**. Volume I. Brasília, Editora da UnB-Universidade de Brasília, 1992. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn.

WEBER, Max - **Economia e sociedade**. Volume II. Brasília, Editora da UnB-Universidade de Brasília, 1999. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn.

WILLIAM, Wagner - **O soldado absoluto. Uma biografia do marechal Henrique Lott**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2005.